

58

JANEIRO 2021 – ABRIL 2021

Revista da Sociedade  
Brasileira de Economia Política

[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

## CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

**ALAN FREEMAN** LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY  
**ALEJANDRO VALLE BAEZA** UNAM  
**ARTURO HUERTA** UNAM  
**FABIO PETRI** UNIVERSITÀ DI SIENA  
**FRANÇOIS CHESNAIS** UNIVERSITÉ DE PARIS XIII  
**FRED MOSELEY** MOUNT HOLYOKE COLLEGE  
**LUCIANO VASSAPOLLO** UNIVERSITÀ DI ROMA “LA SAPIENZA”

## CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

**ALEJANDRO ARANDIA** UNISINOS  
**ANITA KON** PUC-SP  
**ANTONIO MARIA DA SILVEIRA** (IN MEMORIAM)  
**CESARE GIUSEPPE GALVAN** CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO  
**ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO** USP  
**FRANCISCO DE ASSIS COSTA** UFPA  
**GUIDO MANTEGA** FGV-SP  
**JOÃO ANTÔNIO DE PAULA** UFMG  
**JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA** UNICAMP  
**LEDA MARIA PAULANI** USP  
**LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO** UNICAMP  
**MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** UNB  
**MÁRIO DUAYER** UFF (IN MEMORIAM)  
**NIEMEYER ALMEIDA FILHO** UFU  
**PAULO NAKATANI** UFES  
**PAUL SINGER** USP (IN MEMORIAM)  
**PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA** UFRGS  
**REINALDO CARCANHOLO** UFES (IN MEMORIAM)  
**ROSA MARIA MARQUES** PUC-SP  
**THEOTÔNIO DOS SANTOS** UFF (IN MEMORIAM)

**PAUL SINGER** (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)

**JOÃO LEONARDO MEDEIROS** (UFF) PRESIDENTE

**MARISA SILVA AMARAL** (UFU) VICE-PRESIDENTE

**DIRETORES**

**Ellen Lucy Tristão** UFVJM

**Marcelo Dias Carcanholo** UFF

**Leda Maria Paulani** USP

**Henrique Pereira Braga** UFES

**Maria de Lourdes R. Mollo** UNB

**Marco Antonio Rocha** UNICAMP

**Giliad de Souza Silva** UNIFESSPA

**Marcelo José Braga** ANPEC

**José Rubens Damas Garlipp** ANGE

**COMITÊ EDITORIAL**

**EDITORES CIENTÍFICOS**

**Adriano Lopes Almeida Teixeira** UFES

**Daniel Pereira Sampaio** UFES

**Gustavo Moura de Cavalcanti Mello** UFES

**EDITORES ASSISTENTES**

**Arnon Manhães Ceolin** PPGPS/UFES

**Giovanna Borges Bortotto** PPGPS/UFES

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia  
Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519  
Niterói, RJ  
CEP 24.240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)**

**REVISÃO TEXTUAL E  
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2021**  
[nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br](mailto:nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br)

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política  
Ano 20 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2021  
ISSN 1415-1979  
ISSN-E 2595-6892  
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.  
CDD – 330

**NÚMERO 58**  
**JAN 2021 - FEV 2021**

# **REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA**

**7**      **Apresentação**

## **ARTIGOS**

**12**      **Marx e o Marxismo crítico de Postone**

Gentil Corazza

**52**      **O aumento da taxa de mais-valia como contratendência à queda da taxa de lucro**

Elizeu Serra de Araujo

**79**      **Corporação transnacional e o Estado Nacional: controle por dentro**

Rubens Rogério Sawaya

**115**      **O igualitarismo em Adam Smith: uma interpretação com base na controvérsia entre reconstrução histórica e reconstrução racional**

João Batista Pamplona e Caio Diniz Alves

**149**      **Manoel Bomfim e a crítica ao imperialismo no início do século XX**

Vinícius Vieira Pereira

182 **Crédito consignado: uma análise dos impactos dessa inovação financeira para o desenvolvimento econômico brasileiro**

Vinicius Brandão

#### **RESENHA**

213 **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos Salles, Alexandre Ottoni T.; Pessali, Huáscar Fialho & Fernández, Ramón Garcia (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2017. 402 p.**

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho

## APRESENTAÇÃO

Iniciamos a nova década com a publicação da edição número 58 da *Revista da SEP*. Trata-se de um ano especial, pois, além do novo ciclo, também comemoramos o aniversário de 25 anos da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Em seu primeiro quarto de século, a SEP tem se destacado como locus relevante de discussão da crítica da economia política, notadamente por meio do Encontro Nacional de Economia Política (ENEP) e da *Revista da SEP*. Vale ressaltar as novas iniciativas na difusão do pensamento crítico via “SEP TV – o canal oficial da SEP” (YouTube) e redes sociais (Facebook). Vida longa à SEP!

Abrimos essa apresentação com algumas breves notas da conjuntura global e brasileira. O contexto global é marcado pelo aprofundamento da crise, com novos capítulos na pandemia. Ela vem deixando suas marcas, dentre outros, sobre o aumento da pobreza, da desigualdade, e da precarização do trabalho. Um dos fatos marcantes da geopolítica mundial em 2020 foi a eleição de Joe Biden como presidente dos Estados Unidos. O resultado das eleições norte-americanas demonstrou a gravidade das tensões não só externas, mas também das internas, provocadas pelo governo Trump. O ápice dessas tensões internas foi a invasão ao Capitólio em janeiro de 2021, com apoio inicial do até então presidente Trump e de grupos de extrema direita, o que pode ser entendido até mesmo como uma tentativa de golpe de Estado. Apesar da sinalização de mudanças na forma de condução de questões da geopolítica global, inclusive na

América Latina, até o momento nada parece mudar em relação aos interesses de dominação imperial.

A boa notícia, ainda no contexto global, é o início da vacinação em massa da população contra o vírus da covid-19. A má notícia, por outro lado, é que o Brasil vem realizando seu plano de imunização de forma lenta e tornou-se, recentemente, o novo epicentro da pandemia. O sistema de saúde está, em muitas regiões, já colapsado e, além disso, tem apresentado falta de insumos básicos para a realização de tratamentos, principalmente em UTIs. Em meio ao caos, nos solidarizamos com a população e agradecemos aos trabalhadores e às trabalhadoras que são prestadores de serviços essenciais, especialmente aos da área da saúde, pela luta diária.

Além do caos sanitário, a economia brasileira vive uma crise sem precedentes. Os recentes dados da taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) indicaram uma retração de -4,1% em 2020. Trata-se de uma das menores taxas de crescimento já registradas na história brasileira. Contudo, tal resultado não é pontual e demonstra que o país tem patinado no crescimento nesta década, principalmente na sua segunda metade. Conforme esperado, a retomada forte da política econômica de cunho neoliberal, marcada principalmente pela austeridade e pela crença da autorregulação dos mercados, só fez aprofundar a recessão, o desemprego, a desigualdade e o processo de desindustrialização.

Os elementos supracitados, somados ao recrudescimento do autoritarismo, são elementos que podem contribuir para a leitura de que a década de 2010 foi uma década mais do que perdida. O ano de 2021 como uma continuação da anterior, com o já citado agravamento da pandemia e seus impactos sobre as atividades econômicas, a renovação do auxílio emergencial com redução substantiva de seu valor, o anúncio da paralisação de atividades ou fechamento de portas de inúmeras empresas, sobretudo de grandes grupos de multinacionais.

O descontentamento com a condução do governo Bolsonaro atingiu, inclusive, setores da elite. Eles já têm se mobilizado em favor de modificações

na política de combate à pandemia do governo Bolsonaro, e o próprio ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou, recentemente, que a vacinação em massa é a melhor política fiscal. Tal descontentamento das elites tem pressionado setores da classe política, especialmente do chamado “centrão”, a realizarem confrontos com Paulo Guedes e Bolsonaro. Porém, tal descontentamento tem pouco amparo nas necessidades da população. No final de março de 2021 o Congresso aprovou o orçamento de 2021, que prevê perdas de recursos para as áreas da saúde, educação, assistência social e meio ambiente. Em meio à profunda crise pela qual o país passa, a prioridade orçamentária, sob a égide do “teto dos gastos”, não se mostra sensível às demandas da maior parte da população. Pelo contrário, junto à elevação das taxas de juros, beneficia justamente as elites.

Tal contexto só aumenta a importância da tão combatida área das ciências sociais, especialmente da crítica da economia política, para as quais o presente número visa contribuir com artigos e resenha.

O texto de Gentil Corazza, intitulado “Marx e o marxismo crítico de Postone”, trata inicialmente do processo de formação da crítica marxiana à economia política, retomando a clássica análise acerca da original articulação entre as suas três “fontes” fundamentais. A partir daí, Corazza analisa a constituição dos “marxismos”, e discute a distinção entre “marxismo vulgar” e “marxismo crítico” na acepção de Postone. Após reconhecer a relevância da interpretação desse autor, segundo a qual a obra de Marx seria votada a desvelar o tempo de trabalho abstrato como principal forma de dominação estrutural sistêmica, sob o capitalismo, ao final do artigo são apresentadas algumas críticas a Postone.

Em “O aumento da taxa de mais-valia como contratendência à queda da taxa de lucro”, Elizeu Araújo trata do debate marxista acerca da lei da queda tendencial da taxa de lucro e suas contratendências, buscando responder a duas questões: se, na acepção marxiana, a lei pressupõe uma taxa de mais-valia constante ou crescente; e se o incremento da taxa de mais-valia em função de uma crescente produtividade do trabalho consiste em uma

das contratendências, ou se a análise destas deve pressupor que a composição orgânica do capital permanece constante.

Além disso, Rubens Sawaya, no texto “Corporação Transnacional e o Estado Nacional: controle por dentro”, analisa a relação entre países centrais e periféricos a partir da relação entre Estado e capital, em particular nas configurações que emergem após a Segunda Guerra Mundial. Conforme argumenta o autor, o processo de transnacionalização do grande capital redefine o lugar ocupado pelos Estados nacionais, à medida em que esse capital estabelece alianças com as frações de classe internas, amoldando o aparelho estatal a partir do modo como se configura tal aliança, o que tende a produzir, nos países periféricos, relações de poder e de controle que se estabelecem por dentro do Estado.

Já o artigo “O igualitarismo em Adam Smith: uma interpretação com base na controvérsia entre reconstrução histórica e reconstrução racional”, de João Batista Pamplona e Caio Diniz Alves, discute recentes interpretações da obra de Smith que o tomam como um igualitarista. Ao identificar “traços igualitaristas” no pensamento do economista clássico, os autores concluem que se trata de um igualitarismo normativo, de natureza moral.

No artigo “Manoel Bomfim e a crítica ao imperialismo no início do século XX”, Vinícius Vieira Pereira destaca a relevância e a originalidade do pensamento crítico desse intelectual brasileiro da época da Primeira República, e estabelece nexos entre as análises de Manoel Bomfim sobre a forma de inserção da América Latina e, principalmente, do Brasil no mercado mundial e algumas teses clássicas sobre o imperialismo.

Por fim, o artigo “Crédito consignado: uma análise dos impactos dessa inovação financeira para o desenvolvimento econômico brasileiro”, de Vinícius Brandão, analisa a evolução e os efeitos da expansão do crédito consignado, sobretudo no período que corresponde às gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Conclui-se que nos anos 2000 essa política estimulou a expansão do consumo das famílias, com impacto positivo no crescimento da economia brasileira, mas que no período

subsequente serviu principalmente para refrear a deterioração da capacidade de consumo dessas famílias, reforçando um processo de crescente endividamento.

Este número da Revista da SEP também traz a resenha, de autoria de Marcelo Mello Filho, do livro *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos*, organizado por Alexandre Ottoni T. Salles, Huáscar Fialho Pessali e Ramón Garcia Fernández.

Aproveitamos a oportunidade para lamentar a partida em janeiro de 2021 do professor Mario Duayer, professor aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF), uma das inúmeras vítimas da covid-19 em nosso país. Mario Duayer trouxe incontáveis contribuições intelectuais para a crítica da economia política. Sua última contribuição para a *Revista da SEP* ocorreu no número 57 (set-dez 2020), em coautoria com o professor Paulo Henrique Furtado de Araujo, em artigo intitulado ‘Valor como mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone’.

Para a realização desse número registramos nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que mais uma vez contribuiu com apoio financeiro para a realização da presente edição da *Revista da SEP*, como subproduto do nosso XXV Encontro Nacional de Economia Política, que também contou com apoio da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que, a despeito de seu caráter virtual e das circunstâncias adversas, foi bem exitoso.

Abril de 2021,

Os/as Editores/as

GENTIL CORAZZA

## MARX E O MARXISMO CRÍTICO DE POSTONE

Recebido em 15/05/2020

Aprovado em 14/08/2020

# MARX E O MARXISMO CRÍTICO DE POSTONE

## Resumo

O texto aborda a questão das fontes e da formação do pensamento de Marx, uma teoria crítica do capitalismo, e retoma o debate de Postone entre “marxismo tradicional” e “marxismo crítico”. Destaca-se a análise da formação do pensamento de Marx, que se deu através da reelaboração crítica de suas fontes, especialmente a crítica da economia política, processo em que vai elaborando seu próprio método de investigação. Muitos marxismos surgiram depois de Marx. Qual deles representa o verdadeiro pensamento de Marx? É interessante notar que Marx teria manifestado não se considerar um marxista. Aqui só tratamos de dois, que avaliamos serem os mais abrangentes. O marxismo tradicional define o capitalismo pela propriedade privada dos meios de produção, a dominação de classe, a apropriação do excedente e a luta de classes como o motor da história. Como decorrência, um sistema pós-capitalista definir-se-ia pela propriedade coletiva dos meios de produção, a substituição do mercado pelo planejamento, o fim da dominação de classe e da exploração do trabalho e a emancipação da classe trabalhadora como sujeito histórico e classe universal. Em contraposição, para o marxismo crítico, a principal forma de dominação não é a de classe, mas a dominação estrutural sistêmica, exercida pelo tempo do trabalho abstrato, origem, substância e medida do valor, e também objetivo e principal forma de riqueza da produção capitalista. É nesse contexto que devem ser entendidas as questões da propriedade, a dominação e a luta de classes, a exploração e a emancipação do trabalho. Em consequência, uma sociedade pós-capitalista deve abolir a dominação e a coerção sistêmica do trabalho abstrato, o capital e a produção de valor como principal forma da riqueza capitalista.

## GENTIL CORAZZA

Economista, professor titular do Departamento de economia e relações internacionais da UFRGS. Foi pesquisador do CNPq nas áreas de História do pensamento econômico, Economia monetária e Metodologia e filosofia da ciência.

E-mail: [gentilcorazza@gmail.com](mailto:gentilcorazza@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5382-5597>

**Palavras-chave:** Marx; marxismo; Postone.

## **Abstract**

This text addresses the question of the sources and formation of Marx's thought, a critical theory of capitalism, and takes up Postone's debate between "traditional Marxism" and "critical Marxism". Many Marxisms arose after Marx. Which one represents Marx's true thought? It is interesting to note that Marx would have stated that he did not consider himself a Marxist. Here we only deal with two of them, which we consider to be the most comprehensive ones. Traditional Marxism defines capitalism by private ownership of the means of production, class domination, the exploitation and the class struggle as the engine of history. As a result, a post-capitalist system would be defined by the collective ownership of the means of production, the replacement of the market by planning, the end of class domination and the exploitation of labor and the emancipation of the working class as a historical subject and universal class. In contrast, for critical Marxism, the main form of domination is not that of class, but systemic structural domination, exercised by the abstract labor time, origin, substance and measure of value, and also objective and main form of wealth of capitalist production. It is in this context that the question of property, domination and class struggle, the exploitation and emancipation of labor must be understood. Therefore, a post-capitalist society must abolish the domination and systemic coercion of abstract labor, capital and the production of value as the main form of capitalist wealth.

**Keywords:** Marx; Marxism; Postone.

## I. Introdução

O texto aborda a questão das fontes e da formação do pensamento de Marx, como uma teoria crítica do capitalismo, e retoma o debate de Postone entre o que denomina “marxismo tradicional” e “marxismo crítico”. Destaca-se a importância da análise da formação histórica do pensamento de Marx, que se deu através da crítica da filosofia idealista alemã e do socialismo utópico francês, mas, sobretudo, a partir da crítica da economia política inglesa, pois é nesse processo de análise crítica das fontes que ele vai elaborando seu próprio método de investigação e de exposição.

É também importante analisar o debate entre diferentes interpretações do pensamento de Marx, pois o mesmo explicita os elementos constitutivos do marxismo e suas controvérsias históricas. A disputa pela verdadeira interpretação do pensamento de Marx começou ainda quando Marx estava elaborando *O Capital* e ele manifestou não se considerar um “marxista” nos termos em que a expressão vinha sendo usada. Muitos marxismos surgiram depois de Marx, mas aqui vamos tratar apenas de dois, os mais amplos. O denominado “marxismo tradicional” explicita a visão de capitalismo definido por algumas variáveis fundamentais, como a propriedade privada dos meios de produção, a dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora, visando a exploração pela apropriação do excedente, a luta de classes como o motor da história. Como decorrência, um sistema pós-capitalista definir-se-ia pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela substituição do mercado pelo planejamento, pelo fim da dominação de classe e da exploração do trabalho e pela emancipação da classe trabalhadora como sujeito histórico e classe universal.

Em contraposição, para o chamado “marxismo crítico”, a principal forma de dominação no capitalismo é a dominação estrutural sistêmica, exercida pelo tempo do trabalho abstrato, origem, substância e medida do valor, objetivo e principal forma de riqueza da produção capitalista. É neste contexto que devem ser entendidas a questão da propriedade, a dominação e a luta de classes, a exploração e a emancipação do trabalho. Em consequência,

uma sociedade pós-capitalista deve abolir a dominação e a coerção sistêmica do trabalho abstrato, sendo o capital entendido como relação social e a produção de valor como principal forma da riqueza capitalista.

Visando atingir esses objetivos, além desta introdução, o texto inclui, ainda, os seguintes tópicos: a trajetória intelectual, as fontes e a formação do pensamento crítico de Marx, os marxismos depois de Marx, os traços do marxismo tradicional e o marxismo crítico de Postone. No final, algumas críticas a Postone e uma breve síntese conclusiva.

## **2. Breve trajetória intelectual de Marx**

Resgatar alguns traços da biografia e da trajetória intelectual de Marx é importante para compreender a formação e as características essenciais de seu pensamento crítico, o qual se forma a partir da crítica de suas principais fontes. A relação de Marx com essas fontes, a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa, é sempre uma relação crítica, realizada mediante o emprego do seu método dialético, em seus três momentos: negação, conservação e superação do objeto de análise.

Marx nasceu em 5 de maio de 1818, na cidade de Trier, e morreu em Londres, em 14 de março de 1883. O pai de Marx, Heinrich, um advogado judeu, convertido ao protestantismo, era antimonarquista, leitor dos filósofos iluministas e adepto de idéias liberais e democráticas, razão pela qual, na casa de Marx, reinava um ambiente de discussão em torno de teóricos iluministas e liberais, como Voltaire e Rousseau. Marx recebeu influências também de seu sogro, pai de Jenny, o barão Ludwig von Westphalen, leitor e adepto dos iluministas e socialistas franceses. Karl cresceu nessa encruzilhada efervescente de ideias políticas e de culturas conflitantes. Era luterano de um lar judaico numa cidade extremamente católica, sob forte repressão política da monarquia prussiana conservadora.

Em 1835, aos 17 anos, Marx ingressou na Universidade de Bonn, para estudar Direito, mas, um ano depois, em 1836, deu continuidade a seus estudos na Universidade de Berlim. Em Berlim, Marx mergulha no intenso debate

que ali se travava entre os discípulos de Hegel: de um lado, os hegelianos conservadores de direita, que defendiam a dimensão religiosa da filosofia hegeliana e do Estado monárquico prussiano e, do outro, os jovens hegelianos de esquerda, interessados em transformar a dialética de Hegel numa arma revolucionária contra o conservadorismo religioso e político da Alemanha de seu tempo. Marx aproxima-se dos hegelianos de esquerda, mas estuda profundamente a própria filosofia idealista de Hegel e faz sua crítica. Em 1841, Marx inscreveu-se na Universidade de Jena, onde doutorou-se com a tese *A diferença entre as filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro* (MARX, 1979). Nessa tese, além de criticar a filosofia idealista, discute a questão do determinismo de Demócrito e o espaço para o exercício da liberdade em Epicuro (KONDER, 1999).

Marx pretendia seguir a vida acadêmica, mas teve seu caminho para a Universidade bloqueado, por causa de suas ideias e das restrições políticas. Em meados de 1842, dedica-se, então, ao jornalismo, escrevendo para a *Gazeta Renana*. Foi nesse período, também, que Marx se encontrou com Engels pela primeira vez. Em seus artigos na *Gazeta Renana*, Marx analisa questões econômicas e sociais, como o avanço da propriedade privada sobre as terras coletivas e a situação dos vinhateiros do Mosela, prejudicados pela concorrência de outros Estados prussianos. Em março de 1843, Marx foi demitido e o jornal, fechado.

Marx busca refúgio em Paris, no final de 1843, onde colabora com a revista *Anais Franco-Alemães*. Publica dois textos: *Sobre a questão judaica e Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2013). No primeiro, discute a dimensão social e política da religião e, no segundo, critica a teoria do Estado de Hegel. Nesse número, Engels publica *Esboço de uma Crítica da Economia Política*, um dos primeiros textos de economia lidos por Marx.

Em Paris, centro das ideias e dos movimentos socialistas, Marx conhece Proudhon, Bakunin e a Liga dos Justos. Em 1845, é expulso de Paris e refugia-se em Bruxelas, onde escreve *A sagrada família*, uma crítica mordaz ao idealismo dos jovens hegelianos, e *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1990), uma

crítica de seu materialismo contemplativo, que valoriza mais a natureza do que a sociedade e a política (KONDER, 1999), e coloca a semente genial de sua nova visão do mundo, a concepção materialista da história. Em *A ideologia alemã* (MARX & ENGELS, 1986) é feita uma crítica da filosofia idealista alemã, como uma falsa ideia da realidade, e tem início a formulação da concepção materialista da história. Já na *Crítica à filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2013), o objeto da crítica é a concepção de Estado e a lógica idealista de Hegel. Nessas quatro obras, Marx e Engels fazem um ajuste de contas com a consciência filosófica alemã. Em 1886, Engels (1986) escreve *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, no qual faz uma reavaliação dessa crítica e reconhece uma espécie de dívida não saldada com Feuerbach, de quem ele e Marx receberam grande influência.

A crítica ao idealismo da esquerda hegeliana e ao materialismo de Feuerbach são a base de sua teoria dialética e materialista da história. À medida em que ia se envolvendo com as questões econômicas e sociais, Marx foi progressivamente rompendo com a esquerda hegeliana e amadurecendo seu pensamento crítico. Foi também durante seu exílio em Bruxelas que Marx aprofundou seu conhecimento sobre a economia política. A relação crítica com o socialismo avançou, em 1847, quando escreveu *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon* (MARX, 1946). Embora já houvesse abordado questões econômicas anteriormente, este foi o primeiro texto específico de Marx sobre economia política, o qual trata de categorias econômicas, aborda a questão metodológica e a natureza histórica do capitalismo.

Em 1847, Marx e Engels integraram-se à Liga dos Justos, depois transformada em Liga dos Comunistas, cujo slogan, “todos os homens são irmãos”, passou a ser “trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos”. No primeiro Congresso da Liga dos Comunistas, Marx e Engels foram encarregados de escrever o *Manifesto do Partido Comunista* (MARX & ENGELS, 1998).

Como consequência de suas lutas políticas, Marx foi expulso de Bruxelas. Retornou, então, a Colônia, onde passou a editar juntamente com Engels

a revista *Nova Gazeta Renana: órgão da democracia*. Em maio de 1848, Marx é expulso da Alemanha e decide, então, exilar-se em Londres, onde chega com a família, no verão de 1849, com 31 anos, sem dúvida, o melhor lugar para ele fazer sua crítica da economia política. Foi o que ele fez nos 34 anos seguintes, até sua morte. Elaborar a *Crítica da economia política* era seu objetivo maior, mas sem abandonar a organização e a luta política por uma nova sociedade.

Enquanto a crise e a revolução não chegavam, Marx procurava acompanhar os acontecimentos políticos na Europa e escrever sobre economia política. São desse período as seguintes obras: *Trabalho assalariado e capital*, resultado de uma série de palestras na Liga dos Trabalhadores Alemães, *As lutas de classes na França* e o *18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 1978), dentre outros. Entre agosto de 1857 e maio 1858, Marx elabora também os *Grundrisse* (MARX, 2011), um esboço de *O Capital*, que, em certo sentido, tem uma perspectiva mais ampla sobre o sistema capitalista que o próprio *O Capital*. Em 1859, é publicado *Para a crítica da economia política*. Faltava sua obra maior, *O Capital*, um projeto longamente prometido e sempre adiado. Efetivamente, o livro I de *O Capital* só foi publicado em 1867. Os livros II e III foram organizados e publicados por Engels, respectivamente, em 1885 e 1894. Entre 1862 e 1863 Marx escreveu *Teorias do mais-valor*, uma história crítica do pensamento econômico, que deveria se constituir no livro IV de *O Capital*, mas que só foi publicado no início do século XX por Kautsky. Há também um escrito intitulado *O capítulo VI inédito de "O Capital"*, destinado a ser o sexto capítulo do primeiro livro, segundo indicação de Marx, mas que só veio a ser publicado em 1933.

Os *Grundrisse* e *O Capital* representam o pensamento maduro de Max, cuja análise da estrutura e dinâmica do capitalismo é realizada a partir de uma nova perspectiva sistêmica de dominação do capital sobre a sociedade e sobre as classes que a compõem. Poder-se-ia dizer que este pensamento maduro de Marx inaugura uma nova fase, com seus aspectos de continuidade e de ruptura, como será visto logo adiante.

Um olhar retrospectivo dessa trajetória intelectual permite visualizar a gênese e a evolução do pensamento crítico de Marx. Para alguns autores há uma ruptura, nessa evolução, entre o pensamento do jovem Marx e o seu pensamento maduro. Outros, como Beck (2011), dividem essa evolução em diversas fases. Ambos os procedimentos pouco ajudam a compreender a evolução dessa trajetória intelectual se a mesma não for analisada de acordo com o próprio método dialético de Marx. A construção de seu pensamento já é resultado do uso do próprio método crítico e sua evolução consiste num processo de permanente negação, conservação e superação. É o emprego desse mesmo método que permite a Marx construir seu pensamento crítico bebendo nas três fontes que lhe dão origem e o alimentam ao longo de sua trajetória intelectual.

### **3. Fontes e formação do pensamento crítico de Marx**

Marx forma seu pensamento crítico a partir da análise e incorporação dialética de três fontes originais: a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa. Analisar a forma crítica e dialética como Marx incorpora essas ideias é importante para conhecer a própria formação do método de Marx, caminho essencial para formar seu pensamento crítico. Lênin (1913) aborda, de forma pioneira, essas três fontes do pensamento de Marx, embora o faça com certa ênfase dogmática, ressaltando os aspectos doutrinários e não os aspectos críticos do pensamento de Marx, pois o qualifica como “doutrina exata, onipotente, completa e harmoniosa” e o marxismo como o “sucessor legítimo” da filosofia alemã, do socialismo francês e da economia política inglesa. No entanto, sem negar a importância de Lênin, o que se busca aqui é justamente ressaltar a dimensão crítica da formação do pensamento de Marx.

Neste sentido, aborda-se primeiro, de forma mais sucinta, a relação crítica de Marx com a filosofia idealista e com o socialismo utópico e, de forma mais abrangente, a crítica da economia política pela sua maior pertinência ao debate sobre os marxismos realizado no final do texto, especialmente

com os denominados “marxismo tradicional” e “marxismo crítico” na acepção de Postone (2014).

### **- Crítica da filosofia idealista alemã**

A crítica de Marx à filosofia idealista alemã abrange tanto o sistema filosófico de Hegel como as posições de seus discípulos – os conservadores de direita, que atribuíam um sentido religioso à visão histórica hegeliana, e os jovens hegelianos de esquerda, que viam no método dialético um instrumento da luta pelas mudanças históricas. A crítica direta de Marx a Hegel é feita na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2013), cujo objeto principal é a teoria do Estado e do sistema jurídico. Já a crítica aos herdeiros do pensamento hegeliano é feita em *A ideologia alemã, A sagrada família, Teses sobre Feuerbach*, e no texto tardio de Engels (1886) *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

Entender a dialética conceitual de Hegel e sua visão da história é fundamental para entender a crítica de Marx. Mas, para entender Hegel e o idealismo filosófico alemão, é necessário voltar à questão do conhecimento de Hume e de Kant, uma questão epistemológica, que em Hegel e Marx vai assumir uma dimensão ontológica. Lukács (2012a) ressalta a importância fundamental dessa dimensão ontológica no pensamento de Marx.

Uma das questões centrais da filosofia de Kant e do idealismo alemão, antes de Hegel, era a relação sujeito-objeto do conhecimento, uma questão já colocada por David Hume, que Kant tentou resolver. Para Hume, como para o empirismo em geral, todo conhecimento origina-se de experiências empíricas particulares. A razão é como um papel em branco, que registra as impressões sensitivas vindas do mundo exterior, de modo que o sujeito do conhecimento tenha papel totalmente passivo no processo do conhecimento. Para Kant, ao contrário, a razão não é um papel em branco, vazia de conteúdo, nem passiva, que apenas registra as impressões dos sentidos vindas do mundo exterior, mas atua ativamente no processo do conhecimento, através das “categorias transcendentais do entendimento”. Tais categorias

não se formam a partir da experiência, pois são *a priori*, quer dizer, inerentes e inatas ao entendimento. O sujeito racional tem papel ativo fundamental, ordenando o mundo empírico caótico e comandando o processo do conhecimento, pois as categorias lógicas do entendimento permitem ir além dos conhecimentos empíricos particulares e atingir um conhecimento racional de validade universal. No entanto, para Kant, através das categorias racionais *a priori*, o sujeito só pode conhecer as coisas em sua aparência fenomênica e não as coisas “em si” mesmas, na sua essência, a qual permanece inacessível ao entendimento da razão.

Hegel resolve o que diz ser o falso problema da dualidade sujeito-objeto a partir de dois princípios fundamentais: a identidade entre sujeito e objeto, como afirmara Parmênides, “pensar e ser é a mesma coisa”, e a precedência do pensar sobre o ser ou do sujeito sobre o objeto. O sujeito ou o pensamento é igual ao ser, objeto, porque ele cria, é o demiurgo do ser, da realidade objetiva. As categorias do conhecimento não são nem *a priori*, nem decorrem da elaboração da razão humana, mas representam formas de ser do próprio objeto. Por consequência, a lógica é também uma ontologia, pois as categorias lógicas não são categorias do pensamento puro, como pretendia Kant, mas estruturas da própria realidade, são a própria realidade tornada consciente de si mesma no pensamento humano. A dialética é a forma de proceder do pensamento e também do ser. A dialética idealista de Hegel é uma dialética do conceito, um conceito lógico, absoluto, o puro ser, indeterminado, não referenciado a nada, por isso absoluto. Chega-se a ele, o puro ser, por meio da abstração. A partir do puro ser chega-se ao nada. Da relação contraditória entre ser e nada, infere-se um terceiro conceito, que é o devir (PERTILLE, 2013), unidade do ser e do nada. A contradição instaura o movimento da dialética. O que importa é o movimento da passagem entre o ser, que deixa de ser, e o não-ser que vem a ser. A partir das categorias “ser”, “nada”, “devir”, Hegel deduz todas as demais categorias de seu sistema filosófico idealista. A dialética hegeliana é uma dialética da razão, que cria a realidade.

Neste sistema dialético idealista, Hegel entende a história como um processo de desenvolvimento do Espírito absoluto, o *Geist*, que antecede a Natureza e a cria como sua negação. O Espírito absoluto nega-se, aliena-se na Natureza, negação que é a criação do seu oposto e a história humana é o resultado desse desenvolvimento dialético através do qual a Ideia ou o Espírito retorna a si, recupera a consciência plena de si através do sistema filosófico hegeliano. A história do mundo é o desenvolvimento progressivo de uma racionalidade que coincide com a realidade, o Espírito absoluto, a Ideia, a Razão, Deus, que se exprime inconscientemente na natureza e conscientemente na evolução da história humana, pois a Razão universal exprime a estrutura efetiva do mundo real.

A crítica de Marx começa pela análise da relação sujeito-objeto, pensamento e ser, ou seja, pela análise das categorias do conhecimento. Na perspectiva ontológica marxiana, sujeito e objeto não são nem idênticos nem totalmente diferentes, mas formam uma unidade a partir da *práxis* do trabalho, que produz um e outro. Lukács (2012b) identifica no trabalho a categoria fundante do ser social, o vínculo material e objetivo entre ser humano e natureza, que assinala a passagem do ser meramente biológico ao ser social. Sujeito e objeto são diferentes, mas relacionados pela *práxis* humana e não pela atividade especulativa. É pelo conceito de *práxis* humana que Marx supera tanto o problema de Kant, da separação do sujeito e da “coisa-em-si”, incognoscível, quanto a identificação de Hegel entre sujeito e objeto. Para Marx, a relação sujeito-objeto é uma relação ativa da *práxis*.

A crítica de Marx à dialética idealista de Hegel vale-se da crítica de Feuerbach (2007) em *A essência do cristianismo*, no qual o mesmo afirma que Deus é uma projeção do homem, é a essência humana, a perfeição que o homem deseja ser. A religião representa a alienação do homem em Deus. Não foi Deus que criou o homem, mas o contrário, foi o homem que criou Deus. O homem está alienado na fantasia de Deus. O efeito da crítica materialista de Feuerbach foi devastador. De um só golpe ele quebra o encantamento religioso, supera o idealismo e afirma o materialismo.

A influência de Feuerbach sobre Marx também foi enorme, como se pode observar em suas *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1946). No entanto, para Marx, Feuerbach, ao criticar a filosofia idealista de Hegel, jogou tudo pelos ares, inclusive a contradição. Deu um golpe mortal no idealismo de seu mestre, mas não conseguiu superá-lo. Hegel não estava morto, pois a crítica de Feuerbach permanecia abstrata, assim como sua ideia de Natureza e de Homem. Ele não soube encontrar o caminho da abstração para a realidade. Ao criticar o idealismo de Hegel, abandona uma contribuição central do hegelianismo, que é a natureza histórica das formas de entender a realidade e a própria dialética através da qual se desenvolve o pensamento. Feuerbach tentou o caminho do materialismo, mas seu problema, diz Marx, é que, quando ele se diz materialista, esquece a história e, quando a incorpora, não é materialista. Por isso, o resultado foi um materialismo contemplativo, que não entende o processo do conhecimento como uma atividade prática e sim como simples contemplação da realidade.

Em 1820, Hegel publica *Princípios da filosofia do direito*, no qual afirma a supremacia ontológica do Estado em relação à sociedade civil. Para ele, o Estado é a realidade em ato da ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, a Ideia real, o Espírito, que se divide ele mesmo nas duas esferas ideais de seu conceito, a família e a sociedade civil (HEGEL, 2000). Enquanto realização da ideia moral, encarnação do Espírito objetivo, o Estado é uma espécie de síntese final do seu sistema filosófico, em que o racional se reconcilia com o real. Marx inicia sua crítica ao Estado hegeliano ainda em 1841, em sua tese de doutorado. Avança em 1842, na *Gazeta Renana*, quando escreve sobre a “Liberdade de imprensa” e a democracia e defende a superação da monarquia prussiana. Formaliza a ruptura com Hegel, em 1843, na sua *Crítica da filosofia do direito*. A crítica completa-se com *A ideologia alemã*, em 1845, em que ele e Engels formulam a teoria materialista da história e fazem um acerto de contas com a filosofia alemã de seu tempo. A esquerda hegeliana também criticava o Estado prussiano existente, que não podia confundir-se com o Estado racional, e por isso devia ser substituído por um Estado de conteúdo humanista, que tivesse

um papel emancipador. Os jovens hegelianos permaneciam idealistas, pois acreditavam poder atingir seu objetivo pelo debate de ideias, pela prática jornalística e pela propaganda. Já a crítica de Marx atacava a natureza do Estado hegeliano, afirmando que a família e a sociedade civil são o fundamento real do Estado e não o inverso, como propunha Hegel. Em suas críticas na *Gazeta Renana*, Marx confronta a filosofia do direito de Hegel com a prática real do Estado prussiano, que atuava em favor dos interesses particulares dos novos proprietários das terras comunais.

A *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2013) representava um passo decisivo em direção ao materialismo histórico, que é aprofundado em *A ideologia alemã*. Para Marx e Engels (1986), o idealismo alemão era uma ideologia, uma falsa representação da realidade e uma compreensão distorcida da história humana. Marx e Engels pretendiam desmascarar esses filósofos, pretensos revolucionários, que nada mais faziam senão reproduzir as representações da burguesia alemã. Para eles, a ciência da história não trata da história das ideias, mas da história real e concreta da sociedade. O primeiro ato histórico do homem não foi o pensamento, mas o ato de produzir seus próprios meios de vida e, assim como produzem os meios de vida, produzem a si mesmos e suas representações, que são condicionadas pela produção dos meios materiais da vida. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

A ideologia alemã desce do céu à terra, enquanto Marx e Engels propõem subir da terra ao céu. Não se parte daquilo que os homens pensam e dizem para se chegar ao que eles são em carne e osso, mas de sua situação real, para se saber o que pensam e dizem. Os ideólogos alemães continuam pensando que as ideias e os conceitos dominam os homens e o mundo, que o mistério do mundo real são os pensamentos. Eles vivem na ilusão de que o mundo real é dominado pelo mundo ideal e que seu pensamento crítico tem a força suficiente para mudar a realidade.

Marx expressa a ruptura com a filosofia idealista de Hegel, especialmente com sua teoria do Estado, e com toda a esquerda idealista, quando afirma

em *Para a crítica da economia política* (MARX, 1980) que sua longa investigação havia chegado à conclusão de que as relações jurídicas e as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano, mas assentam-se nas condições materiais de vida. O caminho da crítica estava traçado: o Estado tem suas raízes na sociedade civil, cuja anatomia deve ser buscada na economia política.

Em *O Capital*, Marx (1980) retoma a ideia de um sujeito histórico abordado por Hegel (2016) em *Ciência da lógica*. No sistema hegeliano, o *Geist* é o sujeito histórico que se desenvolve a partir de suas contradições internas. Em *O Capital* de Marx, também o capital atua como um sujeito histórico, que se desenvolve dialeticamente através das contradições sociais que o constituem. A analogia entre o conceito de capital de Marx e o conceito de *Geist* de Hegel é muito forte, mesmo considerando a natureza social do capital e o caráter ideal do *Geist*. Em sua obra máxima, Marx (1980) afirma que o valor, ao passar constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, transforma-se no sujeito automático do processo. O valor torna-se o sujeito de um processo em que, mediante sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro ora como mercadoria, altera sua própria grandeza ao valorizar a si mesmo. O movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento. Sua valorização é, portanto, autovalorização. O valor apresenta-se como uma substância em processo, que move a si mesma através das mercadorias e do dinheiro, que não passam de meras formas do sujeito capital.

Como se observa, o capital é a substância, sujeito em processo, estrutura das relações sociais constituídas pela prática, mas o capital aqui não pode ser entendido como algo físico, os meios de produção, nem como a propriedade privada ou a dominação de classe, mas como uma relação social invertida entre sujeito e objeto. O capital é o verdadeiro sujeito do processo histórico. O sujeito de Marx, como o de Hegel, é um sujeito abstrato e não um ator social concreto, seja ele indivíduo ou classe social. O *Geist* de Hegel e *O Capital* de Marx desenvolvem-se no tempo, de forma independente da

vontade dos sujeitos concretos. Ambos se movem por uma lógica dialética interna, seja do Espírito, seja das relações sociais alienadas. A diferença é que a autorrealização do sujeito de Hegel representa o fim da história, enquanto o sujeito de Marx se supera dialeticamente e a história não termina, pois o fim do capitalismo não é o fim, mas o começo da história humana.

### **- Crítica do socialismo utópico francês**

A crítica de Marx e Engels ao socialismo utópico francês e aos demais socialismos europeus envolve a natureza, os objetivos e os meios de realização de uma sociedade pós-capitalista. Os primeiros contatos de Marx com o socialismo francês deram-se ainda em Trier. Marx também lia autores socialistas. A análise dos problemas econômicos e sociais, quando trabalhava na *Gazeta Renana*, abriu o caminho ao socialismo. Além de Saint-Simon, Marx conhecia também outros autores socialistas, como Fourier e, especialmente, Proudhon, principal alvo de suas críticas. A crítica de Marx aos diferentes socialismos foi exigindo dele um progressivo conhecimento da economia política, que lhe oferecia os conceitos para a compreensão e crítica do capitalismo e a definição do socialismo. Ao mesmo tempo, seu envolvimento com o socialismo e com a economia política evidenciaram a relevância das condições materiais da vida e alimentaram sua crítica à filosofia idealista de Hegel. Marx criticava a fragilidade teórica dos autores socialistas, sua má compreensão da economia política, da natureza do capitalismo e da dialética hegeliana, como foi o caso de Proudhon, que escrevia sobre ambas sem entender nem de uma nem de outra. Em carta a von Schweitzer, de 24 de janeiro de 1865, Marx (1982) afirma que a melhor obra de Proudhon é *O que é a propriedade?* e que seu principal mérito é seu estilo. Afirma, também, sentir-se culpado pela confusão teórica do principal expoente do socialismo francês, por ter tentado ensinar-lhe um pouco da dialética hegeliana para que entendesse suas “antinomias econômicas”.

Um texto de Engels sobre os princípios básicos do comunismo talvez tenha sido a primeira tentativa de sistematização e crítica dos movimentos

socialistas. Redigido na forma de perguntas e respostas, serviu de base para a redação do *Manifesto do Partido Comunista*. (MARX & ENGELS, 1998). Em 1877, no final da vida, Engels faz uma avaliação conclusiva sobre a natureza e a perspectiva do socialismo no seu texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Nesse texto, Engels (1980) enfatiza que o traço comum dos três grandes socialistas utópicos, Saint-Simon, Fourier e Owen, era que os mesmos não atuavam em favor dos interesses do proletariado e não se propunham emancipar primeiro a classe oprimida e sim toda a humanidade em seu conjunto. Marx e Engels distinguem ao menos três tipos de socialismo: o reacionário, que se volta nostálgicamente para o passado pré-capitalista, o conservador, que quer reformar o presente capitalista, e o utópico, que sonha com uma futura sociedade socialista de contornos indefinidos.

Em síntese, pode-se dizer que a importância dos movimentos socialistas reside mais nos problemas que evocam do que nas análises que fazem desses problemas e nas soluções que propõem. Eles se voltam mais para o passado do que para o futuro e têm uma má compreensão da situação que vivem no presente capitalista. A crítica de Marx e Engels realça a fragilidade teórica das análises e das suas propostas de socialismo.

### **- Crítica da economia política inglesa**

Exilado político em Londres, Marx dedica-se ao seu grande projeto de fazer a crítica da economia política, que já havia começado em Paris em 1844, e que vai consumir o restante de toda sua vida. Fazemos aqui um breve esboço de sua crítica da economia política, tal como foi feito em relação às outras duas fontes do pensamento crítico de Marx. Embora haja uma interação entre elas, sem dúvida, a crítica da economia política teve uma importância primordial na formação de seu pensamento, motivo pelo qual lhe é dedicada análise mais ampla que às outras fontes. A análise da crítica da economia política de Marx busca também explicitar os fundamentos do “marxismo crítico” de Postone (2014), pois é nesta crítica que Marx vai elaborando seus conceitos, entre eles o conceito de capital, que lhe permite

formular sua crítica ao todo do sistema capitalista. Tais conceitos são resgatados por Postone para fundamentar suas teses sobre o “marxismo tradicional” e o “marxismo crítico”. A crítica da economia política constitui-se, então, no elo de ligação que costura toda a unidade deste texto.

Na crítica da economia política, Marx procura desvendar a “anatomia da sociedade civil burguesa”, pois é nela que se encontra a explicação da natureza do capitalismo e da base material do Estado e das instituições jurídicas e políticas. Para conhecer a anatomia dessa sociedade e descobrir sua natureza interna, é preciso ir além de suas aparências, dissecar suas entranhas e descobrir seus segredos ocultos. É provável que os primeiros contatos de Marx com a economia política tenham se dado através do estudo de Hegel (SCHÄFFER, 2011; MÜLLER, 2011). A necessidade de aprofundar os estudos de economia política veio depois, com a análise dos problemas sociais e a leitura de autores socialistas. Mas um estudo mais rigoroso e sistemático da economia política só começou em Paris, quando Marx leu o texto de Engels, *Esboço para uma crítica da economia política*, e publicou os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Aprofundou seus conhecimentos ao fazer a crítica a Proudhon. A crítica final da economia política só veio a realizar-se nos *Grundrisse* e, especialmente, em *O Capital*.

Marx começa sua crítica pelo estudo minucioso e sistemático do acervo considerável de conhecimentos dos economistas clássicos, Smith e Ricardo, que haviam descoberto um conjunto de leis de funcionamento da economia e criado suas categorias básicas, como mercadoria, teoria do valor-trabalho, valor de troca, capital, salário, lucro, renda da terra, categorias que lhes permitiam ter um razoável conhecimento de como funcionava e se comportava o sistema capitalista. Marx faz uma severa crítica a todas as principais categorias da economia política. Para Marx, o discurso da economia política era um discurso fetichista e mistificador, que apenas traduzia as aparências do sistema, deixando de explicar a natureza profunda da economia e da sociedade capitalista. Com efeito, a economia política analisa como se produz dentro das relações capitalistas e não como se produz a

própria relação capitalista. Ela explica como funciona o capital, mas não explica o que é o capital, como ele se formou, sua gênese e sua evolução histórica. A economia política naturaliza e eterniza o que é histórico e transitório, o capital e as relações capitalistas de produção. Presos às aparências das coisas, os economistas clássicos não perceberam que a suposta economia natural está completamente subordinada às determinações do capital e de suas leis de valorização. Para a economia política, o capitalismo visa produzir valores de uso e não valor, riqueza abstrata. A economia política não questiona suas categorias de análise. Toma-as como um dado e não como um problema a ser elucidado. Ela as considera como categorias naturais e eternas e não históricas. O próprio Marx (1988, p. 10) salientou que “a economia política burguesa vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social”. Napoleoni (1981) afirma que tudo o que a economia política toma como pressuposto, como um dado da realidade, Marx questiona e procura elucidar: a propriedade privada, a separação entre trabalho, terra e capital, o salário, a renda da terra e o lucro, a divisão do trabalho, a concorrência e o valor de troca. E conclui afirmando que os “economistas burgueses, enredados nas ideias capitalistas, explicam como se produz dentro da relação capitalista, mas não como se produz esta relação” (NAPOLEONI, 1981, p. 10). A crítica de Marx consiste, antes de tudo, em romper as aparências do discurso clássico para mostrar a natureza oculta do capital, o mais-valor e o segredo da acumulação capitalista. Nas palavras de Duayer (2012, p. 25), Marx faz “a crítica da Economia Política como crítica ontológica da moderna sociedade capitalista”. O núcleo central e o fio condutor da crítica de Marx é a especificidade histórica do trabalho no capitalismo. É a partir da crítica do conceito de trabalho dos economistas clássicos que Marx faz a crítica das demais categorias da economia política, ressaltando seu caráter históricoespecífico no contexto capitalista. Na definição de seu método (CORAZZA, 2003), Marx inverte a dialética de Hegel, que “está de cabeça para baixo”, pois afirma que o “processo de pensar é o criador do real”, enquanto, “para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela

interpretado” (MARX, 1988, p. 16). O método dialético é interno e inerente ao próprio objeto, tanto em Hegel como em Marx (SIQUEIRA, 2015, p. 16). Ele se efetua em três movimentos: negação, conservação e superação – ou seja, a partir de uma imersão crítica nos conceitos da economia política, Marx analisa sua gênese lógica e os reconstrói com um conteúdo renovado e enriquecido. Enquanto a economia política naturaliza o capital e as relações sociais capitalistas, Marx procura mostrar a gênese e a natureza histórica do capital e das demais categorias econômicas.

O capital, para Marx, é antes de tudo uma relação social de dominação dos meios de produção, apropriados pela classe capitalista, sobre os trabalhadores diretos, despossuídos de seus meios de trabalho, ou seja, ele não se confunde simplesmente com os meios de trabalho, mas se configura como uma relação social invertida entre meios de trabalho e trabalhadores, relação em que os meios de produção utilizam os trabalhadores para produzir valor e valorizar o capital e não uma relação natural em que os trabalhadores se valem desses meios de produção para produzir seu sustento. A crítica do conceito de trabalho significa que, em condições capitalistas, o trabalho não é trabalho natural, como acentua Postone (2014), mas uma forma histórica específica de trabalho, trabalho assalariado, uma forma de trabalho alienado, porque o trabalhador não só não controla o processo e o produto do seu trabalho, como também só recebe uma parte do que produziu com seu trabalho. No capitalismo, alienado é o trabalhador, que se projeta, se nega e se perde no produto de seu trabalho. O trabalhador aliena-se ao ser dominado pelo produto de seu próprio trabalho, como “algo estranho, como um poder independente”. O conceito de trabalho alienado no capitalismo consiste em que ele não é o sujeito da produção, mas um simples meio para produzir valor e valorizar o capital. Musto (2011, p. 35) afirma que indo na direção oposta da economia política e do próprio Hegel, Marx considerou o trabalho alienado e o trabalhador dominado pelo produto de seu trabalho “não como uma condição natural ou imutável, mas como característica de uma estrutura específica de relações sociais de produção: o modo capitalista de produção e o trabalho assalariado”.

Ao terminar o livro primeiro de *O Capital*, Marx escreve a Engels dizendo que o melhor de seu livro eram duas coisas: o duplo caráter do trabalho – o trabalho concreto, que produz valor de uso, e o trabalho abstrato, que produz valor de troca – e o tratamento do mais-valor. Ao falar da importância do duplo caráter do trabalho, Marx acrescenta que o entendimento total dos fatos depende da compreensão desse duplo caráter do trabalho. Marx chega a esta importante conclusão ao fazer a crítica do fetiche da mercadoria e, através dela, vai desvendando a gênese das demais categorias econômicas. Nesse esforço crítico foi essencial a descoberta da mercadoria especial força de trabalho, a única que pode criar um valor maior do que seu próprio valor, o mais-valor. O objeto da troca entre capitalista e trabalhador não é o trabalho, mas a força de trabalho. Marx desvenda, assim, o enigma de uma troca desigual de valores não equivalentes oculta numa troca de equivalentes, cuja diferença é o mais-valor, trabalho não pago, que alimenta a valorização do capital. O conceito de mais-valor permite a Marx diferenciá-lo de suas formas particulares, a saber, lucro, juro, renda da terra. Em *O Capital*, sua crítica da economia política introduz dois novos conceitos: o de totalidade e o de sujeito histórico, a exemplo do que fizera Hegel (2016) em sua *Ciência da lógica*, livro que Marx relê ao escrever sua obra maior. Hegel constrói seu sistema filosófico como totalidade, a partir de uma categoria, o *Geist*, Espírito absoluto. Procedimento semelhante faz Marx, quando constrói o sistema teórico do capital a partir da análise da mercadoria e dela deduz as demais categorias, que explicam a natureza, a estrutura e a dinâmica da totalidade capitalista. Nessa totalidade capitalista, Marx evidencia o domínio do capital, sua lógica de funcionamento e de dominação sistêmica. A exploração do trabalho pelo capital e a dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora inserem-se nesta forma de dominação abstrata exercida pela estrutura e pela lógica sistêmica do processo impessoal de valorização do capital sobre a totalidade da sociedade, capitalistas e trabalhadores, embora não negue que a exploração do capitalista sobre o trabalhador seja um mecanismo na engrenagem dessa dominação abstrata. Nesta ótica de Marx, a sociedade capitalista e suas classes

sociais são dominadas por um processo abstrato, que está para além do controle dos homens que dele participam, o processo do capital, valor que se autovaloriza como verdadeiro sujeito histórico da sociedade capitalista. Retomando essa visão crítica da economia política feita por Marx, Postone (2014) cria a expressão “marxismo crítico” e reafirma que a dominação fundamental do capitalismo não é o domínio direto e imediato de pessoas sobre pessoas ou de uma classe sobre outra classe, mas a dominação estrutural abstrata da própria lógica da produção de valor e de valorização do capital sobre a produção de valores de uso e especialmente sobre o trabalho que os produz. Nos *Grundrisse*, Marx (2011, pp. 104-105) afirma que a “dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal”. E acrescenta que “essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador social”. No prefácio à segunda edição de *O Capital*, Marx expressa concordar perfeitamente quando um leitor de seu livro afirma que ele define o movimento social como um processo histórico governado por “leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos” (MARX, 1988, p. 15). No capitalismo, os homens estão mais livres de relações de dominação pessoal e mais dependentes de uma dominação estrutural abstrata, expressa no valor de troca, que se impõe como uma lógica histórica determinada pelo trabalho abstrato, uma norma geral e abstrata à qual o trabalho e a produção têm de se conformar. Tudo passa a ser dominado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, o tempo do trabalho abstrato. Inclusive a exploração e a dominação de classe inserem-se nessa lógica ditada pelas necessidades de valorização do capital.

A crítica da economia política feita por Marx inclui a exploração, a desigualdade social e a dominação de classe, mas vai além, buscando explicar a natureza constitutiva dessas relações e a centralidade da forma abstrata de dominação social. O mecanismo de dominação abstrata não nega a dominação e a exploração de uma classe sobre outra, nem o papel da propriedade privada dos meios de produção, mas não se restringe a esses

aspectos, é mais amplo e mais profundo do que eles. As relações sociais básicas do capitalismo são constituídas pela forma específica do trabalho e não podem ser entendidas apenas como relações de propriedade e relações de classe. São as leis da produção de mercadorias regidas pelo capital que exercem a coerção social, que não é uma função da propriedade privada, nem da apropriação do excedente pela classe capitalista, ao contrário, ela se baseia na forma valor da riqueza, uma forma hostil e dominante sobre o trabalho vivo. A propriedade privada não é a causa, mas a consequência do trabalho alienado, o que implica que a superação do capitalismo não possa resumir-se na abolição da propriedade privada e na superação das classes sociais. Marx não apenas transforma a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo em teoria do mais-valor e da exploração, mas os critica por terem atribuído ao trabalho em geral a fonte do valor, sem terem examinado o tipo de trabalho que cria valor de troca e produz mercadorias. Eles consideram o trabalho assalariado como a forma natural e eterna do trabalho. Para Marx, a economia política não entendeu que se a mercadoria tem valor de uso e valor de troca, o trabalho que a produz também tem que ter esse duplo caráter de ao mesmo tempo produzir valor de uso e valor de troca. A economia política não entendeu que a forma valor do produto do trabalho é específica do modo capitalista de produção, um tipo particular e histórico de produção social, não natural e eterna, como também não são naturais nem eternas a forma valor, a forma mercadoria, a forma dinheiro e a forma capital. Marx faz uma crítica imanente da teoria do valor trabalho, mostrando a existência do trabalho não pago, origem do lucro, que não está relacionado a qualquer aspecto produtivo inerente ao capital, mas que decorre do trabalho não pago, valor excedente ou mais-valor, e que o trabalho é o único fator produtivo.

Como será enfatizado a seguir por Postone, o núcleo central do capitalismo é constituído por este duplo caráter do trabalho e não pela propriedade privada, o mercado e as relações de classes, pois eles se inserem na dominação estrutural objetivada das relações sociais constituídas pelo trabalho abstrato. A crítica da teoria do valor trabalho, a crítica do mais-valor e da

exploração, a crítica da propriedade privada, do domínio de classe e do mercado inserem-se numa crítica mais radical do capitalismo, em cuja constituição o trabalho tem uma importância fundamental, pois é a base das estruturas abstratas de dominação. Em consequência, capitalismo e socialismo não se diferenciam só pela forma como se produz e se distribui a riqueza social, mas sobretudo pela natureza dessa riqueza, que é valor, riqueza abstrata, forma dominante da riqueza no capitalismo. A classe trabalhadora é integrante do capitalismo e não o princípio de sua negação. A superação do capitalismo deve significar também a superação da classe proletária e não sua realização como sujeito histórico e classe universal. Estatizar os meios de produção pode não significar a superação do capitalismo, se não se abolir o capital, relação social de dominação dos meios de produção sobre o próprio trabalhador.

Enfim, a crítica de Marx à economia política é de fundamental importância para a compreensão do debate entre os diversos marxismos, como se verá a seguir. Ela reforça os argumentos de Postone na sua crítica ao que denomina de “marxismo tradicional” e adianta os fundamentos para a elaboração de sua visão do “marxismo crítico”.

#### **4. Os marxismos depois de Marx**

A caracterização do pensamento de Marx como “marxismo” ocorreu mesmo antes da sua morte. Ele negava ser um “marxista”. Após a morte de Marx, seu legado teórico foi disputado por um conjunto heterogêneo de discípulos e seguidores, ou correntes de pensamento, cada qual se proclamando como legítimo intérprete do verdadeiro pensamento de Marx. A título de exemplo, pode-se citar a corrente revisionista liderada por Bernstein, a corrente mais ortodoxa liderada por Kautsky, o marxismo-leninismo tornado doutrina oficial dos Partidos Comunistas e o chamado “marxismo ocidental”, em suas diversas correntes e escolas e em seus muitos autores. Não se trata aqui de fazer um resumo histórico de cada uma dessas correntes, pois a divisão entre “marxismo tradicional” e “marxismo crítico” feita

por Postone parece ser uma excelente forma de apresentar e caracterizar os diversos marxismos depois de Marx. A caracterização dessas duas correntes evidencia não apenas as respectivas visões sobre o capitalismo, mas também sobre os caminhos que podem levar a sistemas pós-capitalistas.

#### **4.1. A crítica ao marxismo tradicional**

Em seu livro *Tempo, trabalho e dominação social* e em outros textos, Postone (2014, 2016) propõe-se fazer uma reconstrução da teoria crítica de Marx, nos termos como o mesmo fez sua crítica da economia política, reproduzida acima. Para tanto, trabalha com dois conceitos principais: o de “marxismo tradicional” e o de “marxismo crítico”. Sua crítica ao marxismo tradicional soma-se a todo um esforço de reconstrução crítica do marxismo, que vem sendo feita nos últimos tempos. Embora se oponha às leituras ontologizantes da obra de Marx (CAMARGO, 2013, p. 122) e seja discutível se o marxismo tradicional envolve também a crítica ontológica feita por Lukács (2012a) à tradição marxista de base neopositivista, é inegável a contribuição deste último para a formação de um marxismo crítico. Netto (2012, p. 13) não utiliza a expressão “marxismo tradicional”, mas, sem dúvida, associa a visão tradicional ao que denomina de “paralisia teórica do marxismo”.

Para Postone (2014, p. 21), o marxismo tradicional abrange “todas as abordagens teóricas que analisam o capitalismo do ponto de vista do trabalho” e o definem essencialmente em termos de relações de classes, “estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e uma economia regulada pelo mercado”. As relações de dominação são entendidas primariamente em termos de “dominação e exploração de classe”. Incluem-se nessa visão do marxismo tradicional marxistas renomados, como Dobb, Sweezy, Mandel, Lukács, Althusser e seu estruturalismo e autores da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Referindo-se especificamente a Mandel, um destacado teórico do capitalismo no segundo pós-guerra, Camargo (2013, p. 130) afirma que Postone considera sua teoria insuficiente, quando não equivocada. Como se pode ver, a crítica ao marxismo tradicional abrange quase toda

a história do marxismo e grande parte daquilo que Perry Anderson (1989) chamou de marxismo ocidental.

O que define o marxismo tradicional é o estatuto da categoria trabalho. Mais especificamente, a crítica ao marxismo tradicional envolve dois pontos centrais: “uma concepção natural do trabalho” e “a noção de dominação entendida em termos de classe social”. (VIEIRA, 2015, p. 164). O marxismo tradicional expressa a visão de um capitalismo estruturado sobre a propriedade privada dos meios de produção, nas mãos da classe capitalista, que atua como classe dominante sobre a classe trabalhadora para apropriar-se do mais-valor produzido pelo trabalho. Nessa ótica, o capital é constituído sobretudo pelos meios físicos de produção e não como a relação social básica da sociedade capitalista. A dominação social é exercida pela classe dominante, a luta de classes é o motor da história e a classe trabalhadora, protagonista da revolução socialista. Postone não nega a importância da dominação, da exploração e da luta de classes, mas afirma que elas se inserem numa dominação capitalista mais ampla e mais profunda. Camargo (2013, p. 122) resume o debate entre marxismo tradicional e marxismo crítico da seguinte forma: para o marxismo tradicional, “a extinção da propriedade privada e a planificação da economia seriam já condições suficientes para a eliminação de relações de dominação tipicamente capitalistas”, enquanto, para o marxismo crítico, “a posse dos meios de produção pelo proletariado não elimina o núcleo da dominação capitalista, que é a própria produção industrial moderna”. Para o marxismo tradicional, o que estaria em pauta é o “modo de distribuição da riqueza e não o próprio modo de produção”. Como vimos na análise crítica de Marx, a dominação social fundamental “não consiste na dominação de pessoas por outras pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas, constituídas pelas próprias pessoas” (POSTONE, 2014, p. 46), ou seja, a forma de dominação social que caracteriza o capitalismo não decorre da propriedade privada dos meios de produção e da exploração. Ela se expressa pelas categorias valor, mercadoria, mais-valor e capital, típicas do capitalismo, mas que para o marxismo tradicional são formas de riqueza social produzidas

pelo trabalho em todas as épocas e lugares. Essa interpretação, afirma Postone (2016, p. 81), na melhor das hipóteses, é incompleta ou parcial, pois considera o trabalho no capitalismo como um trabalho natural, uma atividade que faz a mediação entre seres humanos e natureza e se constitui como a fonte de riqueza em todas as sociedades. O marxismo tradicional critica a sociedade capitalista a partir do trabalho em geral, enquanto o marxismo crítico faz a crítica do caráter específico do trabalho no capitalismo, ou seja, o marxismo tradicional faz uma crítica “externa” e “positiva” do trabalho no capitalismo e o marxismo crítico, uma crítica “intrínseca” e “negativa”. A questão fundamental é que o marxismo tradicional, a partir de sua visão equivocada do estatuto específico do trabalho no capitalismo, concentra sua análise nas questões da propriedade dos meios de produção, na dominação da classe capitalista, na exploração e na distribuição desigual dos produtos do trabalho. Ele traduz uma certa visão ontológica ou antropológica do trabalho, na qual o homem, enquanto proletário, teria seu pleno desenvolvimento humano bloqueado pelo capitalismo, mas o socialismo poderia assegurá-lo, através da propriedade coletiva, do fim da exploração e da emancipação do trabalhador.

A verdadeira crítica de Marx ao capitalismo é uma crítica intrínseca ao núcleo central constitutivo do sistema representado pelo duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato. É a categoria do trabalho abstrato, o tempo de trabalho socialmente necessário, que se constitui como fundamento do valor e norma de dominação social e, portanto, é a partir desse duplo caráter do trabalho, que pode ser entendida a dominação social e não a partir de relações de propriedade, de exploração e dominação de classe, como quer o marxismo tradicional (POSTONE, 2014, pp. 22-23). Na visão tradicional, Marx critica o capitalismo por ser uma “sociedade que se apoia num sistema de exploração” e, por consequência, o objetivo de sua crítica é “abolir a exploração e a dominação de classe e dar origem a um novo modelo de distribuição justo e racionalmente regulado”. A crítica de Marx visaria “o modo de distribuição” e a “dominação de classe”, “externa ao processo de produção industrial”, de natureza técnica. Como consequência, a transição

do capitalismo para o socialismo seria essencialmente “uma mudança no modo de distribuição”.

A partir dessa definição de capitalismo, cabe perguntar como se estrutura e define uma sociedade socialista na visão do marxismo tradicional? Fica claro que o socialismo seria uma sociedade estruturada sobre a propriedade estatal ou coletiva dos meios de produção, o planejamento centralizado e o fim da dominação e da exploração de classe, pois, nessa visão tradicional, a extinção da propriedade privada e a planificação da economia seriam já condições suficientes para a eliminação de relações de dominação tipicamente capitalistas. Mais ainda, o socialismo significa “a realização histórica do trabalho”, em que a “classe trabalhadora pode realizar seu potencial, como classe universal”. Para o marxismo tradicional, a “contradição estrutural do capitalismo se resume a uma oposição de classe entre capitalistas, que controlam a produção, e os proletários, que produzem toda a riqueza”, uma oposição entre “exploradores e explorados” (*ibidem* p. 24).

Como se verá a seguir, na análise crítica de Marx a principal contradição do capitalismo se dá entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que produzem riqueza material e valor. Em consequência, a dominação social no capitalismo não consiste, em um nível mais fundamental, na dominação de pessoas por outras pessoas, nem de uma classe sobre outra, mas na dominação de pessoas e de classes por uma estrutura social abstrata, mais ampla e mais profunda que a própria dominação de classe, como afirma o marxismo crítico.

#### **4.2. O marxismo crítico de Postone**

O marxismo crítico de Postone propõe-se fazer uma reinterpretação crítica da teoria do capitalismo de Marx. Essa proposta tem provocado um amplo debate no campo da teoria marxista, e parece ter sido bem recebida no seu todo, salvo críticas pontuais, como a de Prado (2016) e a de Ximenes (2017). A crítica mais ampla e contundente foi a de Bidet (2015). Araujo (2016), por sua vez, faz a “crítica da crítica” de Bidet. A teoria de Marx é necessariamente

uma teoria crítica do capitalismo, pois “o marxismo não tem sentido se não é crítico” (LÖWY, 1997, p. 2). A crítica de Marx, porém, não é uma crítica externa ao capitalismo, mas uma “crítica ontológica insuperável” à natureza constitutiva do capitalismo (DUAYER, 2012; DUAYER & MEDEIROS, 2008). Para esses autores (p. 160), “é essencial entender a obra de Marx como crítica ontológica”, pois toda crítica genuína “só pode ser ontológica”. Ontológica, sem dúvida, é a crítica de Lukács (2012a, 2012b), que analisa o trabalho como fundamento ontológico do ser social no capitalismo. Postone, porém, ao analisar a natureza específica do trabalho no capitalismo, não faz uma crítica ontológica, pois considera o trabalho uma categoria analítica e não ontológica do capitalismo.

O marxismo crítico procura redefinir o capitalismo em bases mais fundamentais que a propriedade privada, a exploração, a dominação e a luta de classes, pois entende que estas não constituem o núcleo central definidor do sistema capitalista. A visão do marxismo tradicional expressa o ponto de vista do trabalho e realça apenas a questão da exploração e os aspectos distributivos da economia capitalista, enquanto, para o marxismo crítico, o elemento constitutivo central do capitalismo é o duplo caráter do trabalho, cuja síntese é dada pela mercadoria. Ele não faz a crítica do capitalismo a partir do trabalho, mas coloca a forma específica do trabalho no capitalismo como objeto da sua crítica. Postone tenta repensar a própria natureza do capitalismo a partir de um novo enfoque sobre a especificidade do trabalho no sistema, pois Marx não analisa o trabalho em geral, mas a forma histórica específica que o mesmo assume no capitalismo, como trabalho abstrato. Vieira (2015, p. 164) afirma a centralidade da categoria trabalho abstrato, sua natureza essencialmente social e dominante na formação social capitalista. É a partir do trabalho abstrato que se definem as relações sociais reais básicas da sociedade capitalista, e não apenas pelas relações de propriedade, de classe e de exploração. A crítica de Marx vai além dessas questões. Ela busca explicar a natureza constitutiva do capitalismo a partir da centralidade do trabalho abstrato, base da dominação estrutural sistêmica. Para Duayer e Araujo (2019), nos *Grundrisse*, Marx define o capitalismo como

uma sociedade em que os indivíduos estão muito mais livres de relações de dominação pessoal do que nas formas anteriores de sociedade. No entanto, essa liberdade existe na estrutura de um sistema de “dependência objetiva”, efetuada por uma mediação social que impõe formas abstratas e aparentemente objetivas de coerção sobre a ação humana. Como consequência, o marxismo crítico não visa promover a realização plena do homem pelo trabalho, mas a abolição do trabalho abstrato, do valor e do capital e, com isso, o fim da dominação social estrutural e não apenas da propriedade privada e das classes sociais. O capitalismo é “uma forma historicamente específica de interdependência social de caráter impessoal” (POSTONE, 2014, p. 18), em que já não prevalecem as relações tipicamente pessoais e de classe, como havia na escravidão e no feudalismo. No capitalismo, são as leis da produção de mercadorias, regidas pelo capital, que realizam a mediação social e exercem de, forma compulsiva, a coerção, bem como determinam o objetivo da produção e sua forma material. Ora, tais aspectos não estão diretamente relacionados com a questão da propriedade privada, nem da exploração ou da dominação de classe, mas se baseiam na forma-valor abstrata da riqueza, uma forma que afeta coercitivamente as condições do trabalho. Por isso, a dominação social básica do capitalismo é estrutural e não uma dominação pessoal ou de classe, pois o trabalho é a categoria que estrutura a dominação no sistema capitalista, no qual predomina uma interdependência social de caráter impessoal, objetiva e historicamente específica. Para Postone (*idem ibidem*), trata-se de uma forma objetiva e “crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais, que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta”.

Dessa forma, observa-se que o marxismo crítico vai muito além da crítica tradicional do mercado, da propriedade privada, da dominação de classe e da exploração, pois Marx não se limita a fazer apenas uma crítica da exploração e da distribuição desigual da riqueza e do poder. Ao contrário, ele critica o sistema capitalista como um todo, a partir de suas estruturas abstratas de dominação, em que a mediação é socialmente constituída por uma

forma de trabalho historicamente específica. Em uma sociedade em que a mercadoria é a categoria estruturante básica de todo o sistema, o trabalho e seus produtos não são distribuídos socialmente de acordo com normas tradicionais ou por relações explícitas de poder e dominação, como ocorre em outras sociedades. No capitalismo é o próprio trabalho que substitui tais relações e realiza a mediação social entre os indivíduos, pois não se trata de trabalho natural, mas de trabalho alienado. Quem aliena o trabalho é o capital, como relação social, e não a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, a desalienação do trabalho não decorre simplesmente da abolição da propriedade privada. O que deve ser superado é o capital, que na sua essência é uma relação social de dominação historicamente determinada. O trabalho, embora esteja presente em outras sociedades não capitalistas, não é o princípio constitutivo de todas as sociedades, como o é do capitalismo, pelo fato de suas relações sociais básicas serem constituídas pelo trabalho. Portanto, as relações sociais básicas do capitalismo são diferentes das que constituem as sociedades não capitalistas. Embora inclua uma crítica da exploração, da desigualdade social e da dominação de classe, o marxismo crítico vai além, pois busca elucidar o tecido mesmo das relações sociais na sociedade moderna e a forma abstrata de dominação social intrínseca a elas. Desloca-se, assim, o foco da crítica do capitalismo, da esfera da propriedade privada e das relações de dominação de classe, para a esfera da dominação pelo trabalho abstrato. Em diversas passagens de sua obra, Postone (2014, pp. 447, 449, 451) insiste que, para a crítica madura de Marx, é o duplo caráter do trabalho, abstrato e concreto, que constitui a “ forma fundamental da estruturação da vida social e mesmo o núcleo essencial do capitalismo e não o mercado e a propriedade privada dos meios de produção”. Do mesmo modo, as categorias valor e mais-valor não fundamentam apenas a teoria da distribuição e da exploração, nem a ideia de que “o proletariado é o sujeito revolucionário que se realizará como classe universal numa futura sociedade socialista”. Ao contrário, a classe trabalhadora, por sua vez, enquanto elemento e parte integrante do capitalismo, não deve ser emancipada, mas superada junto com a superação do próprio

sistema. Um enfoque exclusivo sobre os aspectos burgueses do capitalismo pode encobrir a “importância crucial que têm na análise de Marx as distinções entre trabalho abstrato e concreto, valor e riqueza material”. Efetivamente, a teoria crítica de Marx, embora não negue a importância das relações de classe, estruturadas pela propriedade privada e pelo mercado, não as considera como “as relações sociais mais fundamentais do capitalismo”, de modo que sua superação não implica necessariamente a superação do capitalismo. Efetivamente, Marx “não oferece nenhuma teoria geral do trabalho, classe, história ou natureza da vida social”. Ele elaborou um conceito da natureza do capitalismo e sua superação muito diferente das interpretações marxistas tradicionais. “Na fase madura de sua teoria, a crítica da exploração e do mercado está inserida em uma crítica muito mais fundamental”, que envolve as estruturas abstratas de dominação. Duayer e Medeiros (2008, p. 155) também realçam que “a categoria da exploração, a despeito de sua relevância, não é a categoria fundamental do pensamento de Marx, sendo, na verdade, subordinada à categoria do estranhamento ou alienação”. Ao apontar para a possível superação do valor, a teoria crítica de Marx aponta para as “possibilidades de superação das estruturas de compulsão abstrata característica do capitalismo, de abolição do trabalho proletário e de reorganização da produção”.

A redefinição da natureza do capitalismo pelo marxismo crítico implica também a redefinição de uma eventual sociedade socialista. Assim, se no capitalismo a fonte e a medida da riqueza social, em termos de valor, é o tempo de trabalho abstrato, no socialismo este já não poderá mais ser nem a fonte nem a medida da riqueza. Para o marxismo crítico, a diferença básica entre capitalismo e socialismo não diz respeito só à propriedade e à distribuição, mas principalmente à natureza da produção e da riqueza capitalista: se produção de riqueza material, valores de uso, ou valor, riqueza abstrata. É o caráter específico do trabalho que define a natureza de suas relações sociais básicas, a forma específica de dominação, uma dominação sistêmica, abstrata e impessoal e não a dominação de pessoas sobre pessoas. Para o marxismo tradicional, o socialismo se define por elementos como a

propriedade coletiva dos meios de produção, o planejamento centralizado, a emancipação do trabalho proletário e a realização do proletariado como classe social universal. Já para o marxismo crítico uma vez que o capitalismo se define pelo duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato e a consequente produção de riqueza material e valor, superar o capitalismo significa fundamentalmente abolir o valor como forma social de riqueza, pois o valor não é apenas uma forma de distribuição do produto do trabalho, mas uma categoria historicamente determinada de um modo de produção específico, o que implica que o trabalho que constitui o valor é um trabalho historicamente específico e não o trabalho natural. Como ressalta Postone (2014, p. 43), para Marx, “superar o capitalismo implica abolir o valor como forma social de riqueza” e abolir o valor significa que o trabalho imediato deixa de ser a fonte da riqueza e, tão logo isto aconteça, o tempo de trabalho abstrato deixa de ser sua medida. Em sua obra madura (*ibidem*, pp. 25, 40) Marx tenta explicar a sociedade capitalista “a partir de suas formas sociais fundamentais”, como mercadoria, trabalho abstrato e especialmente o valor, categoria central da sociedade capitalista, que “expressa tanto uma forma determinada de relação social como uma forma particular de riqueza”. Para o marxismo tradicional, no entanto, superar o valor significa superar uma forma de distribuição e superar o mais-valor quer dizer superar a propriedade privada e, com ela, a abolição da classe capitalista, mas não da classe trabalhadora, pois “a mesma forma de riqueza que no capitalismo é apropriada pela classe proprietária deve ser apropriada coletivamente e regulada conscientemente no socialismo”. Assim, “repensar a natureza do capitalismo significa reconceituar sua superação” (*ibidem*, p. 88). Capitalismo e socialismo são diferenciados não só pela forma como a riqueza social é apropriada e distribuída, mas sobretudo, e fundamentalmente, “pela natureza dessa riqueza em si e seu modo de produção”. Por isso, o socialismo não se define apenas pelo seu modo diferente de distribuir a mesma riqueza social produzida na forma de produção capitalista. Ao contrário, como acentua Postone (*ibidem*, pp. 455, 461), o socialismo deve ser pensado como uma sociedade na qual “a riqueza social tem a forma de

riqueza material” e, como consequência, deve ser “uma sociedade livre das compulsões abstratas socialmente constituídas e típicas do capitalismo”. A força da teoria de Marx está justamente no “caráter historicamente determinado” de sua constituição social, pois ele não elaborou uma “teoria geral indeterminada”, de “aplicabilidade universal”, mas uma teoria das “formas sociais básicas constitutivas da sociedade capitalista”.

Como resumem Araujo e Duayer (2016, p. 2), a teoria crítica de Marx analisa uma forma histórica específica de mediação social, constituída pelo trabalho proletário, uma forma de trabalho historicamente única e temporal. Portanto, Marx faz a crítica ao trabalho proletário e não ao trabalho natural e universal. A mediação social feita pelo trabalho manifesta-se em formas de dominação abstratas e impessoais, que não podem ser suficientemente conceituadas em termos de mercado, nem compreendidas enquanto dominação de classe.

Enfim, pode-se concluir que o elemento definidor do sistema capitalista é o duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato, os quais, no seu único processo e no mesmo produto-mercadoria, produzem riqueza material, bens úteis para atender as necessidades humanas, e valor, riqueza abstrata. A teoria crítica de Marx não nega a importância da propriedade dos meios de produção, nem a exploração, a dominação ou a luta de classes como importante instrumento de mudança social. O que ela propõe é que a importância e o papel de todas essas variáveis só podem ser avaliados no contexto da dominação estrutural do trabalho abstrato, como se tentou argumentar ao longo deste trabalho.

## **5. Críticas a Postone**

Uma das principais críticas feitas a Postone refere-se ao papel da classe trabalhadora e da luta de classes na história (PRADO, 2016; BIDEI, 2015; XIMENES, 2017). Para Bidet (2015, p. 32), “uma dominação impessoal é uma dominação de ninguém”. Ximenes (2017, p. 2) argumenta que, para Postone,

“a luta de classes se moveria somente dentro da lógica capitalista” e, portanto, teria um papel secundário, ao mesmo tempo que o proletariado deixaria de ser o “sujeito revolucionário” capaz de fazer frente à dominação estrutural imposta pelo capital. O trabalho proletário, por sua vez, deixaria de ser o horizonte emancipatório da teoria crítica. O sujeito, em Marx, é como em Hegel: abstrato, e não pode ser identificado com nenhum ator social. Além disso, ao afastar o proletariado e a luta de classes como motores da luta emancipatória, Postone não aponta nenhum ator social estratégico capaz de abolir a forma-valor do produto do trabalho. E se pergunta: seriam os movimentos sociais a força de emancipação?

Prado (2016, p. 100) também critica basicamente os dois pontos da tese de Postone já apontados por Ximenes: a questão do papel da luta de classes e a questão do sujeito histórico. Em relação ao primeiro ponto, afirma que, na visão de Postone, “a luta de classes entre os assalariados e os proprietários dos meios de produção é completamente interna à relação de capital” e, assim, a luta de classes perde seu poder transformador, o que estaria em “flagrante conflito com as posições tomadas por Marx em toda sua obra”, incluindo aí o próprio *O Capital*. Além disso, Prado (2016, p. 103) afirma que Postone substituiu o papel de sujeito da história, atribuído por Marx ao proletariado, pelo sujeito capital, da mesma forma que fizera Hegel em relação ao *Geist* absoluto.

Como já foi discutido longamente neste trabalho, ele não nega o papel histórico do proletariado e a importância da dominação e da luta de classes na história, mas apenas insere essas categorias no contexto estrutural maior da dominação social realizada pelo trabalho abstrato. Em texto mais recente, Postone (2016, pp. 76, 77) se pergunta: “como devemos entender a dominação social atualmente?” Como resposta, ele repete que a dominação de classe baseada na propriedade privada não é suficiente para explicar as formas atuais de dominação social. Ao contrário da interpretação marxista tradicional, “no seu nível mais fundamental, a teoria crítica de Marx não é uma crítica a um modo de dominação e exploração de classe”, fato que

exige “repensar a natureza da dominação social no mundo contemporâneo” e inclusive “repensar o que nós compreendemos por capitalismo”. Para ele, “ao contrário da interpretação marxista tradicional, no seu nível mais fundamental, a teoria crítica de Marx não é uma crítica a um modo de exploração de classe”. Em relação ao sujeito histórico, Postone (2016, p. 84), com fundadas razões, não deixa dúvida de que para Marx, no capitalismo, o sujeito não é o proletariado, mas o capital.

## **6. Conclusão**

A formação do pensamento e a trajetória intelectual de Marx estão associados ao percurso geográfico que fez entre Berlim, Paris e Londres, onde teve acesso às três fontes básicas de seu pensamento crítico: a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa. Suas obras são sempre obras críticas, resultado construído a partir do método dialético aplicado sobre questões que foram se apresentando ao longo de sua trajetória. A forma de Marx apreender a realidade objetiva e expressar seu conhecimento é sempre uma forma crítica, que passa pela negação, conservação e superação do objeto. A trajetória intelectual e a formação do pensamento crítico de Marx devem muito, em primeiro lugar, ao ambiente intelectual e político reinante em sua família e na de Jenny, como também ao clima político de sua cidade natal, muito influenciada pelas ideias e ideais da Revolução Francesa, que marcaram fortemente o início de sua formação. O pensamento de Marx é sempre um pensamento crítico porque formado a partir da apreensão dialética das ideias e da realidade objetiva. É também o seu método dialético que confere unidade e continuidade nas rupturas da evolução de seu pensamento. Não faz sentido separar o pensamento do jovem Marx do seu pensamento maduro senão dialeticamente. O objeto é interno ao método e com ele constitui uma unidade de forma e conteúdo. É esse legado hegeliano crítico que permite a Marx pensar e construir seu objeto como uma totalidade social e histórica movida pelas suas próprias contradições internas.

Um confronto entre o que Postone denomina de marxismo tradicional e marxismo crítico permite uma melhor compreensão do que se passou com o pensamento crítico de Marx após sua morte. Por marxismo tradicional Postone entende a visão de capitalismo centrada na propriedade privada dos meios de produção nas mãos da classe capitalista, que se impõe como classe dominante sobre a classe trabalhadora e se apropria do mais-valor. Nessa perspectiva, a principal forma de dominação é uma dominação de classe e não a dominação estrutural. Em consequência, para o marxismo tradicional, o objetivo da análise deve ser melhorar a distribuição do produto do trabalho e a emancipação da classe trabalhadora e não a superação do trabalho abstrato. Já o marxismo crítico concebe a dominação como dominação sistêmica, exercida pelas exigências do tempo de trabalho socialmente necessário, o tempo de trabalho abstrato. A questão da propriedade privada e a da dominação de classe se inserem no contexto da dominação do trabalho abstrato. O objetivo crítico não deve ser apenas alterar a forma de distribuição dos frutos do trabalho, nem apenas a emancipação do trabalho proletário, mas sua abolição.

A partir dessa perspectiva, é possível demarcar alguns contornos de uma futura sociedade pós-capitalista, um tipo de utopia negativa, pois uma sociedade pós-capitalista, antes de tudo, teria que negar a essência do capitalismo, o trabalho abstrato, fonte do valor e da valorização do capital. É o duplo caráter do trabalho, concreto e abstrato, que produz riqueza material e valor, a essência do capital, valor que se valoriza, sujeito histórico, estrutura abstrata de dominação, o trabalho alienado e dominado pelo seu próprio produto, que envolve a propriedade privada dos meios de produção, a exploração e a dominação de classes.

Assim, pode-se dizer que a crítica de Marx demarca os contornos de uma futura sociedade pós-capitalista, mais no sentido negativo do que afirmativo, pois qualquer descrição detalhada da mesma não passaria de mera idealização. Mais precisamente, para Marx, uma sociedade pós-capitalista não representa a volta ao passado, nem é a reprodução de uma sociedade

primitiva de “pequenas comunidades comunistas”, autossuficientes, não mediada por relações de troca no mercado, nos moldes do socialismo utópico. Para Marx, o socialismo não se espelha em qualquer sociedade do passado, mas mira a sociedade do futuro, oriunda do máximo desenvolvimento das forças produtivas e das contradições do capitalismo, que cria as condições de sua própria superação. Superar o capitalismo não implica perder o imenso potencial de produtividade que a divisão do trabalho e o desenvolvimento tecnológico criaram. Marx reconheceu que o capitalismo revolucionou as forças produtivas e que a técnica e as máquinas, por si mesmas, não escravizam o homem, mas ao contrário, podem libertá-lo da necessidade de produzir os meios de sobrevivência, criando mais tempo livre para os trabalhadores, dependendo da finalidade da produção do sistema em que se inserem.

O que impede de pensar na utopia de uma sociedade pós-capitalista tecnologicamente avançada e altamente desenvolvida, que poupe trabalho para criar mais tempo livre? De acordo com o debate estabelecido por Postone (2014), uma sociedade pós-capitalista, na sua essência, não se define pela propriedade estatal/coletiva e a substituição do mercado pelo planejamento centralizado, como sugere o marxismo convencional. Para Marx, a superação do capitalismo significa a superação do valor e do capital, portanto, o fim do trabalho abstrato, o que implica reverter a finalidade da produção, trocando a produção de valor e riqueza abstrata pela produção de meios de subsistência para a sociedade. Uma sociedade pós-capitalista não seria a realização máxima das potencialidades do capital, mas a sua extinção, nem a realização da classe trabalhadora como classe universal, mas sua superação como classe proletária.

## Referências

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARAUJO, P. H. & DUAYER, M. “Apresentação”, *Verinotio*, n. 22, pp. 1-4, ano XI/2016 ..
- ARAUJO, P. H. “Notas críticas ao artigo ‘Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’O capital’, por Bidet” *Verinotio*, n. 22, pp. 120-151, ano XI/2016.
- BIDET, J. “Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’O Capital”, *Crítica Marxista*, n. 41, São Carlos, UFscar, pp. 9-49, 2015.
- BRAGA, H. P. “Conversa com Moishe Postone”, *Verinotio*, n. 22, pp. 89-99, ano XI/ 2016.
- CAMARGO, S. “Teoria crítica e dominação na obra de Moishe Postone”, *Mediações*, n. 2, v. 18, pp. 118-132, Londrina, jul/dez 2013
- CORAZZA, G. *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- DUAYER, M. & ARAUJO, P. H. “Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone”. In: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, Vitória, 2019.
- DUAYER, M. “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho”, *Revista Em Pauta*, n. 29, v. 10, pp. 35-47, Rio de Janeiro, 2012..
- DUAYER, M.; ESCURRA, M. F. & SIQUEIRA, A. V. “A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx”, *Revista Kátal*, n. 1, v. 16, pp. 17-25, Florianópolis, jan/jun 2013.
- DUAYER, M. & MEDEIROS, J. L. “Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital”, *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, pp. 151-161, Curitiba, 2008.
- ENGELS, F. *Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Moscou:Avante, 1886.
- \_\_\_\_\_. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1980.
- ESCURRA, M. F. “O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital”, *Verinotio*, n. 22, pp. 12-28, ano XI /2016.
- FEUERBACH, L. *A essência do cristianismo*. Rio de Janeiro:Vozes, 2007.
- FLECK, A. O. *A crítica da economia política em O capital de Karl Marx*. Dissertação. (Mestrado em geografia) - PPGF - UFSC, Florianópolis, 2011.
- FREDERICO, C. *O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Parte I. Petrópolis:Vozes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Ciência da lógica*. Petrópolis:Vozes, 2016.
- KONDER, L. *Marx: vida e obras*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. Moscou:Avante, 1913.
- LÖWY, Michael. “Pour un marxisme critique”. In: *Marx après les marxismes*. Paris : L’Harmattan, 1997.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Flama 1946.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Global, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. Lisboa: Martins Fontes, 1980.

- \_\_\_\_\_. *O Capital*, livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. “Sobre Proudhon. (Carta a von Schweitzer de 24/01/1865)”. Moscou:Avante, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*, livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Jorge Zahar, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MÜLLER, L. A. P. *Economia política e espírito hegeliano: a influência de Steuart e Smith na formação da filosofia de Hegel*. Dissertação (Mestrado em geografia) – PPGF, USP, São Paulo, 2011.
- MUSTO, M. “A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos *Grundrisse*”, *Crítica Marxista*, n. 33, pp.31-65, São Paulo, 2011.
- NAPOLEONI, C. *Lições sobre o capítulo sexto inédito de Marx*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- NETTO, J. P. “Apresentação”. In: LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012
- NICOLAU, M. F. A. “A ciência da lógica no sistema hegeliano”, *Kínesis*, n. 03, v. II, abril 2010.
- PERTILLE, J. P. “Superar, aniquilar e conservar – A filosofia da história de Hegel”, *IHU online*, edição 430, outubro, 2013.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Repensando o capitalismo e seus futuros”, *Verinotio*, n. 22, pp. 76-88, ano XI/2016.
- PRADO, E. F. S. “Valor, capital e luta de classes em Moishe Postone”, *Verinotio*, n. 22, pp. 100-119, ano XI/ 2016.
- PROUDHON, P. J. *O que é a propriedade?* Porto Alegre: LPM, 2000.
- SCHÄFER, M. E. “Hegel e a economia política”. In: *Anais da Semana Acadêmica do PPG em Filosofia, PUCRS, VII Edição*, 2011.
- SIQUEIRA, R. S. *O método da crítica da economia política: a ciência de Marx na “Introdução” dos Grundrisse de 1857*. Dissertação (Mestrado em ). PPG-FIL, UnB, Brasília, 2015.
- VIEIRA, Z. “Tempo, trabalho e dominação social. Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Resenha”, *Crítica Marxista*, n. 41, 2015.
- XIMENES, O. A. “A teoria crítica de Postone e os *Grundrisse* de Karl Marx: apontamentos”, *Revista Limiar*, n. 7, v. 4, Londrina, 2017.

ELIZEU SERRA DE ARAUJO

## O AUMENTO DA TAXA DE MAIS-VALIA COMO CONTRATENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO

Recebido em 26/10/2020

Aprovado em 07/12/2020

# O AUMENTO DA TAXA DE MAIS-VALIA COMO CONTRATENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO

## Resumo

O artigo discute duas questões relativas à lei da queda tendencial da taxa de lucro formulada por Marx. Em primeiro lugar, retoma a discussão acerca de um dos pressupostos adotados por Marx na formulação da lei: se a taxa de mais-valia é constante, sendo o seu aumento levado em conta apenas posteriormente, por ocasião da análise das contratendências; ou se a taxa de mais-valia é crescente, seu aumento derivando, neste caso, da elevação da produtividade do trabalho. Em segundo lugar, discute se o aumento da taxa de mais-valia decorrente da elevação da produtividade do trabalho deve ser considerado como contratendência, ou se o estatuto de contratendência deve ser restringido aos aumentos da taxa de mais-valia que supõem constante a composição orgânica do capital, decorrentes do prolongamento da jornada de trabalho e de certos métodos de intensificação do trabalho.

**Palavras-chave:** taxa decrescente de lucro; taxa de mais-valia; contratendências.

## ELIZEU SERRA DE ARAUJO

Professor Associado do Departamento de Economia e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

E-mail: [araujo.elizeu@ufma.br](mailto:araujo.elizeu@ufma.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3512-1369>

## **Abstract**

The article discusses two issues related to Marx's law of the tendential fall in the rate of profit. Firstly, it resumes the discussion about one of Marx's assumptions in the formulation of the law: whether the rate of surplus value remains constant, its increase being considered only later, when analyzing the countertendencies; or whether the rate of surplus value increases, its increase deriving, in this case, from the increase in labor productivity. Secondly, it discusses whether the increase in the rate of surplus value resulting from the increase in labor productivity should be considered as a countertendency, or whether the status of countertendency should be restricted to increases in the rate of surplus value that assume the organic composition of capital to be constant, resulting from the prolongation of the working day and certain methods of labour intensification.

**Keywords:** falling rate of profit; rate of surplus value; counter tendencies.

## I. Introdução

Um dos aspectos mais controvertidos da lei da queda tendencial da taxa de lucro (LQTTL) formulada por Marx consiste no papel que nela desempenha o aumento da taxa de mais-valia. De acordo com alguns intérpretes, o procedimento adotado por Marx em sua exposição no livro III de *O Capital* seria inteiramente arbitrário, ao supor, no momento da formulação da lei, uma taxa de mais-valia constante, e só posteriormente, por ocasião da análise das contratendências, levar em conta o efeito sobre a taxa de lucro de um aumento do grau de exploração do trabalho. Ainda segundo esses intérpretes, não faria sentido deixar de considerar que o mesmo processo que se expressa no aumento da composição orgânica do capital, a saber, o aumento da produtividade do trabalho, também eleva a taxa de mais-valia<sup>1</sup>. Expressando a taxa geral de lucro ( $l'$ ) a partir de seus determinantes, quais sejam, a taxa de mais-valia ( $m' = m/v$ ) e a composição orgânica do capital ( $q = c/v$ ), em que  $m$  é a massa de mais-valia,  $c$ , o capital constante e  $v$ , o capital variável, temos:

$$l' = \frac{m'}{(q + 1)}$$

Nesses termos, a evolução da taxa de lucro ficaria indeterminada. Conforme o afirma Sweezy (1982, p. 130): “Se tanto a composição orgânica do capital como a taxa de mais-valia forem consideradas variáveis, como acreditamos que devam, então a direção na qual a taxa de lucro se modifica torna-se indeterminada”<sup>2</sup>.

A dificuldade com esse argumento diz respeito à alegada adoção por parte de Marx do pressuposto de taxa de mais-valia constante na formulação da lei. Essa questão, embora tenha sido amplamente abordada na literatura, é retomada aqui, dada a importância de uma compreensão apropriada dos

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, Sweezy (1982, cap. 6).

<sup>2</sup> Para uma apresentação mais detalhada dessa crítica e de sua refutação, ver Gill (2002, p. 509ss.). Rosdolsky (2001) considera Ladislav von Bortkiewicz como o autor dessa crítica.

pressupostos adotados por Marx. A questão que se coloca, portanto, é se Marx adota, ao formular a lei, o pressuposto de taxa de mais-valia constante ou crescente – seu aumento derivando, neste caso, da elevação da produtividade do trabalho (a forma clássica da mais-valia relativa). Esse é o objeto da segunda seção deste trabalho.

Há uma segunda questão envolvendo a taxa de mais-valia no contexto da LQTTL: o aumento da taxa de mais-valia decorrente do aumento da produtividade do trabalho deve ser considerado como contratendência? Ou nessa categoria se enquadrariam apenas os aumentos da taxa de exploração que supõem constante a composição orgânica do capital, decorrentes do prolongamento da jornada de trabalho e de certos métodos de intensificação do trabalho? Consideramos que é necessário precisar melhor a natureza dos diferentes mecanismos de incremento do grau de exploração do trabalho enquanto contratendências à queda da taxa de lucro. A terceira seção do trabalho se ocupa dessa questão.

A quarta seção examina alguns pontos de vista alternativos aos sustentados no presente trabalho. A quinta seção apresenta as principais conclusões do estudo.

## **2. A taxa de mais-valia na formulação da lei**

Convém explicitar os pressupostos inicialmente adotados por Marx em sua formulação da LQTTL. Trata-se de taxa de mais-valia e jornada de trabalho constantes<sup>3</sup>. Assim, além de supor constante a jornada de trabalho (em extensão e em intensidade), o autor não considera inicialmente o efeito do aumento da produtividade do trabalho sobre o valor dos meios de subsistência habituais do trabalhador e, em consequência, sobre o valor da força de trabalho. O pressuposto de taxa de mais-valia e jornada de trabalho constantes implica, portanto, também salário (aqui, correspondente ao valor da força de trabalho) constante<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Abstraímos aqui o tempo de rotação do capital.

<sup>4</sup> Ver Marx (1984, p. 112).

A adoção do pressuposto de salário constante permite tomar o capital variável como *índice do número de trabalhadores* postos em movimento por um capital determinado<sup>5</sup>. Esse procedimento é útil, uma vez que a intenção do autor é precisamente a de analisar o efeito sobre a taxa de lucro de uma redução do número de trabalhadores empregados por determinado capital. A redução (relativa) do número de trabalhadores necessários para pôr em movimento uma determinada massa de meios de produção – vale dizer, o crescimento da composição *técnica* do capital – aponta para uma dimensão central do desenvolvimento da força produtiva do trabalho. De fato, constitui uma expressão desse desenvolvimento. A esse crescimento da composição técnica (ou seja, da relação entre a massa de meios de produção e a massa de força de trabalho) corresponde um crescimento da composição *orgânica* do capital.

É necessário explicitar os fatores responsáveis por esse crescimento da composição orgânica. Um crescimento dessa composição expressa necessariamente um crescimento da composição técnica. No entanto, a composição orgânica do capital é influenciada também por variações nos *valores* dos elementos materiais do capital constante e do capital variável. Em sua formulação inicial da lei, Marx supõe constante o valor dos elementos do capital variável (o que se expressa no pressuposto já referido de valor da força de trabalho constante). Por outro lado, ele não adota o pressuposto de que o valor dos elementos do capital constante permaneça inalterado. Desde o início de sua exposição, ele leva em consideração o efeito do aumento da produtividade do trabalho sobre o valor desses elementos. É por essa razão que a composição orgânica não cresce na mesma proporção que a composição técnica do capital<sup>6</sup>. Assim, lemos no início do capítulo 13 do livro III de *O Capital*:

---

<sup>5</sup>Ver o capítulo 8 do livro III de *O capital* (MARX, 1984).

<sup>6</sup>Dado um crescimento qualquer da composição técnica do capital, o aumento da composição orgânica dependerá da proporção em que o aumento da produtividade do trabalho incidir, por um lado, sobre o valor dos meios de produção e, por outro, sobre o valor dos meios de subsistência habituais do trabalhador (portanto, sobre o valor da força de trabalho). O aumento da composição técnica do capital só se refletirá integralmente em sua composição orgânica se o aumento da produtividade do trabalho incidir em igual proporção sobre os valores dos meios de produção e dos meios de subsistência.

A mesma taxa de mais-valia com grau constante de exploração do trabalho expressar-se-ia assim em uma taxa decrescente de lucro, porque com seu volume material cresce também, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso, o do capital global. (MARX, 1984, p. 163)<sup>7</sup>

Assim, a LQTTL é formulada inicialmente sob o pressuposto de taxa de mais-valia constante ante uma composição orgânica do capital crescente – ainda que esse crescimento seja atenuado pela redução do valor dos elementos do capital constante. No entanto, o pressuposto de taxa de mais-valia constante logo é modificado por Marx. A lei pode também ser formulada sob o pressuposto de taxa de mais-valia *crescente*, como se pode constatar pelas várias referências do autor a essa possibilidade ao longo do capítulo 13, que expõe “a lei enquanto tal”. Por exemplo:

Esta [a produção capitalista], com o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante *e até mesmo crescente* de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua. (*ibidem*, p. 164; grifo nosso)

A lei da taxa decrescente de lucro, em que se expressa uma taxa igual *ou até mesmo ascendente* de mais-valia, significa, em outras palavras: dado um quantum determinado do capital social médio, tomando-se, por exemplo, um capital de 100, representam-se numa parte sempre maior do mesmo os meios de trabalho e numa parte sempre menor o trabalho vivo. [...] uma parte alíquota cada vez menor do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve, portanto, em proporção à sua grandeza, sempre menos mais-valia, *embora a proporção da parte não paga do trabalho empregado, em relação à parte paga do mesmo, possa simultaneamente crescer*. (*ibidem*, p. 166; grifos nossos)

---

<sup>7</sup> Marx reitera logo adiante que o crescente volume de valor do capital constante “só de longe [representa] o crescimento da massa real dos valores de uso nos quais o capital constante consiste materialmente” (MARX, 1984, p. 164).

O mesmo ponto de vista é expresso no capítulo 14 do livro III de *O Capital*: “O decréscimo tendencial da taxa de lucro está ligado a uma *elevação* tendencial da taxa de mais-valia, portanto do grau de exploração do trabalho” (*ibidem*, p. 182; grifo nosso)<sup>8</sup>.

Assim, o exemplo numérico utilizado por Marx no início do capítulo 13 para ilustrar a tendência decrescente da taxa de lucro, no qual a taxa de mais-valia permanece constante, deve ser tomado apenas como um recurso expositivo (para ressaltar a relação inversa entre a composição orgânica do capital e a taxa de lucro), e não como representativo de algo essencial à formulação da lei<sup>9</sup>.

Modificar o pressuposto de taxa de mais-valia constante significa que Marx, para além do efeito do aumento da produtividade do trabalho sobre o valor dos elementos do capital constante, passa a considerar o efeito desse aumento também sobre o valor dos elementos do capital *variável* (os meios de subsistência necessários). O aumento da produtividade do trabalho, ao reduzir o valor dos meios de subsistência, torna possível reduzir a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador reproduz um equivalente ao valor da força de trabalho – o tempo de trabalho necessário – e ampliar, em consequência, a parte dela correspondente ao mais-trabalho. Trata-se da forma clássica do mecanismo da mais-valia relativa.

Ressalte-se que, na formulação da lei, o aumento da taxa de mais-valia considerado é, especificamente, aquele que deriva do aumento da produtividade do trabalho, na forma descrita. Outros métodos de elevação da taxa de mais-valia não estão em questão aqui, na medida em que se mantém o pressuposto de jornada de trabalho constante (em extensão e em intensidade).

---

<sup>8</sup> Também em *Teorias da mais-valia*: “Expliquei a queda da taxa de lucro, apesar de invariável e mesmo ascendente taxa de mais-valia, pela circunstância de decrescer o capital variável em relação ao constante, isto é, o trabalho vivo presente em relação ao trabalho passado empregado e reproduzido” (MARX, 1985, p. 1348).

<sup>9</sup> Mais do que isso: é possível que Marx, ao supor taxa de mais-valia constante, esteja sinalizando que a queda da taxa de lucro ocorre independentemente da taxa de mais-valia.

Em resumo, considerando (i) a redução do valor da força de trabalho e, conseqüentemente, o *aumento da taxa de mais-valia* e (ii) a redução do valor dos meios de produção e, conseqüentemente, um *crescimento da composição orgânica inferior ao crescimento da composição técnica do capital*,<sup>10</sup> incorporando, portanto, os efeitos do aumento da produtividade do trabalho tanto sobre o numerador como sobre o denominador da expressão da taxa de lucro, ainda assim esta última apresentará uma tendência decrescente, o que significa que o aumento da taxa de mais-valia não conseguirá compensar, de forma permanente, o aumento da composição orgânica do capital. É claro que, quanto maior o grau de redução do valor dos meios de subsistência e, portanto, de aumento da taxa de mais-valia, tanto maior, tudo o mais constante, a possibilidade de o aumento da taxa de mais-valia compensar o aumento da composição orgânica do capital, de modo a inibir temporariamente a queda da taxa de lucro<sup>11</sup>.

Ao contrário do que afirmam alguns críticos da lei, o aumento da taxa de mais-valia associado ao aumento da produtividade do trabalho é, portanto, levado em conta já na sua formulação, e não apenas num momento posterior. O que Marx afirma é que se, por um lado, o aumento da produtividade do trabalho eleva a taxa de mais-valia, por outro, ele se expressa no aumento da composição orgânica do capital – vale dizer, reduz a parte variável do capital, despendida em força de trabalho, relativamente à parte constante, despendida em meios de produção –, não sendo sempre possível – e esse é o ponto fundamental – compensar tal redução do capital variável (portanto, do número de trabalhadores) mediante o incremento da taxa de exploração. De fato, tal compensação se depara com “limites intransponíveis” – seja

---

<sup>10</sup> Como vimos, a proporção em que o aumento da composição técnica se refletirá no aumento da composição orgânica do capital dependerá da proporção em que o aumento da produtividade do trabalho incidir sobre os valores dos meios de produção e dos meios de subsistência. No caso, supõe-se que o aumento da produtividade do trabalho na produção de meios de produção é *superior* ao que ocorre na produção de meios de subsistência.

<sup>11</sup> Meek, a partir de vários exemplos numéricos, mostra que, dependendo das suposições adotadas quanto ao efeito do aumento da produtividade do trabalho sobre os valores de *c* e *v* e quanto ao nível inicial da taxa de mais-valia, a taxa de lucro pode inicialmente subir, mas terminará por declinar. Ver Meek (1971, p. 178ss.).

porque não é possível elevar ilimitadamente o tempo total de trabalho, seja porque (na situação aqui considerada, em que a jornada de trabalho é suposta constante) não é possível reduzir ilimitadamente o tempo de trabalho necessário. Nas palavras de Rosdolsky (2001, p. 340):

[...] a elevação da taxa de lucro por aumento do grau de exploração do trabalho não é um processo abstrato, ou uma operação aritmética; sempre se refere aos trabalhadores vivos e ao seu desempenho. Em outras palavras: o mais-trabalho que um trabalhador pode realizar tem limites, de um lado, na duração da jornada de trabalho, de outro, na porção da jornada necessária para reproduzir a própria força de trabalho.

O caráter inerentemente contraditório do aumento da produtividade do trabalho em relação à taxa de lucro é ressaltado por Marx em mais de uma ocasião. Assim, ele afirma no capítulo 14 do livro III de *O Capital*:

[...] os procedimentos para a geração de mais-valia relativa resultam, grosso modo, no seguinte: por um lado, transformar o máximo possível de dada massa de trabalho em mais-valia e, por outro, em relação ao capital adiantado, empregar em geral o mínimo possível de trabalho; de modo que as mesmas razões que permitem elevar o grau de exploração do trabalho impedem que com o mesmo capital global se explore tanto trabalho quanto antes. (MARX, 1984, p. 178)

O argumento se encontra mais detalhado no capítulo 15 do livro III:

Em relação à força de trabalho empregada, o desenvolvimento da força produtiva mostra-se [...] duplamente: primeiro no aumento do mais-trabalho, ou seja, na redução do tempo de trabalho que é exigido para a reprodução da força de trabalho. Segundo, na diminuição da quantidade de força de trabalho (número de trabalhadores) que é empregada em geral para pôr em movimento dado capital. Ambos os movimentos não só correm paralelos, mas se condicionam reciprocamente, são fenômenos em que a mesma lei se expressa. Entretanto, influem, em sentido oposto, sobre a taxa de lucro. [...] a mais-valia, enquanto soma global, é determinada primeiro por sua taxa, segundo, porém, pela massa de trabalho simultaneamente empregada ou, o que é o mesmo, pela grandeza do capital variável. Por um lado, aumenta um

dos fatores, a taxa de mais-valia; por outro, cai (de modo proporcional ou absoluto) o outro fator, o número de trabalhadores. (*ibidem*, p. 187)

Até que ponto é possível expandir a taxa de mais-valia por meio da redução do valor da força de trabalho e, assim, do tempo de trabalho necessário?<sup>12</sup> Em Teorias da mais-valia, Marx chama a atenção para dois aspectos do problema: o fato de o aumento da produtividade do trabalho não atingir uniformemente os ramos de produção e de o salário não se situar necessariamente no novo nível (mais reduzido) do valor da força de trabalho:

A circunstância de o decréscimo (relativo) da quantidade de trabalho não ser compensado pela produtividade acrescida [...] decorre de o desenvolvimento da produtividade do trabalho só reduzir em determinados ramos do capital o valor do trabalho<sup>14</sup>, o trabalho necessário, e de essa produtividade, mesmo nesses ramos, não se desenvolver de maneira uniforme<sup>15</sup>, além de sobrevirem causas paralisantes; por exemplo, os próprios trabalhadores, embora não possam impedir a compressão do salário (segundo o valor), não se deixam comprimir ao mínimo absoluto e, ao contrário, forçam alguma participação quantitativa no progresso da riqueza geral. (MARX, 1985, pp. 1357-1358)

Em relação a esse ponto, alguns autores demonstraram que a possibilidade de, mediante o aumento da produtividade do trabalho, reduzir-se o tempo de trabalho necessário – e, assim, elevar-se o tempo de mais-trabalho – se estreita progressivamente à medida que se parte de níveis mais elevados da taxa de mais-valia<sup>15</sup>.

Na medida em que o aumento da taxa de mais-valia se torna incapaz de neutralizar o aumento da composição orgânica do capital, a lei está

---

<sup>12</sup> Quanto aos limites da compensação da redução do número de trabalhadores mediante o aumento (extensivo ou intensivo) do trabalho, ver a seção seguinte.

<sup>13</sup> Trata-se do valor da força de trabalho.

<sup>14</sup> “O valor da força de trabalho não cai na mesma proporção em que sobe a produtividade do trabalho ou do capital. Essa elevação da força produtiva também aumenta a proporção do capital constante com o variável em todos os ramos que não produzem os meios de subsistência (direta ou indiretamente), sem provocar alteração alguma no valor do trabalho. O desenvolvimento da força produtiva não é uniforme” (MARX, 1985, p. 1347).

<sup>15</sup> Ver Rosdolsky (2001, p. 340); Gill (2002, p. 501ss.); Yaffe (1972); Carcanholo (2013, cap. 4).

rigorosamente demonstrada. A essência do problema reside, então, no fato de que as evoluções de  $m'$  e  $q$  não são independentes. O mesmo aumento da produtividade do trabalho que eleva a taxa de mais-valia eleva a composição orgânica do capital, vale dizer, reduz a parte do capital variável no capital global<sup>16</sup>.

A vantagem da formulação da lei com taxa de mais-valia crescente é que parece mais consistente com o quadro geral apresentado por Marx acerca das implicações do aumento da força produtiva do trabalho no modo de produção capitalista. “Ambas, elevação da taxa de mais-valia e queda da taxa de lucro, são apenas formas específicas em que se expressa de maneira capitalista a crescente produtividade do trabalho” (MARX, 1984, p. 182).

### **3. Os diferentes mecanismos de aumento da taxa de mais-valia enquanto contratendências à queda da taxa de lucro**

Vimos que, já na formulação da LQTTL, Marx considera o pressuposto de aumento da taxa de mais-valia – no caso, aquele associado ao aumento da produtividade do trabalho. Devemos considerá-lo como contratendência? A questão se justifica pelo fato de Marx tratar das contratendências em um momento específico de sua exposição, o capítulo 14 do livro III de *O Capital*.

O significado de “contratendência” deve ser precisado. A ideia é que há “influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência” (MARX, 1984, p. 177). Especificamente, as contratendências têm a possibilidade de (i) inibir a queda da taxa de lucro ou, eventualmente, inverter a tendência; ou de (ii) retardar a queda da taxa de lucro. Por essa razão, a LQTTL corresponde propriamente a uma tendência, no sentido de “uma lei cuja realização

---

<sup>16</sup> Alguns autores demonstraram que a validade da LQTTL independe da magnitude do incremento da taxa de mais-valia. Ver Gill (2002, p. 515ss.) e Cogoy (1987). Esses autores expressam a composição orgânica do capital não pela fórmula  $c/v$ , e sim por  $c/(v+m)$ , ou seja, como a razão entre o capital constante e o total do valor novo produzido. Shaikh (2006, p. 407ss.), por outro lado, embora também utilize em sua demonstração a fórmula  $c/(v+m)$ , considera-a como expressão do que denomina de composição “materializada” do capital, e não da composição orgânica.

absoluta passa a ser impedida, retardada, enfraquecida por circunstâncias contrariantes” (*ibidem*, p. 179). Justamente devido à operação das contratendências, os efeitos da lei “só se manifestam de forma contundente sob determinadas circunstâncias e no decorrer de períodos prolongados” (*ibidem*, p. 181, grifo nosso). Posto isso, é necessário ressaltar que, mesmo quando a força das contratendências é capaz de elevar a taxa de lucro, trata-se de fenômeno temporário, de alcance limitado, de modo que no longo prazo a lei termina por se impor<sup>17</sup>.

Em função do seu caráter de lei tendencial, a lei inclui as contratendências (MATEO, 2007, p. 52). Se Marx desloca o exame destas últimas para um capítulo específico, é apenas por uma necessidade de melhor ordenamento da exposição. A ideia geral que permeia sua argumentação é que, ainda considerando a operação das contratendências, a tendência geral da taxa de lucro será de declínio – o que, evidentemente, não exclui a existência de períodos de crescimento dela.

O capítulo 14 do livro III de *O Capital* é dedicado à análise das “mais genéricas” das contratendências. Aí são examinados sucessivamente: a elevação do grau de exploração do trabalho; a compressão do salário abaixo do valor da força de trabalho; o barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; o comércio exterior; e o aumento do capital por ações. Em geral, esses fatores incidem sobre a taxa de lucro por meio de sua incidência sobre a taxa de mais-valia e/ou sobre a composição orgânica do capital. Shaikh defende o mesmo ponto de vista ao sustentar que esses fatores “podem atuar para elevar a taxa de lucro ao aumentar a taxa de exploração, baixar a composição orgânica do capital, ou ambas as soluções ao mesmo tempo” (SHAIKH, 2006, p. 69).

Posto isso, vejamos o caso específico do aumento da taxa de mais-valia como contratendência. Como foi visto na seção anterior, o incremento da

---

<sup>17</sup> Nesse sentido, Mateo (2007, p. 52) afirma: “Por maior que seja a intensidade com que se manifestem, as contratendências não podem eludir seu status. Isso significa que se submetem à tendência geral e determinante que pressiona para a queda da rentabilidade, inserem-se nela, modificam-na, mas sempre dentro de certos limites”.

taxa de mais-valia associado ao aumento da produtividade do trabalho é considerado por Marx na formulação da lei. A questão que se coloca aqui é se esse caso deve ser considerado como contratendência. Na medida em que se trata de um fenômeno capaz de, a depender dos pressupostos adotados, inibir a queda da taxa de lucro ou pelo menos de retardá-la – embora não seja capaz de evitá-la em definitivo –, constitui uma contratendência no sentido rigoroso do conceito.

Essa interpretação pode parecer estranha à primeira vista, uma vez que, na seção I do capítulo 14, a ênfase é posta em outros métodos de elevação do grau de exploração do trabalho, distintos do aumento da produtividade do trabalho. Por que isso? É que o aumento da mais-valia relativa, considerado na formulação da lei, está associado à elevação da composição orgânica do capital. A seção se dedica, assim, a avaliar métodos de incremento da taxa de mais-valia que não tenham o efeito aludido, ou seja, *que não impliquem aumento do capital constante em relação ao variável* (ou elevação da composição orgânica do capital), como veremos adiante. Isso, porém, não equivale a afirmar que a mais-valia relativa não constitua uma contratendência.

A interpretação aqui defendida se baseia, além do aspecto mencionado de que esse tipo de aumento da taxa de mais-valia corresponde ao conceito de contratendência, no fato de, no mesmo capítulo 14, Marx incluir entre as contratendências o barateamento dos elementos do capital constante, que, tal como o aumento da mais-valia relativa, resulta da elevação da produtividade do trabalho, sendo capaz de inibir ou retardar a queda da taxa de lucro, a depender do grau de redução do seu valor. Se o aumento da mais-valia relativa não pode ser considerado como contratendência, também não o poderia ser o barateamento dos elementos do capital constante.

A ideia geral que preside a exposição de Marx é que o aumento da produtividade do trabalho atua, por um lado, sobre o valor dos *meios de subsistência* – elevando a taxa de mais-valia – e, por outro, sobre o valor dos *meios de produção* – fazendo com que o crescimento da massa destes últimos não seja acompanhado de crescimento proporcional do valor do

capital constante. Desde que o aumento da produtividade do trabalho nos ramos industriais que produzem os elementos do capital constante seja superior ao observado nos ramos que produzem os meios de subsistência, isso significará que o aumento da composição técnica do capital não se refletirá em aumento proporcional da sua composição orgânica. Assim, o aumento da produtividade do trabalho atua sobre os dois determinantes da taxa de lucro, *i. e.*, a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. Não faz sentido considerar como contratendência apenas o segundo de seus efeitos.

De fato, não há em Marx nenhuma diferença de fundo no tratamento dado a esses dois efeitos. Como vimos na seção anterior, o efeito do aumento da produtividade do trabalho sobre os elementos do capital constante já é considerado por ele desde o capítulo 13, ou seja, na formulação da lei, e não apenas no capítulo 14<sup>18</sup>. Enquanto a taxa de mais-valia é considerada por Marx inicialmente constante, o valor dos elementos do capital constante não é considerado constante na apresentação inicial da lei.

A similaridade de tratamento conferida pelo autor a essas duas implicações do aumento da produtividade do trabalho (sobre a taxa de mais-valia e sobre o valor do capital constante) aparece novamente no capítulo 15 do livro III. Ali, ao tratar dos mecanismos pelos quais a elevação da força produtiva do trabalho, ao incidir sobre a taxa de lucro, favorece a acumulação de capital, Marx nota que a taxa de lucro pode ser *elevada* se, por meio do aumento da força produtiva, “a mais-valia relativa é elevada ou o valor do capital constante é diminuído, portanto barateadas as mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho ou nos elementos do capital constante” (MARX, 1984, p. 187). Trata-se de situações em que as contratendências superam a tendência geral, de modo a elevar a taxa de lucro.

---

<sup>18</sup> Meek, portanto, parece não ter razão ao sustentar que “enquanto a queda no valor dos elementos constitutivos do capital *variável* é realmente levada em conta no capítulo básico [o 13], a queda no valor dos elementos do capital *constante* é meramente considerada como uma das ‘influências antagônicas’” (MEEK, 1971, p. 177; grifos no original). Sweezy incorre no mesmo equívoco, ao supor que, na formulação da lei, Marx considera apenas o aumento “original” da composição orgânica do capital, associado, presumivelmente, ao aumento da composição técnica, reservando o barateamento dos elementos do capital constante, decorrente do aumento da produtividade do trabalho, para o estudo das causas contrabalançadoras. Ver Sweezy (1982, pp. 131-132).

Existem, porém, formas de elevar a taxa de mais-valia que não implicam aumento da composição orgânica do capital; ou seja, situações, ao contrário da anterior, em que as evoluções de  $m'$  e  $q$  são independentes. É principalmente dessas formas que trata a seção I do capítulo 14. Aqui, são destacados os aumentos da taxa de mais-valia que resultam do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho. Em geral, a composição orgânica do capital não sofre maiores alterações mediante o uso desses métodos. Isso se aplica especialmente ao prolongamento da jornada de trabalho:

Especificamente, porém, o prolongamento da jornada de trabalho [...] aumenta a massa de mais-trabalho apropriado sem modificar essencialmente a relação entre a força de trabalho empregada e o capital constante que ela põe em movimento, e, de fato, antes diminui relativamente esta última. (*ibidem*, p. 177)

No caso da intensificação do trabalho, sua maior ou menor incidência sobre a composição orgânica do capital – e, portanto, sobre a taxa de lucro – depende do método específico adotado:

Há muitos momentos da intensificação do trabalho que implicam um crescimento do capital constante em relação ao variável, portanto, queda da taxa de lucro, como quando um trabalhador tem de supervisionar maior volume de maquinaria. Aqui [...] as mesmas causas que acarretam crescimento na taxa de mais-valia podem implicar queda na massa de mais-valia, considerando dadas as grandezas do capital global empregado. Mas há outros momentos da intensificação, por exemplo, velocidade acelerada da maquinaria, que, ao mesmo tempo, consomem mais matéria-prima, mas no que tange ao capital fixo, desgastam, é certo, mais rapidamente a maquinaria, não afetando, entretanto, de modo algum, a relação de seu valor com o preço do trabalho que ela põe em movimento. (*idem, ibidem*)

Nesses termos, o prolongamento da jornada de trabalho e, em parte, a intensificação do trabalho, na medida em que não produzem elevação importante da composição orgânica do capital, são mais eficazes como mecanismos contra-arrestantes da queda da taxa de lucro do que a elevação da produtividade do trabalho:

A elevação da taxa de mais-valia – já que especificamente ela também ocorre sob circunstâncias em que [...] não ocorre nenhum aumento do capital constante nem aumento em relação ao variável – é um fator por meio do qual a massa de mais-valia e, portanto, também a taxa de lucro, é co-determinada. Essa elevação não suprime a lei geral. Mas faz com que ela atue mais como tendência [...]. (*ibidem*, pp. 178-179)

Mais eficazes, sim, do que a elevação da produtividade do trabalho. De qualquer modo, sua atuação também é contraditória, conforme Marx adverte na sequência:

Como, porém, as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia (mesmo o prolongamento do tempo de trabalho é um resultado da grande indústria) *tendem a diminuir a força de trabalho empregada por dado capital*, as mesmas causas tendem a diminuir a taxa de lucro e a retardar o movimento dessa diminuição. Se a um trabalhador é imposto o trabalho que, racionalmente, só dois podem executar, e se isso ocorre sob circunstâncias em que este pode substituir três, então esse trabalhador há de fornecer tanto mais-trabalho quanto dois antes, e nessa medida a taxa de mais-valia subiu. Mas ele não fornecerá tanto quanto antes três forneciam, e com isso a massa de mais-valia caiu. (*ibidem*, p. 179, grifo nosso)<sup>19</sup>

Além disso, o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho são mecanismos de implantação relativamente mais difícil. Com efeito, no desenvolvimento do modo de produção capitalista, constituem modalidades historicamente regressivas de elevação do grau de exploração do trabalho, embora o capital recorra a elas sempre que as circunstâncias o permitam.

---

<sup>19</sup> No mesmo sentido, lemos no livro I de *O Capital*, em relação ao prolongamento da jornada de trabalho: “Contudo, a compensação do número de trabalhadores ou da grandeza do capital variável pela elevação da taxa da mais-valia ou pelo prolongamento da jornada de trabalho tem limites intransponíveis. Qualquer que seja o valor da força de trabalho, [...] o valor total que um trabalhador pode produzir dia por dia é sempre menor do que o valor em que 24 horas de trabalho se objetivam [...]. O limite absoluto da jornada média de trabalho, que por natureza sempre é menor que 24 horas, forma um limite absoluto à compensação de capital variável diminuído por aumento da taxa de mais-valia ou de um número reduzido de trabalhadores explorados por um acréscimo do grau de exploração da força de trabalho” (MARX, 1983a, pp. 240-241).

Como se pode observar, diferentes formas de produção de mais-valia são avaliadas por Marx ao tratar da elevação do grau de exploração do trabalho como contratendência à queda da taxa de lucro. O que varia é o potencial dos diferentes mecanismos para atender a esse objetivo. Para além dessa diferença, é necessário enfatizar que o aumento da taxa de mais-valia não suprime a lei. Aí reside uma grande diferença de Marx em relação a Ricardo, sendo também o ponto em que tropeça grande parte dos críticos daquele. Assim, a propósito da interpretação ricardiana da queda da taxa de lucro, Marx escreve em *Teorias da mais-valia*:

A taxa de lucro cai – embora a taxa de mais-valia fique a mesma ou suba –, porque, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, o capital variável decresce em relação ao capital constante. Cai, portanto, não por se tornar o trabalho menos produtivo, e sim por se tornar mais produtivo. Não por ser o trabalho menos explorado, e sim por ser mais explorado, seja porque se dilata a jornada excedente absoluta, ou porque, logo que o Estado o impeça, acresce a jornada excedente relativa, pois a produção capitalista se identifica com o valor relativo decrescente do trabalho. (MARX, 1983b, pp. 869-870)

Não custa notar que, também nessa passagem, Marx associa a queda da taxa de lucro ao aumento do grau de exploração do trabalho, *independentemente* do método pelo qual esse aumento é obtido – seja o aumento extensivo ou intensivo do trabalho (que Ricardo não considera), seja o aumento da produtividade do trabalho.

#### **4. Interpretações alternativas**

Os estudiosos da LQTTL assumem, em geral, um dos seguintes pontos de vista: (i) Marx formula a lei sob o pressuposto de taxa de mais-valia *constante*. O aumento da taxa de mais-valia (inclusive o decorrente do aumento da produtividade do trabalho) só é levado em conta quando da análise das contratendências. Esse ponto de vista é compartilhado tanto por críticos

como por defensores da lei<sup>20</sup>; (ii) Marx formula a lei sob o pressuposto de taxa de mais-valia *crescente*. No entanto, o aumento da taxa de mais-valia considerado nesse estágio da exposição – aquele associado ao aumento da produtividade do trabalho – não é considerado como contratendência. O que se segue é uma amostra dos dois pontos de vista, começando pelo último deles.

Gill (2002) sustenta o ponto de vista segundo o qual a demonstração da LQTTL não depende do pressuposto de taxa de mais-valia constante<sup>21</sup>. Na exposição da lei enquanto tal, Marx considera o efeito do aumento da produtividade do trabalho simultaneamente sobre a composição orgânica do capital e sobre a taxa de mais-valia. Assim, é inexato afirmar que Marx considera esses fatores separadamente, o primeiro no estabelecimento da lei e o segundo entre as causas que a contra-arrestam. No entanto, argumenta o autor, é necessário estabelecer uma distinção entre os fatores que levam ao aumento da taxa de mais-valia:

[...]o aumento da taxa de mais-valia, que Marx considera entre as causas que contra-arrestam a tendência à queda da taxa de lucro, não está associado ao aumento da produtividade, mas está associado ao aumento da duração e da intensidade do trabalho, com um determinado grau de produtividade, em circunstâncias nas quais a composição orgânica do capital continua sendo a mesma. (GILL, 2002, p. 513)

E, para não deixar dúvidas acerca da sua posição, acrescenta logo em seguida: “O aumento da taxa de mais-valia que está associado ao aumento da produtividade é levado em conta ali onde deve ser levado em conta, na primeira etapa, a do estabelecimento da lei” (*idem, ibidem*). Assim, para Gill, o aumento da taxa de mais-valia decorrente do aumento da produtividade do trabalho seria considerado na formulação da lei, enquanto os aumentos daquela taxa associados ao prolongamento da jornada e à intensificação do trabalho atuariam como fatores contra-arrestantes.

---

<sup>20</sup> Para uma interpretação do uso do pressuposto de taxa de mais-valia constante na formulação da lei, ver Prado (2014).

<sup>21</sup> Ver Gill (2002, pp. 511-513).

Mateo (2007) também adota o ponto de vista segundo o qual a formulação da LQTTL não está condicionada ao pressuposto de taxa de mais-valia constante. Em relação às contratendências, argumenta que elas não são um elemento a ser incorporado num momento posterior ao da formulação da lei:

É preciso esclarecer que a lei em si mesma incorpora essas forças contraditórias; sem elas não teria a posição de tendência. A distinção argumental que Marx leva a cabo é meramente *conceitual* ou *expositiva*, isto é, com o propósito de esclarecer a questão. O desenvolvimento da lei é o desenvolvimento contraditório de forças que operam em distinto sentido, mas o crucial é que ambas, tendência pura e contratendências, fazem parte iniludível da lei. (MATEO, 2007, p. 52, grifos no original)

Por outro lado, o autor estabelece uma distinção de níveis de abstração entre a lei abstrata e sua manifestação concreta. É neste último plano que cabe considerar “a incidência relativa das forças que pressionam em sentido contrário” (*ibidem*, p. 55). No caso específico da taxa de mais-valia, sustenta, no mesmo sentido que Gill, que o aumento da mesma analisado por Marx na seção I do capítulo 14 é apenas aquele devido à mais-valia absoluta, “dado um determinado nível de produtividade ou de relação do capital constante com respeito à porção variável do capital” (*ibidem*, p. 52). E então observa: “O incremento da taxa de mais-valia derivado de uma composição do capital acrescentada não é considerado como causa contra-arrestante” (*idem, ibidem*). Isso é detalhado adiante:

O que se há de destacar é que esse incremento [da taxa de mais-valia] não é uma contratendência da lei, mas é parte inseparável da mesma, da própria acumulação de capital e, em geral, evidencia a produção de mais-valia relativa característica do capitalismo. (*ibidem*, p. 106)

Pensamos não ser possível, com base na exposição de Marx, estabelecer tal distinção entre os mecanismos pelos quais a taxa de mais-valia pode ser elevada. Todos eles servem ao objetivo de contra-arrestar a queda da taxa de lucro. A única distinção aceitável, como argumentamos na seção anterior, diz respeito à maior ou menor eficácia de cada um deles sobre a taxa

de lucro, por sua vez relacionada à sua maior ou menor incidência sobre a composição orgânica do capital. O incremento da taxa de mais-valia associado ao aumento da produtividade do trabalho (portanto, da composição orgânica do capital) insere-se perfeitamente no conceito de contratendência de Marx, no sentido de algo capaz de inibir ou retardar a queda da taxa de lucro. A razão pela qual Marx se atém, no capítulo 13, à mais-valia relativa é que se trata de um mecanismo inerente à formulação da lei, enquanto um resultado necessário do desenvolvimento da força produtiva do trabalho sob o capitalismo.

No capítulo 14, Marx argumenta que “a tendência à diminuição da taxa de lucro passa a ser especialmente enfraquecida pela elevação da taxa de mais-valia absoluta, oriunda do prolongamento da jornada de trabalho” (MARX, 1984, p. 178). Reiterando: a tendência é “especialmente” (não “exclusivamente”) enfraquecida pela elevação da mais-valia absoluta, confirmando o que afirmamos anteriormente no tocante à maior eficácia desse mecanismo. Uma coisa é afirmar que, na seção I do capítulo 14, a ênfase é posta nos métodos de produção de mais-valia que, por terem menor incidência sobre a composição orgânica do capital, têm maior probabilidade de frear a queda da taxa de lucro. Outra coisa é deduzir daí que a mais-valia relativa não se constitui em contratendência.

Foley sustenta que a teoria construída por Marx acerca da dinâmica da mudança técnica no capitalismo “unifica” o aumento da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro (FOLEY, 1989, p. 135). À primeira vista, pareceria que, para o autor, a LQTTL é formulada sob o pressuposto de taxa de mais-valia crescente. Um exame mais atento mostra que não é bem assim. Ambas as tendências – afirma – são consideradas por Marx, mas em momentos distintos da argumentação. A tendência básica seria estabelecida sob o pressuposto de que o valor da força de trabalho permanece constante. Ora, isso equivale a considerar constante a taxa de mais-valia (são dadas a duração e a intensidade do trabalho). O autor assim justifica o pressuposto de um valor da força de trabalho constante:

Do ponto de vista da teoria do valor-trabalho, é lógico considerar primeiro o que acontece quando o valor da força de trabalho permanece constante. Além disso, as mudanças no valor da força de trabalho em resposta a mudanças na produtividade do trabalho não são automáticas, e implicam conflitos sociais e econômicos substanciais. (*ibidem*, p. 141)

Assim, Foley não considera nesse estágio o efeito do aumento da produtividade do trabalho sobre o valor dos meios de subsistência, com a queda consequente do valor da força de trabalho. Apenas ao tratar das contratendências é que esse efeito é considerado. A distinção entre tendência básica e contratendências consiste em que, enquanto a primeira corresponde ao “estrato mais baixo de determinações”, as segundas são “determinações de nível mais alto que compensam ou modificam a operação da tendência básica” (*ibidem*, pp. 137-138).

Foley se diferencia duplamente dos autores examinados anteriormente nesta seção. Primeiro, por não considerar o aumento da taxa de mais-valia já na formulação da lei, e, segundo, por considerar entre as contratendências à queda da taxa de lucro apenas o aumento da taxa de exploração associado ao aumento da produtividade do trabalho – portanto, à queda do valor da força de trabalho –, omitindo os aumentos decorrentes do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho.<sup>22</sup>

Chama a atenção, na leitura de Foley, o tratamento do aumento da mais-valia relativa *como contratendência*, na linha defendida no presente trabalho – com a diferença de que, em Foley, as contratendências são tratadas separadamente da formulação da lei. Afora a desvantagem de não considerar o crescimento da taxa de mais-valia no estabelecimento da lei, sua leitura apresenta um problema: não há qualquer justificativa para a omissão, entre as contratendências, precisamente dos procedimentos de elevação da taxa de mais-valia que têm maior probabilidade de inibir ou retardar a queda da taxa de lucro.

---

<sup>22</sup>Ver Foley (1989, p. 138).

Fine e Harris (1981) abordam a LQTTL a partir de um critério particular de distinção entre dois conceitos da composição do capital da perspectiva do valor. Enquanto a composição orgânica do capital leva em conta os “valores antigos” dos elementos materiais do capital constante e do variável, a composição de valor incorpora as modificações nos valores daqueles elementos decorrentes de mudanças na produtividade do trabalho. Assim, a composição orgânica, ao abstrair tais modificações, expressa apenas as mudanças da composição técnica do capital, enquanto a composição de valor expressa tanto as mudanças da composição técnica quanto as modificações nos valores dos elementos materiais do capital (FINE & HARRIS, 1981, pp. 57-59).

Posto isso, os autores argumentam que, em um certo nível de abstração, pode-se identificar uma tendência à queda da taxa de lucro. Para tanto, abstraem-se (i) as alterações na distribuição – isto é, a taxa de mais-valia é considerada *constante*; e (ii) os efeitos indiretos da crescente composição técnica do capital – isto é, os valores dos elementos do capital constante e do variável são considerados *constantes*. Em virtude da última condição, para o estabelecimento da tendência à queda da taxa de lucro, o conceito considerado relevante é o da composição *orgânica* do capital, que, para os autores, expressa, como vimos, apenas as modificações da composição técnica. Nesse sentido, a tendência à queda da taxa de lucro pode ser vista como “o efeito direto da crescente composição técnica do capital” (*ibidem*, p. 60).

Na interpretação de Fine e Harris (1981), portanto, a lei é formulada sem considerar as contratendências. A incorporação destas ocorre apenas num segundo momento. Além da elevação da taxa de mais-valia, aqui é considerado o barateamento dos elementos do capital constante e do variável. Isso significa que o conceito relevante nesse segundo momento é o da composição *de valor* do capital. Ora, argumentam os autores, a partir do momento em que são considerados os efeitos da acumulação de capital, por um lado, sobre a distribuição (taxa de mais-valia) e, por outro, sobre a composição de valor do capital, já não é possível afirmar a tendência à queda da taxa de lucro. Com efeito, se de um lado a acumulação se faz acompanhar

necessariamente de uma composição técnica crescente – portanto, de uma composição orgânica crescente –, não é possível dizer o mesmo da composição de valor. Os autores então concluem: “A esta luz, parece-nos que a denominação ‘lei da TDTL [tendência decrescente da taxa de lucro]’ é um tanto imprópria. A lei, em sua definição mais ampla, é de fato ‘a lei da tendência decrescente da taxa de lucro e suas influências contrabalançadoras” (*ibidem*, p. 61).

Não é nossa intenção avaliar globalmente a posição de Fine e Harris (1981) com respeito à LQTTL. Mas um aspecto dela merece atenção, para os propósitos deste trabalho. A interpretação que propõem da distinção entre “a lei em si” e as “influências contrabalançadoras”, como correspondendo à distinção entre a composição orgânica e a composição de valor, é insustentável. Para eles, “a lei em si” não incorpora as influências contrabalançadoras. Ora, vimos que, desde a formulação da lei, Marx considera tais influências – mais precisamente, aquelas relacionadas ao aumento da produtividade do trabalho, quais sejam, o aumento da taxa de mais-valia e o barateamento dos elementos do capital constante. O que ele faz no capítulo 14 é examiná-las mais detidamente, além de incorporar outras (e, em geral, mostrar seu caráter contraditório). Isso é particularmente importante em relação à taxa de mais-valia, cujo aumento Fine e Harris não consideram ao tratarem da “lei em si”; apenas num segundo momento. O problema maior é que, no momento de incluir as influências contrabalançadoras, os autores lhes atribuem o mesmo peso dos fatores que explicam a tendência à queda da taxa de lucro, sem hierarquizá-los. Nesse ponto, o aumento da taxa de mais-valia, embora mencionado pelos autores, parece irrelevante frente à presumida evolução da composição de valor do capital.

## 5. Conclusão

As interpretações da LQTTL aqui examinadas ou consideram que a lei é formulada sob o pressuposto de taxa de mais-valia constante, sendo o crescimento dessa taxa incorporado apenas num momento posterior, a saber,

aquele em que são examinadas as contratendências; ou consideram que a lei é formulada sob o pressuposto de taxa de mais-valia crescente, mas, de qualquer modo, o aumento da taxa de mais-valia considerado nesse estágio da exposição – aquele decorrente do aumento da produtividade do trabalho – não é considerado como contratendência. Num caso como noutro, a lei seria formulada *sem as contratendências*.

O ponto de vista sustentado no presente trabalho é o de que a lei é formulada incorporando as contratendências associadas ao aumento da produtividade do trabalho. Assim, embora compartilhando com o primeiro grupo de interpretações o tratamento do aumento da mais-valia relativa como contratendência, afasta-se dele ao considerar preferível a formulação da lei sob o pressuposto de taxa de mais-valia crescente, e isso por duas razões: porque a base textual é mais ampla e por considerar que a lei se sustenta mesmo na hipótese mais favorável aos críticos.

Por outro lado, o ponto de vista aqui defendido identifica-se com o segundo grupo de interpretações ao sustentar que o aumento da taxa de mais-valia (relativa) faz parte da formulação da lei. Diferencia-se dele, porém, ao argumentar que o aumento da taxa de mais-valia derivado do aumento da produtividade do trabalho – portanto, do barateamento dos elementos do capital variável – deve ser tratado como contratendência, do mesmo modo que o barateamento dos elementos do capital constante. Contratendências não são apenas os aumentos da taxa de mais-valia que supõem constante a produtividade do trabalho e, portanto, a composição orgânica do capital, ou seja, aqueles decorrentes do prolongamento da jornada de trabalho e de certos métodos de intensificação do trabalho. Considerar o aumento da taxa de mais-valia decorrente do aumento da produtividade do trabalho como contratendência significa que, *até certo ponto*, ele é capaz de frear a queda da taxa de lucro.

Para refutar a crítica mencionada ao princípio deste trabalho, segundo a qual Marx não teria levado em conta o incremento da taxa de mais-valia no momento da formulação da lei, não é necessário estabelecer uma distinção,

ao que parece artificial, entre os métodos de incremento da taxa de mais-valia, excluindo do estatuto de contratendência o aumento dessa taxa decorrente do aumento da produtividade do trabalho. A única distinção apropriada no caso é entre um método que supõe a elevação da produtividade do trabalho – devendo ser considerado na formulação da lei – e aqueles que a supõem dada. E isso não retira a força do argumento de Marx com respeito à tendência decrescente da taxa geral de lucro, uma vez que tal aumento da taxa de mais-valia é obtido precisamente à custa da redução da participação do capital variável no capital total. A ideia que permeia a exposição de Marx é que todos os mecanismos de elevação da taxa de mais-valia – inclusive, mas não só, os considerados apenas no capítulo 14 do livro III de *O Capital* (o prolongamento da jornada de trabalho e o aumento da intensidade do trabalho) – são inerentemente contraditórios.

## Referências

- CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: essência e aparência*, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- COGOY, Mario. "The falling rate of profit and the theory of accumulation: a reply to Paul Sweezy", *International Journal of Political Economy*, v. 17, n. 2, pp. 54-74, Summer 1987. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/22111553/Mario-Cogoy-The-Falling-Rate-of-Profit-and-the-Theory-of-Accumulation>. Acesso em: 05/08/2015.
- FINE, Ben & HARRIS, Laurence. *Para ler O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FOLEY, Duncan K. *Para entender El capital: la teoría económica de Marx*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- GILL, Louis. *Fundamentos y límites del capitalismo*. Madrid: Trotta, 2002
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (livro 4 de O capital). Volume II. São Paulo: DIFEL, 1983b.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Volume III, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (livro 4 de O capital). Volume III. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MATEO, Juan Pablo. *La tasa de ganancia en México 1970-2003: análisis de la crisis de rentabilidad a partir de la composición del capital y la distribución del ingreso*. Tese (Doutorado em Economia) –Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2007. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/8126/1/T29966.pdf>. Acesso em: 08/06/2010.
- MEEK, Ronald L. *Economia e ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- PRADO, Eleutério F. S. "Lei de Marx: pura lógica? lei empírica?", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 37, pp. 119-142, jan. 2014.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.
- SHAIKH, Anwar. *Valor, acumulación y crisis: ensayos de economía política*. 2. ed. Buenos Aires: RyR, 2006.
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- YAFFE, David. "The Marxian theory of crisis, capital and the state", *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, pp. 5-58, Winter 1972. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/economy/authors/yaffed/1972/mtccs/index.htm>. Acesso em: 24/03/2016.

RUBENS ROGÉRIO SAWAYA

## CORPORAÇÃO TRANSNACIONAL E O ESTADO NACIONAL: CONTROLE POR DENTRO

Recebido em 21/05/2020

Aprovado em 18/11/2020

# CORPORAÇÃO TRANSNACIONAL E O ESTADO NACIONAL: CONTROLE POR DENTRO

## Resumo

Após a II Guerra, o grande capital, por meio de investimentos diretos estrangeiros tanto entre os Estados centrais, como destes para os Estados periféricos, colocou em questão os Estados nacionais. Esse grande capital, ao adentrar a estrutura produtiva de outros Estados, integra em aliança com as burguesias locais frações de classe que estruturam e disputam o bloco no poder e que dão corpo ao Estado. A forma como se dá essa aliança entre as frações de classe interna e externa determina o poder do grande capital, da corporação transnacional, em cada espaço local. Essa aliança, que adentra os aparelhos de Estado e compõe sua burocracia, determina o grau de autonomia ou dependência de cada Estado em sua inserção no capitalismo mundial. Nos Estados periféricos, as relações de poder e controle não são mais estabelecidas pela lógica imperial (um Estado subordinando outro), mas por dentro dos aparelhos de Estado em cada local: um controle desde dentro.

**RUBENS ROGÉRIO  
SAWAYA**

Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

E-mail: [rrsawaya@gmail.com](mailto:rrsawaya@gmail.com)

[rsawaya@pucsp.br](mailto:rsawaya@pucsp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2506-5356>

**Palavras-chave:** Estado; dependência; internacionalização; capital transnacional; acumulação de capital

## **Abstract**

After the World War II, large capital, through direct foreign investment both between the central states, and from those to peripheral states, brought national states into question. This large capital, when occupying the productive structure of other states, in alliance with the local bourgeoisie, compose the fractions of class that structure and dispute the power block giving the body of the state. The way in which this alliance between internal and external classes fractions takes place determines the power of the great capital, of the transnational corporation, in each local. This alliance, that integrates the state apparatus and composes its bureaucracy, seems to determine the degree of independence or dependence of each state to global capitalism. In peripheral states, relations of power and control are no longer established by imperial logic (one state subordinating another), but within the state apparatuses in each place: a control from within.

**Keywords:** state; dependence; internationalization; transnational capital; accumulation of capital

## Introdução

Repensar as relações entre Estados dependentes e Estados centrais requer um mergulho na relação entre Estado e capital. A hipótese do artigo é que o capital transnacionalizado – que tem sua ação materializada na corporação capitalista – precisa atuar por dentro de cada Estado-nação, penetrando suas instituições e aparelhos burocráticos. O foco central do artigo está em como o capital, principalmente estrangeiro, transnacional, ao adentrar a estrutura econômica dos países, necessita penetrar também as estruturas de poder que constituem o próprio Estado para garantir o controle sobre a acumulação. Passa assim a se constituir como fração de classe na disputa pelo controle sobre os aparelhos de Estado em cada local.

Estado e capital se definem e existem apenas como manifestação das relações sociais, eles mesmos são relações sociais. Fundam-se nas formas pelas quais a sociedade se organiza em sua reprodução dinâmica, em seu processo de criação e recriação de sua existência enquanto sociedade.

Estados-nacionais são ou tornam-se mais ou menos dependentes em função da forma como os capitais individuais – as corporações que materializam o movimento do capital – disputam o espaço de acumulação, bem como disputam o protagonismo ou a hegemonia no conflito entre as frações de classe no processo de constituição do bloco de poder que dá forma ao Estado em cada nação.

Há diferenças na forma como cada Estado-nacional interage e atua no processo de acumulação de capital em escala mundial. Como exemplos concretos, pode-se destacar China, Japão, Coreia do Sul, ou, remontando a outros tempos, EUA e Alemanha no século XIX, como demonstrado por List (1983), Chang (2003), Amsden (2004) e outros. As formas de poder e controle que constituem a relação entre Estado e capital em cada espaço determinam o grau de autonomia e/ou dependência de cada Estado-nacional e como este se insere no processo de acumulação global de capital.

Qualquer Estado capitalista funciona como regente das contradições do processo de acumulação do capital em geral<sup>1</sup>. É o resultado de como as relações sociais em conflito que, no processo, o constituem. Na linguagem de Poulantzas, Estado é o espaço de condensação das relações sociais contraditórias entre as classes e as frações de classe que disputam o bloco de poder, a hegemonia. Assim, essa disputa constitui o próprio Estado – seus aparelhos, as instituições que o compõem e que atuam por seus braços burocráticos – e define sua ação.

A partir da mundialização do capital – principalmente dos anos 1980 em diante (CHESNAIS, 1996) –, que materializa o movimento das corporações transnacionais no processo de redistribuição de suas estruturas produtivas já internacionalizadas (desde o pós-guerra) em novas cadeias globais de valor, o objetivo deste artigo é entender de que forma este processo redefine as relações entre Estados-nação centrais e periféricos, entre aqueles Estados nacionais que se tornam protagonistas no espaço mundial e aqueles países que não conseguiram entrar na disputa pelo controle sobre a acumulação mundial de capital e, por isso, tornam-se Estados dependentes no movimento global do capital, que se tornou transnacional neste processo.

Nesse sentido, propõe que a própria lógica da dependência deva ser aprofundada para além do sentido econômico, tecnológico, que caracteriza a discussão tradicional. De um lado, a forma de subordinação parece não mais fundada unicamente – como no período imperialista clássico do século XIX<sup>2</sup> – em Estados nacionais associados ao capital nacional no exercício do poder político e militar sobre países – como proposto por Luxemburg (1983) e Lênin (1987) – e Estados periféricos que atuavam como apêndices políticos do Estado-nação central hegemônico (WOOD, 2004, pp. 49-60).

---

<sup>1</sup> Este termo é aqui utilizado para diferenciar “capital em geral” de “capital individual” ou “capital em particular”, termos utilizados por Marx principalmente no Livro III.

<sup>2</sup> Jaime Osório (2014, p. 163) busca diferenciar o imperialismo tradicional da mundialização de capital destacando também a mudança da forma do controle. Pode-se também dizer uma mudança na forma do imperialismo, questão que aqui também se busca apontar.

As relações de dependência e subordinação entre Estados centrais e periféricos constituem-se, no pós-II Guerra, como o resultado do movimento de internacionalização do capital por meio da onda de investimentos diretos estrangeiros (IDE) produtivos no bojo da institucionalidade demarcada nos acordos de Bretton Woods e no estabelecimento do dólar como moeda internacional (ver MOFFIT, 1984; EICHENGREEN, 2000). Essa nova institucionalidade havia sido a resposta política à pressão das próprias corporações – capitais individuais e seus sistemas de financiamento e gestão – em busca de novos espaços no mundo para a acumulação. Essa internacionalização inicia-se no processo de reconstrução europeia por IDE entre EUA e Europa e, posteriormente, ganha corpo na ocupação dos espaços relevantes do mundo a partir dos países da Tríade (EUA, Europa e Japão), principalmente para a América Latina. Nesse movimento, o poder do capital transnacional transporta-se para dentro das estruturas sociais, tanto nos Estados-nação do centro ou de origem das corporações, como nos Estados-nação periféricos. Esse poder realiza-se por meio das alianças com as frações de classe em cada país, em articulações que parecem “nacionais”, mas são permeadas pelos interesses do capital transnacional, das grandes corporações que penetram as estruturas do Estado. Nesse processo, as grandes corporações instalam-se nos países periféricos, movimento em que o capital transnacional se emaranha na estrutura econômica dependente, constitui-se uma nova “hegemonia por meios econômicos” (WOOD, 2004, p. 51), internalizada nos Estados-nacionais que, na periferia, tornam-se subordinados e dependentes, diferentemente dos Estados do centro.

A forma como esses capitais são recebidos em cada local, em cada país, como se imbricam em sua estrutura econômica e política, depende de como as frações de classe hegemônicas nesses locais assimilam esse movimento. São as frações da burguesia local que constituem e materializam o bloco de poder condensado no Estado que acabam por determinar o grau e a forma de dependência (periferia) ou de independência (centro) em cada espaço ocupado pelo capital transnacional. A forma de aliança entre as burguesias interna e internacional tem um papel central.

Poulantzas em *As classes sociais no capitalismo hoje*, na década de 1970, analisa os problemas da internacionalização do capital nos países do centro. Mostra as relações entre “metrópoles” apontando a diferença da forma como esse processo ocorre nos países periféricos. Discute as relações entre países e frações da burguesia no poder a partir do movimento do IDE dos EUA na Europa, reflexo do processo de internacionalização do capital analisado por Christian Palloix (1974) na mesma época. Para Poulantzas, o capital transnacional na Europa não elimina ou subordina a burguesia interna do país hospedeiro, mas se alia a ela. Essa aliança estabelece novas relações de poder e controle dentro da estrutura material que constitui cada Estado, e que não se materializam como relações de subordinação.

As diferenças na forma de assimilação do IDE transnacional estão relacionadas à estrutura dos Estados nacionais, sua institucionalidade e seus aparelhos de controle socialmente constituídos pelas frações da burguesia no bloco de poder. Essas estruturas e aparelhos não são estanques: modificam-se com a correlação de forças das frações de classe, do capital personificado nas corporações, da burguesia no poder. A composição interna dessas forças determina a forma como as frações de classe da burguesia interna assimilam o movimento do capital transnacional, o que determina seu grau de subordinação. Assim, a relação de subordinação maior ou menor define-se por dentro das relações sociais que constituem o Estado nacional.

O que aqui se busca destacar é que subordinação e dependência se relacionam à correlação interna de forças em cada país que adentra a estrutura do Estado-nacional. Países diferentes, com composições de poder de classe específicas, submetem-se, de forma própria, ao movimento de internacionalização do capital. Definem assim sua forma de participação na acumulação mundial de capital, estruturalmente. O resultado desse processo determina quais nações têm poder relativo para controlar sua participação na acumulação mundial de capital e quais estarão mais ou menos subordinadas, determinando as relações de dependência por dentro.

Com a mundialização do capital, cada Estado<sup>3</sup> cumpre o papel que lhe é historicamente característico de garantir a acumulação de capital dentro de seu espaço geográfico. “A forma política da globalização é [...] não um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados” (WOOD, 2014, pp. 27-28). E o capital transnacional, uma vez integrado às estruturas do novo espaço em que se instala, precisa penetrar cada Estado, sua ossatura, seus aparelhos de poder, de modo a garantir sua reprodução ampliada nesse novo local, a extração de valor excedente e sua apropriação. “[...] o Estado continua sendo um ponto vital de concentração de poder capitalista, até mesmo, ou especialmente, no capitalismo global de hoje, e o império do capital depende de um sistema de estados múltiplos” (*ibidem*, p.24).

O que se deseja aqui apontar é que, como demonstra Wood, a forma de controle deixa de ser predominantemente militar ou de um Estado central sobre um Estado periférico como era característico do imperialismo clássico. Como destacava Poulantzas já na década de 1970, a forma de controle pelo capital ocorre por dentro dos aparelhos em cada Estado-nacional, com o capital transnacional em aliança ou cooptando a “burguesia interna e compradora”, o capital nacional. Wood denomina essa forma de controle de “império do capital”. Poulantzas forneceu a dica de como esse “império” funciona.

O objetivo deste artigo é, a partir da análise de como se organiza o capital transnacional hoje, suas cadeias de valor, bem como o Estado e suas relações com o capital em geral e individual, demonstrar como as alianças das frações de classe (interna e externa), na ocupação da estrutura do Estado, passam a exercer o controle do processo dinâmico da acumulação de capital a partir de dentro de cada Estado nacional. Assim analisa-se como se constitui o Estado capitalista para em paralelo mostrar como funciona o grande capital transnacional moderno, com o fim de demonstrar a lógica e a necessidade de o poder ser exercido por dentro de cada Estado nacional disperso. É nesse processo que alguns Estados nacionais aprofundam estruturalmente

---

<sup>3</sup> Jaime Osório fez uma discussão similar e complementar a este ponto (OSÓRIO, 2014, p. 174).

sua dependência, que passa a ser exercida a partir de dentro das estruturas do próprio Estado.

## **O Estado capitalista**

O que constitui o Estado capitalista? O objetivo desta parte é entender a complexidade contraditória que caracteriza o Estado capitalista a partir de alguns autores-chaves<sup>4</sup>, para entender sua constituição como relação social, resultado das forças sociais, da disputa entre classes sociais que compõe a própria estrutura do Estado e, dessa forma, os mecanismos de controle sistêmico.

O Estado é constituído como resultado de relações sociais específicas, da condensação de forças que disputam o poder. O Estado é necessário onde existem classes sociais antagônicas (CLASTRES, 1978, p.142) em conflito pela apropriação da riqueza. No capitalismo o Estado traz para dentro de sua estrutura o conflito social. “*The state is not an instrumental entity existing for itself, it is not a thing, but the condensation of a balance of forces*” (POULANTZAS, 1976, p.98). O capital é também relação social como define a Economia Política. O “modo de produção” capitalista é uma forma específica histórica de como a sociedade se organiza econômica e socialmente para produzir e reproduzir sua existência, nunca podendo separar o econômico (produção) e o político (relação social).

O Estado capitalista não é autônomo enquanto representante do capital em geral, mas é relativamente autônomo em relação aos capitais individuais, ao capital em particular, em relação às frações de classe em conflito. Por esse prisma entende-se aqui o conceito de “autonomia relativa” de Poulantzas<sup>5</sup>. O capital, enquanto capital em geral, constitui-se por relações sociais de poder que se materializam na garantia da propriedade privada

---

<sup>4</sup> Não tem como objetivo discutir os atores em si, suas contradições, mas levantar como eles ajudam a explicar o Estado capitalista em sua forma atual.

<sup>5</sup> Essa lógica dialética, contradição presente em Poulantzas, resolve a crítica que Jaime Osório faz a este autor.

sobre os meios de produção, sobre o trabalho alheio, na forma de organização do trabalho. A relação de controle que garante a apropriação do valor criado excedente é ofuscada pela “lei do valor”, mas se torna concreta em relações contratuais entre indivíduos juridicamente livres, em leis. Essa relação atua como véu que garante a extração de mais valia para a acumulação ampliada de capital no “mercado livre” entre os capitais individuais, e que ocorre, aparentemente, sem interferência do político. O Estado capitalista, seus aparelhos, a burocracia, são os elementos que fornecem a base regulatória para que a extração de valor e a acumulação de capital ocorram sem violência explícita, segundo “as leis” ou o “acordo” entre indivíduos e capitais individuais (corporações). Assim se materializa a relação entre o geral e o particular.

O Estado é o portador em seus aparelhos, bem como difusor, da ideologia que conforma essa estrutura social, criada no âmbito das relações sociais. A ideologia ordena as “decisões isoladas em um contexto de vida geral dos seres humanos e esforça-se” para manter os indivíduos atrelados aos interesses coletivos da sociedade (LUKÁCS, 2010, p. 47), no caso, interesses do capital em geral no processo de acumulação de capital que se materializa na institucionalidade do Estado, por dentro dele. “A ideologia dominante que o Estado reproduz e inculca tem por função [...] constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal” (POULANTZAS, 1985, p. 179).

O Estado capitalista concretamente é o lugar de condensação de forças sociais constituídas nas disputas pelo poder entre as frações de classe que compõem e ocupam a sua estrutura. São as forças sociais hegemônicas que o constituem.

Em uma formação social, composta por numerosas classes sociais, e em particular, em uma formação capitalista, onde a classe burguesa está constitutivamente dividida em frações de classe, o terreno da dominação política não é ocupado por uma só fração de classe. É por uma aliança específica de várias classes e frações de classe – aliança que em outro lugar

designei pelo termo *bloco no poder*. Assim, as contradições entre as classes e frações de classe dominantes assumem, muitas vezes, uma importância determinada no que concerne às formas de Estado e de Regime. [...] o bloco no poder, como acontece em qualquer aliança, não é normalmente composto por classes ou frações de classe de importância igual, partilhando entre si pedaços do poder. Ele só pode funcionar regularmente na medida em que uma classe ou fração dominante impõe uma *dominação particular* aos outros membros da aliança no poder, em suma: na medida em que ela lhes consegue impor a sua *hegemonia* e cimentá-los sob sua égide. (POULANTZAS, 1978, pp. 78-79)

A aparente dissolução das classes sociais em indivíduos juridicamente constituídos, por hipótese como iguais, dá ao Estado a aparência de ente autônomo, representante geral, não de interesses de classe, mas de indivíduos, inclusive dos trabalhadores. Assim toma a aparência de um terceiro externo que zela por indivíduos (ver SAES, 1997) autônomos, desvinculados de suas relações sociais no “mercado”. Essa individuação permite ao Estado apresentar-se como representante do coletivo, como se fosse fundado no “poder de indivíduos”. Por essa fragmentação, que desvincula os sujeitos de sua real forma de participação social, garante controle do capital em geral sobre os indivíduos dispersos. E o Estado toma a aparência de entidade superior, autônoma, capaz de organizar e mediaras relações entre os capitais individuais (corporações) e entre estes e os trabalhadores, ambos ligados materialmente pela lógica da acumulação do capital em geral. Como já dizia Marx, é dessa forma que o Estado media a “luta entre o interesse geral e o interesse particular” (MARX, 2000, p.24).

*This ideology of individualization not only serves to mask and obscure class relations (the capitalist State never presents itself as a class State), but also plays an active part in the divisions and isolation (individualization) of the popular masses”. (POULANTZAS, 1976, p. 73)*

*[...] The individualization and privatization of the social body are grounded on practices and techniques of power employed by a State which, in one and the*

*same movement, totalizes the divided monads and incorporates their unity into its institutional structure (ibidem, p. 80).*

*[...]The individual-private is not a limitation on, but the very conduit of the power of the modern state ... The limits derive from popular struggles and the class relationship of forces [and] its condensation in the State (ibidem, p. 82).*

Como aponta Poulantzas, essa individuação das relações está ligada à privatização do corpo social – base das formas de controle das frações de classe hegemônicas sobre o Estado, e do Estado como agente autônomo.

O Estado só está separado da lógica do capital em geral em sua aparência; uma aparência necessária para que os mecanismos de controle sejam eficientes. Ele atua no âmbito do capital em geral separado dos capitais individuais particulares, as corporações, e dos indivíduos, trabalhadores/consumidores. O Estado apresenta-se como um “outro” em abstrato, impessoal, como se materializasse a “mão invisível” de Adam Smith. Por isso, por em sua aparência não ser controlado por ninguém – ou ser controlado de forma impessoal por uma burocracia eficiente tida como técnica, independente e superior aos conflitos sociais –, ganha respeitabilidade e confiança como organizador do sistema de indivíduos, seja em sua forma neoliberal, seja antagonicamente como um administrador keynesiano. Aparece assim como “Estado sujeito” (POULANTZAS, 1985, p. 150). Isso é essencial para o exercício do poder pelas frações de classe que constituem o bloco no poder.

Assim, o Estado, mesmo como o resultado da condensação de forças das frações de classe hegemônicas em conflito e tendo sua materialidade constituída por essas forças, ocupa, dessa forma, o lugar de aparato totalizador que organiza a ordem social em sua forma capitalista, o capital em geral, garantindo sua reprodução sob controle da lógica do capital. Assim, Mészáros<sup>6</sup> aponta:

---

<sup>6</sup> O sentido aqui exposto, nos aspectos apontados pelos conceitos de capital em geral em diferença aos capitais individuais (nome que Marx usa para tratar das empresas ou corporações), tenta mostrar que existe uma complementaridade entre as contribuições de Poulantzas e Mészáros.

O Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital, e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma pré-condição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si [...]. (MÉSZÁROS, 2002, p. 108)<sup>7</sup>

Este seria o “sistema do capital”, do capital em geral, no qual o Estado torna-se peça central de seu funcionamento, ao mesmo tempo em que surge e se estrutura por dentro dessa ordem social e a partir dela, ordem que constitui o capital em geral em aparente oposição aos indivíduos isolados, sejam eles capitais individuais ou trabalhadores. “As determinações materiais diretas da ordem reprodutiva do capital são totalmente complementadas pela abrangente estrutura política de comando das formações estatais do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2015, p. 87). Nos termos de Poulantzas, “*the principal role of the state apparatuses is to maintain the unity and cohesion of a social formation by concentrating and sanctioning class domination, and in this way reproducing social relations, i.e. class relations*” (POULANTZAS, 1976, pp. 24-25).

Nesse sentido, o Estado aparece como um terceiro, mas que só tem sua existência real concreta em relação ao capital em geral, como relação social capitalista, fundado na disputa entre as frações de classe pelo espaço no poder e que constituem o bloco no poder. O Estado não é um representante dos capitais particulares, nem dos trabalhadores, mas do capital em geral.

O Estado capitalista deve sua existência e formato às relações contraditórias, anárquicas e conflituosas da lógica do processo de acumulação de capital. Assim, não pode perder sua autonomia relativa e simplesmente se

---

<sup>7</sup> Essa “ordem sociometabólica” caracteriza-se como “[...] uma estrutura totalizadora de controle à qual tudo mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim comprovar sua viabilidade econômica, ou perecer [...] [que] [...] sobrepõe tudo ao seu critério de viabilidade, desde as menores unidades [...] até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações sociais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos [...] monopólios industriais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

tornar um instrumento exclusivo de um capital em particular sob o risco de pôr em questão o próprio sistema sociometabólico, ou, na linguagem de Poulantzas, a “*reproduction of capital as a social relation*” (*ibidem*, p. 100).

Essa autonomia não é [...] uma autonomia do Estado frente às frações do bloco no poder, não advém da capacidade do Estado de se manter exterior a elas, mas é resultante do que se passa dentro do Estado. Essa autonomia se manifesta concretamente pelas diversas medidas contraditórias que cada uma dessas classes e frações, pela estratégia específica de sua presença no Estado e pelo jogo de contradições que resulta disso, conseguem introduzir na política estatal [...]. (POULANTZAS, 1985, pp. 155-156)

O poder do Estado deriva de sua própria existência estar conectada ao capital em geral e por conter em seu interior os conflitos inerentes entre o capital individual, as frações do capital ou da burguesia. É resultado das próprias disputas que formam o bloco no poder. Isto é central para a construção política e ideológica, que no fim é a base dos mecanismos de controle. Assim, garante a extração eficiente da mais-valia e a reprodução e disponibilidade da força de trabalho (*ibidem*, p. 203) na forma e no preço desejados pelo capital em geral. Adicionalmente, tem o papel de promover a recolocação incessante da mais-valia extraída pelo capital para a contínua expansão do processo de acumulação; zela, também, pela forma de apropriação da riqueza (*ibidem*, p. 204) ao regular as relações entre os capitais individuais e entre estes e os trabalhadores. Esses são os elementos que definem a escolha das políticas econômicas (fiscais, monetárias, cambiais), a decisão de gastos públicos, políticas sociais e de desenvolvimento, a forma de controle sobre o espaço geográfico da acumulação, elementos fundamentais na definição da estratégia fundada pelo bloco de poder que ocupa os aparelhos de Estado. O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar o campo de compromissos entre as classes dominantes e as classes dominadas, ao impor, muitas vezes, às classes dominantes certos sacrifícios materiais com o fim de permitir a sua reprodução (*ibidem*, p. 161) e a reprodução do capital em geral.

*On a terrain of political domination occupied by several classes and class fractions and divided by internal contradictions, the capitalist state, while predominantly representing the interests of the hegemonic class or fraction (itself variable), enjoys a relative autonomy with respect to that class and fraction as well as to the other classes and fractions of the power bloc. One reason for this is that its task is to ensure the general political interest of the power bloc as a whole, organizing the “unstable equilibrium of compromise” (Gramsci) among its components under the leadership of the hegemonic class or fraction; the other reason is that it organizes this hegemony with respect to the social formation as a whole, thus also with respect to the dominated classes, according to the specific forms that their struggles assume under capitalism. (POULANTZAS, 1976, p. 97)*

A burocracia ocupa os aparelhos e instituições dentro da estrutura do Estado. Constitui os braços que o move. Realiza sua ação concreta. Possui um papel de aparência técnica e neutra, mas que deve reproduzir a ideologia dominante do bloco no poder constituído pelas frações de classe que dão corpo ao Estado e justificam sua ação concreta. Por isso, nunca é uma burocracia “neutra”. Como normalmente seria formada por pessoal de alto nível acadêmico, oriundo das consideradas “melhores” universidades, sua ideologia interna veste-se com um figurino técnico que lhe dá a aparência de impessoal, como se não representasse os interesses de frações de classe específicas que constituem o bloco no poder. A ideologia assume, assim, uma aparência de técnica. Como aponta Coutinho,

*A burocratização, assim, aparece como um momento da alienação, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-os em “regras” formais pseudo-objetivas. [...] A práxis aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de dados a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam [...] uma “miséria da razão” [...]. (COUTINHO, 2010, pp. 41-43)*

Nesses termos, a burocracia nunca é superior ao conjunto de interesses que constituem a ação do Estado e que determinam as ações necessárias para reproduzir e estabilizar o bloco no poder. O controle real está acima da

burocracia, mas vem impregnado na sua formação (escolas de pensamento). Por isso, deter o controle sobre a burocracia, sobre sua formação, sobre os concursos públicos, é deter o comando sobre os braços de Estado que executam sua ação. Portanto, não é uma burocracia “bem treinada”, “eficiente”, aparentemente isenta de ideologia, que, dentro do Estado, permite seu “melhor” funcionamento. Ao contrário, a burocracia deve estar engajada em uma determinada ideologia materializada em aparatos “técnico-instrumentais” específicos para movimentar o Estado em determinado sentido. A burocracia estatal é “*defined by its relation to the state apparatuses*” com o papel de realização de determinada ideologia (POULANTZAS, 1976, p. 26).

Se esta burocracia é base da ação do Estado, ter controle sobre ela é deter o poder de administrar o processo de acumulação do capital em geral, por dentro do Estado, uma vez que esta burocracia é constituída na disputa entre as forças sociais e ideológicas. Adentrar os aparelhos de Estado pelo controle da burocracia é central para a fração hegemônica de classe que constitui o bloco no poder. É, portanto, necessário que a burocracia esteja permeada por microinteresses de frações das classes dominantes e tenha aparência “técnica e isenta”, de seguidora da “boa governança”.

Para possuir o controle do Estado, deve-se, portanto, penetrar suas instituições e aparelhos em sentido amplo, principalmente as universidades (MÉSZÁROS, 1996, p. 226), gerando uma ideologia específica. Essa ideologia conforma a ação do Estado para determinado fim. Por isso não há qualquer sentido, no capitalismo, em qualquer de suas fases históricas, “menos Estado”, como aponta falsamente a ideologia neoliberal, ao contrário.

O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como resultante das contradições das classes inseridas na própria estrutura do Estado [...] o Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder, mas que não possui poder próprio. (POULANTZAS, 1985, pp. 152-162)

Se o Estado capitalista é assim constituído, poder econômico e político em cada espaço de acumulação, em cada nação, nunca estão desvinculados. O Estado tem que ser “atravessado necessariamente pela [...] dinâmica das relações sociais em disputa. Instituições do Estado podem ser apropriadas ou influenciadas de forma majoritária por pressões de grupos ou classes específicas, fazendo com que a política estatal seja amplamente favorável aos seus interesses” (MASCARO, 2013, p. 47). No capitalismo, o Estado é o lugar onde se materializa o poder de controle sobre o processo de acumulação de capital. No interior de suas estruturas são definidas e acionadas as estratégias, as políticas que garantem a expansão do capital sob a ordem da fração de classe hegemônica que ocupa o bloco no poder naquele momento específico.

No processo histórico de acumulação mundial, o capital se concentra e se centraliza constituindo grandes corporações transnacionais que ocupam os espaços relevantes do mundo. Deter o poder e o controle sobre esses espaços geográficos é fundamental para seu contínuo processo de acumulação. Os Estados nacionais, constituídos no âmbito das relações de poder entre as frações de classe, detêm o controle relativo sobre esses espaços. As corporações nacionais ou transnacionais necessitam do Estado nacional para garantir sua contínua expansão. Por isso, buscam adentrar os aparelhos de Estado, controlar a burocracia em cada local. As formas de controle passam pelo comando sobre o Estado.

As grandes corporações [...] [atuam] como instituições controladoras predominantes no planeta, com as maiores dentre elas alcançando virtualmente todos os países do mundo e superando em tamanho e poder muitos governos. Progressivamente, mais do que o interesse humano, é o interesse das grandes corporações que define as agendas políticas dos Estados e dos organismos internacionais [...]. (KORTEN, 1996, p. 70).

## A moderna corporação

As corporações constituem-se como um conjunto de empresas/firmas atadas em rede em torno de um centro de controle. A conexão entre as empresas e o nóculo de controle pode se constituir por relações de propriedade ou participação acionária e/ou por relações contratuais de fornecimento, de direitos e licenciamento para a fabricação/comercialização de determinados produtos. Terceirização, *outsourcing*, fornecimento por terceiros ou concessão de direitos contratuais são termos que abarcam relações de controle sem propriedade, formas de controle nas quais predominam contratos. Conforme aponta Chesnais (1996, p. 33): “... os grupos industriais tendem a se organizar como ‘empresas-rede’. As novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam a ajudar os grandes grupos a conciliar a centralização do capital com a descentralização das operações [...]”.

As relações de controle pela propriedade são as mais visíveis, enquanto as relações de controle por contratos firmados entre empresas independentes são difíceis de serem contabilizadas nas estatísticas. São formas que tomam corpo a partir da década de 1980, movimento conectado à mundialização de capital, mas que se expandem na década de 1990. Assim, em livro recente, Chesnais completa:

*MNEs [TNCs] already were identified in the 1980s as begging to use new forms of investment as distinct from FDI proper. These involved the use of intangible assets, such as technology or guaranteed access to central capitalist economy markets, as counterpart for the recognition of capital property rights and management controls in developing countries joint-venture firms. Cases of studies were made showing the range of arrangements. They heralded the non-equity modes of today. [...] that they include contract manufacturing, services outsourcing, contract farming, franchising, licensing, management contracts, and other types of contractual relationships through which TNCs coordinate activities in their global value chains and influence the management of host-country firms without owning an equity share of those firms. (CHESNAIS, 2016, p. 165)*

Williamson demonstra<sup>8</sup> como as empresas se interconectam por sistemas de contratos dentro das cadeias de valor (WILLIAMSON, 1985, cap. 4, 5 e 11). É uma forma eficiente de descentralizar o processo decisório e de diminuir os custos da administração sobre unidades dispersas, mantendo, ao mesmo tempo, o controle centralizado sobre a cadeia de valor. Cada unidade se comporta de forma independente, mas interligada contratualmente. Como reforça Cohen, nesse sentido, “*Corporation is no more than a web of contracts and other legal documents that tie together various parties to a specific company. In a broader legal term, a corporation (as distinct from a sole proprietorship or a partnership) is a freestanding entity separate from its owners*” (COHEN, 2007, p. 28).

Esta forma de organização da corporação permite um controle estratégico centralizado, eleva a capacidade de planejamento, tendo a produção e/ou a comercialização descentralizadas. Essa é a forma moderna de centralização de capital que garante o controle sem a propriedade, não apenas em cada local, mas mundialmente. A descentralização (WILLIAMSON, 1985, p. 296) permite que a corporação cresça e se espalhe em unidades produtivas pelo mundo sem os limites estruturais administrativos. A corporação torna-se um “enclave” que permite o planejamento com objetivo de controlar empresas relacionadas “a exemplo do que se passa com os pequenos fabricantes e fornecedores de componentes para automóveis produzidos para grandes multinacionais [...]” (HODGSON, 1994, p. 199).

A descentralização da produção ou comercialização em unidades independentes facilita o controle estratégico central. “Descentralização não é o contrário da centralização”, na verdade, “leva a centralização a um nível superior”, como já apontava Hymer (1978, p. 79). Com o desenvolvimento das corporações por esses mecanismos, “aumentou enormemente a sua capacidade para planejar em um nível mais alto [...] cobrindo horizontes de tempo mais prolongados em um espaço geográfico mais amplo” (*idem ibidem*). O

---

<sup>8</sup> Mesmo não sendo este seu objetivo, dado que partia do problema de custos de transação.

controle é centralizado e a estrutura operacional pode estar espalhada estrategicamente em qualquer lugar do planeta (cf. *ibidem*, p. 81).

Se Hymer, nas citações acima, nos anos 1970, ainda estava tratando do processo de internacionalização do capital, nos moldes do pós-guerra, com as empresas criando estruturas produtivas completas em outros Estados-nação, Williamson, Cohen e Chesnais mostram como hoje o controle sobre as cadeias de valor, das estruturas produtivas fragmentadas e dispersas, ocorre contratualmente. Dicken (1992 e outras edições) e Chesnais (2016) relatam vários exemplos. Como ressaltado por Cohen (2007, p. 84) “*A growing number of major companies in the high-tech sector contract out – outsource – to specialized assemblers and manufacturers*”, destacando ainda o papel político da nova corporação,

*huge organizations with considerable control over economic resources; they are not just business firms, but the most complex and most highly developed organizations in world capitalism, operating in the most important branches and the most highly concentrated sectors of the economy. These giant firms and their global strategies have become major determinants of trade flows and of the location of industries and other economic activities... These firms [...] have become major players not only in international economy but in international political affairs as well. (ibidem, p. 53)*

Um importante resultado dessas formas de centralização de capital, verticais ou horizontais, para trás ou para frente às cadeias de valor, é o fato de que a empresa que controla o nódulo da cadeia ter o poder de determinar os preços de compra e venda na rede de empresas interligadas. “*The TNC itself sets the transfer prices of its goods and services within its own organizational boundaries [...] this gives to TNV very considerable flexibility in setting its transfer prices to help achieve its overall goals [...] to adjust transfer prices either upwards or downwards [...]*” (DICKEN, 1992, p. 130). Assim, o núcleo central de controle, normalmente uma empresa *holding*, tem o poder de se apropriar do valor excedente criado em outros pontos da cadeia de valor, de qualquer unidade de produção instalada em qualquer lugar do mundo, sem

ter necessariamente relações de propriedade. Esse fato fortalece a empresa que está no nóculo de controle, bem como impulsiona a concentração e a centralização de capital no centro do sistema pela apropriação de valor das empresas localizadas em outros espaços. “*Superior bargaining power as buyers allows firms to capture a part, in many cases the large part, of the value created by smaller ones*” (CHESNAIS, 2016, p. 161).

As relações contratuais constituem formas de controle tanto para trás (matérias-primas) como para frente (produto acabado). Apenas como exemplos<sup>9</sup>: no setor automobilístico o núcleo de controle da cadeia está nas montadoras finais dos veículos, sendo que a produção de partes, peças e componentes pode estar espalhada no entorno ou em algum outro país; no setor de confecções, o centro de controle está na comercialização final dos produtos por corporações transnacionais (TNCs) que distribuem a produção terceirizada por países periféricos de mão de obra barata (*ibidem*, p. 161); no setor de *commodities* agrícolas, o controle está nas TNCs fornecedoras de adubos e sementes híbridas, que muitas vezes também detêm o controle da comercialização (*ibidem*, p. 117). As TNCs “*have been developing globally integrated competitive strategies*” (DICKEN, 1992, p. 144). “*The Constant capital ([productive] assets), variable capital (employment) and commodity capital (sales) are located outside of its national domicile – that is, the extent to which It accumulates capital in circuits that are transnational...*” (CARROLL, 2010, p. 91). Esse tipo de corporação constitui a Corporação Transnacional.

Se entre os anos 1950 e 1970 o movimento de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) sugeria um processo de expansão do capital multinacional do centro para a periferia pela industrialização, num aparente processo de convergência, o endividamento externo dos países nos anos 1980 expôs a nova forma de dependência (MARINI, 2000; DOS SANTOS, 2000) que se criava, reconstituindo o conceito centro-periferia. De outro lado, o tipo de IDE dos anos 1990, caracterizado por amplos processos de fusão, aquisição e *joint ventures* entre as grandes corporações, processo que pode ser denominado

---

<sup>9</sup> Ver também Dowbor (2017, capítulos 2 e 3).

“centralização” global de capital (SAWAYA, 2006), demonstra como esse movimento resultou na transnacionalização dessas corporações, tornando-as desconectadas de um único Estado-nação<sup>10</sup>. Onde está o comando desse grande capital? Teria perdido o centro de comando tornando-se apenas global, sem Estado ou sem um poder institucional por trás?

Sklair (2001) e Carroll (2010), olhando para o Ocidente<sup>11</sup>, demonstram que o movimento do capital mundial nos anos 1990 e 2000, principalmente em fusões e aquisições, resultou em uma centralização de poder e controle ainda maior sob o comando das grandes corporações, especificamente na Europa e nos Estados Unidos. As corporações têm seus escritórios administrativos nessas regiões, de onde controlam, por mecanismos de propriedade direta ou via contratos, uma enorme rede de subsidiárias produtivas e comerciais espalhadas em países escolhidos conforme sua estratégia central de distribuição de suas atividades produtivas e comerciais.

Isso “[...] suggests that corporate interlocking and successful capital accumulation are mutually reinforcing process, and that, particularly in Europe transnational networking makes a difference. Highly networked firms tend to remain near the top of the global corporate hierarchy and the boards of firms that have managed to stay near the top [...]” (CARROLL, 2010, p. 100). Carroll sustenta que isso acontece “without, however, introducing any major displacement of the networks from its Euro-Nort American centre of gravity” (ibidem, p. 108), e continua: “We found that the ties that proliferated between 1996 and 2006 were largely focused upon Western Europe and the Northern Trans-Atlantic” (ibidem, p. 110).

A centralização global pode ser vista nos dados da “Fortune Global 500” de 2018. As 500 maiores corporações, todas transnacionais, são responsáveis por um faturamento de US\$ 30 trilhões no mundo, cerca de 40% do PIB

---

<sup>10</sup> Esse movimento confundiu autores como Hardt e Negri (2002), que imaginaram um imperialismo sem império.

<sup>11</sup> No caso da Ásia, a China acabou por centralizar a mesma forma de controle entre os países de região.

mundial de US\$ 80 trilhões. Elas empregam 68 milhões de pessoas de um total de 3,4 bilhões que compõem a força de trabalho no mundo. Apesar de ser imprecisa a classificação de origem por conta da propriedade cruzada entre as empresas, dentre as 500 corporações, 137 são classificadas como europeias, empregam 17 milhões de pessoas e faturam US\$ 7,9 trilhões; 126 são dos EUA, empregam 16,6 milhões e faturam US\$ 8,8 trilhões; 111 são chinesas (entraram nos últimos 10 anos), empregam 20 milhões e faturam US\$ 6,7 trilhões; 52 são japonesas, empregam 5,6 milhões e faturam US\$ 2,9 trilhões. Esse grupo possui 85,2% das 500 corporações, emprega 59,2% do total de trabalhadores e controla 87,6% do faturamento. Dentre as 10 no topo da lista em faturamento, seis são dos EUA e China e apenas quatro são de outros países: Alemanha, Japão, Países Baixos e Grã-Bretanha. Esses dados também demonstram como a estrutura central de controle, tomando-se o faturamento, está dividida entre Europa, EUA e Ásia (China e Japão), mantendo-se na tradicional Tríade, com a diferença da entrada da China.

Esses dados envolvem, principalmente, o controle direto (propriedade do capital) ou por subsidiárias no mundo. Dados de Cohen (2007) tomados em 2005 revelavam que “77,000 multinational companies [...] operate 770,000 individual foreign subsidiaries and affiliates (*ibidem*, p. 63). O autor completa: “If educated guesses about the value added of MNCs in their home countries are combined with the estimated value added of their overseas subsidiaries, companies having a multinational presence probably accounted for between 50 and 80 percent of the world’s industrial output in the early 2000s” (*ibidem*, p. 56). Dessa forma, pode-se concluir que as TNCs têm seus centros de controle altamente concentrados no centro e não na periferia do sistema.

Para manter o controle mundial das estruturas produtivas ou de comercialização espalhadas por diversos espaços geográficos de um lado, e dada a existência de Estados nacionais dispersos em cada um desses espaços de outro, as TNCs buscam exercer diretamente pressão sobre os Estados nacionais e suas políticas. Precisam ter o controle das políticas locais para atuarem em suas estratégias globais. Utilizam para tal pressão um aparato

institucional supranacional constituído e administrado por elas próprias e que vem se fortalecendo desde após a II Guerra Mundial. O objetivo é controlar os próprios Estados nacionais, tanto centrais como periféricos. Carroll, analisando principalmente o grupo europeu e o estadunidense<sup>12</sup>, chama essas instituições de “*policy groups*”:

*The corporate-policy network is highly centralized [...] Its inner circle is a tightly interwoven ensemble of politically active business leaders; its organization core includes the Trilateral Commission, the Bilderberg Conference, the European Round Table of Industrialists and the World Business Council for Sustainable Development. [...] The North-Atlantic ruling class remains at the centre of the process.*(CARROLL, 2010, p. 201)

Estas instituições são responsáveis por abrir caminho político para a transnacionalização do capital Norte-Atlântico. São instituições privadas supranacionais criadas pelas TNCs, que atuam em uníssono para levar ao mundo, aos governos independentes e dispersos, as políticas que lhes garantem a acumulação global de capital, o controle centralizado com a produção dispersa em diversos países, e a apropriação global do valor excedente extraído em cada local de atuação direta ou via terceiros. Para isso precisa dos Estados nacionais.

Carroll analisa em detalhes o funcionamento e a origem dessas instituições. Mostra como estão interconectadas e localizadas, bem como as maiores corporações transnacionais as controlam por meio de seus executivos que ocupam cargos de direção dentro delas. Destaca-se seu papel na estruturação da ideologia que define as políticas e as estratégias mundiais com o objetivo de influenciar os aparelhos de comando dos Estados nacionais. Para isso buscam atuar por dentro deles, subordinando-os à lógica do processo mundial de acumulação de capital.

---

<sup>12</sup> A Ásia não faz parte dessa estrutura institucional. A China construiu em torno de si uma estrutura de controle institucional em paralelo à estrutura Norte-Atlântica, como demonstra Carroll a partir da elaboração da lista de corporações que estão no comando desses “policy groups”.

*[...] by the closing of twentieth century a well-integrated transnational corporate community had formed, and that neoliberal policy groups, themselves vehicles of globalization, were instrumental in its formation. [...] They educate publics and states on the virtue of the neoliberal paradigm. In short, they are agencies of political and cultural leadership, whose activities are integral to the formation of a transnational capitalist class. (ibidem, pp. 54-55)*

Os Estados nacionais que representam a condensação de forças das frações de classe na disputa pelo poder em um determinado espaço-nação (POULANTZAS, 1985, p. 148) estão dispersos, enquanto as TNCs, globalmente muito grandes, estão organizadas politicamente em instituições supranacionais que unificam seus interesses, que são responsáveis pela formulação de política e estratégias globais, que defendem seus pontos de vista disseminando-os nos encontros e reuniões anuais que agrupam, no mesmo espaço, executivos, políticos e seus intelectuais orgânicos (principalmente economistas). Atuam com objetivo de cooptar frações de classes locais que possuem poder nos Estados-nacionais para internalizar seus interesses e influenciar a formulação de leis e políticas que as favoreçam por dentro dos Estados nacionais.

O capital transnacional está centralmente organizado, os Estados não. Isso facilita o controle sobre os Estados, que se tornam, inclusive, concorrentes dispersos em disputa pelas TNCs, para atraí-las aos seus territórios, com o objetivo de se “integrar à globalização”. Essa é a nova ideologia do desenvolvimento. Como afirma Michalet, tratando dos Estados do centro, “... *l’Etat ... deviant un simple facilitateur de l’activité des entreprises*” (MICHALET, 1999, pp. 129-130). Assim, por atuar de forma organizada, são capazes de submeter aos seus objetivos tanto os Estados do centro como, principalmente, os periféricos.

*Transnational policy-planning bodies like the European Round Table of Industrialists have come to play important roles in the constructing the consensus within business communities that enables corporate capital to project influence in political and cultural domains that transect national borders. ... such groups comprise a multi-organizational field, within what has been called global civil*

*society, from which have emanated visions and policy proposals of a broadly neoliberal character* (CARROLL, 2010, p. 179).

Essas instituições supranacionais têm por objetivo abrir o espaço para a acumulação em escala global, sem deixar – ao contrário, procuram impedir – que ações contrárias em defesa de interesses nacionais independentes possam tomar lugar. Dessa forma buscam o controle hegemônico e pressionam os Estados nacionais para garantir o interesse do capital transnacional. A forma eficaz de pressão deve ocorrer por dentro dos Estados, via composição da fração de classe hegemônica. As políticas tomam a aparência de internas e não como algo “vindo de fora”, de um Estado Imperial.

Esse domínio que TNCs exercem no mundo por meio dessas instituições está presente tanto nos Estados centrais como em Estados dependentes. Isso fica claro quando as corporações norte-americanas com negócios na China forçaram o governo Clinton, em 1994, a abandonar “silenciosamente suas políticas de condicionalidade”, que impunham restrições econômicas à China, forçando-o a suspender as medidas (ver KISSINGER, 2011, p. 451). A mesma lógica pode ser vista no documentário *The Brussels Business: Who Runs Europe*<sup>13</sup>, que mostra o trabalho de lobby das grandes corporações sobre o Parlamento Europeu. Tratando dos EUA, “os analistas do pensamento dominante observam despreocupadamente que ‘as grandes empresas controlam totalmente a máquina de governo’ (REICH), reiterando a observação de Woodrow Wilson [...] de que ‘os donos do governo dos Estados Unidos são os capitalistas industriais associados’” (CHOMSKY, 2006, p. 230).

O Estado capitalista sempre atuou como parte integrante do processo de acumulação do capital em geral, como regulador dos contratos, principalmente para permitir a apropriação do valor criado socialmente pelos capitais individuais e sua reaplicação no processo de acumulação (WOOD, 2014, p. 106). Sua ação é materializada por seus braços burocráticos. Por isso, o controle dos aparelhos e da burocracia pelas TNCs é central. Um

---

<sup>13</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=QFevdq4wZRw>

exemplo é a hegemonia dos economistas, principalmente os ortodoxos, que se constituem como intelectuais orgânicos formados nas grandes universidades da Europa e dos EUA a partir de um “pensamento único” e que dizem atuar como “técnicos” na formulação de políticas econômicas defendidas por essas instituições transnacionais, sob o controle do grande capital transnacional.

Se este poder está presente nos próprios países do centro, onde estão as estruturas de controle das TNCs, na periferia do sistema também se manifesta no controle por dentro dos aparelhos de Estado e da burocracia. Por isso, as TNCs compõem ou se aliam às frações de classe na disputa pelo poder. E, quando os Estados periféricos escapam ao controle das mãos das TNCs, de suas frações de classe em aliança com as frações de classe locais, não se furtam em utilizar meios mais radicais, como o apoio ou fomento a golpes de Estado que aparecem como resultado de disputas locais em conflito.

Hoje, os direitos das corporações transcendem aos dos meros humanos (CHOMSKY, 2017, p. 120). [...] Os programas neoliberais da geração passada concentraram riqueza e poder em um número bem menor de mãos ao mesmo tempo em que arruinaram a democracia vigente ... A democracia acabou sendo debilitada à medida em que a tomada de decisão deslocou-se para Bruxelas ... o poder efetivo de moldar os eventos foi em larga medida deslocado das mãos dos líderes políticos nacionais para o mercado, as instituições da UE e as grandes corporações. (*ibidem*, pp. 298-9)

É nesse contexto que os Estados nacionais, ao invés de se enfraquecerem, devem se fortalecer em cada espaço de acumulação, principalmente, como mostra a história recente, quando seu objetivo é garantir as políticas neoliberais (abertura comercial e financeira, flexibilização do mercado de trabalho etc.). O capital transnacional, portanto, precisa penetrar a formação social, as frações da burguesia que constituem o bloco de poder local. Deve tomar parte na disputa, em aliança com as frações de classe locais. Os Estados continuam a cumprir seu papel tradicional de regular e organizar o espaço de acumulação para o capital em geral, qualquer que seja sua

origem. O capital não é mais nacional, embora esteja mais centralizado. O Estado é local e, em cada local, estrutura-se como condensação de forças indispensáveis à acumulação de capital. O sistema de poder e controle via instituições e aparelhos é central.

[...] a globalização não é uma economia mundial verdadeiramente integrada, ela também não é um sistema de Estados-nação em declínio. Pelo contrário, o Estado está no coração do sistema global, ele continua a desempenhar seu papel essencial na criação e manutenção das condições de acumulação de capital [...] como garantidor administrativo e coercitivo da ordem social, relações de propriedade, estabilidade ou previsibilidade contratual, [...] das condições básicas exigidas pelo capital em sua vida diária. (WOOD, 2014, p. 106)

Por isso o capital, em seu processo de expansão, não pode destruir e não deseja enfraquecer os Estados. O Estado continua como o centro do conflito e da organização do processo de acumulação do capital em geral. O que se modifica é a forma como se dá a condensação de forças dentro do Estado.

A partir disso, o conceito de subordinação não pode mais ser entendido sob a forma de um Estado em relação a outro, política ou até militarmente, forma que dava lógica ao imperialismo clássico. Não que o controle de um Estado sobre outro tenha sido extinto, mas a subordinação está ligada à condensação de forças na disputa entre as corporações transnacionais e a burguesia local pelo poder. Em cada país que se estabelecem, as TNCs devem penetrar o Estado, participar diretamente das relações internas de poder e controle. Sua relação com Estados locais passa por outros mecanismos de controle e poder que não estão mais amparados nos Estados de origem. São internalizados. Isso não significa que os Estados de origem percam sua relação com esse capital transnacional. No limite, estão prontos para agir diante de situações específicas demandadas pelo capital transnacional. O capital internacionalizado integra-se a diferentes Estados em que se localiza e compõe o bloco de poder local.

## Dependência e subordinação

Se o Estado é constituído como relação social e sua estrutura está conectada a como se organizam as frações da burguesia, sua subordinação ou independência está relacionada a como se constitui o bloco de poder, a como se organizam os conflitos entre as frações de classe que formam o bloco no poder. Os aparelhos de Estado e sua burocracia são o resultado dessa condensação de forças. A burocracia constitui-se como um corpo de aparência técnica, os braços concretos da ação do Estado. Quando o capital transnacional ocupa as formações sociais e adentra as estruturas de poder, alia-se ou une-se à burguesia interna, constituindo uma nova correlação de forças no corpo do Estado.

Dessa forma, a partir da internacionalização do capital, os Estados tornam-se subordinados ou não segundo a correlação de forças das frações da burguesia ou das frações do capital que fornecem a estrutura do Estado. A forma como cada país participa do poder global depende dos graus de controle social sobre o processo de acumulação, que se refletem sobre o seu Estado. Assim, depende de como se dá a aliança entre a burguesia nacional e o capital transnacional internamente. Essa aliança pode ser uma associação entre iguais, como Poulantzas descreveu antes nos países metropolitanos ou centrais, ou pode ser subordinada, o que ele mesmo aponta quando trata de “formações dependentes”.

*A social formation is dominated and dependent when the articulation of its specific economic, political and ideological structure expresses constitutive and asymmetrical relationships with one or more other social formations which enjoy a position of power over it. The organization of class relationships and state apparatuses within the dominated and dependent formation reproduces within it the structure of the relation of domination, and thus expresses in a specific manner the forms of domination that characterize the class or classes in power in the dominant social formation(s). (POULANTZAS, 1976, p. 43)*

O poder das grandes corporações adentra os Estados à medida que materializa sua presença na composição do bloco de poder. Depende das

relações estabelecidas entre a burguesia local e o capital transnacional. A burguesia ou o capital “[...] cannot be understood simply as an ‘indigenous’ capital radically distinct from ‘foreign’ imperialist capital, and uniquely by reference to the economic contradictions that divide the one from the other” (*ibidem*, p. 70). Na relação subordinada dependente, a burguesia interna pode, em diferentes graus, tornar-se representante do capital transnacional na formação social que recebe o IDE. De certa forma, pode desaparecer a distinção clara entre burguesia interna e “burguesia compradora”,

*that fraction of the bourgeoisie which does not have its own base for capital accumulation, which acts in some way or other as a simple intermediary of foreign imperialist capital (which is why it is often taken to include the “bureaucratic bourgeoisie”), and which is thus triply subordinated – economically, politically and ideologically – to foreign capital. (ibidem, p. 71)*

Conforme aponta Amsden (2004, pp. 46-47), olhando para a diferença nas estratégias de desenvolvimento capitalista em diferentes países, há uma clara separação entre os países que integraram a internacionalização do capital com estratégias nacionais (tipo Japão – que se industrializa com capital nacional dominado por uma burguesia interna que constitui o Estado), e aqueles que o fizeram pela estruturação de uma “aliança estratégica” de associação ao capital transnacional sob o controle da burguesia interna (caso da China, veja SAWAYA, 2011). Amsden distingue essa lógica daquela de outros países que optaram por “comprar” o capital transnacional, abrindo-lhe espaço, constituindo uma de aliança subordinada entre a burguesia interna e as corporações transnacionais (caso do Brasil e de outros países na América Latina). A subordinação ou dependência é o resultado da dissolução da autonomia política e ideológica dessa burguesia em face do capital transnacional. A burguesia interna existe e tem poder, constitui o bloco no poder que integra o Estado, por isso a subordinação aparece na ação do Estado, na definição de suas políticas e estratégias, e não da formação social que o constitui.

No caso da relação entre metrópoles analisado por Poulantzas, a burguesia interna não se subordina, mas se alia com a burguesia externa, dado que *“the internal bourgeoisie maintains its own economic foundation and base of capital accumulation both within its own social formation, and abroad”* (POULANTZAS, 1976, p. 72), caso da relação Europa-EUA. Portanto, não é em qualquer situação que há uma relação de subordinação da burguesia interna ao capital transnacional quando este invade o espaço de acumulação nacional. Isso explica um Estado nacional trabalhar em favor de uma corporação estrangeira instalada em seu território ou em processo de internacionalização para outra região, ou Estados diferentes unirem-se para isso.

Em países periféricos, a relação de subordinação é profunda, dada a forma como a burguesia interna se submete ao capital transnacional em termos concretos diante de sua presença na estrutura econômica (controle por subcontratação e outras formas), política e ideológica. O Estado nacional dessas economias periféricas dependentes apenas reflete as relações de classe que se impõem dentro de seus aparelhos. O Estado sempre reflete em cada local a condensação da relação de forças sociais decorrente dessa estrutura econômica, política e ideológica.

Pode-se dizer que existe uma solidariedade de classe entre a burguesia interior e as corporações transnacionais em sociedades periféricas subordinadas. Na lógica da reprodução do capital em geral, quanto mais centralizado este se torna, mais essas frações da burguesia interna se amarram contratualmente ao capital transnacional, que, centralizado em monopólios e oligopólios, coloca-se nos nódulos de controle das cadeias de valor, sustentando seu poder central na economia por relações técnicas, particulares de cada setor econômico.

*The decisive criterion by which of the capitalist system societies are classified as “central” or “peripheral” is the character of their state. The central capitalist societies are characterized by the crystallization of a central bourgeois state whose main role (besides simply maintaining the dominion of capital) is to monitor the conditions of accumulation through the national control it exerts*

*on the reproduction of the labor force, the market, the centralization of surplus, natural resources and technology. The state here meets the conditions that permit a “self-centered” accumulation, that is, by subjecting external relations (more often than not, aggressively) to the logic of accumulation. By contrast, the peripheral state (like any other state that fulfills the function of maintaining the internal domination of class) does not control local accumulation. So it becomes – objectively – the instrument of “adjustment” of the local society to the demands of global accumulation, for which changes of direction are determined by changes occurring at the center. (AMIN, 1990, chapter 6).*

### **Conclusão – Estados e poder mundial**

A mundialização, embora na tradicional teoria do imperialismo tenha a forma de algo entre Estados, é um fenômeno do capital, que, em seu processo ampliado de acumulação, não respeita os espaços geográficos. Esse movimento do capital materializa-se em IDEs das grandes corporações, que se espalham em redes de contratos pelos espaços relevantes do mundo, resultado de sua contínua necessidade de reaplicar a massa de mais-valia acumulada em novos processos de valorização. Assim, as corporações, relações contratuais e não somente de propriedade, distribuem sua cadeia de valor e controle em diversos espaços, países e, portanto, Estados diferentes, segundo sua estratégia de acumulação.

Dessa forma, pode-se dizer que o capital é transnacional, o Estado não é. O que se buscou demonstrar é que o grau de autonomia ou subordinação que aparece como entre Estados ou ‘do Estado’ decorre de como se configura a condensação de forças entre as frações de classe e frações do capital dentro de cada espaço nacional. Portanto, seu grau de autonomia depende da constituição do bloco de poder que resulta da estrutura de poder de classe. Assim, a independência que constitui e caracteriza os Estados nacionais que detêm poder global está ligada a como a sua burguesia interna assimila ou participa da relação com o capital transnacional, a como se constitui o bloco no poder dentro do Estado-nação. Esse fato determinará quais Estados aparecerão como *players* no sistema que constitui o mundo hoje e quais

serão subordinados e dependentes. Em diferentes graus que deveriam ser analisados caso a caso, há burguesias internas estruturalmente mais subordinadas (Brasil, Argentina e México), há burguesias internas que sequer se associaram (Japão e talvez Alemanha), bem como há aquelas que se associaram de forma não subordinada (países asiáticos, China e alguns países centrais).

O processo de industrialização com capital transnacional, principalmente quando ele está no coração da cadeia de valor e detém a tecnologia, eleva as relações de dependência e controle que ocorrem por dentro dos Estados. O processo de globalização dos anos 1990 permitiu que o grande capital avançasse no seu processo de centralização global de capital, que, ao mesmo tempo que espalha estruturas produtivas de forma controlada em alguns países escolhidos no mundo, centraliza cada vez mais o controle nos países centrais.

O grau de centralização e controle político fortaleceu-se pelo poder da estrutura de governança supranacional criada para servir aos interesses das TNCs. Seus principais executivos administrativos CEOs, proprietários, políticos, seus intelectuais orgânicos atuam nas instituições e frequentam seus encontros mundiais. Essas instituições servem diretamente aos interesses do capital, dessas grandes TNCs. Por meio dessas instituições foi possível construir o consenso (neoliberal) que invadiu os aparelhos de Estado, principalmente por meio e por dentro das universidades que formam os intelectuais orgânicos do sistema, fundamentalmente os economistas, responsáveis pela construção dessa nova ideologia que se enraíza na estrutura burocrática dos Estados.

Este é o mundo controlado pelo grande capital transnacional, que realizou, sob a lógica capitalista, o planejamento global que garante, às forças do capital, o poder para apropriar-se do máximo de mais-valia produzida em qualquer parte do planeta.

Nesse contexto, por condições estruturais, determinados países periféricos perderam sua autonomia ao se inserirem de forma subordinada no

circuito global da acumulação de capital, ao se submeterem às políticas (neoliberais) defendidas pelas instituições que estruturam a ideologia e o comando político no mundo para as TNCs. Elevaram seu grau de subordinação e dependência. No processo, as economias da América Latina desindustrializaram-se. Retornam à sua condição primário-exportadora. E, dada a necessidade do controle sobre os aparelhos de Estado que o capital possui, é impedida qualquer tentativa de modificação ou subversão a esta ordem globalmente imposta. O grau de enraizamento do poder do capital na estrutura de classe em cada país e na burocracia é o que se modifica em relação às formas históricas clássicas de controle.

## Referências

- AMIN, Samir. *Maldevelopment: Anatomy of a global failure*. Tokyo; London: United Nations University Press; Zed Books Ltd., 1990.
- AMSDEN, Alice. *A ascensão do “resto”: desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CARROLL, W. K. *The Making of a Transnational Capitalist Class: corporate power in the 21st century*. London-New York: Zed Books, 2010.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2003.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- CHOMSKY, N. *Os Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Quem manda no mundo?* São Paulo: Planeta, 2017.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- COHEN, S. D. *Multinational Corporations and Foreign Direct Investment: avoiding simplicity, embracing complexity*. New York: Oxford University Press, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DICKEN, Peter. *Global Shift: the internationalization of economic activity*. London: Paul Chapman Publishing, 1992.
- DOS SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder; dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Outras Palavras, 2017.
- EICHENGREEN, Berry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HODGSON, G. *Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna*. – Oeiras (Portugal): Celta, 1994.
- HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KORTEN, David C. *Quando as corporações regem o mundo*. São Paulo: Futura, 1996.
- LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- LIST, G. F. *Sistema nacional e economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. (organizado por SADER, Emir). Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: criticad a economia política*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- \_\_\_\_\_. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2000.
- MASCARO, Alysson L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MICHALET, C-A. *La séduction des Nations ou comment attirer les investissements*. Paris: Economica, 1999.
- MOFFITT, Michael. *O dinheiro no mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- PALLOIX, Christian. *Asfirmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Lisboa: Estampa, 1974.
- POULANTZAS, Nicos. *Classes in Contemporary Capitalism*. London: NLB, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- SAES, Décio. “A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas”, *Crítica Marxista*, n. 7, pp. 46-66, Campinas, 1997.
- SAWAYA, Rubens R.. “China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 28, pp. 5-35, São Paulo, fevereiro de 2011,
- \_\_\_\_\_. *Subordinated development: transnational capital in the process of accumulation of Latin America and Brazil*. Chicago: Haymarket Books, 2019.
- SKLAIR, L. *The transnational capitalist class*. Oxford-UK; Victoria-Australia: Blackwell, 2001.
- WILLIAMSON, Oliver. *The Economic Institutions of Capitalism*. New York: The Free Press/Macmillan, 1985.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Imperialismo dos EUA; hegemonia econômica e poder militar”, *Crítica Marxista*, n. 19, São Paulo, Revan, outubro de 2004.
- \_\_\_\_\_. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

JOÃO BATISTA PAMPLONA  
CAIO DINIZ ALVES

## O IGUALITARISMO EM ADAM SMITH: UMA INTERPRETAÇÃO COM BASE NA CONTROVÉRSIA ENTRE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E RECONSTRUÇÃO RACIONAL

Recebido em 22/07/2020

Aprovado em 16/12/2020

# O IGUALITARISMO EM ADAM SMITH: UMA INTERPRETAÇÃO COM BASE NA CONTROVÉRSIA ENTRE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E RECONSTRUÇÃO RACIONAL

**JOÃO BATISTA  
PAMPLONA**

Professor Associado do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC - SP. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Email: [pamplona@pucsp.br](mailto:pamplona@pucsp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6799-2476>

**CAIO DINIZ ALVES**

Economista graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). Mestrando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

E-mail: [diniz\\_caio@hotmail.com](mailto:diniz_caio@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3606-2249>

## Resumo

O objetivo central deste artigo é verificar se a nova literatura a respeito da obra de Adam Smith oferece fundamentos ou não para afirmar que o autor foi um igualitarista ou, pelo menos, se há traços de igualitarismo em sua obra. O procedimento de pesquisa utilizado consiste na análise crítica da literatura internacional, especialmente daquela relacionada à chamada “nova onda de interpretação de Adam Smith” e a seus críticos. Uma grande atenção é atribuída às diferentes abordagens metodológicas das interpretações, caracterizadas pela reconstrução histórica e pela reconstrução racional. De fato, há traços igualitaristas em Smith, mas esses não parecem justificar a afirmação de que Adam Smith é um defensor do igualitarismo, pelo menos não o tipo de igualitarismo (mais próximo da tradição marxista) que envolve a igualdade na distribuição da riqueza; pode-se dizer que foi, mais exatamente, um partidário do igualitarismo normativo, de natureza moral.

**Palavras-chave:** Adam Smith; igualitarismo; reconstrução histórica; reconstrução racional; história do pensamento econômico.

## **Abstract**

The main objective of this article is to verify whether the new literature on the work of Adam Smith offers grounds or not to affirm that the author was an egalitarian or at least if there are traces of egalitarianism in his work. The research procedure consists of a critical analysis of international literature, especially that related to the so-called “new wave of interpretation of Adam Smith” and its critics. Great attention is paid to the different methodological approaches to interpretations, characterized by historical reconstruction and rational reconstruction. Indeed, there are egalitarian traits in Smith, but these do not seem to justify the claim that Adam Smith was an advocate of egalitarianism, at least not the kind of egalitarianism (closer to the Marxist tradition) that involves equality in the distribution of wealth; it can be said he was, more exactly, a supporter of normative egalitarianism, of a moral nature.

**Keywords:** Adam Smith; egalitarianism; historical reconstruction; rational reconstruction; History of Economic Thought

## I. Introdução

Adam Smith é amplamente conhecido como autor de *A riqueza das nações*, defensor do livre mercado e patrono da ciência econômica. Entretanto, no século XVIII as ciências não estavam delimitadas da maneira como estão hoje e era comum, nesse período, que pensadores se dedicassem a diferentes ramos científicos. Smith não foi diferente: antes de publicar sua teoria econômica, já havia publicado outra obra sobre teoria moral, intitulada *Teoria dos sentimentos morais*. Mas sabe-se que o autor foi além. Nos últimos anos de sua vida, ele estava empenhado em duas outras obras: uma sobre a história da literatura, filosofia e eloquência, e outra sobre jurisprudência, ambas nunca concluídas<sup>1</sup>.

Nos anos 1970, todo esse material, junto com a obra publicada em vida por Smith, foi reunido numa coleção intitulada *Glasgow Edition of Adam Smith's Works and Correspondence*. Com o lançamento dessa coleção, mais o aniversário de duzentos anos de *A riqueza das nações*, a literatura acadêmica sobre Smith ganhou um novo impulso, surgindo um movimento novo de releitura, que procurava situar a obra de Smith no seu contexto histórico e analisá-la como um todo integrado e não como partes isoladas.

Passou-se então a questionar se o conteúdo da sua teoria moral não estaria incluído em sua economia política. Assim, uma série de novos aspectos do seu pensamento foram levantados, enquanto outros já bem estabelecidos pela tradição passaram a ser questionados. Como decorrência desse movimento, surgiu um grupo de autores, ao qual pertencem Samuel Fleischacker (2013) e Iain McLean (2006), que passou a defender que havia traços igualitaristas na obra de Smith, ou mesmo a defender o próprio Smith como um pensador igualitarista e até mesmo radicalmente igualitarista. Por outro lado, outros autores, como Vivienne Brown (1994, 1997, 2003) e D. D.

---

<sup>1</sup> Foram descobertas notas de ex-alunos de Smith referentes a tais obras, que acabaram sendo publicadas com os seguintes nomes: *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms* e *Lectures on Jurisprudence* (BROWN, 1997).

Raphael (2007), pertencentes à nova onda de reinterpretação, passaram a questionar os fundamentos de tais interpretações. D. D. Raphael foi mais longe, negando a existência de um Smith igualitarista. Há, ainda, um terceiro grupo de autores, como Stephen Darwall (1999, 2004, 2010), que reconhece aspectos tanto igualitaristas como anti-igualitaristas em Smith.

Segundo Brown (1997), é comum que a história do pensamento, de tempos em tempos, seja atormentada por dúvidas e inseguranças metodológicas, e a ciência econômica não foge a isso. Assim, podemos dizer que há dois campos de interpretação quanto ao pensamento de Smith: um desses emprega a metodologia que ficou conhecida como “reconstrução racional”, “internalismo” ou “*whig history*”; já a outra é caracterizada pelo o que ficou conhecido como a metodologia da “reconstrução histórica”, “externalismo” ou “historicismo”. A reconstrução racional busca analisar os autores do passado como se fizessem parte de uma discussão trans-histórica pela busca da verdade, e isso faz com que eles sejam julgados de acordo com os padrões acadêmicos do presente. Já a reconstrução histórica busca levar em conta o contexto histórico e as pretensões do autor ao publicar sua obra.

No geral, pode-se inferir que a ortodoxia econômica adota a reconstrução racional, e que a nova onda de reinterpretação de Smith está basicamente fundamentada na reconstrução histórica. Os autores que adotam a metodologia da reconstrução racional não aceitam, de forma geral, os resultados fornecidos por essas novas interpretações, porque, para eles, todo o passado da teoria econômica que possuía algo de útil já teria sido incorporado ao atual paradigma da ciência. Por outro lado, não se pode minimizar a realidade complexa dos fatos e ideias ao longo do tempo, logo, não seria surpresa se a história do pensamento econômico estivesse cheia de descobertas interessantes de visões que foram esquecidos ou mal interpretadas.

Assim, diante da importância das ideias de Adam Smith para o pensamento econômico, considerado por muitos como o autor que levou à gênese da ciência econômica, torna-se relevante investigar ideias centrais da economia política presentes na obra smithiana, tal como a presença ou não do

igualitarismo. Tal questão poderia impulsionar uma reflexão geral dos rumos a que a ciência econômica *mainstream* tomou e talvez até propiciar algum reordenamento, já que a defesa do livre mercado, por Smith, poderia estar sujeita a princípios anteriores, sem os quais ela poderia deixar de fazer sentido.

Além do mais, não se pode esquecer que a história em geral, e a história do pensamento em particular, são recursos para fazer do passado uma maneira de resolver disputas do presente. Procurar igualitarismo em um autor da envergadura de Adam Smith não deixa de ser uma forma de responder às crescentes desigualdades do capitalismo globalizado de nosso tempo.

Dessa maneira, o objetivo central deste artigo consiste em verificar se a nova literatura a respeito da obra de Adam Smith, confrontada com seus críticos e com as principais obras de Smith em si, fornece fundamentos para afirmar que o autor foi um igualitarista ou não, ou, pelo menos, se há traços de igualitarismo em sua obra. Como objetivos secundários, busca-se identificar e confrontar as principais características dos métodos de abordagem empregados para as interpretações do igualitarismo em Adam Smith.

O procedimento de pesquisa empregado neste artigo consiste na análise crítica da literatura internacional, especialmente aquela relacionada à chamada “nova onda de interpretação de Adam Smith” e a seus críticos. Quanto ao trabalho do próprio Smith, são utilizadas *A riqueza das nações* e *Teoria dos sentimentos morais*, ficando as obras publicadas após a morte de Smith apenas como consulta indireta, feita por meio do texto de outros autores. Uma grande atenção é atribuída às diferentes abordagens metodológicas das interpretações, buscando realizar exame crítico da relação entre os seus fundamentos e os resultados obtidos, o que representa uma contribuição para as pesquisas em geral no campo da história do pensamento econômico. Esclarecidas as bases metodológicas, são levantados e confrontados os argumentos dos autores que defendem o igualitarismo em Smith com os dos autores que negam tal qualificação, bem como com os daqueles para os quais a própria questão – há ou não igualitarismo em Adam Smith – não faz sentido ou não tem relevância devido ao método de abordagem que eles adotam.

## 2. A abordagem da reconstrução histórica

Quando se trata de investigações no campo da história do pensamento econômico, a tarefa é sempre problemática e complexa, por isso parece muito oportuno refletir acerca das seguintes questões levantadas por Mark Blaug: como justificar a história do pensamento econômico como uma especialidade dentro do largo campo de estudos da economia? Qual tipo de história dever-se-ia escrever? E por fim, dever-se-ia de fato descobrir o que os grandes economistas do passado realmente disseram, ou o que eles realmente quiseram dizer, ou quais eram suas intenções? Historiadores do pensamento econômico frequentemente discordam quanto às respostas para essas questões, inclusive, tal discordância não é algo exclusivo dos economistas, estando presente também em outras áreas da ciência (BLAUG, 1990). Na ciência econômica, há dois importantes e distintos métodos de abordagem que procuram dar respostas a essas questões: a abordagem da reconstrução histórica e a abordagem da reconstrução racional. Vamos iniciar nossa busca pelo igualitarismo em Adam Smith por meio dos autores que utilizam a primeira abordagem.

Para Recktenwald (1978), os novos estudos sobre Adam Smith podem ser caracterizados por quatro principais aspectos de interesse: (I) a busca por ver a obra de Smith como um todo integrado, negando a existência do “*Adam Smith problem*”<sup>2</sup>; (II) a teoria econômica pura de Smith, tarefa realizada, principalmente, por Paul Samuelson e Samuel Hollander nos seus estudos de fluxo circular e de crescimento; (III) o uso da teoria social e histórica de Smith como pano de fundo para sua teoria econômica; e, por fim, (IV) entender o papel do Estado e das instituições políticas na economia segundo a teoria smithiana. Com exceção do segundo aspecto, todos os outros decorrem do emprego da metodologia da reconstrução histórica que tem como principais

---

<sup>2</sup> Segundo Richard Teichgraber III (1981), a expressão “*Das Adam Smith problem*” e a questão que ela representa teriam nascido nas últimas décadas do século XIX entre acadêmicos alemães, e consistiria na inconsistência entre algumas premissas apresentadas na *Teoria dos sentimentos morais* e em *A riqueza das nações*.

objetivos levar em conta o contexto histórico da obra interpretada, buscar as intenções do autor ao publicá-la e interpretá-la como um sistema único.

Assim, no caso das investigações acerca de Adam Smith, os novos estudos passaram, ao contrário das leituras tradicionais, a tentar compreender os princípios expostos em *Teoria dos sentimentos morais* e *A riqueza das nações* como complementares. É curioso que Smith não faça referência em *A riqueza das nações* a *Teoria dos sentimentos morais* ou vice-versa, já que ambas foram revisadas em vida pelo autor, o que acaba passando a impressão de que as diferentes obras são sistemas isolados. Entretanto, Smith também não demonstrou que pudesse haver contradições entre as duas ou que ele tivesse passado por uma mudança radical no núcleo de sua posição filosófica a ponto de culminar nisso (CERQUEIRA, 2005). E, de fato, parece que hoje tal problemática já foi superada, como afirma Vivienne Brown:

Um tema recorrente na literatura é a relação entre a filosofia moral de Smith e sua ciência econômica. Um aspecto do tão falado “*Adam Smith problem*”, ou a problemática sobre a consistência entre *Teoria dos sentimentos morais* e *A riqueza das nações* na consideração sobre o lugar do autointeresse, do papel da providência e das pressuposições religiosas. O consenso, agora, é que o “*Adam Smith problem*” é um falso problema, baseado numa interpretação errônea, e que não há nenhuma contradição, por exemplo, entre a análise do autointeresse nos dois livros, mas a questão da relação entre os dois textos continua atraindo atenção. (BROWN, 1997, p. 297; tradução nossa)<sup>3</sup>

No entanto, não há um consenso sobre a maneira como as duas obras devem ser integradas. Para a análise tradicional – baseada na reconstrução racional –, os economistas devem deixar de lado questões políticas e morais, pois esses seriam temas pertencentes a outros campos de estudo. Porém, para a reconstrução histórica, a interdisciplinaridade passa a ser um

---

<sup>3</sup>“A recurring theme in the literature is the relation between Smith’s moral philosophy and economics. One aspect of this is so-called ‘Adam Smith problem’, or the question of consistency of TMS and WN regarding the place of self-interest, the role of providence and the religious presuppositions. The consensus now is that the Adam Smith problem is a false problem based on faulty exegesis and that there is no contradiction, for example, between the analysis of self-interest in the two books, but the issue of the relation between the two texts still attracts interest”.

aspecto relevante – a teoria moral tem importância diante da análise econômica –, mas, ainda assim, não há um consenso de como isso deve ser feito. O que ajuda a entender parte da heterogeneidade das leituras de Smith baseadas na reconstrução histórica, apesar de não ser a única causa. Assim, Brown classifica as releituras em diferentes posições quanto à relação feita entre a filosofia moral e a teoria econômica de Smith, porém, quanto à problemática do igualitarismo em Smith, apenas duas dessas se tornam fonte de maior interesse.

Uma delas defende Smith como um economista moral, com uma visão ética da economia, em que o mercado competitivo, de certa maneira, facilitaria o desabrochar de alguns valores morais. Portanto, haveria uma coerência entre o interesse projetado pela ordem econômica capitalista e os valores morais que seriam os sustentáculos da sociedade. Já a outra posição defende o Smith como um filósofo moral que se tornou economista, possuindo uma agenda positiva em promover a eficiência econômica, mas que também estava preocupado com as fundações morais da ordem econômica (*ibidem*). Os autores que admitem a existência de um Smith igualitarista transitam entre essas duas posições, porque um dos fundamentos para a defesa do igualitarismo em Smith, inclusive o principal, está na teoria moral de Smith – em como as pessoas são iguais perante o espectador imparcial. Entretanto, os autores que não identificam igualitarismo em Smith, no geral, também se enquadram entre essas duas posições. Portanto, o uso da abordagem da reconstrução histórica e a maneira de integrar a filosofia moral e a teoria econômica de Smith não são suficientes para separar os autores que identificam igualitarismo daqueles que não identificam.

Há ainda duas dificuldades em relação à reconstrução histórica – que inclusive são levantadas por autores que adotam essa mesma metodologia – que merecem ser citadas: o fato de economistas trabalharem com temas não pertencentes diretamente à ciência econômica e a real possibilidade de se recuperar as intenções do autor ao escrever. Para D. D. Raphael (2007), parte dos problemas relacionados à interpretação de Adam Smith decorre do

fato de muitos comentadores da *Teoria dos sentimentos morais* serem apenas economistas, sem formação em filosofia e ética, os quais, por sua vez, analisaram-na apenas com o intuito de achar algo relevante quanto à *A riqueza das nações*, o que levou alguns a serem descuidados quanto à edição da *Teoria dos sentimentos morais* que estava sendo usada, algo que pode ter influenciado e ajudado a criar distorções na interpretação. Quanto à busca pelas intenções, vale dizer que, no geral, faz parte do senso comum acreditar que a leitura de uma obra seja suficiente para ter acesso ao significado que o autor quis de fato transmitir, mas a reconstrução histórica, por meio da procura das reais intenções do autor, vai questionar essa crença do senso comum.

A noção de “intenção”, na realidade, é um objeto de intenso debate no mundo literário e filosófico. Entretanto, um ponto curioso é que o interpretador não parte de uma clara afirmação do autor quanto às suas intenções para defender uma determinada posição. Assim, o interpretador acaba se tornando a autoridade final com respeito ao que o autor quis dizer, o que parece ser um tanto quanto suspeito, porque, às vezes, nem mesmo o autor tem conhecimento de todas as suas reais intenções ao escrever. Para Brown (2003), a dificuldade dessa busca é dupla. Primeiro, há a questão da evidência de quais eram essas intenções. Se tal evidência não existir independentemente das interpretações das obras e outros documentos relacionados, então não haverá evidência, de fato, independente. Segundo, imputar intenções particulares ao autor com base em uma interpretação das obras pode envolver uma reconstrução interpretativa das intenções do autor, que o autor como agente histórico, muitas vezes inconsciente, poderia não ter consentido se fossem a ele expostas. Brown (2003, p. 546) explicita seu ceticismo em relação à possibilidade de descobrir a real intenção de um autor do passado ao argumentar que o que resta de tais alegações de descoberta ou recuperação das intenções do autor equivale a um simples gesto retórico (“*rhetorical gesture*”), no sentido de ser apenas persuasivo.

Respondendo as questões levantadas por Blaug, a abordagem da reconstrução histórica defende que há espaço na ciência econômica para a história

do pensamento econômico e que a maneira com que tal disciplina deve ser realizada é a descrita pelo próprio método – levar em conta toda a obra do autor, assim como o seu contexto, e buscar suas “reais intenções” ao escrever. No entanto, quanto à busca pelas “reais intenções”, enfatiza-se que não há consenso entre os autores que usam a abordagem da reconstrução histórica acerca de sua efetiva possibilidade. Assim, é inegável que essa abordagem possui relevantes pretensões, mas essas não estão imunes a alguma fragilidade<sup>4</sup>.

### **2.1. Origem da discussão do igualitarismo em Smith e a imagem do pensador ao longo do tempo**

Um dos pilares centrais de reconstrução histórica consiste na contextualização histórica da obra analisada e é exatamente quanto a esse aspecto que surge a dúvida quanto à real imagem de Smith em sua época e a mudança que essa poderia ter sofrido ao longo do tempo, o que acaba dando origem à discussão do igualitarismo em Smith. Segundo Fleischacker (2013), a tendência de associar Smith com o igualitarismo na literatura recente surgiu com o artigo de Emma Rothschild, intitulado *Adam Smith and Conservative Economics* (ROTHSCHILD, 1992), no qual a autora argumenta que Smith tem sido erroneamente visto como oponente da provisão aos pobres pelo Estado e que isso se daria por causa de Dugald Stewart. Curiosamente, após tal artigo, um número razoável de autores apareceu apresentando Smith como mais próximo aos igualitaristas da Revolução Francesa e de

---

<sup>4</sup> Como já tinha sido apontando, a noção de “intenção do autor” é objeto de grande debate no mundo literário e filosófico. Este artigo não comporta a extensão de tal debate. De qualquer forma, é importante ressaltar a contribuição de Antonio Candido como consistente resposta, ao não colocar a questão em termos de “real intenção do autor”. Na interpretação de uma obra, deve-se, segundo Candido (2006), levar em conta sua integralidade. Considera-se tanto a ideia de que ela é explicada por fatores externos quanto a de que sua estrutura é virtualmente independente (“existe em si e por si”). Ambas são momentos necessários, e se combinam no processo interpretativo. Para Candido (2006), o elemento externo, o social, é parte da estrutura da obra (torna-se interno), não é causa ou significado. Fundem-se texto e contexto. Há relação dialética entre texto e contexto. “Isto quer dizer que o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade [...], mas alguém desempenhando um *papel social* [...]. A matéria e a forma de sua obra dependerão em parte da tensão entre veleidades profundas e consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público.” (CANDIDO, 2006, pp. 83-84; grifos do autor).

seus sucessores socialistas do que seria de se imaginar. Segundo a própria Rothschild (1992), o pensamento do autor teria passado por três diferentes rótulos ou renomes: (I) como um dos inspiradores da revolução francesa e como promotor de inconvenientes discussões populares; (II) o relacionado à imagem promovida pelo seu biógrafo Dugald Stewart, que buscou defender sua reputação conservadora e redefinir sua visão de liberdade; e (III) o do Smith convocado como um filósofo conservador, mas preocupado com a fome e as políticas salariais.

Para Milgate e Stimson (1996), a imagem de Smith como arquiteto do liberalismo econômico e advogado dos benefícios da competição não regulada pode ser bem problemática. Assim, a atual imagem de Smith pode realmente estar bem distante da inicial, porque estaríamos focando em alguns aspectos específicos do seu pensamento, deixando outros de lado. Os autores sugerem que a imagem de Smith pode ter sido afastada do seu ser verdadeiro por questões ideológicas. Apesar da ideia de um Smith igualitarista poder parecer estranha à grande maioria, formada pela interpretação corrente (dominante) da tradição econômica, tal imagem, segundo Fleischacker (2013), era frequentemente atrelada ao autor nas primeiras décadas após o lançamento da sua obra.

De fato, apesar do apreço por Smith ser frequentemente mostrado por ativistas e escritores que se opõem aos programas políticos igualitários, a sugestão de que as ideias de Smith ajudam tais programas tem uma longa história. [...]. Na verdade, até pelo menos uma ou duas décadas após a Revolução Francesa, pareceu justo falar de um “Smith de esquerda”, assim como de um “Smith de direita” em relação a sua linha de pensamento, uma tradição que reivindicou o trabalho de Smith em nome da igualdade de todos os seres humanos, e conseqüentemente a necessidade de melhorar as condições daqueles de inferiores condições sociais e econômicas, da mesma maneira como uma tradição que o reivindicava para a ideia de livre expansão da indústria, e para a concepção de política na qual liberdade

quase sempre triunfa sobre a igualdade. (FLEISCHACKER, 2013, p. 485; tradução nossa)<sup>5</sup>

Segundo Rothschild, os princípios defendidos por Smith no final do século XVIII eram vistos como algo que levava à revolta. A Escócia por si mesma era vista como à beira de uma rebelião. As ideias de Smith eram vistas como inspiradoras da discussão popular e do descontentamento com o governo inglês. Smith era considerado, por alguns, como herói da juventude liberal de Edinburgh, porém, por outros, inclusive antigos admiradores, como objeto de profunda suspeita (ROTHSCHILD, 1992).

Porém, segundo Teichgraeber III (1987), o próprio Adam Smith não haveria tentado promover debates a respeito dos princípios econômicos expostos em *A riqueza das nações* enquanto ainda estava vivo. As ideias de Smith não teriam sido bem recebidas entre os parlamentares das últimas décadas do século XVIII, mas sim encontrado algum tipo de indiferença e hostilidade, tanto entre os membros da Câmara dos Lordes, quanto os da Câmara dos Comuns. Assim, apesar da rápida venda da primeira edição de *A riqueza das nações* e até de uma certa calorosa recepção, sua importância inicial mantém-se pouco clara. Demorou dois anos para que uma nova edição fosse lançada e a maioria das *reviews* sobre a obra acabou se mostrando genérica e superficial, o que indica que o texto foi muito pouco seriamente lido até as duas primeiras décadas do século XIX. Um dos motivos para isso pode estar no fato de os leitores terem se sentido desafiados pelo tamanho e complexidade da obra. No entanto, Rashid (1982) destaca que a popularização do pensamento smithiano e a ideia de livre mercado podem estar atreladas à superioridade industrial inglesa, que só se manifestou mais claramente a partir de 1800 e por isso só a partir de então suas ideias ganharam maior proeminência.

---

<sup>5</sup> “Indeed, despite the fondness for Smith often shown by activists and writers who oppose egalitarian political programmes, the suggestion that Smith’s ideas help make the case for such programmes has a long history. [...] Indeed, until at least a decade or two after the French Revolution, it seems fair to speak of a “left-Smithian” as well as a “right-Smithian” stream of thought, a tradition that claimed Smith’s work on behalf of the equality of all human being, and consequent need to improve the condition of those of inferior social and economic conditions, as well as tradition that claimed him for the unfettered expansion of industry, and for a conception of politics in which liberty must always trump equality”.

Desta maneira, entende-se o porquê da morte de Smith não ter causado grande repercussão na Inglaterra, nem mesmo na Escócia, na época. Segundo Rothschild (1992), em *The Times* houve apenas um debochado comentário fazendo referência à amizade de Smith com Hume; já num segundo, havia apenas uma consideração a respeito da irreligiosidade de Smith e a sua relação com franceses. Em *The Gentleman's Magazine* houve apenas uma citação dizendo que *A riqueza das nações* havia sido cotada no parlamento e na assembleia francesa e que a obra teria de alguma maneira contribuído para que o espírito de liberdade prevalecesse na França. Já na França, a perda de Smith teria sido muito mais profundamente sentida – o *Moniteur Universel* publicou que a Europa perdia o seu mais famoso filósofo.

Smith só se livraria do seu primeiro rótulo (“amigo da revolução francesa”) posteriormente, e o principal responsável por isso seria Dugald Stewart, principalmente devido a sua biografia sobre Smith, *Account of the Life and Writings of Adam Smith* (STEWART, 1857), considerada um dos trabalhos biográficos mais importantes sobre Smith. Segundo Rothschild (1992), Stewart afirma que essa biografia deveria ser vista como uma defesa de Smith contra o que seria o “terror dos tempos”, a Revolução Francesa. Já em 1810, Stewart afirmou que o que ele estava combatendo era a tendência que existia na época de confundir a economia política com as discussões que haviam a respeito dos princípios que deveriam reger os governos e estavam agitando as mentes públicas. Para Stewart, citado por Rothschild (1992), a imagem que se atribuía a Smith era injusta, porque o verdadeiro Smith era um sóbrio filósofo público e não o homem que em conversas particulares e informais falava a respeito de preconceitos religiosos e de temas que estavam na pauta de Voltaire. Stewart (1857) defendeu que a economia política era uma ciência preocupada apenas com um objeto comercial (“*freedom of trade e industry*”) e que a questão da igualdade era algo restrito ao campo da política.

Entretanto, a interferência de Stewart quanto à imagem de Smith foi além, chegando à própria teoria econômica. Milgate e Stimson (1996) afirmam que

tais alterações foram necessárias para defender o liberalismo econômico e apontar a prioridade da ciência econômica frente à política. Para isso, Stewart utilizou duas estratégias: realizar “*smithian corrections*” ao próprio Smith e fazer “*smithian extensions*” da teoria já existente. Tais mudanças podem ser bem claras, principalmente quanto à teoria monetária, em que Stewart se afasta bastante do exposto em *A riqueza das nações*. Cabe ressaltar que aqui não se busca avaliar se houve avanço ou não na teoria econômica, apenas que a mudança foi realizada. Stewart também se afasta de Smith em relação à lista de necessidades de despesas do Estado, na qual Smith havia feito uma divisão em quatro categorias: (I) defesa nacional; (II) administração da justiça; (III) funcionários e educação pública; e (IV) conservação da dignidade do soberano. Stewart retira todas as referências aos gastos com educação e adiciona uma nova categoria de suporte às instituições religiosas. Por fim, Stewart dá diferente explicação para a necessidade dos gastos públicos. Para Smith, a necessidade justificar-se-ia devido aos quatro estágios de progresso da sociedade<sup>6</sup>, em que apenas no último estágio, o da sociedade comercial, o Estado teria que realizar algumas funções. Entretanto, Stewart omite isso na sua biografia de Smith, e diz que tais gastos são consequência da existência da sociedade política.

Stewart realizou um importante papel na criação e definição da comunidade científica de economistas, no entanto, para isso, ele negou qualquer pretensão que os economistas poderiam ter quanto ao *political design*. Nisso se torna evidente o papel da discussão de Stewart com os fisiocratas. Para ele, esses haviam unido o discurso econômico do livre mercado com a filosofia política do despotismo. Logo, para legitimar a nova ciência, precisava-se demonstrar que o liberalismo econômico dos fisiocratas não possui relação com a “política liberal” desses associada aos novos arranjos institucionais

---

<sup>6</sup> Cada estágio remete a uma forma de produção, porém, as características descritas por Smith para cada etapa do desenvolvimento humano vão além da maneira pela qual os homens adquirem a sua sobrevivência, e englobam múltiplos fatores, como a amplitude da propriedade, as leis, o governo e a forma de diversas instituições sociais. Na teoria dos quatro estágios, a sociedade passaria sucessivamente por quatro etapas representadas pela forma de produção predominante: caça, pastoreio, agricultura e comércio (MARCHEVSKY, 2017).

do Estado. De uma certa maneira, Stewart buscou lidar com a urgência que o contexto histórico reclamava, o medo de que os planos da Revolução Francesa chegassem à Grã-Bretanha. Assim, ao retirar a preocupação quanto às formas de governo do interesse econômico, Stewart, talvez pouco consciente, ajudou a modelar a disciplina ainda prematura de Adam Smith, que pouco a pouco foi cada vez mais buscando independência de qualquer outro campo do conhecimento (MILGATE & STIMSON, 1996).

## **2.2. Os argumentos para o Smith igualitarista**

No geral, a defesa do igualitarismo sustenta-se sobre a relação entre o espectador imparcial e o julgamento moral. No entanto, também há alguns outros pontos concernentes às políticas públicas e ao papel do Estado na economia. Para McLean (2006), a obra de Smith é tão importante, que oferece bases para pensadores e políticos de todas as inclinações, tanto liberais conservadores, quanto marxistas. Isso porque Smith seria um liberal não só com relação à economia, mas também um liberal do ponto de vista social. O liberalismo econômico está preocupado com a não interferência nos mercados e a eficiência econômica, já o liberalismo social defende que as pessoas devem ser livres para tomar suas escolhas de acordo com suas vontades, desde que essas não impliquem em danos para as outras, e garantido um certo nível de igualdade (bens públicos). Apesar desses dois tipos de liberalismo serem relacionados, um não necessariamente implica o outro – há liberais econômicos que são conservadores sociais e liberais sociais que não são liberais econômicos. Assim, para McLean (2006), Smith pôde influenciar não apenas a corrente ortodoxa da Ciência Econômica, mas também austríacos e marxistas. Essa característica do pensamento de Smith pôde dar abertura para que sua obra fosse interpretada sob diferentes óticas do pensamento, como se Smith tivesse precedido todas.

McLean (2006) destaca ainda que apesar da apreciação que Smith tinha pelo mercado e seus mecanismos de autoajuste, ele reconhecia que esse podia falhar quanto a duas situações: quando os agentes conseguem

combinar suas ações, formando um conluio e resultando em agentes com poder de mercado; e quando por meio do mercado não se alcança a melhor alocação dos recursos, devido à existência de bens públicos. Ainda segundo McLean (2006), Smith não seria contrário a uma tributação progressiva: “Eu argumentei anteriormente que as máximas de Smith sobre tributação sustentam tanto o imposto progressivo quanto a redistribuição. Em ambos os sentidos é justo ver algo como ‘justiça’, isto é, ‘igualdade’, assim como ‘empresa’, isto é, ‘eficiência’” (MCLEAN, 2006, p. 140; tradução nossa).<sup>7</sup>

De fato, é difícil acreditar que Smith fosse contra alguma legislação sobre salário mínimo, considerando seus comentários pró-trabalhadores, assim como não é possível afirmar que ele era contra algum tipo de ensino público: “[...] as despesas com instituições destinadas à educação e à instrução religiosa são benéficas para toda a sociedade, podendo, portanto, sem injustiça, ser cobertas com a contribuição geral da sociedade” (SMITH, 1983, v. 2, p. 238).

Segundo McLean (2006), para Smith, a igualdade que mais importa é a relacionada ao julgamento moral, inclusive mais que a política. Na *Teoria dos Sentimentos Morais* é que estaria seu apelo ao igualitarismo que poderia ser atrativo para pensadores e políticos de esquerda: “[...] sentir muito pelos outros e pouco por nós mesmos, restringir nossos afetos egoístas e cultivar os benevolentes, constitui a perfeição da natureza humana” (SMITH, 2019, p. 26). Para McLean, o mais verdadeiro dos Smith – a visão que estaria mais próxima da sua obra como um todo – seria o radical (no sentido de progressista).

Dizer que Adam Smith foi um homem da esquerda no seu próprio tempo é um anacronismo. Os termos “esquerda” e “direita” em seus sentidos políticos datam da Revolução Francesa [...]. Mas nós podemos falar de conservadorismo e radicalismo no pensamento do século XVIII, e classificar

---

<sup>7</sup>“I argued earlier that Smith’s maxims of taxation warrant both progressive taxation and redistribution. In both of those senses it is fair to see him as a ‘fairness’, that is ‘equity’, as well as an ‘enterprise’, that is ‘efficiency’”.

Smith sem hesitação como um radical. (MCLEAN, 2006, p. 139; tradução nossa)

Fleischacker (2013), assim como Mclean (2006), atenta-se tanto à questão da igualdade no pensamento de Smith quanto à sua filosofia moral, porém dá maior ênfase a esse último ponto. O critério adequado para o julgamento moral estaria no espectador imparcial. Ao nos projetar na situação do outro, nós buscaríamos o sentimento que o espectador imparcial sentiria no lugar dessa outra pessoa. Logo, a ideia de que podemos e devemos considerar a perspectiva alheia pressupõe que não nos enxerguemos como melhor do que o outro, o que nos permitiria ver o interesse das outras pessoas com igual valor ao nosso.

[...] para as paixões egoístas e originárias da natureza humana, a perda ou o ganho de um exíguo interesse particular se mostra de importância muito mais ampla, suscita uma alegria ou dor muito mais apaixonada, um desejo ou aversão muito mais ardente, do que a maior preocupação de outrem, com quem não temos nenhuma relação específica. [...] Antes de fazer uma comparação apropriada entre esses interesses opostos, devemos mudar nossa posição. Não podemos vê-los de nosso lugar, nem tampouco do dele nem com nossos olhos, nem, todavia, com os dele. *É preciso vê-los do local e com os olhos de uma terceira pessoa*, que não tenha nenhuma relação particular com algum de nós, e que nos julgue com imparcialidade. (SMITH, 2019, p. 164; grifos nossos)

Assim, só é possível tomar uma posição imparcial para realizar o julgamento moral quando se passa a ver os outros como iguais, quando verificamos que nossa presunção foi revista e assim percebemos que somos apenas mais um na multidão, sem possuir nada de melhor que os outros. Smith afirma que a maioria das vezes que grandes erros morais são cometidos, esses ocorrem por alguém se julgar superior em relação aos outros. Por isso, mesmo pequenos atos de injustiça parecem merecer alguma punição, não pela

---

<sup>8</sup> “To say that Adam Smith was a man of the Left in his own time is anachronistic. The words ‘left’ and ‘right’ in their political sense date back only to the French Revolution [...]. But we can talk about conservatism and radicalism in eighteenth-century thought, and class Smith without hesitation as a radical”.

perda material, mas porque este ato, de alguma forma, indica que o agente vê a vítima como menos digna do que ele próprio (FLEISCHACKER, 2013).

Um ponto problemático para os defensores de um Smith igualitarista estaria no fato de Smith dar a entender que apenas poucas pessoas seriam capazes de viver uma vida virtuosa, segundo Fleischacker (2013). No entanto, o autor contorna o problema argumentando que, para Smith, as pessoas que seriam a mais dignas de serem admiradas são exatamente as que tendem a ver as outras como iguais, isso porque essas buscariam tanto viver o ideal de humanidade dentro de si, que acabariam agindo de maneira mais humilde do que as outras. Elas seriam superiores, em boa parte, exatamente por não considerarem a si mesmas como superiores; ao buscarem ver o mundo através do espectador imparcial, veriam a verdadeira pequenez de si mesmas. Portanto, o autor defende o igualitarismo em Smith como princípio normativo, usado para o julgamento moral. No entanto, isso não implica que Smith enxergava as pessoas como iguais em virtude ou inteligência, nem que deveriam ser igualmente ricas ou desfrutarem do mesmo *status* social ou político, nem mesmo que deveriam ser igualmente felizes. Pode parecer estranho que as pessoas deveriam ser consideradas iguais em valor, sendo desiguais em todos esses aspectos. Há dois tipos de desigualdade com as quais os igualitaristas normativos têm que lidar: as desigualdades quanto às características e qualidades pessoais; e as desigualdades quanto ao nível de renda (*ibidem*). Em relação ao primeiro tipo, Fleischacker busca interpretar uma famosa passagem de *A riqueza das nações*.

Na realidade, a diferença de talentos naturais em pessoas diferentes é muito menor do que pensamos; a grande diferença de habilidade que distingue entre si pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação. (SMITH, 1983, v. I, p. 51)

Portanto, para Smith, a diferenças entre as habilidades das pessoas decorreria da experiência e do treino e não de causas inatas. Por isso, talvez ele tivesse um grande apego à educação na primeira infância. Desta maneira, todas as pessoas poderiam alcançar a virtude, assim como a inteligência. A afirmação de que apenas uma pequena parte da população seria realmente virtuosa estaria muito mais ligada às más condições sociais do que a aspectos intrínsecos de cada um. Já o segundo tipo de desigualdade – a diferente dotação de recursos entre as pessoas – poderia ser amenizada, uma vez que Smith minimiza a importância da desigualdade material. Para ele, a felicidade dependeria muito menos dos bens materiais e do *status* social do que as pessoas imaginam; a felicidade estaria na tranquilidade e na capacidade de se adaptar aos desafios da vida. Claro que isso não implica que uma condição econômica minimamente razoável não seja necessária. Por outro lado, Smith não foi contrário a uma maior igualdade política, econômica e social, inclusive na disputa entre os patrões e os trabalhadores. Ele considerava que o Estado deveria compensar a menor força desses (FLEISCHACKER, 2013).

Darwall (1999) afirma que apesar da dificuldade em integrar a obra de Smith, houve avanço na questão e que a reconciliação entre a ética e a economia smithiana levou a uma das mais interessantes considerações a respeito dessa obra: a formação de um diferente tipo de liberalismo, que ele chamou de “*sympathetic liberalism*”. Nesse a teoria moral de Smith estaria implícita na teoria econômica e, portanto, “a visão de Smith de igual dignidade dos indivíduos fornece grande parte da base moral para seu elogio ao livre mercado em *A riqueza nas nações*” (DARWALL, 1999, p. 145; tradução nossa)<sup>9</sup>. Assim as trocas de mercado ocorreriam entre pessoas livres que se veriam como iguais, cada uma na busca de seu próprio interesse, através de uma transação livre e mutualmente benéfica. Para o “liberalismo compassivo” de Smith, o mercado poderia, de alguma maneira, ajudar a desenvolver

---

<sup>9</sup>“Smith’s view of the equal dignity of individuals provides much of the moral underpinning for his praise of free markets in *The Wealth of Nations*”.

o autocontrole nas pessoas. Há a tendência de valorizar mais os nossos próprios interesses, manifestando arrogância e amor-próprio, falhando assim em tomar consciência da real situação – que somos apenas mais um numa multidão<sup>10</sup>. No entanto, quando assumimos o ponto de vista do espectador imparcial, ainda de acordo com o pensamento de Adam Smith, passamos a ver nosso próprio interesse em igual valor ao interesse do outro, permitindo-nos conquistar o autocontrole e submeter nossa arrogância e amor-próprio.

Para Darwall, Smith acreditava que uma certa jurisprudência natural seria essencial para definir a dignidade das pessoas individuais, livres para comandar a si mesmas, dentro dos limites legais, fornecendo uma referência de conduta e de autogoverno que permitiria a todos participar das práticas e instituições coletivas. Assim, uma jurisprudência natural e o livre mercado ajudariam a disseminar a virtude pública e o autocontrole, promovendo a humildade, a prudência e a probidade – melhorando a qualidade moral da sociedade (DARWALL, 1999). Inclusive, esta conclusão estaria muito próxima da de Rosenberg (1990), que defende que a sociedade econômica seria, de alguma maneira, acumuladora de “capital moral”.

Como qualquer julgamento moral, para Smith, um julgamento de justiça deve ser ancorado em sentimento moral (TSM, p. 330). O que leva Smith à distintiva posição que eu chamei de “*sympathetic liberalism*” é a notável maneira na qual, de acordo com ele, o ponto de vista do indivíduo e a responsabilidade mútua entram nos sentimentos morais que o julgamento de justiça expressa [...]. (DARWALL, 1999, p. 164; tradução nossa)<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Embora não seja objeto estrito do presente artigo, cabe alguma concisa e despretensiosa reflexão acerca dos desdobramentos do que é chamado amplamente de “doutrina liberal”. Houve a passagem do liberalismo clássico, no qual está o “liberalismo compassivo” de Adam Smith, com sua preocupação e abordagem moral da igualdade (ou desigualdade) entre os homens, para o liberalismo neoclássico. Esse possui um caráter mais ideológico, ainda que travestido de abordagem “técnica” e a-histórica, na qual a racionalidade substantiva dos agentes e o equilíbrio maximizador do livre mercado eliminam o problema da desigualdade. Por último, e não menos importante, houve o desdobramento para o neoliberalismo de nosso tempo, marcadamente ideológico, que procura condicionar todas as esferas da existência humana, proclamando a centralidade do indivíduo e a negação da ação coletiva.

<sup>11</sup> “Like any moral judgment, for Smith, a judgment of justice must be anchored in moral sentiment (TMS, p. 330). What leads Smith to the distinctive position I have called ‘sympathetic liberalism’ is the remarkable way in which, according to him, the individual’s point of view and mutual accountability enter into the moral sentiments that judgments of justice express [...]”.

Segundo Pearte Levy (2005), a economia política da tradição clássica pressupõe a homogeneidade humana e recusaria qualquer suposição hierárquica. Para esses autores, os clássicos, começando por Adam Smith, seriam caracterizados pelo “*analytical egalitarianism*”, que assume que todos seres humanos são igualmente capazes para desenvolver a linguagem e o comércio, e que todos seriam motivados pelos mesmos princípios, portanto, as diferenças observadas seriam causadas apenas por diferentes incentivos, experiência e sorte. Assim, o interesse de todos teria o mesmo valor e por isso suas preferências deveriam contar com o mesmo peso para o cálculo do bem-estar social. Entretanto, no período pós-clássico, uma outra linha teria ganhado força, o “*analytical hierarchicalism*”, que defende uma visão oposta, em que as pessoas são diferentes e que algumas são superiores as outras. Essa segunda teria sido expressa na ciência econômica por F. Y. Edgeworth, o qual considerava que, em um período pós-Darwin, era inapropriado ter uma norma social em que cada pessoa é contada com o mesmo peso para o cálculo do bem-estar social. Dever-se-ia levar em conta que a evolução teria dado a cada um uma diferente capacidade de apreciar e que, portanto, algumas preferências seriam mais qualificadas do que outras.

### **2.3. Os argumentos para o Smith não igualitarista**

Na abordagem da reconstrução histórica há autores que não apoiam a defesa da tese da existência do igualitarismo em Smith. Chegam a concordar que há traços igualitaristas em Smith, porém, não acreditam que esses sejam fortes o bastante para caracterizá-lo como um igualitarista. Inclusive, alguns chegam a afirmar que há traços tanto igualitaristas como anti-igualitaristas no autor. Assim, fica reforçada a multiplicidade de interpretações que a corrente da reconstrução histórica possui.

Entre aqueles que negam a existência do igualitarismo em Smith, talvez a principal referência seja Raphael (2007). O principal alvo da sua crítica é Samuel Fleischacker, que ele inclusive destaca como um dos autores que foram mais cuidadosos quanto às diferentes edições da *Teoria dos sentimentos*

*morais*. Entretanto, para Raphael, a defesa da igualdade segundo a suposta igualdade de talentos ao nascer não se sustenta. Destaca, inclusive, que não há nada semelhante na *Teoria dos sentimentos morais*. Ele ainda afirma que se alguém lesse a obra per si, sem ter consciência dessa discussão, não a relacionaria com o igualitarismo.

Raphael (2007) analisa uma das passagens da *Teoria dos sentimentos morais* usada para indicar o igualitarismo em Smith, na qual estaria a ideia de que os pobres não são inferiores aos ricos, mesmo diante de desigualdades materiais na sociedade. Segue a referida passagem:

Quando a providência dividiu a terra entre os poucos orgulhosos senhores, não se esqueceu e tampouco abandonou os que pareciam ter ficado fora dessa partilha. Também estes usufruíram sua parte em tudo o que a terra produz. No que se refere à verdadeira felicidade da vida humana, não são em nada inferiores aos que pareciam estar tão acima deles. No conforto do corpo e na paz de espírito, todas as diferentes posições da vida estão quase no mesmo nível, e o mendigo que se aquece ao sol junto da estrada possui a segurança por que se abatem os reis (SMITH, 2019, p. 226).

Para Raphael (2007), essa passagem não trata de estrito igualitarismo – ela diz que todas as diferentes posições da vida estão quase no mesmo nível, mas “quase” não é o mesmo que estar no mesmo nível. Quanto à passagem da *A riqueza das nações* que indica não haver muitas diferenças entre um carregador de rua e um filósofo que decorram de causas inatas, mas que aquelas seriam resultado da diferença dos hábitos e de educação, Raphael argumenta que aí também não há propriamente um igualitarismo. Smith indubitavelmente pensa que as distinções sociais não necessariamente refletem algo inato, mas ele também não nega que haja diferenças entre os indivíduos que decorram da natureza de cada um.

Fleischacker não negligencia, mas tende a tornar menor, a natureza qualificada do igualitarismo de Smith. Ele descreve a sua própria visão atribuindo um “forte igualitarismo moral” para Smith e diz que “Smith parece ter sido comprometido com uma forte e notável versão da afirmação

de que as pessoas são essencialmente iguais em habilidades”. Eu duvido disso: a passagem sobre o filósofo e o carregador é a expressão mais forte da visão de Smith sobre o tópico, e ela não diz que as habilidades naturais dos dois são essencialmente iguais; ela diz que na infância eles foram “talvez muito *semelhantes*” e que os outros não poderiam perceber “nenhuma notável diferença.” (RAPHAEL, 2007, p. 123; tradução nossa)<sup>12</sup>

Note as palavras deixadas em itálico na passagem acima – elas são para Raphael as evidências de que Smith não estava querendo se referir a um tipo de igualitarismo estrito, apenas que haveria uma certa semelhança. Raphael (2007) destaca uma outra passagem similar que está no *Lectures on Jurisprudence*, que teria sido escrita entre os anos de 1762 e 1763: “For the 5 or 6 first years of their lives there was hardly any apparent difference; their companions looked upon them as persons of pretty much the same stamp” (SMITH *apud* RAPHAEL, 2007, p. 124). Assim como na passagem de *A riqueza das nações*, não há igualitarismo estrito – “hardly any” e “pretty much the same stamp”, apesar de indicarem uma proximidade, não são o mesmo que ser igual. Raphael ainda chama a atenção que Fleischacker defendeu que Smith teria se tornado mais radical no seu igualitarismo com o passar dos anos, o que segundo ele seria algo incomum, já que as pessoas tendem a se tornar mais moderadas com o avançar dos anos, inclusive porque Smith se mostrou menos radical na passagem de *A riqueza das nações* de 1776 do que na passagem da *Lectures on Jurisprudence* de 1762-1763.

Com relação ao ponto central da argumentação de Fleischacker, baseada no espectador imparcial e no julgamento moral, Raphael (2007) concorda que há um certo igualitarismo de Smith nesses casos. Mas Raphael não acredita que tal ponto, diante de toda amplitude da obra de Smith, possa ser o bastante para caracterizá-lo como um igualitarista.

---

<sup>12</sup> “Fleischacker does not overlook, but tends to belittle, the qualified character of Smith’s egalitarianism. He describes his own view as attributing a ‘strong moral egalitarianism’ to Smith and says that ‘Smith appears to have been committed to a remarkably strong version of the claim that people are essentially equal in abilities’. I doubt this: the passage about the philosopher and the porter is the strongest expression of Smith’s view on the topic, and it does not say that natural abilities of the two are essentially equal; it says that in their infancy they were ‘perhaps very much alike’, so that others could not perceive ‘any remarkable difference’”.

Há autores, como Stephen Darwall (1999, 2004, 2010), que reconhecem aspectos tanto igualitaristas como anti-igualitaristas em Smith.

Um número de escritores recentes, sendo Emma Rothschild a mais proeminente, mas também outros, incluindo Samuel Fleischacker, Charles Griswold e eu mesmo, temos destacado temas marcadamente igualitários nos escritos de Adam Smith. [...] Mas essa é apenas parte da história. Embora Smith tivesse uma detalhada avaliação dos conflitos entre uma ordem baseada na honra e uma outra no igual respeito entre os homens, ele, no entanto, foi atraído por certos aspectos da cultura da honra. No que segue, eu desejo explorar o que devemos chamar “*Smith’s ambivalence*” sobre a honra. Por um lado, Smith declara a disposição de admirar aqueles com posição e riqueza, “a maior e mais universal causa da corrupção dos nossos sentimentos”, [...] (TSM I. iii.3.1, p. 61). Por outro lado, há muitas passagens nas quais Smith elogia a preocupação com a hierarquia social e critica aqueles que estão alheios a ela e prontos a sofrer insultos a sua honra e a sua posição de “mesquinho” (TSM VI.iii.16, p. 244). (DARWALL, 2010, p. 107; tradução nossa)<sup>13</sup>

Darwall (2010) defende que é preciso entender que há dois “tipos de respeito” na visão de Smith. O primeiro tipo de respeito é aquele relacionado à atitude de admiração e estima devido à conduta ou caráter de uma pessoa; já o segundo tipo de respeito está relacionado à posição social ou mérito de uma pessoa. Darwall argumenta que nossa conduta em relação às outras pessoas deveria decorrer do primeiro tipo de respeito, mas que, às vezes, ela acaba sendo influenciada pelo segundo tipo. Considerando o pensamento de Smith e a existência de espectador imparcial, pode-se pensar que todas as pessoas deveriam ser tratadas como iguais, fugindo, portanto, dos dois

---

<sup>13</sup> “A number of recent writers, most prominently Emma Rothschild, but also others, including Samuel Fleischacker, Charles Griswold and myself, have stressed strong egalitarian themes in Adam Smith’s writings. [...] But this is only part of the story. Although Smith had a detailed appreciation of the conflicts between an order of honour and one based on equal respect, he was nonetheless drawn to certain aspects of honour culture. In what follows, I wish to explore what we might call Smith’s ‘ambivalence’ about honour. On the one hand, Smith calls the disposition to admire those of rank and wealth ‘the great and most universal cause of the corruption of our moral sentiments’, [...] (TMS I.iii.3.1, p. 61). On the other, there are many passages in which Smith praises a concern with rank and criticizes those who are oblivious to it and prepared to suffer insults to their honour and station as ‘mean-spirited’ (TMS VI.iii.16, p. 244). [...]”.

tipos de respeito, porém, há, segundo o autor, a existência do segundo tipo de respeito na obra de Smith.

Apesar de Smith reconhecer que deveria existir uma autoridade que defendesse a igual dignidade das pessoas, baseada no espectador imparcial, e assim expressando um aspecto igualitarista, há em sua obra a defesa da presença de uma hierarquia social para manter a ordem na sociedade. Segundo Darwall, não é de se surpreender que Smith tenha tal ambivalência em suas considerações, inclusive, ele não é o único filósofo de período a apresentá-la – Kant, apesar de contribuir para uma série de questões que viriam a ajudar a fundar a modernidade, também apresenta em seu pensamento traços da “velha moral”. O contexto histórico em que viveram, a Europa do meio do século XVIII, era fundamentalmente hierarquizada e as questões políticas e sociais fundadas na igualdade só estavam começando a surgir. Assim, Darwall (2010), embora de reconheça traços tanto igualitaristas como não igualitaristas em Smith, acaba justificando esses últimos comofrutos do contexto histórico.

### **3. A abordagem da reconstrução racional ou a *whig history***

Na seção anterior, foram apresentadas as características da abordagem da reconstrução histórica, assim como a origem da questão e os argumentos a favor e contrários ao igualitarismo em Smith. Doravante serão apresentados os fundamentos da abordagem da reconstrução racional e o porquê da discussão sobre o igualitarismo em Smith não fazer parte do seu enfoque. Dar-se-á destaque para dois autores importantes de que defendem tal abordagem: Paul A. Samuelson (1987, 1988) e George J. Stigler (1969).

O artigo de Samuelson “*Out of the Closet: A Program for the Whig History of Economic Science*”, de 1987, é considerado um importante resumo da discussão que vinha ocorrendo desde 1971 e representa um ponto de virada para a história do pensamento econômico. Nele é defendido o uso da reconstrução racional ou *whig history* – termo cunhado pelo inglês Herbert Butterfield,

que propunha apresentar as ideias e teorias do passado como imperfeitas formas das ideias e teorias do presente. Na ciência econômica tal abordagem foi aceita, por muitos, como uma conquista favorável para a ciência e passou-se a acreditar que os economistas não têm nada a aprender com as controvérsias do passado (FREEMAN; CHICK & KAYATEKIN, 2014). De acordo com Samuelson (1987, p. 51), “*when I began graduate study a million years ago, history of thought was a dying industry*”. Assim, talvez se justifique porque a *whig history* é tomada, por alguns, como a teoria que não vê importância na história do pensamento econômico.

Porém, Samuelson não ficou sozinho em sua defesa, Stigler também foi um dos economistas do *mainstream* que defenderam a *whig history*. O argumento utilizado por ele é que apenas boas ideias sobrevivem ao negócio competitivo da publicação científica, só as melhores ideias seriam publicadas nos melhores periódicos e, portanto, apenas essas acabariam recebendo o maior prestígio e reconhecimento da academia. Dessa maneira, as más ideias seriam esquecidas no tempo e o “mercado de ideias” levaria, conforme o modelo de competição perfeita, à maior eficiência da ciência. No entanto, curiosamente, tanto Samuelson quanto Stigler dedicaram bastante tempo ao estudo da história do pensamento econômico, não obstante afirmarem que esse é um esforço demasiado custoso em termos do progresso científico, porque a história das ideias seria incapaz de fornecer algo para o progresso da ciência, inclusive os estudantes teriam outras disciplinas mais importantes para se preocupar na graduação (BOETTKE; COYNE & LEESON, 2014).

A *whig history* afirma que as teorias passadas devem ser reinterpretadas apenas como imperfeitas formas das teorias do presente, assim, o pensamento passado não teria nada a apresentar para a correção dos erros da ciência atual. Entretanto, o programa da abordagem da *whig history* consiste em mais do que uma simples rejeição dos métodos de estudo histórico, ela constitui um processo de revisão metodológica da própria produção científica. Para ela, as teorias econômicas do passado podem ser julgadas

pelo ponto de vista do pensamento econômico de hoje sem perda, porque a *whig history* não só teria reconstruído as ideias dos maiores economistas do passado na linguagem e nos conceitos de hoje, mas teria capturado muito da essência dessas, ainda melhor do que os seus próprios pensadores, os quais, muitas vezes, as tinham ainda de maneira confusa. Assim, deduz-se que nada pode ser ganho estudando as ideias passadas em sua forma original, nem se fazendo interpretações críticas desses textos, que poderiam levar a resultados diversos daqueles alcançados pela reconstrução racional (FREEMAN; CHICK & KAYATEKIN, 2014).

Stigler (1969) afirma que o estudo da história do pensamento econômico não é necessário para se entender o atual estado da ciência econômica. Assim, para o autor, a ideia de que as teorias do passado poderiam contribuir para o estado atual da ciência é vista como uma heresia para a literatura científica moderna, porque quanto mais madura uma ciência, a exemplo da matemática e da química, menos ela prestaria atenção ao seu passado. A ciência deveria apenas olhar para frente, enquanto olhar para o passado seria algo restrito às humanidades (BOETTKE; COYNE & LEESON, 2014). Portanto, de uma certa maneira, pode-se estabelecer uma relação entre a adoção da *whig history* pela ciência econômica como uma maneira de se firmar como ciência moderna e de se afastar da filosofia e dos estudos de humanas em geral, além de sublinhar um certo apelo ao “monismo da ciência”.

Stigler, assim como Samuelson, não nega que haja ganhos ao estudar a história do pensamento econômico. Segundo Stigler, “[...] *if a great book such as Smith's Wealth of Nations is read repeatedly, on even a fifth or tenth reading one continues to learn new things*” (1969, p. 218). No entanto, ele afirma que até mesmo muitos professores acabam não lendo os trabalhos clássicos bem, que é preciso uma prática específica para isso. Então, ele destaca duas coisas que são necessárias para uma boa leitura: conhecer o assunto, é preciso ser economista para ler o trabalho de outro economista; e saber manter um certo distanciamento do autor e de sua obra, para que não haja viés na interpretação. Isso porque, segundo ele, até mesmo o maior gênio é uma

mistura de verdade e de erro. Por isso é preciso ser cuidadoso, analisar cada sentença com calma e evitar cair em dois erros fatais que empobrecem a interpretação, o hipercriticismo e a adulação, que só levam à cegueira intelectual. Segundo ele, a finalidade da interpretação de um tratado científico é buscar a formulação da estrutura essencial do sistema analítico do autor e não ser generoso (adular) ou malicioso (criticar excessivamente) com ele, mas sim maximizar a probabilidade de que sua obra contribua para o progresso científico (STIGLER, 1969).

Cabe ressaltar que a *whig history*, sem dúvida, possui traços de caráter darwinista, já que, para essa abordagem, as ideias evoluem ao se tornarem mais aptas a explicar o objeto de estudo, assemelhando-se à teoria dos paradigmas científicos de Thomas Kuhn. O corpo da teoria e suas técnicas analíticas e empíricas, que são aceitos por um grupo dominante, são chamados de paradigma da ciência e fornecem um certo consenso necessário para uma comunidade de acadêmicos. Entretanto, de tempos em tempos vão aparecendo certas anomalias e contradições até chegar em um ponto no qual a ciência entra em crise. Então, os cientistas começam, cada vez mais, a buscar soluções para essas anomalias e com isso começa a surgir uma série de soluções que acaba não entrando em acordo com o paradigma em crise. Com isso, um novo paradigma começa a surgir, formado por uma reconstrução do campo, através da mudança de seus fundamentos – base axiomática e/ou metodologia. Por isso, a mudança entre paradigmas vem por conquista e não por assimilação, a nova teoria vai explicar alguns fenômenos de maneira diferente da antiga e, portanto, essas serão logicamente incompatíveis entre si (STIGLER, 1969).

Portanto, o que havia de útil no antigo paradigma acaba sendo assimilado pelo mais novo e assim não faz sentido voltar a estudar o antigo, o que explicaria “a teoria mais recente ser superior à anterior”. Logo, parece não fazer sentido querer reinterpretar Adam Smith, pois sua teoria já teria sido incorporada à atual. Quando se olha para questão do igualitarismo surgem ainda mais problemas, já que os autores que participam de tal discussão

buscam interpretar a obra de Smith como um todo, levando em conta temas que estão fora da ciência econômica, algo que não seria recomendável pela *whig history*, já que se precisaria de alguém formado em todas essas áreas para poder realizar de maneira consistente tal análise. Portanto, o máximo que um economista poderia fazer seria analisar *A riqueza das nações*. Voltando-se ao ponto anterior, o que as teorias passadas possuiriam de útil já teria sido incorporado ao paradigma atual. Assim, coerentes com seu reducionismo, parece não restar nada quanto à discussão sobre o igualitarismo em Smith para aqueles que adotam a reconstrução racional.

#### 4. Conclusões

É inegável que a reconstrução histórica e suas novas considerações sobre Adam Smith trouxeram algo novo e interessante para a literatura econômica. Também não se pode negar que suas pretensões podem ter sido demasiadamente ousadas, que a real possibilidade de recuperar as intenções do autor ao reler (ou até mesmo recriar) a obra, por meio de formas externas à própria leitura do texto, deve ser tomada com precaução. Entretanto, asdiversas interpretações da totalidade da obra smithiana, assim como a utilização do seu contexto histórico para tanto, parecem ter trazido relevantes contribuições. Claro que não se pode ignorar que, para realizar uma boa interpretação, é preciso ter certo conhecimento do assunto, e que a ciência econômica evoluiu ao longo do tempo e que há uma tendência de que o que foi feito de útil em seu passado já tenha sido incorporado ao paradigma atual. Por outro lado, a realidade pode se mostrar demasiadamente complexa e tal suposição um tanto quanto simplista, logo, não seria surpresa se a história do pensamento econômico estivesse cheia de descobertas interessantes de ideias que foram esquecidas ao longo do tempo. Aliás, como o próprio Stigler salientou, os textos clássicos são demasiadamente ricos e complexos – mesmo lendo-os várias vezes, ainda se pode encontrar algo de novo. A ciência econômica não seria uma ciência tão madura assim como alguns gostariam.

Ao que tudo indica, parece que aqueles que adotam a reconstrução racional acabam pecando pelo erro do reducionismo ao ignorar fatores históricos e possíveis outras áreas do conhecimento. Já a reconstrução histórica parece cometer o erro inverso, o de buscar aquilo que estaria muito além da sua capacidade. Logo, não se deve inferir que “o jogo acabou empatado”, mas sim que não parece haver um método que não possa ser objeto de crítica e de desafio por outro método. A reconstrução histórica desafia a reconstrução racional a sair do seu reducionismo e a reconstrução racional desafia a reconstrução histórica a refletir sobre seus exageros.

Tomando-se a totalidade da obra de Smith, pôde-se perceber que ao longo da história sua imagem não esteve sempre atrelada ao liberalismo e ao conservadorismo. Em alguns momentos, Smith foi considerado um pensador próximo aos filósofos da Revolução Francesa, e sua teoria econômica nem sempre foi considerada a sério. Houve um esforço posterior à morte de Smith para separá-lo dessas duas últimas condições. Isso poderia, de fato, ter afastado a imagem de Smith de qualquer possível inclinação igualitarista, o que não aconteceu, em parte, graças à retomada da discussão em torno da existência de igualitarismo na obra smithiana pelo movimento de releitura iniciado nos anos 1970 e mais recentemente marcado pela contribuição seminal de Rothschild (1992).

Analisando-se os argumentos a favor e contra a existência de um Smith igualitarista, a questão torna-se mais clara. Um dos pontos centrais da defesa do Smith igualitarista está relacionado ao espectador imparcial e na consideração de que todos os seres humanos são iguais, pelo menos em princípio, para o julgamento moral. Nesse ponto, parece haver argumentos mais sólidos dos autores que defendem o Smith igualitarista. Mais problemáticos seriam outros pontos, como aqueles que colocariam Smith como questionador da desigualdade de habilidades das pessoas e da desigualdade de renda e *status* social. No primeiro caso, Smith não defende um igualitarismo estrito, mas apenas a ideia de que na infância as pessoas possuiriam habilidades muito próximas. Com relação ao segundo caso, Smith argumentava que as

peças tendem a levar a riqueza e o status como muito mais importantes do que de fato são para a felicidade. Considerar a diferença de renda como pouco importante não significa questionar sua existência. Além disso, Smith considera a hierarquia como algo relevante para a manutenção da estabilidade social.

Há ainda um ponto que não podemos deixar de lado: a ideia de que Adam Smith é um autor tão importante que teria antecipado pontos presentes em diversos autores contemporâneos de correntes diversas. Isso permitiria que ocorressem interpretações da obra smithiana de diferentes óticas do pensamento econômico, inclusive de uma inclinação mais radical (progressista), já que Smith defende, em alguns trechos de sua obra, que no estágio da sociedade comercial o Estado teria que realizar algumas funções dentro da sociedade – entre essas, oferecer uma educação básica para todos os cidadãos. Além disso, Smith reconheceu que havia falhas de mercado e desequilíbrio de forças na negociação entre trabalhadores e patrões, e que o governo deveria intervir para corrigi-las.

É inegável que há traços igualitaristas em Adam Smith, tanto quanto ao julgamento moral, quanto ao seu reconhecimento da existência de falhas de mercado e no aconselhamento para o Estado promover práticas que as corrijam, que, de certa forma, podem promover maior igualdade entre os agentes econômicos. Mas é inegável que houve certo exagero quanto a alguns aspectos tomados por autores que defendem um Smith igualitarista. De fato, há traços igualitaristas em Smith, mas esse não parece justificar a afirmação de Adam Smith ser igualitarista, pelo menos não o tipo de igualitarista que estamos acostumados a considerar, aquele mais próximo da tradição marxista que defende que deveria ocorrer uma igual distribuição da riqueza entre as pessoas. Mas se considerarmos que existem diferentes tipos de igualitarismo, Smith poderia sim ser considerado uma espécie de igualitarista normativo, principalmente devido ao julgamento moral. É essa dimensão moral do liberalismo do autor que franqueia o igualitarismo em seu pensamento.

## Referências

- BLAUG, Mark. "On the Historiography of Economics", *Journal of the History of Economic Thought*, v. 12, n. 1, pp. 27-37, 1990.
- BROWN, Vivienne. *Reading Adam Smith Discourse: Canonicity, Commerce and Conscience*. London: Routledge, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Mere Inventions of the Imagination: A Survey of Recent Literature on Adam Smith", *Economic and Philosophy*, v. 13, pp. 281-312, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Textuality and the History of Economics: Intention and Meaning". In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E. & DAVIS, J. B. (org.). *A Companion to the History of Economic Thought*. Blackwell Publishing, 2003.
- BOETTKE, Peter J.; COYNE, Christopher J. & LEESON, Peter T. "Earw(h)ig: I can't hear you because your ideas are old", *Cambridge Journal of Economics*, n. 3, v. 38, pp. 531-544, 2014.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CERQUEIRA, Hugo. "Para ler Adam Smith: novas abordagens", *Revista de Filosofia*, n. 103, v.32, pp. 181-202, 2005.
- DARWALL, Stephen. "Sympathetic Liberalism", *Philosophy & Public Affairs*, n. 2, v. 28, pp. 139-164, 1999.
- \_\_\_\_\_. "Equal Dignity in Adam Smith". In: BROWN, Vivienne (ed.). *Adam Smith Review*. London, New York: Routledge, 2004.
- \_\_\_\_\_. "Smith Ambivalence About Honour". In: BROWN, V. & FLEISCHACKER, S. (org.) *The Philosophy of Adam Smith*. London: Routledge, 2010.
- FLEISCHACKER, Samuel. "Adam Smith on Equality". In: BERRY, J. (org.). *The Oxford Handbook of Adam Smith*. Great Britain: Oxford University Press, 2013.
- FREEMAN, Alan; CHICK, Victoria & KEVATEKIN, Serap. "Samuelson's Ghosts: Whig History and the Reinterpretation of Economic Theory", *Cambridge Journal of Economics*, n. 3, v. 38, pp. 519-529, 2014.
- MARCHEVSKY, Julia Fleider. "A teoria dos quatro estágios em Adam Smith". In: *Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica*, 12. Niterói: UFF, ABPHE, 2017.
- MCLEAN, Iain. *Adam Smith, Radical and Egalitarian: An Interpretation for the Twenty-First Century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- MILGATE, Murray & STIMSON, Shannon C. "The figure of Smith: Dugald Stewart and the propagation of Smithian economics", *The European Journal of The History Economic Thought*, n. 3, v. 3, pp. 225-252, 1996.
- PEART, Sandra J. & LEVY, David M. *The "vanity of the philosopher": From Equality to Hierarchy in Postclassical Economists*. University of Michigan Press, 2005.
- RAPHAEL, D. D. *The Impartial Spectator: Adam Smith's Moral Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2007.
- RASHID, Salim. "Adam Smith's rise to fame: a reexamination of the evidence", *The Eighteenth Century*, n. 1, v. 23, pp. 64-85, 1982.
- RECKTENWALD, Horst Claus. "'An Adam Smith renaissance anno 1976?' The bicentenary output – a reappraisal of his scholarship", *Journal of Economic Literature*, v. XVI, pp. 56-83, 1978.
- ROSENBERG, Nathan. "Adam Smith and the stock of moral capital", *History of Political Economy*, n. 1, v. 22, pp. 1-18, 1990.
- ROTHSCHILD, Emma. "Adam Smith and conservative economics", *Economic History Review*, n. 1, v. 45, pp. 74-96, 1992.

SAMUELSON, Paul A. "Out of the Closet: A Program for the Whig History of Economic Science: Keynote Address at History of Economics Society Boston Meeting", *History of Economics Society Bulletin*, n. 1, v. 9, pp. 51-60, 1987.

\_\_\_\_\_. "Keeping Whig History Honest", *History of Economics Society Bulletin*, n. 2, v. 10, pp. 161-167, 1988.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2019.

STEWART, Dugald. *The Collected Works of Dugald Stewart*. Edinburgh: T. Constable and Co., v. X, 1857. Disponível em: <https://archive.org/details/collectedworks10stewuoft/page/n17/mode/2up>. Acesso em: 18/05/2020.

STIGLER, George J. "Does Economics Have a Useful Past?", *History of Political Economy*, n. 2, v. 1, pp. 217-230, 1969.

TEICHGRAEBER III, Richard. "Rethinking Das Adam Smith Problem", *Journal of British Studies*, n. 2, v. 20, pp. 106-123, 1981.

\_\_\_\_\_. "'Less Abused than I Had Reason to Expect': The Reception of The Wealth of Nations in Britain", *The Historical Journal*, n. 2, v. 30, pp. 337-366, 1987.

VINÍCIUS VIEIRA PEREIRA

## MANOEL BOMFIM E A CRÍTICA AO IMPERIALISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Recebido em 27/05/2020

Aprovado em 07/07/2020

# MANOEL BOMFIM E A CRÍTICA AO IMPERIALISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

## Resumo

O presente artigo investiga o pensamento crítico presente na obra de Manoel Bomfim, intelectual brasileiro cujas contribuições teóricas remontam ao período da Primeira República no Brasil, com um duplo propósito: o de evidenciar a existência, neste país, de um pensamento autêntico, original, radical e crítico ao capitalismo naquele momento da história e o de mostrar que suas ideias acerca das relações internacionais entre os países da América Latina, com destaque para o caso do Brasil, e as grandes potências industrializadas guardam estreita proximidade com as teses clássicas do imperialismo capitalista que emergiram no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

**Palavras-chave:** Manoel Bomfim; Primeira República; imperialismo; Brasil; América Latina

VINÍCIUS VIEIRA  
PEREIRA

Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tutor do Programa de Educação Tutorial PET Economia UFES.

E-mail: [vinieco2016@gmail.com](mailto:vinieco2016@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2973-3868>

## **Abstract**

The present article investigates the critical thinking present in the work of Manoel Bomfim, a Brazilian intellectual whose theoretical contributions go back to the period of the First Republic in Brazil, with a dual purpose, namely, to highlight the existence, in this country, of an authentic, original, radical and critical thought of capitalism at that moment in history and to show that his ideas about international relations between the countries of Latin America, with emphasis on the case of Brazil, and the great industrialized powers maintain close proximity to the classic theses of capitalist imperialism that emerged at the end of the 19th century and the first decades of the 20th century.

**Keywords:** Manoel Bomfim; First Republic; imperialism; Brazil; Latin America

## I. Introdução

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, quando o sistema capitalista, como forma de expansão, assume sua essência imperialista, a América Latina torna-se atrativa aos interesses e ambições dos capitalistas e dos governos das nações recém-industrializadas e da Inglaterra. No mundo, a exportação massiva de capital, os empréstimos e a conquista formal e informal de mercados além-mar dominavam a política externa dos governos dos países mais ricos da Europa, dos EUA e do Japão. As grandes fusões entre o capital industrial produtivo e o capital bancário monetário, que Hilferding (1985), no início do século XX, denominou de capital financeiro, significavam uma inédita e intensa centralização de capitais. Cresciam em número os poderosos trustes e cartéis. O capital assim organizado, em sua forma monopolista, expandia seus negócios mundo afora sob a batuta dos grandes banqueiros. Livre da concorrência e protegida, de modo incondicional, pelas forças militares de seus Estados de origem, essa elite dos negócios disputava cada região do globo como uma nova alternativa de expansão de seus investimentos lucrativos.

Em meio a esse cenário mundial de invasão e conquista de novos mercados consumidores e de matérias primas, de domínio de áreas férteis e ricas para a concretização dos objetivos do capital e de avanço da cultura europeia por sobre as mais diversas regiões do planeta, os problemas sociais e econômicos das nações atrasadas e frágeis eram debatidos sob diversos prismas. No Brasil, a perspectiva teórica dominante em termos de análise social buscava apoio nas teses positivistas, evolucionistas, naturalistas, social-darwinistas, eugênicas, raciais, vindas, em sua maioria, do velho continente, com o intuito de encontrar respostas para os dilemas da nossa formação social. A partir disso, tornou-se lugar comum entre os nossos mais lidos e respeitados intelectuais de então associar as nossas mazelas – a pobreza, a ignorância, o hiato de desenvolvimento socioeconômico – aos problemas de ordem natural e cujas origens estariam na estrutura das raças, na hereditariedade,

na cultura, na cor da pele, na miscigenação, no modo de viver, sentir e pensar, no comportamento, na índole, no próprio caráter de nossa gente.

No entanto, existiam vozes dissonantes e, no presente artigo, o objetivo será o de destacar as ideias de um pensador brasileiro que estava entre aqueles que se opuseram radicalmente a essa perspectiva teórica, Manoel Bomfim, o qual não apenas considerava falsas as principais hipóteses teóricas dominantes em voga no Brasil e na América Latina àquele momento, mas fora além, apontando para a existência de um violento processo imperialista orquestrado pela burguesia e pelos governos dos países europeus, especialmente Inglaterra e Alemanha, e dos EUA, que visava o domínio e a exploração da América Latina. Baseando-se em uma cuidadosa análise histórica e social de nosso subcontinente, esse importante pensador brasileiro defendeu, naquele momento, a ideia de que um mal de origem havia assolado os países latino-americanos, seu longo período colonial, e criado a estrutura social, política, econômica e cultural sobre a qual as forças imperialistas se apoiavam para perpetuar seu domínio. Portanto, de colônias para repúblicas independentes, nada mudara.

Dominado pelas oligarquias latifundiárias, pelos representantes dos interesses internacionais e por intelectuais racistas sem qualquer empatia ou ligação com a massa da população, nosso subcontinente permanecia, segundo Manoel Bomfim, impotente e subjugado aos interesses egoístas do capital vindo das grandes nações civilizadas. Para ele, um processo de “parasitismo social” contra as nações latino-americanas assumira a forma de imperialismo econômico na transição de colônias para repúblicas independentes.

Assim, ao longo deste trabalho, longe de defender a existência de uma teoria do imperialismo na obra de Manoel Bomfim, a proposta será a de mostrar que a análise social, histórica e crítica desenvolvida por esse grande pensador sobre os mecanismos que operavam nas relações econômicas entre os países da América Latina, com destaque para o caso do Brasil, e as grandes potências industrializadas muito se aproximava das teses dos chamados

autores clássicos do imperialismo, seus coetâneos, como foram os casos de John Hobson, Rudolph Hilferding, Vladimir Ilitch Lênin, Nikolai Bukharin, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e, mesmo, a partir de uma perspectiva cultural e sociológica, pode-se incluir nesse grupo o norte-americano Thorstein Veblen.

Após uma breve contextualização histórica sobre o momento durante o qual emergiu o pensamento de Manoel Bomfim, foco principal da próxima seção, buscar-se-á mostrar que a sua obra, construída durante o período da chamada Primeira República no Brasil, e cujas páginas exibem recorrentes vezes a expressão imperialismo, no sentido acima mencionado, apresenta vários aspectos, relações de causação, hipóteses e desdobramentos que são caros às teorias clássicas do imperialismo. Dividida em duas partes, a terceira seção do presente artigo propõe-se a evidenciar que, de modo autêntico e radical para a época, o pensamento de Manoel Bomfim pautava-se na premissa de que os países latino-americanos eram alvos dos interesses econômicos dos cartéis, dos bancos, da burguesia financeira, dos comerciantes, dos governos, das forças militares, enfim, das elites econômicas oriundas das nações industrializadas e mais fortes do mundo.

Antes, porém, vale salientar que, ao longo deste texto, optou-se por escrever o nome do autor brasileiro de forma idêntica à utilizada por ele nos prefácios de suas obras, ou seja, Manoel Bomfim, em que pesem diferentes formas de apresentação em inúmeros trabalhos sobre esse importante intelectual ao longo do tempo. Ademais, chama-se a atenção para as citações diretas dos autores referenciados neste artigo, cuja grafia aparece conforme as regras ortográficas em voga no momento histórico específico em que o texto foi originalmente escrito. Em relação às citações diretas de Manoel Bomfim, adverte-se sobre a necessidade da sua recorrência, dado o propósito do presente estudo.

## 2. O pensamento de Manoel Bomfim em perspectiva histórica

As últimas décadas do século XIX no Brasil marcaram um momento em que os contextos econômico, político e social mostravam-se bastantes profícuos ao debate intelectual, dadas a diversidade, a complexidade e a legitimidade das questões que se impunham ao povo desta nação. O fim do Império e o nascimento de uma nova República, os últimos suspiros da escravidão, a discussão sobre a mão de obra livre, a imigração, a emergência de uma elite econômica cafeeira em São Paulo a disputar os espaços de poder com as oligarquias latifundiárias nordestinas e fluminenses (SCHWARCZ, 1993, p. 30), enfim, várias eram as preocupações dos pensadores sociais.

No campo da ciência, da filosofia, do direito, das artes e da indústria humana, o momento, inédito para o mundo, reverberava igualmente sobre a América Latina. Na economia, o Brasil mostrava-se atrativo aos capitais internacionais e seus orquestrados interesses, e a sociedade via-se exposta ao início de um processo de urbanização, laicização do Estado e uma miríade de influências culturais e artísticas que chegavam principalmente da Europa. O pensamento teórico, por sua vez, apoiava-se nos intelectuais nacionais, que acompanhavam, estudavam e analisavam, atentamente, as mais recentes teses científicas, filosóficas e jurídicas que chegavam do velho continente, especialmente, de Inglaterra, França, Itália, Portugal, Espanha e Alemanha, bem como dos EUA.

Nomes como Castro Alves, Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Raimundo Nina Rodrigues, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Oliveira Lima, Eduardo Prado, Manoel Bomfim, André Rebouças, Alberto Torres, Rocha Pombo, José Veríssimo, Oliveira Vianna, Alcides Bezerra, são alguns dos representantes da intelectualidade do país, os quais manifestavam seus pensamentos não apenas nas instituições acadêmicas existentes até aquele momento, como colégios, faculdades de direito de Recife e São Paulo, faculdades de medicina da Bahia e Rio de Janeiro, mas também à frente de museus, institutos históricos, ou mesmo expondo suas ideias em jornais, revistas e na literatura, de

modo geral. Pensadores que, afirma Antonio Candido, disseminavam ideias que iam do polo mais conservador, citando como exemplo Alberto Torres, ao “seu contrapeso”, o “radical revolucionário, Manoel Bomfim” (CANDIDO, 1990, p. 2).

No entanto, no Brasil, seriam os modelos evolucionistas, como o de Spencer e o social-darwinismo de Haeckel, o positivismo comtiano, a filosofia de Littré, a sociologia da escola de Frederic Le Play aplicada à análise de fenômenos sociais, a antropossociologia racial de Lapouge, a eugenia de Galton, a filosofia idealista, de modo geral, que ganhariam força explicativa e predominariam em lugar da ciência experimental ou da sociologia de Durkheim e Weber (VIANNA, 2005; ADEODATO, 2003; GONTIJO, 2010). No momento em que um novo regime político era construído, a vontade de se autoproclamar para o mundo como uma sociedade científica, ilustrada e moderna misturava-se com o sentimento de conservação do poder e do status quo por parte de uma “hierarquia social arraigada que opunha elites de proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe média urbana” (SCHWARCZ, 1993, p. 30).

O resultado foi a emergência de um forte pensamento conservador, reacionário e refratário às mudanças sociais necessárias à república que nascia, do tipo que se evidenciava na pena de Sílvio Romero, o qual defendia as “distinções entre as raças” (ROMERO, 1906, p. 216) como sendo a variável explicativa para o desenvolvimento de um povo. Pelas lentes do culturalismo sociológico de Sílvio Romero e de boa parte de seus colegas da Escola do Recife<sup>1</sup>, era o nível cultural, derivado das distinções étnicas e raciais, que definia o elemento capacitante dessa sociedade sobre a natureza. Por isso,

---

<sup>1</sup> Nome dado ao movimento intelectual filosófico iniciado no século XIX na Faculdade de Direito do Recife, que tinha nas figuras de Tobias Barreto e Sílvio Romero seus principais representantes. “Deve-se a Sílvio Romero o termo, usado para designar o movimento intelectual que começou por volta de 1860 e foi até o começo do século XX. Reinavam, na Faculdade, o espiritualismo aristotélico tomista, uma filosofia idealista e eclética, assim como as ideias monárquicas e a tradição do feudalismo nordestino, dos senhores de terras explorando os trabalhadores; vigorava também um certo romantismo no plano intelectual e a mentalidade geral era conservadora. Começa então, no dizer de Sílvio Romero, ‘um surto de ideias novas a assolar o país’, buscando os jovens professores recifenses apoio no positivismo de Augusto Comte e nas variações de Littré, Taine, Noiré e outros” (ADEODATO, 2003).

para Romero (1906, p. 213), teorias como a do imperialismo não deveriam ser levadas a sério, afinal, para ele, “o imperialismo hodierno não passa de uma graciosa phantasia, uma atribuição dos fracos”, que, intencionalmente, estariam imbuídas do “claro intuito de desviar um debate meramente científico para o das paixões partidárias da actualidade”<sup>2</sup>.

Nesse ambiente impregnado pelo mais puro e rigoroso cientificismo positivista, Manoel Bomfim representou uma voz dissonante, a essência do pensamento radical naquele momento de nossa história (CANDIDO, 1990). O médico, político, jornalista, historiador e literato sergipano, nascido em 1868 em Aracaju, apaixonado pelo Brasil, grande defensor da educação pública e gratuita e que viria a falecer em 1932, dedicou-se à análise da exploração e da conquista entre as nações para explicar o atraso, a pobreza, a miséria, a ignorância e o abandono em que viviam os povos de nosso subcontinente.

Usando o estudo da história da formação das nações latino-americanas a partir de uma perspectiva social e crítica, Bomfim teve a coragem de expor impressões e ideias extraídas de pensadores como Engels e Marx, algo raro no país àquele momento. De acordo com Sussekind e Ventura (1981), ele foi capaz de construir uma análise das relações entre as distintas classes sociais e as diferentes nações, que se pautava contrariamente ao pensamento eurocêntrico desenvolvido no Brasil entre a alta elite intelectual<sup>3</sup>. Assim, a leitura crítica da história do país e da nossa região permeia toda sua obra, especialmente, *América Latina, males de origem*, de 1903, e *Brasil nação*, concluído em 1928 e publicado em 1931, textos por nós explorados com maior profundidade neste artigo.

---

<sup>2</sup> Em 1906, nas páginas da revista *Os Annaes*, números 63 a 70, Silvio Romero publica uma série de dezesseis artigos com o intuito de atacar o que chamava de “uma suposta teoria nova da história latinoamericana”, o que rendeu uma réplica de Manoel Bomfim, o qual publicou, no número 74 do mesmo periódico, texto intitulado “Uma carta”, rebatendo as críticas de Romero. Sobre o assunto, ver Gontijo (2010).

<sup>3</sup> Sobre a aproximação de Manoel Bomfim com o marxismo e a existência de uma suposta teoria da mais-valia que se daria por meio da metáfora do parasitismo social, ver Sussekind e Ventura (1981).

Atribuindo a culpa pelas mazelas sociais latino-americanas à ambição das grandes nações civilizadas, Bomfim mostrou-se também original ao elencar os EUA entre as nações imperialistas. Tanto que, para Candido (1990, p. 16), Manoel Bomfim foi um dos poucos a perceber que o pan-americanismo era apenas um artifício utilizado pelos Estados Unidos para descartar a influência econômica europeia e estabelecer a sua própria hegemonia. Mas Bomfim não estava só em sua denúncia quanto à forma agressiva como estavam sendo conduzidas as relações políticas, diplomáticas e econômicas entre os EUA e os países latino-americanos.

O historiador pernambucano Manoel de Oliveira Lima, por exemplo, enfatizou, em sua crítica ao imperialismo, a doutrina Monroe, a qual considerava um instrumento de ameaça do governo dos EUA sobre os países da América Latina. Em sua obra lançada em 1907, *Pan-americanismo: Monroe, Bolívar e Roosevelt*, Lima (1907, p. 47) afirma que a citada doutrina havia apenas se “adaptado ao pendor imperialista” e utilizou recorrentes vezes a expressão *imperialismo* para designar a estratégia norte-americana que havia levado à “intervenção em Cuba”, à “retenção das Filipinas”, à “invenção da zona do canal do Panamá” e à “incorporação de Porto Rico”, esse, sim, o “real pan-americanismo que se escondia sob o belo discurso diplomático do governo de Washington”, na visão do autor.

Na mesma linha estava o advogado paulista Eduardo Prado, figura de destaque entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras e autor de *A ilusão americana*, obra lançada, em sua primeira edição, em 1893 e proibida uma hora após ser posta à venda. Prado (2002, p. 12) considerava que a “fraternidade americana era uma mentira” e alertava que, se a política externa norte-americana, ao ser anunciada pelo então presidente dos EUA, James Monroe, no início do século XIX, já despertava desconfiças sobre suas reais intenções, somente no final do século a doutrina passaria a ser usada como declaração unilateral dos EUA para justificar a sua política de expansão imperialista. Prado (2002, p. 68) chegou a alertar sobre a estratégia de

invasão norte-americana do Brasil, a qual, segundo ele, estaria em curso, para o controle do rio Amazonas, na segunda metade do século XIX.

E mesmo Rui Barbosa, em breve apresentação à segunda edição do livro de Eduardo Prado, em 1896, após denunciar o fato da publicação da obra ter sido proibida no Brasil, manifestou-se com extremo sarcasmo e espírito crítico contra os “entusiastas da amizade americana”, aqueles “brasileiros cultos” que acreditavam na doutrina de Monroe e em qualquer traço de boa intenção da “grande nação do norte” (BARBOSA, 2003).

Mas, para além de uma crítica ao imperialismo capitalista, a ideia de desenvolvimento em Bomfim (2008; 2013), como ficará evidente ao fim deste trabalho, associa-se à possibilidade de “subir à civilização, à justiça, a todos os progressos”. Em nosso entender, tal pensamento crítico, também compartilhado por historiadores como Rocha Pombo<sup>5</sup> e João Francisco Lisboa<sup>6</sup>, evocava um conjunto de direitos e garantias, individuais e sociais, que vai muito além da ideia de progresso econômico. Traduz, em si, a conquista da verdadeira independência nacional, a qual, segundo Bomfim, o país ainda não conhecera. Para alcançá-la, o povo brasileiro teria de lutar contra as heranças deixadas por um passado de intenso *parasitismo social*, analogia utilizada pelo autor e que, conforme apresentada na seção que segue, está estreitamente ligada à sua análise sobre o imperialismo.

---

<sup>5</sup> Jornalista, advogado, historiador e político, José Francisco Rocha Pombo advogava que a história do Brasil fosse contada a partir da história do povo brasileiro e abandonasse a tradição narrativa das batalhas, reis e outras personalidades políticas. Manoel Bomfim teve contato com sua obra *História da América*, escrita em 1900, quando participou, como parecerista, de um concurso de um compêndio sobre a história da América, promovido pelo Diretor Geral de Instrução Pública, do Rio de Janeiro. (BOMFIM, 2008, p. 2). Sobre esse importante historiador brasileiro, que se negou a fazer história a partir do viés positivista, como era comum à época, ver Nascimento (2013).

<sup>6</sup> Historiador, estudioso da história do Maranhão, tinha em comum com Bomfim a análise histórica em sua vertente crítica, a história social. Dedicou-se a contar a história do Maranhão sem lançar mão das teorias que ressaltavam a importância da função das elites na formação das nacionalidades, preferindo, ao contrário, buscar a explicação para os problemas regionais do país na opressão que os grupos dominantes exerciam sobre a massa da população brasileira (NASCIMENTO, 2013).

### 3. Parasitismo e imperialismo em Manoel Bomfim

Nesta seção, que sintetiza o objetivo central do trabalho, nossa preocupação será a de mostrar que o processo violento de expansão do capitalismo em fins do século XIX e início do século XX, comumente conhecido como imperialismo, orquestrado pelos grandes capitais monopolistas europeus e norte-americanos, teorizado criticamente, entre outros, por autores como John Hobson, Rudolph Hilferding, Vladimir I. Lênin, Nikolai Bukharin, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Thorstein Veblen, e presente no debate político e jornalístico da Europa e dos EUA àquela época<sup>7</sup>, não passou despercebido por alguns pensadores brasileiros, entre os quais, chama-se a atenção para Manoel Bomfim, o médico que optou por se dedicar profissionalmente à educação, e que percebeu e interpretou, detidamente, os efeitos do imperialismo sobre os países latino-americanos nesse momento da nossa história.

Não se pretende, com isso, afirmar que a obra de Manoel Bomfim encerra uma teoria do imperialismo, mas apenas indicar que, em seus principais escritos, fica evidente a apreensão do autor acerca de um processo de exploração econômica que se operava em escala mundial e que deixava os países da América Latina numa condição frágil e dependente frente às potências da Europa e aos EUA. Exploração que, tendo começado como resultado da condição colonial, prosseguiu após a independência desses países sob a forma de uma relação de exploração típica da estabelecida na era do imperialismo monopolista do capitalismo de finais do século XIX e início do século XX, processo por ele citado repetidas vezes ao longo de suas obras.

Veremos que as formulações teóricas de Manoel Bomfim evidenciam sua consciência crítica acerca dos mecanismos e das consequências das relações externas do Brasil naquele momento em que o imperialismo

---

<sup>7</sup> Sobre as teses clássicas do imperialismo, as primeiras utilizações dessa expressão ainda no século XIX e os debates sobre a conceituação desse processo, suas motivações, justificativas, impressões e as consequências levantadas por teóricos, políticos e jornalistas econômicos da Europa e EUA em fins do século XIX e início do século XX, ver Pereira (2019, cap. 1).

norte-americano entrava em sua fase mais agressiva (DANTAS, 1997). Como defendia Antonio Candido, Manoel Bomfim fugiu da opinião dominante de sua época e mostrou-se um verdadeiro radical, por vezes próximo até mesmo do socialismo (CANDIDO, 1990, p. 12). Silva (1998) enfatiza o radicalismo liberal de Bomfim no contexto hegemônico do conservadorismo, que tomava de assalto o pensamento brasileiro nos fins dos noventa, e afirma haver em Bomfim uma ideologia do imperialismo. Para Junqueira (in BOMFIM, 2013, p. 15), Bomfim, como adepto do materialismo dialético, teria sido o educador revolucionário do país no início da república que, por meio da análise histórica, percebeu a marcha da insensatez que havia se instaurado em nosso país desde o decantado grito no Ipiranga.

### **3.1. O parasitismo social**

Se em Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré o imperialismo aparece como tese explícita e base de suas análises históricas sobre a relação do Brasil com as potências industriais no século XX, em Bomfim essa percepção está contida sob a potente metáfora criada pelo autor, *parasitismo social*, conceito-chave por ele forjado em sua obra *América Latina*, de 1903, para comparar os males provocados pelo parasitismo biológico em um organismo vivo com os males provocados pela exploração econômica por parte da Europa e dos EUA não apenas sobre o Brasil, mas sobre a América Latina como um todo.

Assim, diferentemente dos dois autores marxistas supracitados, os quais tratam o imperialismo como eixo central da análise materialista do desenvolvimento econômico e variável inescapável para os países subdesenvolvidos dentro dos limites da acumulação burguesa de capital, Bomfim introduz a análise do imperialismo por meio do processo de *parasitismo social*, uma condição da qual a fuga seria possível, mas exigiria desprender-se do parasita e libertar-se da força exploradora que vinha do exterior. Dependia de transformações e reformas como as da educação e da instrução das massas, da qualificação da força de trabalho, do aprimoramento das forças

produtivas, da industrialização e das mudanças na estrutura agrária e política do país.

Desse modo, foi um pensador brasileiro que, como poucos em seu tempo, buscou explicar a pobreza, a exploração, a miséria, a ignorância, a evasão das riquezas e dos recursos das repúblicas da América Latina a partir do estudo histórico das suas relações internacionais. Fosse por meio do comércio, do empréstimo de dinheiro, da diplomacia, da invasão do capital estrangeiro, fosse pelas reclamações, indenizações, e imposições de todos os tipos geradas e cobradas pelas grandes potências estrangeiras, o parasitismo vigorava desde a chegada dos povos ibéricos na América e mantinha-se, agora, sob a anuência dos governos e das elites nativas e refratárias das próprias repúblicas independentes latino-americanas.

Por isso, deve-se entender o *parasitismo* antes de se buscar compreender o *imperialismo* no pensamento de Bomfim, para quem as sociedades humanas estariam sujeitas aos mesmos males que os indivíduos. Assim como um corpo biológico, os organismos sociais também estariam expostos aos males que afetam a saúde e a vida dos seres vivos individuais, como, por exemplo, a ação de um parasita sobre um organismo sadio. Usando a analogia com os parasitas para ilustrar seu raciocínio, ora o animal marinho, *Chondracanthus gibbosus*, ora o carrapato, ele defende a ideia de que, uma vez fixados ao animal que os nutre, tais parasitas resumem toda a sua atividade vital em sugar a seiva nutritiva de seu hospedeiro, retirando deste corpo todos os recursos necessários à sua própria sobrevivência, função igualmente desempenhada pelos “elementos refratários” da sociedade colonial, isto é, os intermediários comerciais e financeiros, os representantes dos interesses e privilégios da metrópole, os funcionários régios que se faziam presentes no Brasil, os quais repassavam à metrópole todo o resultado da exploração ibérica na América, seus familiares e descendentes. Segundo Bomfim, mesmo após a independência e a república, esses parasitas “teriam ficado no corpo do organismo social das novas nacionalidades [da América Latina] assim como o ‘dente do acarino’ permanece no corpo de sua presa”

mesmo depois do parasita já ter se desgrudado de sua vítima (BOMFIM, 2008, p. 164).

Em outras palavras, o que aconteceu nas colônias espanholas e portuguesas e prosseguiu mesmo após estas se tornarem nações independentes foi o processo de perpetuação dos males de origem da América Latina. Bomfim (*ibidem*, p. 83) mostra-nos, com narrativas históricas ricas e cuidadosas, como esse processo se operou em Nova Granada, Buenos Aires, ou ainda, México, Brasil, Chile, Peru, Venezuela, Paraguai. Graças às “forças refratárias” ali gestadas, essas gentes continuaram, por meio do comércio, dos negócios e dos empréstimos internacionais a “sugar toda a riqueza das antigas colônias”, conseguindo se envolver e se introduzir na nova dinâmica social das classes, mantendo a postura antirrevolucionária nos processos de independência e buscando sempre o melhor acordo. Esses grupos sociais formados por negociantes, financistas, agentes de governos, de empresas e oligarquias, fossem estrangeiros ou nativos, continuaram, como sempre o fizeram, impondo “resistência violenta à ideia emancipadora” por parte das nações já libertas para assegurar a permanência dos mesmos interesses parasitários ligados às forças econômicas sediadas nas nações europeias e na América do Norte.

E era por meio do comércio internacional, principal mecanismo do processo de parasitismo social, que a sangria da produção e dos esforços nacionais se operava, ou melhor, que toda seiva e “todo preço da produção eram sugados, recolhidos e encaminhados para a metrópole” (*ibidem*, p. 98). Daí que, para Bomfim, todo regime parasitário colonial compreendia três ordens de manifestações, quais sejam, a violência contra o parasitado, obrigado que está a nutrir e prestar outros tantos serviços ao parasita, o enfraquecimento do parasitado e, por último, a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas. Portanto, parasitadas estão as repúblicas independentes, que se adaptaram à condição de colônias de outrora. Repúblicas livres, mas sem forças, sem indústrias, sem qualquer aplicação de esforços e ciência na descoberta de novas formas de progresso técnico, “sem comércio

nacional, sem riquezas, sem gente educada no trabalho livre”. Em suma, “nada de indústrias, nada de novas relações com o resto do mundo, nada de produtos novos: açúcar e ouro” (*ibidem*, p. 99).

Em termos de economia social, portanto, não havia diferença entre o Brasil de 1800 e o de “hoje”, pois se “era uma colônia vassala, hoje é uma colônia independente” (*ibidem*, p. 130). Se durante o colonialismo prevaleceu o parasitismo, como nação independente era chegada a vez do imperialismo, processo que, segundo Bomfim, para além dos efeitos econômicos, também atacava a ordem social, cultural e moral, levando ao enfraquecimento generalizado do organismo social que teria se formado nas nações da América Latina.

### **3.2. Do parasitismo ao imperialismo na pena de Manoel Bomfim**

As expressões *imperialismo* e *imperialista* aparecem na obra de Bomfim. No caso da primeira, apresenta o sentido de ação de uma “grande nação civilizada”, com o apoio da opinião e do poder públicos, contra outra independente e frágil (BOMFIM, 2008, pp. 231, 232). A segunda é empregada como *adjetivo*, qualificando aquele, ou aquela, seja um indivíduo, uma nação ou a imprensa, que exalta, defende, apoia ou simpatiza com essa política de invasão e ocupação de outras nações independentes como pretensa solução para se levar civilização, cultura, crescimento moral e econômico às terras da América do Sul (*ibidem*, pp. 6, 12). Portanto, estão plenamente alinhadas com o significado, os aspectos, mecanismos, desdobramentos, enfim, com o sentido específico do termo expresso nas teses clássicas sobre o imperialismo capitalista.

Citando ora o exemplo do Brasil, ora de outro país latino-americano, ao longo de suas obras evidenciam-se temas como: i) a necessidade, ou vocação, do capital e, por extensão, do capitalismo, como o modo de produção que lhe assegura as condições sócio-históricas necessárias, de se expandir sobre a maior arena possível do planeta em busca de ganhos econômicos (BOMFIM, 2013, pp. 332, 338); ii) o papel do Estado nesse processo, tanto o

invasor, em sua obstinada campanha imperialista, utilizando-se de suas forças diplomáticas e militares no processo de dominação, quanto do Estado parasitado, que, cooptado pelas forças imperialistas, segue atendendo aos interesses das oligarquias locais e permanece estranho ao restante da sociedade, “personificando apenas o capital” (*ibidem*, 2013, p. 338, citando Engels); iii) o papel representado pelos empréstimos internacionais e pela exportação de capital na conquista imperialista (BOMFIM, 2013, p. 226; 2008, p. 148); iv) a intensa centralização de capitais que se operava nos países industrializados (*ibidem*, p. 131); iv) a dicotomia agricultura/indústria e a posição submissa que os países produtores de primários assumiam na relação comercial com as nações industrializadas (BOMFIM, 2008, p. 130); v) a percepção de que, apesar da raiz econômica do imperialismo, outros sentimentos e motivações moviam o ímpeto imperialista, como o nacionalismo, o patriotismo e o culturalismo (BOMFIM, 2013, pp. 244, 245 e outras). Doravante, neste trabalho, tentar-se-á evidenciar tais impressões.

O primeiro aspecto da ação imperialista presente em Bomfim a ser aqui destacado é a própria indissociabilidade entre imperialismo e capitalismo. Numa leitura incomum no Brasil àquela época, Bomfim utiliza-se do método histórico e materialista para definir o capitalismo como o “regime de exploração empregado pelas grandes nações democráticas”, que, historicamente construído, apoiava-se no direito à propriedade privada e no aparelho político democrático. A democracia, que segundo ele deveria ser a voz da maioria, “converteu-se em regime de exploração da maioria trabalhadora, desde que as condições históricas deixaram formar-se essa reserva de energias humanas que é o capital. Senhora dele, uma minoria pôde subordinar o aparelho democrático aos interesses capitalistas, arrimada que está nos direitos patrimoniais” (2013, p. 332).

A ideia de que o imperialismo é um processo incontível da dinâmica da burguesia brota de sua convicção de que a vocação do capital era a de dominar tudo e todos e, por isso, a necessidade imanente desse sistema de se expandir por sobre a maior área do globo para reproduzir-se e ampliar as

vantagens econômicas em favor do capital, sem respeitar barreiras e sem qualquer preocupação de levar benefícios às gentes dominadas, esses povos “desgraçados e infelizes”. “Por necessidade essencial, o capitalismo mercantiliza e comercializa tudo, criando o ambiente por excelência materialista. E, com isto, se torna a desgraça irreparável dos povos nacionalmente mal diferenciados, socialmente mal protegidos” (BOMFIM, 2008, p. 339).

A exemplo do que sustentavam as primeiras teses críticas do imperialismo capitalista, como em Lênin (2011) e Luxemburgo (1985), para Bomfim, o capitalismo, quanto mais se desenvolvesse, maiores seriam os males por ele provocados. E o Estado, com todo o seu aparato diplomático e militar, ficaria responsável por desempenhar a função de garantir o domínio e a exploração de outros povos e regiões, afinal, “o Estado havia se transformado no instrumento de domínio por parte de uma burguesia fortificada nas posições de mando e privilegiada no capitalismo (BOMFIM, 2013, p. 211).

Por isso, afirmava que o capitalismo, regime “inexorável e amoral” (*ibidem*, p. 270), era a “essência da burguesia”, a qual usava sua própria política, “a democracia burguesa”, para cometer “todo o crime que a espoliação sugere e a ganância exige”, sem respeitar qualquer regra. Ao dividir as sociedades em duas classes típicas, sob essa política da burguesia, a expansão industrial daí resultante teria criado, de um lado, os “proletários, assalariados”, “escravizados economicamente ao capital”, os “miseráveis”, e de outro, os “senhores do capital”, a “burguesia capitalizadora”, os “desfrutadores”, os quais “aninhavam-se em privilégios”. E quanto mais industrializada fosse a civilização capitalista, maior a distância entre essas duas classes (*ibidem*, p. 341).

Assim, para Bomfim (2008, pp. 14-15), imperava a necessidade das grandes nações colonizadoras de “expatriarem-se”, e destaca que, ao fazerem, avançavam sobre o continente latino-americano a “tiro de canhão”, apoiadas no poder militar de seus Estados, com o fito de “encher os bolsos dos aventureiros” seja por meio das cobranças de “reclamações” ou das “indenizações”, autênticas extorsões. Afinal, afirmava que as nações ricas consideravam a

América meridional como “um reino encantado de riquezas” e suas populações como “absolutamente incapazes de fazer valer essas riquezas” e de proteger seus “solos ricos e desejáveis” contra as investidas de um “invasor forte”, capaz de reduzi-los a “colonos dóceis” (*ibidem*, pp. 230-232).

Nesse cenário, a América do Sul apresentava-se como presa atraente aos anseios dos EUA. Bomfim via como reais e iminentes as possibilidades da invasão imperialista deste subcontinente, fosse por parte da América do Norte ou de alguma potência europeia, tanto que criticava os escritores brasileiros, seus contemporâneos, os quais chamava de otimistas, por considerarem tais possibilidades como falácias, e que os mesmos só acreditariam quando tivessem, frente aos seus olhos, a prova final, a agressão em si (*ibidem*, p. 231).

Bomfim tinha plena convicção de que seus receios não eram infundados, afinal, naquele momento de intensa expansão imperialista, o arguto pensador sergipano percebeu as intenções sobre a América do Sul e, por isso, reproduziu uma nota oficial enviada pelo governo da Argentina ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA, pedindo que este país fizesse valer os princípios da doutrina de Monroe, que eles haviam declarado, e os ajudasse a impedir que as forças imperialistas da Inglaterra tomassem como seus os solos e as economias da América do Sul. O conteúdo revela o perigo que já supunha imediato.

A obtenção de novos domínios coloniais neste continente tem sido aceita muitas vezes por homens políticos da Inglaterra. São muitos já os escritores europeus que designam os territórios da América do Sul, com as suas grandes riquezas, com o seu céu feliz e o seu clima propício para todas as produções, como o meio obrigado, onde as grandes potências, que têm já preparadas as armas e os instrumentos da conquista, hão de disputar-se o predomínio no curso deste século. (*idem ibidem*)

Na mesma nota diplomática, após o pedido de ajuda por parte do governo argentino, Bomfim destaca o motivo de tamanho receio de uma invasão

imperialista. Tratava-se de uma questão financeira, econômica e pautava-se no pretexto do descontrole da dívida pública do país sul-americano.

A única coisa que a República argentina sustenta, e que veria com grande satisfação consagrada [...] por uma nação que como os Estados Unidos goza de tão grande autoridade e poderio, é o princípio já aceito de que não pode haver expansão territorial europeia na América, nem opressão dos povos deste continente pelo fato de que uma *situação financeira infeliz* pudesse levar alguns deles a diferir o cumprimento de seus compromissos. Em uma palavra, o princípio que quisera ver reconhecido é o de que *a dívida pública não pode dar lugar à intervenção armada*, e menos à ocupação material do solo das nações americanas por uma potência europeia. (*ibidem*, p. 232; grifos nossos)

E, em seguida, tece comentário acerca da ingenuidade do governo da Argentina de pensar que poderia contar com alguma ajuda vinda de outra força imperialista. Para ele, EUA e as grandes nações europeias nutriam as mesmas convicções, anseios, paixões e interesses por essas áreas. O parasitismo continuaria, porém, com outro parasita. Tanto que a resposta norte-americana à nota argentina vem sob a forma de uma ação tipicamente imperialista, fato que Bomfim não deixa escapar e assim se manifesta, comparando a ação norte-americana ao feito de um ladrão.

A este convite (a carta do governo argentino), o governo de Washington respondeu, absorvendo, ele próprio, mais um trecho da América Latina. Os sucessos do istmo do Panamá nos mostram bem que não são diferentes dos da Europa os sentimentos dos Estados Unidos a nosso respeito. A ameaça é a mesma, pois que é a mesma política – a política dos fortes, ou melhor: a moralidade do salteador que apunhala o ferido na estrada deserta para despojá-lo. (*ibidem*, p. 233)

Contumaz crítico da doutrina Monroe, para quem tal mecanismo foi unilateralmente formulado apenas para ser aplicado sem qualquer acordo ou negociação com outras nações americanas, Bomfim considerava tal doutrina um evidente atentado à soberania latino-americana. Especialmente, levando-se em conta o fato de que a interpretação de quais ou tais motivos

ensejariam uma ação de intervenção militar norte-americana, fossem eles de cunho financeiro, comercial ou político, dependeria, simplesmente, de uma livre interpretação do próprio governo deste país, desprezando-se, pois, qualquer normativa de direito internacional.

Além desse material de cunho diplomático, as convicções de Bonfim apoiavam-se também em artigos jornalísticos, como o publicado em 1895, na *Revista Chile*, em seu volume VIII, para expressar essa tendência à expansão imperialista dos EUA, a qual estaria apoiada em uma “doutrina teológica”.

A súbita mudança da política tradicional dos Estados Unidos *na atual tendência imperialista* deve consolidar na grande república do norte a reivindicação arrogante dos políticos [...] que consideram como destino manifesto daquele país o exercício da hegemonia comercial e proteção política nas outras repúblicas do continente<sup>8</sup>. (REVISTA CHILE *apud* BOMFIM, 2008, p. 12; tradução e grifos nossos)

Ou mesmo em obras literárias de seu tempo, como o pequeno excerto de um romance do escritor costarriquenho, Máximo Soto, na qual o autor faz questão de ressaltar que, na América Central, a absorção de áreas pelas forças imperialistas britânicas já não se tratava mais de simples apreensão, mas de um fato, o que não escapou ao olhar atento de Bomfim.

Aquelas páginas emocionantes e cheias de tristeza, para fazer-se uma idéia de como a raça saxônica vai dominando primeiro, e desalojando depois, metodicamente, as raças espanholas centro-americanas. Para as outras nações latino-americanas, a sorte será igual, se não reagirem: é questão de tempo, conclui um escritor que os conhece. (SOTO *apud* BOMFIM, 2008, pp. 12-13)

Para Bomfim, o Estado era o catalisador dos interesses das oligarquias, estando invariavelmente a serviço dos capitais privados estrangeiros e nacionais. E os governos dessas repúblicas frágeis eram coniventes com

---

<sup>8</sup> “El brusco cambio de la política tradicional de los Estados Unidos en la actual tendencia imperialista ha de consolidar en la gran república del norte la pretensión arrogante de los políticos de la escuela de Blaine, que consideran como destino manifesto de aquel país ejercer hegemonia comercial y la tutela política en las demás repúblicas del continente”

o processo de espoliação e sangria das próprias riquezas nacionais. Ao capital estrangeiro, todas as cortesias eram oferecidas, ainda que este, ao chegar, tornasse-se tão forte quanto o próprio Estado: “Os nossos dirigentes fazem todas as facilidades ao capital estrangeiro, que seja francamente o senhor de tudo, contanto que venha, e não tenha cerimônias, nem hesite na espoliação e no domínio ainda que venha a constituir-se dreno de toda a economia nacional, um Estado no Estado, em incontrastável tirania” (BOMFIM, 2013, p. 298).

Ciente do poder econômico desses capitalistas de além-mar, afirmava que apenas as receitas da *Electric Bond and Share* e da *Light and Power*, empresas estrangeiras que operavam no fornecimento de serviços públicos no Brasil, superavam as receitas da União. A essas “arquipotentes, arqui-sugadoras empresas estrangeiras” teriam sido deixados os mais importantes e rentosos serviços públicos municipais, empresas que, segundo ele, “ganharam até a imprensa independente” do país, a qual só fazia “cantar a perfeição dos serviços” por elas prestados (*ibidem*, p. 298).

Nesse momento, Bomfim (2013, p. 338) enaltece a “irrecusável dialética presente em Engels” e cita conhecida passagem d’*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, na qual o teórico alemão afirma que o Estado, ao sair da própria sociedade, torna-se estranho a ela, passando a personificar apenas o capital. Convinco de que o Estado e os interesses das oligarquias capitalistas se misturavam, para Bomfim (2008, p. 102) aquele se tornava, na América Latina, um “inimigo, opressor, espoliador”, o qual fugia de realizar sua função social, passando a existir apenas “para fazer o mal: nem escolas, nem higiene, nem obras de interesse público. Nada para as massas miseráveis”.

Aproximando-se bastante da ideia presente nos principais textos do imperialismo clássico, a exemplo de Lênin (2011), Kautsky (2004) e Luxemburgo (1985), em sua interpretação, uma elite nativa, local, havia se apossado do Estado, usando-o apenas para manter seus interesses privados em completa sintonia com os dos capitalistas estrangeiros. No Brasil, essas oligarquias

interesseiras, politiqueiras, como os “Acioli, Lemos, Goes, Severino Vieira, entre outras”, praticavam o mais autêntico “mandonismo”, exerciam o mais ostensivo domínio do que é público, afinal, “o Estado é deles, dos filhos, genros, cunhados e primos...” (BOMFIM, 2013, p. 259). Como mecanismo essencial à política de expansão do capital, Bomfim percebeu que o domínio do poder público por parte dessa elite nativa atuaria como elo necessário ao funcionamento das engrenagens do imperialismo, impedindo que movimentos autônomos nacionais e projetos sociais independentes brotasse no interior desses países atrasados. Por isso, denominou-as de forças refratárias.

Enquanto isso, nos países imperialistas, o Estado representava os bancos, os grandes trustes, as companhias de comércio e indústria, a oligarquia financeira. Ciente do intenso processo de centralização de capitais que se operava em escala internacional, dos trustes e dos cartéis que lucravam com os empréstimos e remessas de capital aos países latino-americanos, Bomfim alerta para a estreita ligação entre esses conglomerados e a política imperialista, a qual se disfarçava sob a falsa bandeira do liberalismo econômico. Fazendo referências aos “kartels alemães” e aos “bancos regionais de Itália”, afirmava que a liberdade de comércio servia apenas como “máscara” para o puro e simples “privilégio explorador” por parte das nações fortes (BOMFIM, 2008, p. 131).

Na Primeira República, as crises do café eram recorrentes e os *funding*, ou empréstimos solicitados reiteradas vezes pelo governo brasileiro para renegociar a dívida externa e servir de instrumento de defesa do nosso principal produto de exportação, incorporavam perfeitamente essa fusão de interesses, cujos maiores vencedores, para Bomfim, eram os bancos, os quais estavam, internacionalmente, em “conluio”. O poder dessa oligarquia dos negócios era tamanho, que um dos motivos alegados para se justificar a invasão e o domínio do mundo por parte de alguns Estados capitalistas era o pagamento dos empréstimos contraídos. Em sua visão, o sistema

financeiro cooptava o Estado, e este ficava “à mercê” da burguesia ao ponto de “transformar-se a nação em fonte de receitas” (BOMFIM, 2013, p. 226).

Bomfim apresenta dados econômicos para ilustrar seu argumento sobre essa questão. Ao analisar o orçamento público brasileiro aprovado para o ano de 1903, ele demonstra uma percepção ímpar da dependência das repúblicas latino-americanas em relação ao capital estrangeiro, seja sob a forma de empréstimo ou investimento direto. Destaca, por exemplo, que a dívida pública brasileira se reproduzia de forma ampliada, via rolagem dos empréstimos internacionais, e destes, pouco ou nada se revertia em investimento público, mas apenas pagamento de juros, amortizações de empréstimos e remessas de lucros para os capitais estrangeiros investidos no país, especialmente em ferrovias, fato que custaria a verdadeira emancipação do país.

Do total orçado das despesas da República do Brasil para aquele exercício, isto é, 331 mil contos de réis, Bomfim destaca que somente 31 mil contos de réis seriam empregados em “*serviços de utilidade imediata*”, o que significava menos de dez por cento do total das receitas da União a serem gastos em “benefício direto do povo”. Em contrapartida, salienta que o valor a ser pago sob a forma de “*serviços da dívida: juros e amortizações*” totalizava 132 mil contos de réis, aproximadamente, quarenta por cento do total das despesas públicas do país (BOMFIM, 2008, p. 148). Para ele, a história dos empréstimos no Brasil independente resumia-se a tomar-se emprestado do estrangeiro para pagar os empréstimos tomados, engrenagem que funcionava desde o primeiro empréstimo, de 1821, contraído para a campanha Cisplatina. Empréstimos empregados numa só causa, “os internos servem para cobrir os déficits orçamentários e os externos, uma vez subscritos, ficam depositados em Londres, e com eles se vão pagando juros e amortizações. Para o país não entra nada” (*ibidem*, p. 149).

Outra rubrica das despesas públicas apresentada por Bomfim para o ano de 1703 é a que se refere aos gastos do governo republicano brasileiro com a Estrada de Ferro Central do Brasil, a mesma ferrovia que, antes da proclamação da república, recebia o nome de Companhia de Estrada de Ferro

D. Pedro II, e que totalizaria 31.176.515\$740, portanto, mais de 31 mil contos de réis, igual quantia a que seria utilizada com todas as demais despesas de interesse coletivo naquele ano.

Isso mostra a percepção por parte do pensador brasileiro de que os elevados gastos do governo com a transferência de renda provocada pela importação de capitais para, entre outras, a construção ferroviária, e pelos empréstimos internacionais junto aos grandes bancos da Europa representavam verdadeiras sangrias de recursos do país. E Bomfim tinha os fatos a comprovar, afinal, o decreto-lei 641, de 26 de junho de 1852, assinado pelo ministro e secretário de negócios do Estado, Francisco Gonçalves Martins, em Londres, oferecia, uma série de vantagens para as empresas ferroviárias, fossem nacionais ou estrangeiras, tais como: privilégio de exploração por noventa anos ou mais; direito de desapropriar áreas e receber, *gratuitamente*, os terrenos e as madeiras para os batentes; isenção de impostos sobre importação de trilhos, máquinas e instrumentos; garantia do monopólio, por parte da empresa construtora, e de pagamento de juros, por parte do governo brasileiro, da ordem de 5% do capital empregado até que a companhia atingisse dividendos de 8% ao ano (BRASIL, 1855).

Ademais, alguns anos depois, aqueles juros de 5%, ascenderiam a 7% por meio do curto Decreto-Lei 2450, de 24 de setembro de 1873, no qual o governo brasileiro ampliava ainda mais as vantagens às companhias férreas, concedendo uma subvenção por quilômetro construído de ferrovia, bem como autorizava, previamente, as operações de crédito necessárias à efetivação de tal subvenção em caso de deficiência dos meios ordinários do orçamento (BRASIL, 1873).

Em suma, a construção ferroviária no Brasil deu-se num momento de intensa expansão da exportação de capitais oriunda dos países europeus, destacadamente, da Inglaterra, a qual há pouco havia revolucionado a produção da indústria pesada com os caminhos de ferro. Lênin (2011, p. 186), em 1916<sup>9</sup>,

---

<sup>9</sup> Apesar de vir a público apenas em 1917, o livro *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* foi escrito por Lênin em 1916, no período de janeiro a junho, em Zurique.

apresentou dados econômicos sobre os desdobramentos da exportação de capital para o Brasil, sob domínio do capital financeiro. Usando o exemplo das construções ferroviárias, cuja finalidade, segundo o marxista russo, era a obtenção de lucros por parte de capitais franceses, belgas, britânicos e alemães, Lênin afirmou que, ao efetuarem as operações financeiras relacionadas com a construção de ferrovias, esses capitalistas reservavam-se a si próprios os direitos às encomendas de materiais de construção ferroviária, os empréstimos, os lançamentos de ações e outros mecanismos que representavam transferência de valor dos países atrasados para as potências imperialistas, ou, como preferia Bomfim, representavam a sangria de recursos do país. Portanto, pouco importava se a empresa ferroviária teria capital nacional ou estrangeiro, a remessa de renda ao exterior estava garantida.

A dicotomia agricultura/indústria foi outro aspecto que não escapou à análise de Bomfim. Ser apenas produtor de bens agrícolas e minerais, um fornecedor de alimentos ou de matérias primas para as indústrias de além-mar, não apenas manteria, mas aprofundaria a condição de dependência herdada do passado colonial. Ora, tal apreensão está presente nos escritos de Hobson (2002), Bukharin (1984) e Kautsky (2004), para os quais tais países desempenhariam uma dupla função no mercado mundial: a de fornecedores de matérias primas e alimentos e a de mercados consumidores de bens industrializados. “Em tempos (tais eram os interesses da metrópole) o Brasil produzia açúcar, e com ele pagava tudo mais de que carecia; depois, produziu ouro, depois café, e café e borracha; variam os gêneros, mas não varia a condição. Tal regime será o de uma nação? Uma nação é um organismo completo!” (BOMFIM, 2008, p. 130).

A dependência das repúblicas da América Latina, na opinião de Bomfim, estava ligada ao fato de serem nações organicamente incompletas, isto é, economias voltadas exclusivamente ao setor primário, sem, portanto, a integração dos setores produtivos, condição que, segundo ele, era essencial para se construir um corpo orgânico, uma verdadeira nação. Por isso Bomfim defendia a importância da industrialização como forma de se emancipar e

romper com a condição de dependência quase colonial sob a qual viviam os povos latinos da América. Para isso, seria imprescindível elevar o nível de desenvolvimento das forças de produção, aumentar a potencialidade e a destreza do trabalhador, elevando sua competência para produzir (*ibidem*, p. 232; grifos nossos).

Por último, importa destacar outro importante aspecto do imperialismo, presente no pensamento de Bomfim, que chamou a atenção, especialmente, de teóricos como Hobson (2002) e Veblen (1923). Trata-se da multiplicidade de motivações que impulsionavam o ímpeto expansionista e dominador das nações europeias e dos EUA naquele específico momento da história. Apesar de reconhecerem a precedência dos motivos materiais, econômicos, que impulsionavam a campanha imperialista, ambos entendiam que sentimentos como patriotismo, nacionalismo, fervor religioso, *status* de nação civilizada eram propósitos que deveriam também ser considerados quando da análise desse fenômeno, afinal, eram, no mínimo, utilizados pela opinião pública quando se tratava de justificar as ações dos governos e dos capitalistas dos países agressores.

Bomfim expõe semelhante impressão ao destacar a utilização desses impulsos de ordem moral, política, racial, cultural, pela opinião e pelo poder públicos das grandes potências como justificativas para se legitimar um processo de autêntica exploração econômica, o qual era, em princípio, “violento e torvo”. Percebia que, nessas grandes nações civilizadas, parte de suas gentes consideravam a política expansionista para dominação dos países latino-americanos como uma tarefa necessária a ser desempenhada pelos povos civilizados em favor da horda de incapazes e fracos que povoava essas regiões longínquas<sup>10</sup>. A partir desse instrumento de retórica, os

---

<sup>10</sup> Um dos principais exemplos da perspectiva negacionista da violência econômica do imperialismo sobre as nações dominadas e dessa visão beatífica do imperialismo como uma tarefa árdua, um pesado fardo a ser carregado pelo homem branco, europeu, civilizado e rico, com o propósito de levar instrução, cultura e civilização aos povos degenerados do resto do mundo está no conto do poeta britânico, Rudyard Kipling, de 1898, *O fardo do homem branco*, no qual o autor europeu exalta a conquista das Filipinas e de outras ex-colônias espanholas por parte dos Estados Unidos da América e faz uma apologia à superioridade anglo-saxônica sobre esses povos. A obra é considerada uma ode ao imperialismo, ou neocolonialismo, termo usado no poema.

ânimos imperialistas desses povos que se autoproclamavam superiores pareciam brotar não apenas no interesse material, mas, também, idealizados numa pretensa ascese cultural, política e científica.

O inglês é um povo feito, e que se ufana mais dos seus Milton, Shakespeare, Bacon e Darwin, do que de todo o ouro de Lombardy Street; e a nação que se governa agora com o egoísmo implacável dos torys pôde dar ontem o poder ao labour-party; não será mais preciso acentuar que o ideal político, ali, *mesmo através do torvo imperialismo derramado pelo mundo*, não é, apenas, a riqueza material (BOMFIM, 2013, p. 228; grifos nossos).

Mas Bomfim constata que tal discurso era apenas “disfarce” para envolver a conquista imperialista num manto de nobreza e beneficência, do qual faziam parte o nacionalismo e o patriotismo, bandeiras erguidas simplesmente para justificar e enfatizar a ação militarizada. Afinal, capitalismo, patriotismo e justiça eram inconciliáveis em sua opinião (*ibidem*, p. 338). Patriotismo e nacionalismo não passavam de “insípidos verbalismos” que, segundo ele, representavam sentidos diametralmente opostos nas mentalidades do opressor e do oprimido.

Pátria e nacionalidade valem em formas e em intuítos diametralmente opostos – nas mentalidades reacionárias, de espoliadores, [...] é a *opressão imperialista*, é a política de armamentos, a instigadora da guerra, como é, na vida interna, a justificativa da eterna espoliação e do irreparável parasitismo da classe dirigente. (*ibidem*, pp. 244-245; grifos nossos)

Por isso, a necessária simbiose entre o Estado e a ação imperialista, afinal, estava posta a necessidade da força militarizada, armada, pronta para a conquista externa, autêntica “expressão do *imperialismo implacavelmente dominador*, incorporando a própria existência do Estado” (*ibidem*, p. 245; grifos nossos). Citando a Inglaterra, Bomfim afirma que a única preocupação dessa pátria era a de “enriquecer, dominar, estender-se”. Moral, justiça, direitos e ideais estariam todos subordinados a esse interesse maior e toda “a ciência alegada pelos filósofos do massacre” era puramente uma ciência que havia se adaptado à exploração (BOMFIM, 2008, p. 270).

A saída da condição de subordinação, retornando à metáfora empregada por Bomfim, consistia em desprender-se do parasita, libertar-se dessa força exploradora vinda do exterior, o que somente seria possível a partir de uma verdadeira revolução<sup>11</sup>, que para ele era “possível, indispensável, inadiável e eficaz”, mas que, e aí se destaca o lado historiador do médico Bomfim, atentasse para as peculiaridades históricas e geográficas do país. Isso significava uma mudança profunda, começando pela necessária e radical transformação na educação brasileira, principalmente na instrução das massas. Educação, conceito que, no pensamento de Bomfim, abrangia não apenas o ensino e as escolas, mas as bibliotecas, os teatros, museus, observatórios, escolas técnicas, ensino especial e o superior. Todos acessíveis às massas. Educação com o propósito de caminhar para uma cultura social capaz de gerar afirmação do ânimo nacional, com “preparo inteligente para a massa popular”, a quem a pátria deveria de fato pertencer. Instrução pública que levasse à ampliação da competência da força de trabalho, pois, para ele, “não poderia haver liberdade sem instrução” (BOMFIM, 2013, p. 339).

Além disso, defendeu mudanças estruturais no país, que incluíam a necessidade de um “projeto de reforma das forças da terra” (*ibidem*, p. 160), o qual passava, necessariamente, pela reforma agrária, essencial para garantir a oferta de “terra para os que desejam trabalhá-la” (*ibidem*, p. 339) e da transformação urgente nas relações de trabalho no Brasil. Em outras palavras, uma reforma social radical (op. cit., p. 334), com modificações profundas nos “intuitos e nos processos políticos”, suficientes para forjar um comprometimento maior dos dirigentes e do poder públicos com os reais interesses do povo. Uma mudança que ocorresse por meio de “revoluções completas”, via substituição de programas e processos (*ibidem*, p. 200).

---

<sup>11</sup> Vale destacar que a ideia de revolução em Bomfim se diferencia, em parte, daquela espadada pelos teóricos marxistas do imperialismo, os quais depositavam ênfase nas condições materiais da revolução e na sua tarefa de eliminar as relações capitalistas de produção. Em Bomfim, apesar deste colocar a questão em termos de uma “transformação radical, necessária, inescapável e inadiável”, a revolução recebe um tratamento ideal, a depender de aspectos como o “caráter do povo” e de um pretenso “espírito revolucionário que supostamente faltaria ao povo brasileiro”, portanto, mais próxima da ideia de uma reforma, capaz de provocar uma completa substituição de programas e processos visando modificar as estruturas educacional, política, agrária, tributária, trabalhistas e social do país.

No entanto, reconhece a dificuldade de levar a termo uma revolução nesses moldes, pois entendia faltar ao povo brasileiro, “mais do que nunca, o verdadeiro espírito revolucionário” (BOMFIM, 2008, p. 339). Repetidas vezes alude a tal espírito, cujo sentido remete à organização popular, ao ideal político, à possibilidade concreta de convulsão das massas. Um revolucionário à frente de seu tempo. Uma voz dissonante que clamava contra as forças imperialistas, um alerta sensato contra as forças dos capitais nacional e internacional, uma denúncia contra as elites, os bancos e os cartéis de todo o mundo, um crítico do capitalismo, num momento da história em que a inteligência na América Latina, e especialmente no Brasil, concentrava-se, e contentava-se, em enaltecer o modelo civilizatório europeu, sinônimo positivo de modernidade e progresso econômico.

### **Considerações finais**

No final do século XIX e início do século XX no Brasil, em meio à dominação do pensamento conservador, racial, elitista, pautado no mais puro cientificismo positivista, ressoavam, infrequentemente, contribuições teóricas críticas ao capitalismo, como as que estão manifestas na obra do intelectual sergipano Manoel Bomfim, as quais buscou-se evidenciar ao longo do presente trabalho. A partir da percepção da existência do fenômeno do imperialismo capitalista, esse importante intelectual brasileiro denunciou as intenções das grandes nações civilizadas e industrializadas contra os países da América Latina e, de modo especial, enfatizou o caso brasileiro.

Conforme destacado, apesar de não encerrar uma teoria do imperialismo, os textos escritos por Manoel Bomfim deixaram evidentes a apreensão e a denúncia, bastante originais para sua época, de um violento processo de exploração econômica que se operava em escala mundial e que deixava os países latinos da América numa condição frágil e dependente frente às potências da Europa e aos EUA. As nações outrora colonizadas formalmente tornaram-se, a partir da transformação em repúblicas independentes, reféns de um torvo imperialismo implacavelmente dominador e opressor,

garantido por uma política de armamentos por parte de Estados agressores e instigadores da guerra. A invasão e a conquista justificavam-se em nome da eterna espoliação econômica dessas fracas gentes, a serviço dos interesses de uma burguesia capitalizadora privilegiada que, na opinião de Bomfim, confundia-se como próprio Estado.

Espoliação que, tendo começado como resultado da condição colonial e do parasitismo social daí resultante, prosseguiu após a independência dessas ainda débeis nações sob a forma de uma relação de exploração típica da estabelecida na era do imperialismo capitalista monopolista, ponto em que o pensamento de Bomfim muito se aproxima das teses clássicas do imperialismo. Afinal, como apresentado neste artigo, o pensador brasileiro estabeleceu relações e descreveu aspectos que são caros às formulações teóricas sobre o imperialismo capitalista monopolista presentes em Hobson, Hilferding, Lênin, Bukharin, Luxemburgo, Kautsky e Veblen.

Ademais, Bomfim reconheceu a necessidade de se romper com a condição de subordinação que impedia o completo desenvolvimento desses povos, de “desprender-se do parasita” e libertar-se dessa força exploradora vinda do exterior, o que somente seria possível a partir de uma verdadeira revolução, indispensável e inadiável. Mas percebe também a dificuldade de se levar a termo um processo revolucionário no país, dadas as suas estruturas política, oligárquica, econômica e cultural, historicamente construídas, o que demonstra uma leitura original, autêntica, crítica e radical, que se opunha ao pensamento da inteligência brasileira dominante à época.

Tais ideias, dada a sua originalidade e a ameaça que representavam para a estrutura de classes, foram intencionalmente abafadas e esquecidas em seu tempo, o que perdurou até os anos 1980, quando começaram a ser redescobertas. A pertinência e importância do resgate teórico das teses de Manoel Bomfim e a sua utilização como referencial histórico analítico para os estudos sobre a condição subordinada e dependente da América Latina na economia mundial e o papel do imperialismo nesse cenário são comprovadas pela recorrência das pesquisas em torno da obra desse grande pensador brasileiro.

## Referências

- ADEODATO, João Maurício. “O positivismo culturalista da Escola do Recife”, *Novos Estudos Jurídicos*, n. 2, v. 8, pp. 303-326, mai-ago 2003.
- BARBOSA, Ruy. “Aos entusiastas da amizade americana”. In: PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal-Conselho Editorial, 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1095/661687.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 20/10/2019.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Versão digital: Centro Edelstein de Pesquisas sociais. 2008. Disponível em: [https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomf\\_im-9788599662786.pdf](https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomf_im-9788599662786.pdf). Acesso em: 17/03/2019.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil nação: riqueza da soberania brasileira*, v. II. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 31).
- BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. p. 386; v. I; parte I, 1873 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2450-24-setembro-1873-551003-publicacaooriginal-67086-pl.html>. Acesso em: 20/10/2019.
- \_\_\_\_\_. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, p. 5, v. I, parte I, 1855. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-641-26-junho-1852-558790-publicacaooriginal-80365-pl.html>. Acesso em 10 outubro 2019.
- BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”, *Estudos Avançados*, n. 8, v. 4, pp. 4-18, 1990.
- DANTAS, Gilson. “Manoel Bomfim e os “males de origem” da América Latina: o parasitismo imperialista, parte I”. In: *Esquerda Diário*, 1997. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Manoel-Bomfim-e-os-males-de-origem-da-America-Latina-o-parasitismo-imperialista-parte-I>. Acesso em: 07/08/2019.
- FREITAS, Leopoldo de. “O escritor de ‘a ilusão americana’”. In: PRADO, E. *A ilusão americana*. Versão para e-book. Livraria e Oficina Magalhães, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/ado-beebook/ilusao.pdf>. Acesso em: 05/09/2019.
- GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Recife: Massangana, 2010. Versão digital. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4708.pdf>. Acesso em: 04/08/2019.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HOBSON, John. A. *Imperialism, a study*. Marxist’s Internet Archive, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>. Acesso em: 11/09/2019.
- JUNQUEIRA, Cecília Costa. “Manoel Bomfim, o educador revolucionário”. In: BOMFIM, M. *O Brasil nação: riqueza da soberania brasileira*, v. II, prefácio. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 31).
- LÊNIN, Vladimir Ilyich. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: Unicamp, 2011 (Edição eletrônica).
- LIMA, Oliveira. *Pan-Americanismo* (Monroe-Bolívar-Roosevelt). Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, 1907. Versão digital. Disponível em: <https://sistemas.stf.jus.br/dspace/xmlui/handle/123456789/682>. Acesso em: 28/07/2019.
- KAUTSKY, Karl. “Ultra-imperialism”. In: *Social Democrat*, n. XXVII, jul-dez 1914, Marxist’s Internet Archive, 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em: 10 fevereiro 2020.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- NASCIMENTO, Naira de Almeida. “Rocha Pombo: uma leitura da América na virada do século XX”. In: *Anais do XIII Congresso Internacional da ABRALIC: Internacionalização do Regional*. Julho/2013.

Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/trabalhos/Completo\\_Comunicacao\\_oral\\_idinscrito\\_533\\_a5afe83524994ed6293c1b105ce88b8e.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/trabalhos/Completo_Comunicacao_oral_idinscrito_533_a5afe83524994ed6293c1b105ce88b8e.pdf). Acesso em: 10/12/2019.

PEREIRA, Vinícius Vieira. *A construção da concepção centro e periferia no pensamento econômico: das teses do imperialismo às teorias da dependência*. Vitória: Edufes, 2019.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Rio de Janeiro: Livraria e Oficinas Magalhães, 1917. (versão digital). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ilusao.pdf>. Acesso em: 03/09/2019.

ROMERO, Sílvio. *A América Latina* (Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim). Porto: Livraria Chardron, 1906 (Versão digital). Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25976>. Acesso em: 12/10/2019

SCHWARCZ, Lilian. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, José Maria de Oliveira. “Manoel Bomfim e a ideologia do imperialismo na América Latina”, *Revista de História da FFLCH-USP*, n. 138, pp. 83-92, 1998. Disponível em: <http://MANOEL%20BOMFIM%20E%20A%20IDEOLOGIA%20DOIMPERIALISMO%20NA%20AMÉRICA%20LATINA.pdf>. Acesso em: 25/10/2019.

SUSSEKIND, Flora. “Manuel Bomfim: a América Latina”. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, pp. 607-625.

SUSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto. “Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)”. In: \_\_\_\_\_. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005

VEBLEN, Thorstein. *Absentee ownership and business enterprise in recent times: the case of America*. London: George Allen/Unwin Ltda, 1923. (Versão digital). Disponível em: <https://ia801606.us.archive.org/35/items/AbsenteeOwnershipAndBusinessEnterprise/Absentee%20ownership%20and%20business%20enterprise.pdf>. Acesso em: 04/10/2019.

VINICIUS BRANDÃO

## CRÉDITO CONSIGNADO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DESSA INOVAÇÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Recebido em 14/01/2020

Aprovado em 16/07/2020

# CRÉDITO CONSIGNADO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DESSA INOVAÇÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

## Resumo

A expansão do consumo no Brasil foi um ponto de destaque na primeira década dos anos 2000. As políticas para essa expansão deram-se por intermédio de valorização do salário mínimo, melhora no mercado de trabalho e expansão do crédito. Dentre as modalidades de crédito, houve destaque para o crédito para consumo, sobretudo o crédito consignado. O crédito consignado serviu, em um primeiro momento, para expandir o consumo de uma parcela da população brasileira e contribuiu para o crescimento da economia nacional, contudo, o que se verificou na década seguinte foi uma parcela substancial da população endividada e com parte de sua renda comprometida ao setor bancário. Além de ter uma parte da renda comprometida em favor dos bancos, há um aumento nesses empréstimos para manter o padrão de consumo deteriorado durante a crise, perda na capacidade de expansão do consumo e piora nos indicadores de distribuição de renda.

**Palavras-chave:** crédito consignado; consumo; setor financeiro; crise; economia brasileira.

**Classificação JEL:** E21; E51.

## VINICIUS BRANDÃO

Doutorando em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (FINDE)

E-mail: [v.brandao91@gmail.com](mailto:v.brandao91@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5487-0448>

## **Abstract**

The expansion of consumption in Brazil was a highlight in the first decade of the 2000s. The policies for this expansion were through valuation of the minimum wage, improvement in the labor market and expansion of credit. Among the credit modalities, credit for consumption, especially payroll loans, was highlighted. The payroll loan initially served to expand the consumption of a portion of the Brazilian population and contributed to the growth of the national economy. However, what happened in the following decade was a substantial part of the population indebted and with part of their income committed to the banking sector. In addition to having a share of the income committed in favor of the banks, there are an increase in these loans to maintain the pattern of consumption deteriorated during the crisis, loss in capacity to expand consumption and worsening in income distribution indicators.

**Keywords:** payroll loans; consumption; financial sector; crisis; Brazilian economy.

## I. Introdução

A economia brasileira durante os anos 2000 é tema de análise e debate constante, sobretudo devido ao crescimento econômico e à redução da desigualdade de renda, auferidos durante o Governo Lula (2003-2010). Os determinantes para o sucesso da economia brasileira no período possuem algumas características, como a melhora nos termos de troca no mercado internacional, puxada pela alta dos preços das *commodities* dado o ritmo de expansão acelerado da economia chinesa. Contudo, um dos fatores que atraem atenção para o período é a expansão do consumo como alavanca para o crescimento do PIB brasileiro.

A expansão do consumo no Brasil pode ser compreendida, sobretudo, pela inclusão das classes mais baixas no mercado consumidor. Essa inclusão deu-se devido a alguns fatores, entre os principais: i) a criação do Programa Bolsa-Família ainda em 2003, o qual transferiu renda para a camada da população em situação de extrema pobreza; ii) a valorização do salário mínimo, sobretudo a partir da mudança da regra de reajuste em 2007; iii) redução do desemprego e aumento da formalização do mercado de trabalho e; iv) expansão do crédito para consumo.

Esse último determinante para a expansão do consumo é o foco central da análise a ser realizada por esse artigo<sup>1</sup>, sobretudo em relação ao crédito consignado. Essa modalidade de crédito foi regularizada em 2003 e teve um ciclo de expansão ininterrupto tanto no Governo Lula, com cenário macroeconômico favorável e otimismo em relação ao ritmo da economia, quanto no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), o qual sofreu com desaceleração do crescimento econômico, piora nos termos de troca e desembocou em uma crise econômica.

A análise sobre a modalidade crédito consignado, especificamente, justifica-se dado que essa linha de crédito foi uma inovação criada no mercado

---

<sup>1</sup> Sobre expansão do crédito, vale ressaltar que o foco da análise desse trabalho é o crédito pessoal para consumo, portanto, não se abordará crédito produtivo ou mesmo microcrédito. Sobre a questão do microcrédito, ver Bateman (2010).

de crédito brasileiro a partir da sua regularização pelo Governo Federal. Além disso, essa modalidade de crédito sofreu alta considerável durante o período em questão e foi utilizada para a popularização do crédito no Brasil.

Dado o baixo risco que essa modalidade gera aos bancos credores e, consequentemente, serem cobrados juros reduzidos em comparação ao padrão brasileiro de juros, o crédito consignado foi o mecanismo utilizado para inserir nesse mercado uma parcela da população brasileira que não possuía acesso ao crédito. Além disso, a alta rentabilidade e o baixo risco dessa operação fizeram com que, mesmo em momento de desaceleração da economia brasileira e deflagração da crise, os empréstimos destinados a essa linha de crédito continuassem a subir e aumentassem sua participação no volume total do crédito pessoal.

Esse movimento de elevação do volume de crédito pessoal, sobretudo crédito consignado, levanta questões acerca da sustentabilidade do endividamento contínuo de parte relevante da população, sobretudo a parcela da população que havia tido seu consumo expandido e contribuído para o crescimento da economia brasileira durante a primeira década dos anos 2000. Tais questões apresentam-se tanto no âmbito da estratégia de desenvolvimento econômico adotada, quanto no da manutenção e continuidade da melhora dos índices de desigualdade de renda.

O presente artigo visa analisar quais foram os efeitos da expansão do crédito para consumo no Brasil, com foco no crédito consignado e como esse movimento se encaixa na crise brasileira deflagrada em 2015. Além disso, busca-se apontar como a estratégia adotada durante os Governos Lula e Dilma está inserida nos padrões internacionais de política econômica. Nossa hipótese a partir dessa análise é que a expansão do crédito pessoal no Brasil, em particular com a criação do crédito consignado, não era sustentável para a economia brasileira no longo prazo, dado que o comprometimento de parte da renda da população em favor dos bancos prejudicava o mercado consumidor brasileiro e esse era um *push* importante para o

crescimento<sup>2</sup>. Dessa forma, concluímos que essa política é nociva para o desenvolvimento de longo prazo da economia brasileira, além de contribuir negativamente em relação à crise deflagrada em 2015.

O presente artigo contribui para a literatura com uma melhor compreensão acerca dos efeitos que a política de expansão do crédito consignado, o qual representa a maior parte do crédito pessoal livre no Brasil, obtiveram nesse período da economia brasileira. A melhor compreensão dos efeitos dessa modalidade de crédito colabora para o entendimento de como a política de expansão do crédito para o consumo, e conseqüentemente, de endividamento da população, sobretudo a de baixa renda, impacta o ritmo da economia tanto em momento de crescimento econômico quanto em períodos de recessão.

Além dessa introdução, esse artigo apresenta mais três seções. A segunda seção discorre acerca do papel que o crescimento do consumo teve na expansão do PIB brasileiro durante a primeira década dos anos 2000, apresentando os determinantes que contribuíram para a expansão do consumo no Brasil, com foco na política de fomento ao crédito a partir de 2003. Na terceira seção são apresentados a criação do crédito consignado e seus desdobramentos, revela-se a função que a regulamentação desse tipo de crédito cumpriu na economia brasileira, e analisa-se como se deu o crescimento dessa modalidade de crédito a partir desse período. Na quarta seção, é examinada a relação da expansão do crédito para consumo, sobretudo crédito consignado, com a crise econômica brasileira durante o Governo Dilma. Por fim, apresentamos a conclusão.

---

<sup>2</sup> Sobre o papel do consumo no crescimento econômico brasileiro, ver Silva (2016), Lara (2015) e Serrano e Summa (2012).

## 2. O papel do consumo no crescimento da economia brasileira nos anos 2000

Durante a primeira década dos anos 2000, a economia brasileira experimentou crescimento expressivo do PIB atrelado a uma melhora nos indicadores de distribuição de renda, fator singular na economia brasileira. Esse movimento de crescimento verificou-se, sobretudo, durante os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, período no qual o PIB brasileiro cresceu em média 4,07% a.a., bem acima dos 2,43% a.a., a média do seu antecessor<sup>3</sup>. Acerca do crescimento econômico durante o período, destaca-se o papel da expansão do consumo na estratégia de desenvolvimento adotada, principalmente a partir de 2005. Ressalta-se ainda que a política macroeconômica do governo anterior foi mantida durante o Governo Lula, principalmente no que tange ao tripé macroeconômico. Dessa forma, além da melhora em relação ao crescimento econômico, o Brasil praticou taxas de inflação dentro da meta estipulada, bem como teve sucessivos superávits primários.

Além do papel essencial do consumo, pode-se elencar ainda mais duas variáveis que contribuíram de forma destacada para os índices de crescimento alcançados: a melhora no setor externo e o aumento do investimento público. O cenário externo é um dos fatores que explicam o crescimento do PIB, principalmente nos primeiros anos do Governo Lula, devido ao *boom* de exportações de *commodities* e à elevação do preço das mesmas no mercado internacional. Todavia, apesar da influência do cenário externo no crescimento econômico, é a partir de 2005, com uma política mais ativa no âmbito interno, que se verifica um crescimento mais robusto da economia brasileira. Essa política mais ativa é relacionada a uma política fiscal expansionista por parte do governo central, com aumento dos investimentos públicos, o qual, no período anterior, chegou a cair para 0,3% do PIB em 2003 (SERRANO & SUMMA, 2012).

No período no qual se verifica um aumento dos investimentos, pode-se observar também uma política mais ativa do governo federal no que tange

<sup>3</sup> Dados consultados no IBGE – Contas nacionais.

à expansão do consumo no Brasil. Contudo, é importante ressaltar que medidas iniciais já haviam sido tomadas a partir de 2003, que possuem impacto relevante no mercado consumidor. Dentre elas a criação do programa bolsa-família, o qual consiste, em linhas gerais, em um programa de transferência de renda para famílias em condição de extrema pobreza. O foco central desse programa é a redução da extrema pobreza, todavia, é um programa que cumpre papel importante também para inclusão de uma parcela substancial da população brasileira no mercado consumidor, parcela essa que estava até então alijada desse mercado.

A criação do bolsa-família, sem dúvidas, exerceu papel importante para reduzir o número de famílias em condição de extrema pobreza, além de elevar o consumo. Ademais desse programa, a expansão do mercado consumidor brasileiro obteve outras três grandes variáveis que merecem destaque: valorização do salário mínimo, queda na taxa de desemprego com aumento da formalidade no mercado de trabalho e, por último, porém não menos importante, a expansão do crédito.

O salário mínimo brasileiro começa a ter um aumento relevante a partir de 2007, com a adoção de nova fórmula para o seu reajuste, baseada na inflação do ano anterior e o crescimento do PIB verificado dois anos antes. A nova fórmula adotada fez com que o salário mínimo real crescesse bem acima da inflação – durante o período entre 2003 e 2010, a inflação acumulada no período foi de 46,31%, ao passo que o salário mínimo cresceu 112,5%<sup>4</sup>. Além da elevação geral do salário mínimo com relação à inflação, verificou-se também que o salário mínimo nominal cresceu acima dos principais componentes da inflação, como vestuário e equipamentos domésticos, além do preço dos alimentos ter crescido na média. Essa dinâmica de elevação do salário mínimo contribuiu para elevação do consumo das famílias mais pobres (DEDECCA, 2015; KERSTENETZKY, 2012; 2016). O salário mínimo possui forte impacto

---

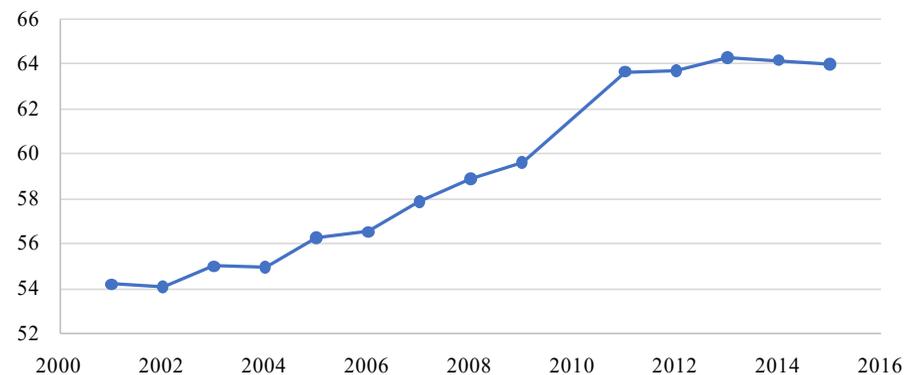
<sup>4</sup> O aumento substancial do salário mínimo a partir da nova fórmula implementada em 2007 fez com que apenas após esse ano o nível do salário mínimo no Brasil se aproximasse ao verificado no período imediatamente anterior ao início da ditadura militar em 1964 (CARVALHO & RUGITSKY, 2015).

na expansão do consumo em esfera nacional, dado que cerca de 50 milhões de pessoas são diretamente beneficiadas com esse aumento, além de considerar outra parcela importante da população que possui o reajuste salarial referenciado na variação do salário mínimo (SILVA, 2016).

A valorização real do salário mínimo ainda tem forte potencial na questão da distribuição de renda. Verificou-se no período que houve diminuição na proporção entre salário médio e salário mínimo, devido, sobretudo, aos sucessivos aumentos reais do último (CARVALHO & RUGITSKY, 2015). Além disso, dado que exerce um forte impacto sobre a massa salarial como um todo, os aumentos no salário mínimo serviram para aumentar a participação dos salários em termos percentuais no PIB brasileiro (SILVA, 2016).

Além da política de valorização do salário mínimo, observou-se também uma recuperação significativa do mercado de trabalho no Brasil durante esse período, seja pela redução do nível de desemprego, sobretudo a partir de 2006, seja também pelo aumento da formalização do mercado de trabalho. Como é possível ver no gráfico 1, entre 2001 e 2011 a taxa de pessoas empregadas com carteira assinada passa de 54,1% para 63,6%. A melhora no mercado de trabalho – sobretudo em relação às faixas salariais mais baixas – que representou não só o aumento do emprego, mas também da renda auferida por essas camadas, foi importante para aquecer o consumo interno no Brasil.

**Gráfico 1. Pessoas com carteira de trabalho assinada no total de empregados (em %)**



Fonte: IBGE – Contas Nacionais. Elaboração própria.

A melhora no mercado de trabalho, por si só, justifica-se como uma das razões para um incremento do mercado consumidor brasileiro, todavia, essa melhora implica em outros fatores que contribuem para esse processo. Em relação ao aumento da confiança do consumidor, por exemplo, dado que o risco do desemprego se torna mais remoto, o trabalhador é mais propenso a consumir bens supérfluos, como restaurantes e viagens, bem como se sente mais confortável em realizar compras de bens duráveis a prazo. Além disso, a formalização do mercado de trabalho inclui a cessão de benefícios como FGTS, seguro-desemprego, multa por rescisão contratual e afins, os quais antes não alcançavam parcela relevante da população, a qual tinha que se submeter ao mercado de trabalho informal. Além disso, a formalização do mercado de trabalho, atrelado a outros fatores que serão mais bem explicitados a seguir, contribui para facilitar o acesso ao crédito junto às instituições financeiras.

## **2.1. Fomento ao crédito**

A expansão do crédito pessoal pelo setor bancário em detrimento do crédito produtivo é um movimento que se verificou em países variados do mundo – em um primeiro momento, nos Estados Unidos durante os anos 1970, e logo após em outras economias desenvolvidas (com exceção, a ser destacada, de Alemanha e Japão). Após esse movimento dos países desenvolvidos, verificou-se movimento similar em países de renda média, como Brasil e México, sobretudo a partir da abertura econômica durante as décadas de 1980 e 1990<sup>5</sup> (DOS SANTOS, 2012).

A utilização do mercado de crédito como um dos mecanismos para alavancar o consumo e, conseqüentemente, o crescimento no Brasil, durante a primeira década do século XXI, possui algumas especificidades no que tange às medidas tomadas para que as instituições financeiras, sobretudo privadas,

---

<sup>5</sup> No caso mexicano, o aumento do crédito pessoal deu-se por intermédio dos bancos estrangeiros, que se tornaram majoritários após o movimento de desnacionalização do setor bancário mexicano entre as décadas de 1980 e 1990. Sobre a abertura econômica de Brasil e México, ver Brandão (2018).

iniciassem um movimento de abertura de linhas de crédito para clientes de renda mais baixa. Nesse sentido, foram tomadas duas ações ainda nos primeiros anos do Governo Lula: a criação do crédito consignado – uma inovação financeira à época – e a nova lei de falências. Ambas foram essenciais para a política de crédito no período.

As medidas adotadas visavam garantir uma maior segurança aos bancos na cessão de crédito, no caso do crédito consignado, o qual diz respeito ao crédito para pessoa física, por essa ser uma modalidade na qual o desconto das parcelas era feito diretamente na folha de pagamento. No que tange à nova lei de falências, essa passa a limitar o pagamento de dívidas trabalhistas da empresa falida e sobrepõe o crédito segurado ao crédito fiscal<sup>6</sup>. Dessa forma as instituições financeiras teriam maior segurança para realizar empréstimos para pessoa jurídica.

Além do crédito consignado e da nova lei de falências, a queda na taxa Selic também cumpriu papel primordial nesse processo, após experimentar taxas ainda mais elevadas durante a década anterior, as quais chegaram a alcançar a casa dos 80% ao ano. A taxa básica de juros no Brasil entrou em uma trajetória descendente nesse período, todavia, mesmo com as sucessivas reduções nos juros, a taxa brasileira continuou sendo uma das maiores taxas de juros praticadas no mundo. As instituições financeiras, que antes priorizavam as aplicações em títulos públicos, com a redução sucessiva da taxa Selic, passam reestruturar sua carteira de ativos, priorizando o mercado de crédito (PRATES & BIANCARELLI, 2009).

Dessa forma, o crédito passou a ser um componente importante não apenas para inclusão da sociedade brasileira no mercado consumidor, mas também na estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo brasileiro no período. A taxa de variação do consumo das famílias cresce a taxas crescentes entre os anos de 2003 e 2008, e sofre uma queda apenas no ano de 2009, após a deflagração da crise do *subprime*; mesmo assim, a variação na taxa

---

<sup>6</sup> A antiga lei de falências de 1945 priorizava o pagamento de dívidas trabalhistas e fiscais e as demais dívidas da empresa falida eram deixadas em terceiro plano (MORA, 2014).

de crescimento do consumo nesse ano é positiva (SILVA, 2016). Sobre essa estratégia de desenvolvimento com incremento de consumo, pode-se inclusive afirmar que o Brasil, nesse período, vivenciou uma fase de crescimento *wage-led*<sup>7</sup>, dadas a participação do consumo das famílias no crescimento do PIB e essa expansão do consumo como indutor de investimento, sobretudo durante o segundo mandato de Lula na presidência do Brasil (SERRANO & SUMMA, 2012; SILVA, 2016).

Dada a importância dessa variável para a economia brasileira, os bancos públicos passam a ser utilizados para aquecer o mercado de crédito nacional. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, ao longo da década, aumentaram sua participação no mercado de crédito. Todavia, a partir da crise de 2008 esse movimento é intensificado – no caso da Caixa, com o crédito imobiliário, e no caso do Banco do Brasil, com o crédito pessoal, o qual incluía tanto aumento na cessão de crédito consignado como também para arrendamento mercantil (MORA, 2014).

Portanto, mesmo com uma taxa consistente de crescimento do PIB durante o período 2003-2010, a participação do consumo das famílias no PIB manteve-se próximo dos 60%, como é possível verificar na tabela. Esse ponto exemplifica o papel que o consumo das famílias exerceu para fomentar a trajetória de crescimento que o Brasil vivenciou no período em questão. Compreende-se que os dois primeiros impulsos analisados para que houvesse esse aumento do consumo das famílias – aumento do salário mínimo e redução do desemprego – são fatores estáveis e consistentes para uma estratégia de crescimento de longo prazo. Com esses fatores houve uma melhora na renda das classes mais baixas, o que gera uma inclusão maior no mercado consumidor de parte relevante da população, ao passo que essa entrada tende a favorecer o setor produtivo local<sup>8</sup>, dado que a expectativa de elevação da demanda com a expansão do mercado consumidor aumenta.

---

<sup>7</sup> Sobre a questão dos regimes de crescimento *profit-led* e *wage-led*, ver Bhaduri e Marglin (1990).

<sup>8</sup> Vale ressaltar que, apesar do aumento da demanda interna tender a favorecer o setor produtivo local, houve nesse período também um aumento do consumo de bens importados, dada a valorização do dólar que se verificou no período (BRESSER-PEREIRA, 2012; PAULANI, 2013)

**Tabela 1. Componentes do PIB pela ótica da despesa (em % do PIB)**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa de consumo das famílias	60,25	58,61	58,83	58,59	58,29	58,20	60,36	58,64	58,80	59,90	60,28	61,52	62,51	62,82
Despesas de consumo das instituições sem fins de lucro e serviços das famílias	1,60	1,60	1,67	1,85	1,59	1,53	1,60	1,58	1,47	1,51	1,44	1,44	1,46	1,42
Despesas de consumo do governo	19,08	18,47	18,89	19,04	18,94	18,84	19,65	19,02	18,67	18,53	18,89	19,15	19,78	20,39
Formação bruta de capital fixo	16,60	17,32	17,06	17,21	18,00	19,39	19,10	20,53	20,61	20,72	20,91	19,87	17,84	15,53
Variação de estoque	0,25	0,59	0,15	0,61	1,82	2,23	-0,31	1,27	1,22	0,70	0,78	0,68	-0,42	-0,55
Exportação de bens e serviços	15,18	16,55	15,24	14,37	13,33	13,53	10,85	10,87	11,58	11,88	11,74	11,01	12,90	12,47
Importação de bens e serviços (-)	-12,96	-13,13	-11,84	-11,67	-11,96	-13,72	-11,25	-11,91	-12,35	-13,24	-14,04	-13,67	-14,05	-12,07

Fonte: IBGE – Contas nacionais. Elaboração própria.

Todavia, é importante atentar para a participação do crédito nesse período, visto a relevância que a expansão do crédito obteve nesse processo. Diferente da valorização salarial e do emprego, o crédito possui um caráter mais instável, dado que, com o aumento do endividamento da população, essa fica com parte de sua renda comprometida em favor das instituições financeiras. Esse fator afeta diretamente as camadas de mais baixas rendas da sociedade brasileira, uma vez que para adentrar o mercado de consumo, sobretudo no mercado de consumo de bens duráveis, tendem a entrar no mercado de crédito (FERREIRA & LIMA, 2014).

Durante a primeira década dos anos 2000, o endividamento das famílias aumentou na população brasileira de forma geral, e apesar da classe E ser a

única com uma queda na parcela da população endividada, essa foi a mais afetada pelo aumento do endividamento no período (PAIVA *et alii*, 2016). A elevação do endividamento pode gerar consequências negativas, tanto na questão da manutenção do crescimento econômico do país como também em relação à distribuição de renda. Em relação ao crescimento econômico, o endividamento da população e, conseqüentemente, o comprometimento de parte de sua renda, em um momento de recessão como ocorreu na década seguinte, a tendência é que haja dois movimentos com potenciais nocivos para a economia como um todo: um aumento ainda maior do endividamento das famílias para manter o padrão de consumo e/ou uma redução drástica dos níveis de consumo das famílias. Sendo assim, a elevação do crédito pessoal, o qual costuma ser mais acessado pela população de baixa renda, tende a ser um ponto de atenção para o desenvolvimento de uma economia com forte participação do mercado consumidor como a brasileira.

### **3. Crédito consignado: alta rentabilidade para os credores e longas dívidas para os tomadores**

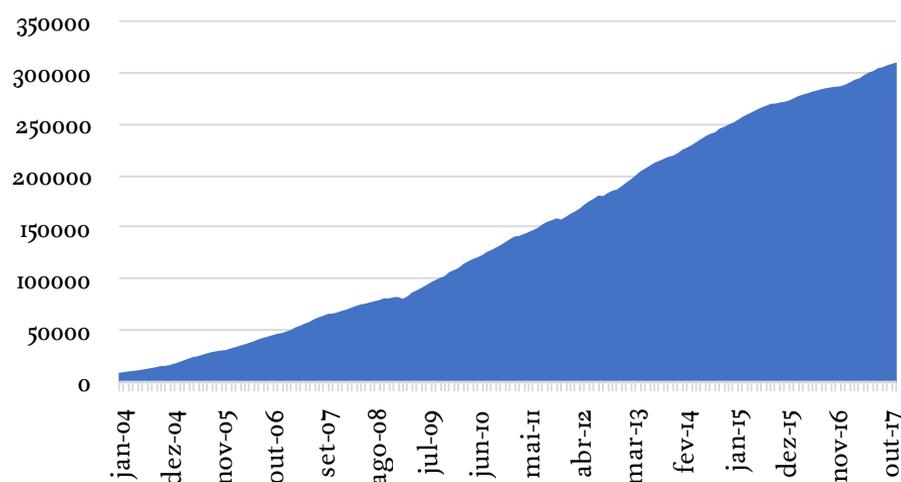
Dentre as modalidades de crédito praticadas no Brasil, uma ganhou destaque durante o Governo Lula: o crédito consignado. O crédito consignado foi instituído no Brasil pela Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, uma inovação financeira à época<sup>9</sup> (PRATES & BIANCARELLI, 2009). O crédito consignado consiste em uma categoria de crédito na qual instituições financeiras realizam convênios com entidades públicas e empresas privadas com a finalidade de ceder empréstimos para seus funcionários ou beneficiários mediante desconto em folha de pagamento das parcelas referentes ao empréstimo cedido (CINTRA, 2006). O crédito consignado também passou a abarcar os aposentados a partir de 2004 – nesse caso, os descontos eram feitos diretamente em folha junto ao INSS.

---

<sup>9</sup> Apesar de o crédito consignado ser previsto em caráter jurídico desde 1946, é apenas com a lei de 2003 que essa modalidade de crédito foi regulamentada (OLIVEIRA & WOLF, 2016).

A regulamentação do crédito consignado tinha como grande objetivo popularizar o mercado de crédito no Brasil, visto que, a partir da regulamentação dessa modalidade de crédito, o risco dos bancos para cessão de crédito reduzia-se de forma drástica. Em suma, o risco de inadimplência para os bancos nessa modalidade é muito baixo, dado que o pagamento das parcelas não é uma decisão do cliente e sim uma cobrança compulsória. Além da cobrança compulsória, a maior parte dos empréstimos consignados é direcionada a servidores públicos e aposentados e pensionistas que recebem via INSS, ou seja, são indivíduos com renda previsível, fator que diminui ainda mais os riscos para os bancos. Dessa forma, o crédito consignado tornou-se uma das linhas de crédito mais seguras para as instituições financeiras e com as taxas mais baixas no mercado, o que levou a uma popularização do crédito e colaborou para a bancarização de pessoas de baixíssima renda<sup>10</sup> (SINGER, 2009).

**Gráfico 2. Saldo total das operações de crédito consignado (em milhões de R\$)**

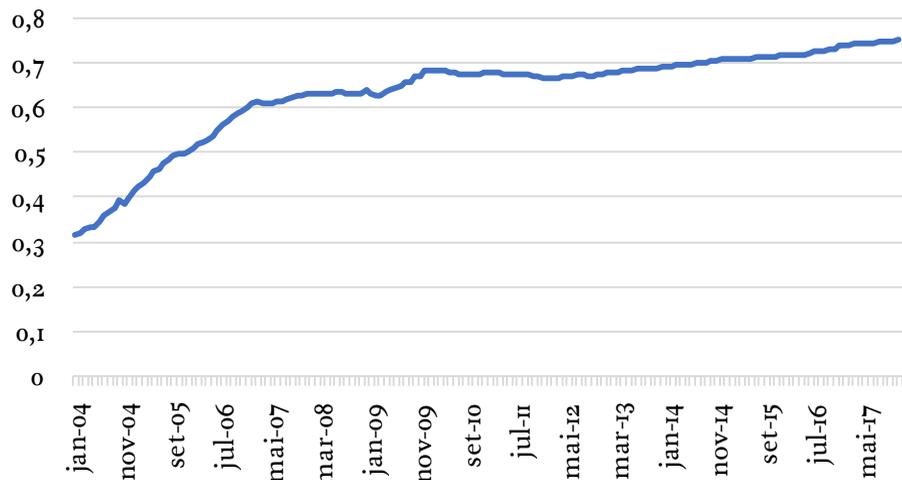


Fonte: IBGE – Contas Nacionais. Elaboração própria.

<sup>10</sup> Sobre a bancarização da população em situação de pobreza, importante ressaltar que o Programa Bolsa Família também cumpriu papel central nesse processo, dado que o benefício era recebido via Caixa Econômica Federal.

A partir de 2004, verifica-se uma alta vertiginosa no saldo das operações de crédito consignado. Como é possível verificar no gráfico 2, em janeiro de 2004 o saldo dessas operações não ultrapassava os R\$ 10 bilhões, ao passo que em dezembro de 2006 essas cifras já chegavam perto dos R\$ 50 bilhões. Nesse mesmo período, há também um aumento substancial na participação do crédito consignado no montante total do crédito pessoal – o percentual dessa modalidade de crédito passa de cerca de 30% para 60% em três anos, como é possível verificar no gráfico 3.

**Gráfico 3. Participação do crédito consignado no crédito pessoal total (em %)**



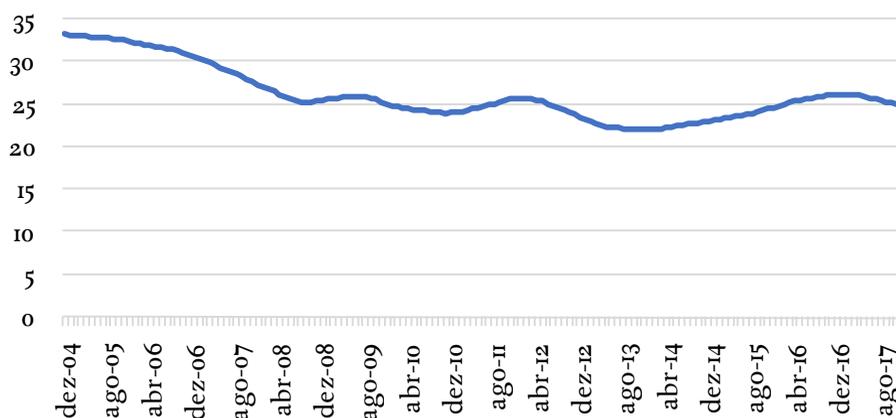
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria

Essa trajetória de maior cessão de crédito consignado apresenta uma opção das instituições financeiras em dar ênfase a esse produto. A partir de 2004 o crédito pessoal como um todo experimenta uma alta considerável no saldo total. Dessa forma, o aumento da participação do crédito consignado dentro desse movimento de alta do crédito pessoal exemplifica que essa modalidade específica de crédito liderou o aumento de crédito pessoal.

Além da segurança gerada aos bancos pelo fato do desconto das parcelas dar-se diretamente na folha de pagamento, o crédito consignado é uma modalidade lucrativa aos bancos. Apesar de ser uma das linhas de crédito mais baratas do mercado, a taxa anualizada desse tipo de crédito continua sendo

alta. Como é possível ver no gráfico 4, a taxa de juros anualizada desse crédito começou em torno de 30% nos primeiros anos do Governo Lula e com a queda na taxa Selic sofreu algumas reduções, mas em nenhum momento esteve abaixo dos 20%, mesmo em períodos nos quais a taxa básica de juros esteve em um dígito<sup>11</sup>.

**Gráfico 4. Taxa média de juros de crédito consignado anualizada (em %)**



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Contribuiu também para a expansão do volume de empréstimos consignados o fato de, ao longo dos anos, o governo flexibilizar as regras em relação ao prazo para pagamento desses empréstimos – após a crise de 2008 os servidores públicos passaram a poder estender o pagamento dos empréstimos contraídos para até oito anos, e os aposentados e pensionistas podiam realizar os pagamentos em até seis anos, enquanto na regra anterior ambas as categorias podiam realizar os pagamentos em até cinco anos (OLIVEIRA & WOLF, 2016). Essas medidas colaboraram para que as parcelas a serem pagas fossem menores e, dessa forma, o valor da parcela não ultrapassasse o teto permitido pela legislação, o qual era um percentual da renda do tomador do empréstimo.

<sup>11</sup> Durante os Governos Lula e Dilma, a taxa básica de juros brasileira esteve na casa de um dígito entre junho de 2009 e junho de 2010 e também entre março de 2012 e novembro de 2013.

Vale ressaltar que os *spreads* dos bancos com operações de crédito diminuíram a partir de 2003, todavia, essa diminuição dos *spreads* foi compensada pelo aumento vultoso das operações realizadas. Os *spreads* mais baixos dessas operações em relação a outras operações de crédito fizeram com que, no início desse ciclo, os principais ofertantes dessa modalidade de crédito fossem bancos de médio e pequeno porte. Entretanto, com o sucesso desse tipo de operação, os bancos maiores não demoraram a realizar operações de crédito consignado e a partir do final da década já eram os principais ofertantes desse tipo de crédito. Além disso, os grandes bancos passaram a assumir as carteiras originadas dos bancos menores, pois avistaram uma possibilidade de aumentar a captação de recursos e expandir suas carteiras (*ibidem*).

Os *spreads* menores em relação a outras operações de crédito eram compensados pela segurança da operação. Esse fator justifica o maior foco dos bancos no mercado de crédito, sobretudo crédito pessoal consignado, em detrimento da aplicação em títulos da dívida pública<sup>12</sup>. Apesar da taxa Selic ter se mantido em patamares altos quando comparada com as taxas de juros dos demais países, houve uma trajetória de queda dessa taxa durante o Governo Lula. Sendo assim, os bancos depararam-se com uma operação de baixíssimo risco e ainda mais rentável que as aplicações vinculadas à Selic.

O fato desse tipo de crédito ser um dos mais baratos do mercado e em geral os anúncios para venda dessa linha de crédito serem feitos apenas com a taxa mensal, há uma tendência a não ficar aparente que essa linha de crédito ainda constitui uma taxa de juros alta e, conseqüentemente, exerce peso no orçamento das famílias que o contraem. No caso dos empréstimos destinados a aposentados e pensionistas do INSS, os quais são o segundo maior peso nessa modalidade de empréstimo, atrás apenas dos servidores públicos, no ano de 2011 os beneficiários do INSS que recebiam

---

<sup>12</sup> Ressalta-se que o crédito para pessoa jurídica também teve uma elevação substancial, principalmente a partir de 2007/2008. Tal movimento decorreu principalmente da Nova Lei de Falências em 2005 e do uso de derivativos cambiais nas operações de crédito – ambos os elementos serviram para prover maior segurança aos bancos (MORA, 2014).

apenas um salário mínimo respondiam por 57,5% dos empréstimos consignados dessa categoria, contraindo um empréstimo médio de R\$ 1.212,63 (FERREIRA & LIMA, 2014).

A despeito do movimento de alta dessa operação de crédito, o poder público teve papel importante nesse processo, dado que a popularização do acesso ao crédito era uma das principais políticas do Governo Lula. Além de regularizar as operações de crédito consignado, os bancos públicos passaram a ter papel mais ativo nessa modalidade de crédito a partir da crise de 2008. Com o objetivo de evitar uma queda acentuada na cessão de crédito consignado, tanto Banco do Brasil como a Caixa Econômica Federal aumentaram sua participação nesse mercado (MORA, 2014).

Apesar dos juros relacionados a esse tipo de crédito serem reduzidos e possuírem pouca variação, o aumento da participação dos bancos públicos nessa modalidade também serviu para balizar o patamar dos juros aplicados em um nível baixo e não haver uma alta nas taxas mediante um cenário de maior aversão ao risco por parte do setor financeiro<sup>13</sup>. Dessa forma, o governo, por intermédio dos bancos públicos, conseguiu manter o ritmo dessa operação de crédito e, conseqüentemente, evitar naquele momento uma queda no consumo em geral.

O crédito consignado, em tese, não possui muito espaço para crescimento dado a linha de atuação dos bancos, a qual, por maior segurança, prioriza servidores públicos e beneficiários do INSS, os quais possuem um número limitado de possíveis tomadores de crédito. Todavia, o que se verificou no decorrer dos anos foi um crescimento contínuo e expressivo dessa modalidade de crédito durante a década seguinte. Como é possível verificar nos gráficos 2 e 3, o crédito consignado cresceu tanto em volume financeiro como também no percentual de participação do volume total de crédito pessoal, chegando a 75%.

---

<sup>13</sup> No caso dos empréstimos consignados destinados a beneficiários do INSS, a taxa de juros é tabelada desde 2013, quando o INSS determinou a taxa máxima a ser cobrada (OLIVEIRA & WOLF, 2016).

Tal movimento de alta contínua do crédito consignado apresenta que essa linha de crédito ainda não alcançou seu limite de atuação mesmo com número mais restrito de possíveis tomadores de crédito. Além disso, essa alta pode ser compreendida também como um dos reflexos da crise econômica enfrentada pelo Brasil desde 2015.

#### **4. Relação entre o crédito consignado e a crise econômica**

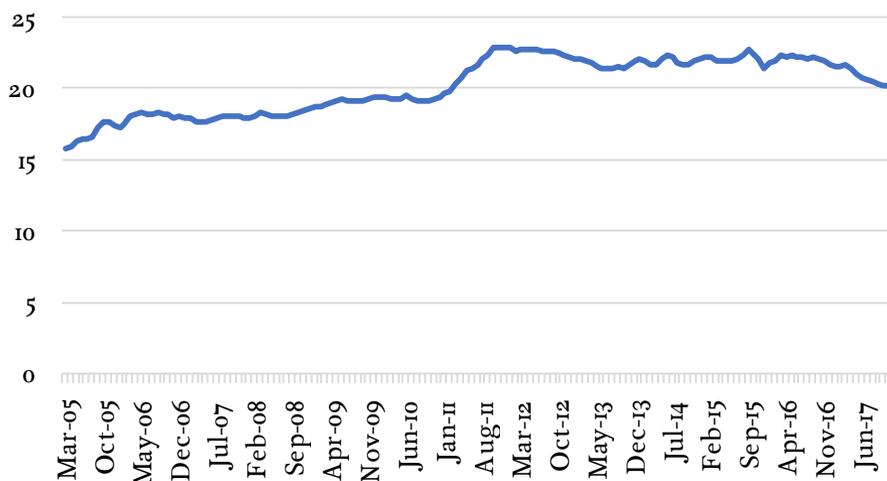
O crédito consignado foi intensificado a partir do Governo Lula e no período seguinte a expansão dessa linha de crédito teve continuidade. Um ponto a ser ressaltado sobre os dois períodos é a diferença do cenário macroeconômico e da economia brasileira em geral. Durante o *boom* dos empréstimos consignados ao longo do Governo Lula havia um otimismo em relação ao cenário macroeconômico, mercado de trabalho e aumento da renda. Todavia, é importante observar que o cenário macroeconômico e o otimismo da população sofreram uma mudança no decorrer dos anos. Durante o Governo Dilma, sobretudo a partir de 2014, há uma piora substancial nos termos de troca no mercado internacional, o qual era um dos fatores que beneficiaram a economia brasileira durante a gestão anterior (BIANCARELLI *et alii*, 2017). Além disso, a partir de 2015 o mercado de trabalho passa a sofrer com sucessivos aumentos na taxa de desemprego.

Dessa forma, é possível inferir que o crédito consignado é um produto bancário que possui potencial de alta tanto nos ciclos de expansão da economia quanto nos ciclos de recessão. Contudo, é mister observar que os efeitos dessa elevação constante no volume de crédito consignado podem ter implicações negativas na economia como um todo, sobretudo no médio e longo prazo, e principalmente em momentos de recessão econômica.

Observou-se que em um primeiro momento de otimismo dos agentes e de expansão da economia local, o crédito consignado serviu como mecanismo para incrementar o consumo e dada a dinâmica da economia brasileira do período, isso contribuiu inclusive para o crescimento do produto nacional.

Contudo, por mais que nesse momento de expansão haja efeitos positivos dessa política de crédito, esse mesmo gerador de efeitos positivos no presente pode afetar o período seguinte. Dados os longos prazos desse tipo de empréstimo, os tomadores de crédito consignado acabam por ficar durante um longo período com parte da sua renda comprometida em favor das instituições financeiras. Como se pode verificar no gráfico 5, desde 2005 o comprometimento da renda das famílias com serviços da dívida esteve ao menos na casa dos 17%.

**Gráfico 5. Comprometimento da renda das famílias com serviços da dívida (em %)**



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Sobre o comprometimento da renda em favor dos bancos devido à aquisição de crédito pessoal, Dos Santos (2012) afirma que esse movimento é uma espécie de expropriação nos moldes neoliberais, dado que o pagamento desses empréstimos é realizado por rendas geradas independentemente do empréstimo que foi tomado. Além desse fator, Carvalho e Rugitsky (2015) apontam que esses fluxos destinados de forma contínua aos bancos têm um caráter regressivo do ponto de vista da distribuição de renda, dado que o pagamento contínuo de juros tende a deixar os devedores mais pobres que os credores.

O momento de cessão do empréstimo e da rolagem pode até gerar um pico de consumo, contudo, esse movimento significa um longo período no qual o potencial consumo dessa parcela da população é revertido em renda para o setor bancário. Essa movimentação caminha na contramão de um dos principais *push* do crescimento econômico no Brasil durante a década anterior, visto que uma parcela relevante da renda de uma parte da população que tende a consumir a maior parte dos seus rendimentos fica comprometida com o setor financeiro<sup>14</sup>. Sendo assim, o comprometimento da renda das famílias acaba por reduzir o consumo ou, no mínimo, impedir seu aumento e, conseqüentemente, reduzir o efeito multiplicador gerado por essa variável.

Portanto, o que se verifica ao longo dos anos que seguem é uma diminuição do crescimento do consumo. Esse ciclo de redução do crescimento do consumo e a falta de perspectiva de melhora por parte dos investidores devem ter contribuído para uma queda nos investimentos e da sua contribuição para o crescimento da economia. Nem mesmo os estímulos tributários criados pelo governo Dilma, sobretudo para o setor industrial, conseguiram reverter a queda nos investimentos durante esse período.

Além de prejudicar o crescimento do consumo, outro problema decorrente da política de incentivo ao crédito é o endividamento para manter o padrão de consumo. Dada a piora das condições gerais e a cultura do consumismo<sup>15</sup>, decorrente da lógica capitalista geral mais aguçada no Brasil durante o período anterior, há um movimento de endividamento para não reduzir os padrões alcançados durante a fase de ascensão da economia brasileira. A inclusão de uma parcela relevante da população brasileira antes excluída desse mercado consumidor foi essencial para o crescimento, contudo, a inclusão social via consumo é instável, dado que depende dos ciclos econômicos.

Em geral, com a piora dos níveis de renda e emprego, é comum as instituições financeiras reduzirem as linhas de crédito pessoal e elevarem os juros, dado o

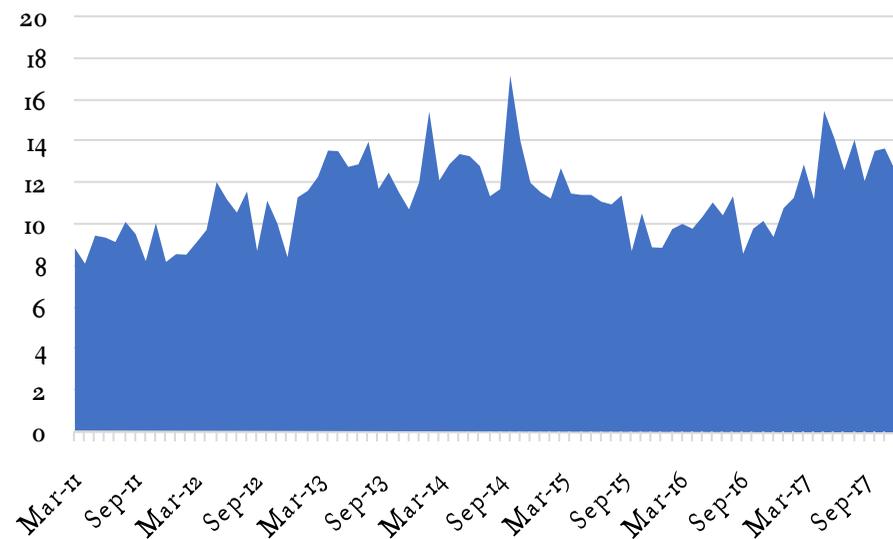
---

<sup>14</sup> Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2009 realizada pelo IBGE, a propensão a consumir do grupo de renda mais baixa é maior que 100% da renda total recebida.

<sup>15</sup> Galbraith (1974) argumenta em relação à criação de necessidades para o consumo, na qual uma sociedade afluenta aumenta suas necessidades baseada nos desejos engendrados pelo mercado.

aumento do risco de inadimplência. Todavia, no caso do crédito consignado, esse risco continua baixo. Dessa forma, essa linha de crédito acaba sendo, inclusive, uma alternativa aos bancos para manter seus rendimentos durante a recessão. Essa especificidade do crédito consignado explica, ademais, o aumento da participação desse no volume total de crédito pessoal com o agravamento da crise, ou seja, as instituições financeiras fizeram a opção pela carteira com menor risco. Como é possível verificar no gráfico 6, a concessão de empréstimo consignado não diminuiu no período de recessão econômica.

**Gráfico 6. Concessões de crédito consignado (em milhões de R\$)**



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O encadeamento de fatores na economia brasileira apresenta uma instabilidade em uma política de aumento do consumo pelo fomento ao crédito pessoal, o qual tem o crédito consignado como seu principal destaque. A crise brasileira agravada a partir de 2015 sem dúvidas não pode ser explicada apenas pelo aumento vertiginoso do crédito consignado, muito menos se pode elencar essa modalidade de crédito como o principal gerador da recessão brasileira. Entretanto, essa política contribuiu para a incapacidade de reagir a um cenário adverso, bem como explicitou uma estratégia de desenvolvimento dominada pelo setor financeiro.

Visto o tamanho do mercado consumidor brasileiro, é muito difícil que o Brasil apresente um ciclo de crescimento econômico sem a contribuição do consumo das famílias (LARA, 2015). Dessa forma, em um momento de queda no ritmo da economia agravada pela piora no cenário externo, seria natural um movimento por parte do governo de recorrer ao aumento do consumo. Uma medida desse tipo seria importante também para arrefecer a queda no investimento privado. Contudo, parte desse potencial consumo já estava comprometido pelas dívidas contraídas no período anterior, bem como há uma piora relevante no mercado de trabalho. Sobre mercado de trabalho, não se verificaram políticas efetivas para geração e manutenção dos empregos<sup>16</sup>, também não se verificou aumento das políticas de proteção à renda dos trabalhadores, ações que poderiam minimizar os efeitos da crise econômica.

Esse movimento de aumento irrestrito das políticas de crédito exemplifica o forte caráter financeirizado da estratégia de desenvolvimento durante os Governos Lula e Dilma. O fomento ao consumo financeirizado apresenta-se, em um primeiro momento, como a solução para alavancar o consumo de uma parcela da sociedade sem acesso a determinados bens, contribui para o crescimento da economia, mas também visa garantir rentabilidade expressiva para o setor financeiro. Essa política se reproduz em outras esferas de consumo, como crédito automobilístico e, inclusive, para áreas sociais, como a expansão do crédito estudantil, por intermédio do FIES, para acesso ao ensino superior privado<sup>17</sup>.

O movimento de endividamento para manutenção do padrão de consumo ou ainda para o consumo de bens sociais como educação e saúde não é uma especificidade brasileira – movimento similar pode ser observado na economia estadunidense, sobretudo a partir da década de 1990, tendo seu pico

---

<sup>16</sup> As isenções tributárias concedidas pelo Governo Dilma desde 2011, e intensificadas a partir de 2013, podem ser consideradas uma política para tentar reduzir as taxas de desemprego, todavia, não foi esse o efeito que se verificou.

<sup>17</sup> Acerca da financeirização das políticas sociais no Brasil, sobretudo na área da educação, ver Lavinás (2017) e Lavinás et alii (2017).

durante a crise de 2008 (DOS SANTOS, 2012). Pode-se observar, portanto, que o movimento realizado no Brasil de incentivo ao crédito não está dissociado de um padrão global de operações financeiras, o qual se manifesta de forma diferente em cada região do mundo; todavia, na imensa maioria dos casos observados, verifica-se uma política voltada para alavancar os rendimentos do setor financeiro.

A política de incentivo ao consumo em um ciclo de alta da economia tende a agradar a ambas as camadas da sociedade, dado que há espaço para aumentar os rendimentos auferidos por todos. Contudo, vale destacar que, apesar da melhora dos indicadores referentes à distribuição de renda durante o Governo Lula, os dados desagregados apresentam que houve aumento maior da apropriação de renda pelos 1% mais ricos da sociedade, ou seja, a redistribuição de renda verificada no período se deu entre os demais 99% da população (CARVALHO & RUGITSKY, 2015). Vale lembrar que no famoso estudo de Piketty (2014), o autor aponta que os principais determinantes para aumento dos rendimentos dos 1% mais ricos é a rápida acumulação de riqueza oriunda de altas taxas de juros, sistema tributário regressivo e aumento de salários e rendimentos de CEOs e empregados de alto escalão das empresas<sup>18</sup>.

No caso brasileiro, é possível apontar para um sistema tributário no mínimo menos progressivo que na maioria dos países, além de taxas de juros entre as mais altas do mundo e em alguns momentos definitivamente a mais alta (CARVALHO & RUGITSKY, 2015). Dessa forma, fica evidente que, apesar de um espaço temporal no qual houve melhora nas condições de vida da população e, a princípio, melhora dos índices de redistribuição de renda, não houve alterações na estrutura de apropriação dos rendimentos auferidos dentro da economia brasileira. Com isso, os rendimentos continuaram sendo apropriados pela parcela mais rica da população e os ganhos que já eram altos decorrentes da alta taxa de juros foram incrementados por inovações financeiras como o crédito consignado.

---

<sup>18</sup> Acerca da evolução dos ganhos do top 1% da população mundial, ver também Keister (2014) e Piketty e Saez (2006).

Os efeitos negativos sobre a desigualdade de renda após um incremento do consumo via crédito também encontram experiências similares em outros países. Estudos acerca do tema para Estados Unidos (BARBA & PIVETTI, 2009; RYOO & KIM, 2014; DOS SANTOS, 2012) e OCDE (STOCKHAMMER & MOORE, 2018) apontam para uma relação positiva entre aumento do endividamento das famílias e aumento da desigualdade de renda nos países analisados. Apesar do movimento similar em todos os países analisados, verificou-se também que em países que possuem estado de bem-estar social mais desenvolvido, como é o caso de boa parte dos países europeus, os efeitos do endividamento das famílias foram menores.

A estratégia de inclusão social e de desenvolvimento via consumo, especialmente o consumo via crédito com substancial ajuda do crédito consignado, portanto, apresentou-se instável e insustentável, além de ter contribuído para a deflagração e o agravamento da crise econômica vivida no Brasil a partir de 2015. Ainda durante o governo Dilma em 2015, sob a tutela de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, o que se verificou foi que, em vez de recorrer a uma estratégia de fomento ao emprego e à renda da população, houve uma aceitação do receituário ortodoxo, na qual o remédio para a recessão econômica e retomada do crescimento foi ajuste fiscal, sobretudo pelo lado das despesas públicas (PAULA & PIRES, 2017). Contudo, após insucesso das políticas econômicas comandadas por Levy e seu pedido de demissão, aumenta a pressão sobre o Governo Dilma, que desencadeia no *impeachment* em 2016, sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal. Com a ascensão do vice-presidente Michel Temer à presidência, o ajuste fiscal foi intensificado.

É importante ressaltar que durante o período que Temer esteve à frente da presidência da República, houve um novo incentivo ao crédito consignado, destinado aos trabalhadores do setor privado. Por intermédio de medida provisória, o então presidente permitiu que um percentual do saldo das contas de FGTS e a multa rescisória por demissão sem justa causa fossem colocados como garantia junto às instituições financeiras para pagamento de

crédito consignado em caso de demissão do funcionário<sup>19</sup>. Tal medida elucida uma tentativa de continuar a expansão do crédito pessoal, sobretudo o consignado, bem como de reduzir ainda mais os riscos do setor financeiro em prover esse tipo de empréstimo.

### **Considerações finais**

A expansão do consumo no Brasil apresentou-se como um *driver* importante para a expansão da economia brasileira, sobretudo a partir do segundo mandato do ex-presidente Lula. Verificou-se também que, apesar das melhoras significativas no poder de compra do salário mínimo e da redução nas taxas de desemprego, a expansão do crédito obteve papel crucial para o sucesso dessa estratégia de fomento ao consumo, inclusive com a inserção de uma parcela relevante da população que estava alijada tanto do consumo de determinados bens como do mercado de crédito no Brasil.

A regulamentação e a expansão do crédito consignado tiveram papel importante nesse processo de democratização ao acesso ao crédito. Devido ao menor risco que esse tipo de crédito gera ao setor financeiro, essa modalidade de empréstimo foi concedida para uma parcela da população que não possuía acesso ao crédito. Outro fator importante para esse maior acesso da população mais pobre é que dado o risco menor aos bancos e a tendência de queda da taxa básica de juros no Brasil, o crédito consignado era a linha de crédito com a menor taxa de juros do mercado.

A criação dessa modalidade de crédito possibilitou ao setor financeiro alterar a composição das suas carteiras. Os bancos, portanto, diminuem suas aplicações em títulos da dívida pública, que possuíam alta rentabilidade e maior segurança, em favor do aumento da cessão de crédito, sobretudo crédito pessoal liderado pelo crédito consignado. Visto a segurança dessa modalidade, os bancos enxergaram uma maneira de obter ganhos ainda

---

<sup>19</sup> O Governo Temer também liberou para saque o saldo das contas inativas do FGTS. Tal medida reforça a necessidade de aumentar o consumo para tentar reaquecer a economia do país.

maiores do que aqueles indexados à aplicações vinculadas à taxa Selic sem abrir mão do baixo risco.

A participação do poder público no fomento a essa modalidade de crédito pôde ser identificada em dois momentos distintos. O primeiro quando regulariza esse tipo de crédito em 2003, para garantir maior segurança às instituições financeiras, e o segundo após a crise de 2008, quando os bancos públicos aumentam sua participação nessa modalidade de crédito para evitar uma queda do consumo no período da recessão.

Contudo, durante esse período verificou-se uma alta contínua do volume de empréstimos cedidos e, conseqüentemente, aumentou a parcela de endividados na população brasileira. Constatou-se, portanto, um comprometimento da renda de uma parcela da população em favor das instituições financeiras, o que tende a gerar um efeito regressivo tanto no âmbito da distribuição de renda, dado que há transferência de rendimentos do mais pobre para o mais rico, como também para a economia como um todo, dado que está sendo comprometida uma parte relevante da capacidade de consumo de um estrato da população que costuma consumir toda a renda que auferir.

O movimento de expansão do consumo via crédito foi verificado em variados países, sejam de renda alta ou média, e em geral foram encontrados efeitos negativos, principalmente em relação à distribuição de renda. Esse fator apresenta que o movimento da economia brasileira de expansão do consumo via crédito está alinhado com uma prática mais geral, determinada pelo padrão de acumulação dominado pelo setor financeiro.

Portanto, o que se verificou no Brasil nos anos seguintes foi uma queda relevante no crescimento do consumo e, conseqüentemente, dos investimentos. Esse fator, atrelado à piora dos termos de troca no setor externo, pode ser compreendido como determinante para a deflagração da crise econômica no Brasil em 2015. Além desse fator, a crise também acaba por agravar o nível de endividamento da população, dado que, com a piora da economia interna e do mercado de trabalho, há um aumento dos empréstimos

destinados a crédito pessoal e, além desse fator, há aumento da participação do crédito consignado no volume total do crédito pessoal, dada a segurança que essa modalidade de crédito provê aos bancos.

Conclui-se, portanto, que o movimento de expansão do crédito, especialmente o crédito consignado, serviu para realizar uma inclusão social temporária no Brasil via consumo. Contudo, essa estratégia apresentou caráter instável no médio e longo prazo, o que colaborou para uma piora na economia local e afetou a capacidade de reação da economia brasileira frente a um cenário adverso em âmbito externo.

## Referências

- BARBA, A. & PIVETTI, M. "Rising household debt: its causes and macroeconomic implications – a long period analysis", *Cambridge Journal of Economics*, n. 33, v. 1, pp. 113-37, 2009.
- BATEMAN, M. *Why doesn't microfinance work? The destructive rise of local neoliberalism*. London: Zed books, 2010.
- BHADURI, A. & MARGLIN, S. "Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies", *Cambridge Journal of Economics*, n. 14, v. 4, pp. 375-393, 1990.
- BIANCARELLI, A.; ROSA, R. & VERGNHANINI, R. "O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise", *Texto para Discussão 296*, IE-Unicamp, 2017.
- BRANDÃO, V. "Revisitando os modelos de abertura econômica: os casos de Brasil e México", *Cadernos do Desenvolvimento*, n. 13, v. 23, pp. 55-82, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. & THEUER, D. "Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?", *Economia e Sociedade*, n. 21 (número especial), pp. 811-829, 2012.
- CARVALHO, L. & RUGITSKY, F. "Growth and distribution in Brazil the 21st century: revisiting the wage-led versus profit led debate", *Working Paper Series*, 2015-25, 2015.
- CINTRA, M. "A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005". In: CARNEIRO, R. (org.) *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: UNESP, 2006, pp. 321-346.
- DEDECCA, C. "A redução da desigualdade e seus desafios", *Texto para discussão IPEA 203*, 2015.
- DOS SANTOS, P. "A cause for policy concern: the expansion of household credit in middle-income economies", *International Review of Applied Economics*, n. 27, v. 3, pp. 316-338, 2012.
- FERREIRA, H. & LIMA, J. "A insustentável leveza do ter: crédito e consumismo no Brasil", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 38, pp. 59-88, 2014.
- GALBRAITH, J. K. *The affluent society*. New York: A Mariner Book, 1998.
- KEISTER, L. "The One Percent", *Annual Review of Sociology*, n. 40, pp. 347-367, 2014.
- KERSTENETZKY, C. *O Estado do bem-estar social na idade da razão*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.
- \_\_\_\_\_. "Consumo e Crescimento Redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil", *Revista de Economia Política*, n. 36, v. 1, pp. 29-45, 2016.
- LARA, F. "As contribuições à desaceleração do crescimento no Brasil (2011-14)", *Indicadores Econômicos*, n. 43, v. 2, pp. 23-40, 2015.
- LAVINAS, L. *The takeover of social policy by financialization. The Brazilian paradox*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
- LAVINAS, L.; ARAÚJO, E. & BRUNO, M. "Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes?", *IE-UFRJ (textos seriados)*, Rio de Janeiro, 2017.
- MORA, M. "A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010", *Texto para discussão IPEA 2022*, 2014.
- OLIVEIRA, G. & WOLF, P. "A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)", *Texto para discussão IPEA 2243*, 2016.
- PAIVA, G.; SILVA, D. & FEIJÓ, C. "Nota exploratória sobre o consumo e a classificação socioeconômica no Brasil baseada em evidências da pesquisa de orçamento familiar", *Revista de Economia Contemporânea*, n. 20, v. 2, pp. 1-22, 2016.
- PAULA, L. F. & PIRES, M. "Crise e perspectivas para a economia brasileira", *Estudos avançados*, n. 31, v. 89, pp. 125-144, 2017.

PAULANI, L. “Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro”, *Estudos avançados*, n. 27, v. 77, pp. 237-261, 2013.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. & SAEZ, E. “The evolution of top incomes: a historical and international perspective”, *American Economic Review*, n. 96, v. 2, pp. 200-205, 2006.

PRATES, D. & BIANCARELLI, A. “Panorama do ciclo de crédito recente: condicionantes e características gerais”, *Projeto de estudos sobre as perspectivas da indústria financeira brasileira e o papel dos bancos públicos*, 2009.

RYOO, S. & KIM, Y. “Income distribution, consumer debt, and keeping up with the Joneses”, *Metroeconomica*, n. 65, v. 4, pp. 585-618, 2014.

SERRANO, F. & SUMMA, R. “Macroeconomic policy, growth and income distribution in the Brazilian Economy in the 2000s”, *Investigación Económica*, n. 71, v. 282, pp. 55-92, 2012.

SILVA, J. “O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003-2014) na perspectiva dos regimes de demanda neokaleckianos”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 44, pp. 112-138, 2016.

SINGER, A. “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”, *Novos Estudos*, n. 85, pp. 83-102, 2009.

STOCKHAMMER, E. & MOORE, G. “The drivers of household indebtedness re-considered: an empirical evaluation of competing arguments on the macroeconomic determinants of household indebtedness in OECD countries”, *Working Paper 1803 – Post Keynesian Economic Society*, 2018.

## RESENHA

# ECONOMIA INSTITUCIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

SALLES, ALEXANDRE OTTONI T.; PESSALI, HUÁSCAR FIALHO & FERNÁNDEZ, RAMÓN GARCIA (Orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2017. 402 p.

Recebido em 14/05/2020

Aprovado em 19/06/2020

O livro *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos* objetiva apresentar o institucionalismo original, ou velho institucionalismo, ao público brasileiro. Essa abordagem, que procura unificar a análise econômica em torno do conceito de instituições e é caracterizada pela defesa do realismo e pelo diálogo com as demais ciências humanas, foi uma das principais escolas de pensamento da primeira metade do século XX e permanece sendo uma das alternativas fundamentais à economia neoclássica. O livro reúne doze artigos, dos quais oito são traduções de textos inéditos em português e quatro são textos escritos por autores brasileiros especialmente para a obra.

O livro é dividido em quatro partes. Na primeira parte, estão presentes três artigos clássicos de autores das primeiras gerações do institucionalismo. O primeiro capítulo do livro é o artigo clássico de Thorstein Veblen de 1898, *Por que a Economia não é uma ciência evolucionária?* Nesse texto, Veblen argumenta que o pensamento econômico predominante da época – que inclui a economia política clássica, a escola austríaca, a escola histórica alemã, o marxismo e o marginalismo – não estaria à altura da ciência moderna, de caráter evolucionário. Uma ciência evolucionária seria uma teoria de um processo, uma sequência cumulativa de eventos sem um fim pré-determinado. Nesse sentido, as diversas correntes do pensamento econômico então predominantes não seriam modernas, por apresentarem características como ênfase em direitos naturais, crença na tendência ao equilíbrio em condições ideais, concepção utilitarista da

## MARCELO SOARES BANDEIRA DE MELLO FILHO

Professor Adjunto do  
Departamento de Ciências  
Econômicas da Universidade  
Federal de São João del-Rei  
(UFSJ).

E-mail: [marcelosbmf@gmail.com](mailto:marcelosbmf@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6322-3496>

natureza humana e teleologia. Ainda de acordo com Veblen, o comportamento humano não deve ser entendido com base numa suposta natureza humana, mas, sim, a partir de convenções, métodos de vida, tradições e hábitos de pensamento (em parte herdados do passado, em parte resultantes da vida presente dos indivíduos), que consistem nas instituições.

Veblen foi uma das influências centrais para o surgimento e o desenvolvimento do institucionalismo nos Estados Unidos. O artigo *A abordagem institucional para a teoria econômica*, de Walton Hamilton, originalmente veiculado em 1919 e publicado como o segundo capítulo do livro, foi um dos primeiros textos a usar o rótulo de economia institucional para o trabalho então desenvolvido por Veblen, John R. Commons, Wesley C. Mitchell, John M. Clark, o próprio Hamilton e outros autores. Hamilton identifica cinco requisitos que a teoria econômica deveria cumprir e argumenta que apenas a economia institucional os cumpre: 1. unificar os diversos ramos da ciência econômica; 2. ser relevante para o controle, ou seja, a intervenção consciente na economia; 3. ser centrada no tema das instituições; 4. enfatizar os processos e a mudança, em vez do equilíbrio e da estática; 5. fundamentar-se em uma teoria aceitável do comportamento humano, compatível com os desenvolvimentos teóricos da filosofia, da psicologia e da política. No momento em que o artigo foi publicado, a abordagem institucional possuía grande prestígio e disputava a primazia no debate econômico nos Estados Unidos.

O terceiro capítulo é o artigo *Economia institucional*, de Commons, publicado em 1931. Nesse texto, o autor elabora sua definição de instituição enquanto “ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual” e sintetiza sua análise institucional, que enfatiza as transações e a concepção de que as relações econômicas estão fundadas em decisões jurídicas.

Os demais capítulos do livro foram escritos mais recentemente, a partir de 1975, e buscam aprofundar a compreensão do institucionalismo original, comparar a abordagem com outras tendências contemporâneas – especialmente

a nova economia institucional e a economia neoclássica –, refinar e desenvolver os conceitos fundamentais do institucionalismo original.

A segunda parte do livro desenvolve o conceito de instituições. Aqui estão presentes textos de Walter Neale, Geoffrey Hodgson e David Dequech, que procuram dar mais clareza e precisão ao uso do conceito principal do institucionalismo original. Os três textos apresentam diversos pontos em comum e se complementam. Segundo os autores, instituições são sistemas de regras socialmente partilhadas de pensamento e de ação, estabelecem possibilidades e limites para a ação humana e são mutáveis no tempo e no espaço. Instituições possibilitam o pensamento ordenado, as expectativas e a ação, dão estabilidade e previsibilidade ao comportamento humano.

Instituições são estruturas tanto comportamentais quanto mentais, portanto, são ferramentas analíticas que possibilitam a superação da dicotomia entre materialismo e idealismo. Os capítulos da segunda parte do livro rejeitam as concepções de que as instituições implicam na limitação da ação individual (esta, pelo contrário, está necessariamente fundada em instituições) e de que as instituições sejam necessariamente arcaicas, ou cerimoniais, visão defendida por Clarence Ayres. Ademais, os textos de Neale, Hodgson e Dequech criticam o individualismo metodológico, argumentando que não é possível compreender a ação humana de modo independente das instituições. Não existem indivíduos vivendo em um mundo pré-institucional.

A terceira parte do livro possui artigos de Anne Mayhew, Karl Kapp e outro artigo de Hodgson, que discutem a história da escola, aprofundam a análise sobre os conceitos centrais da abordagem e a comparam com a nova economia institucional, de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North.

Mayhew analisa as origens dos trabalhos de Veblen e Commons, na virada do século XIX para o XX, período em que surgiam as corporações multidivisionais nos Estados Unidos e o país se urbanizava e se industrializava de

forma acelerada. Por sua vez, Kapp critica a falta de realismo, o individualismo metodológico, o utilitarismo e a ênfase no equilíbrio predominantes na economia neoclássica. O autor propõe o conceito, de Myrdal, de causalção circular e cumulativa (no qual os diferentes fenômenos sociais são interrelacionados e se retroalimentam) como paradigma mais adequado para o entendimento e a transformação desses fenômenos. O último artigo dessa seção procura apresentar diversas contribuições da abordagem institucional e demonstrar suas vantagens. Hodgson argumenta, por exemplo, que as abordagens institucionalistas para a explicação dos preços não se prendem a fatores universais e abstratos, tais como custo marginal, utilidade marginal ou valor agregado. Uma teoria institucionalista dos preços parte das condições de mercado, ideias, expectativas, estruturas de custos e hábitos prevalentes em dada empresa, em dado mercado ou em certo período histórico. A análise institucional também teria a vantagem de superar o projeto malsucedido de basear a macroeconomia em microfundamentos utilitaristas. Para o institucionalismo original, ao contrário, as regularidades estatísticas, ou no nível macrosocial, podem ser explicadas pelas próprias instituições, que, portanto, poderiam realizar a mediação entre os níveis micro e macro da análise econômica, como Mitchell e outros autores institucionalistas já haviam proposto. Essas importantes concepções delineadas por Hodgson, infelizmente, não foram aprofundadas no livro.

A última parte da obra também contém três capítulos, mas, ao contrário das outras seções do livro, contém apenas textos recentes, escritos especialmente para o livro por autores brasileiros. O capítulo de Octávio Augusto Conceição realiza uma avaliação da agenda de pesquisa do institucionalismo original. O autor sintetiza argumentos de Veblen, Hamilton, Hodgson e outros autores presentes em diversos capítulos do livro e reforça a tentativa de fundar a reflexão econômica no método evolucionário, também chamado de histórico, ou genético. O texto de Alexandre Ottoni Salles e Rafael Camatta busca elaborar a teoria do consumo de Veblen, muitas vezes

reduzida pela literatura ao conceito de consumo conspícuo. De acordo com os autores, além dessa célebre explicação do consumo a partir da busca de distinção social por meio da ostentação, Veblen explica o consumo de bens padronizados, desenvolvido com base na evolução da produção industrial e necessário, de um ponto de vista lógico e empírico, para que ocorra o consumo de bens diferenciados. O último texto do livro, de Felipe Almeida e Huáscar Pessali, realiza um diálogo entre as concepções de Veblen e de Edith Penrose, sublinhando como os conceitos de hábitos e instituições, do primeiro, e de recursos e serviços produtivos, da segunda, contribuem para uma teorização evolucionária, ou institucional, da firma.

O livro *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos* é uma obra essencial, por apresentar de modo aprofundado o institucionalismo original, uma das principais abordagens heterodoxas da economia. Diversos capítulos do livro procuram desenvolver o conceito de instituições, dialogar criticamente com a nova economia institucional e aprofundar o projeto teórico vebleniano de construção de uma ciência social evolucionária. Entretanto, como os capítulos de Hodgson e Conceição argumentam, o institucionalismo falhou em construir um núcleo teórico consistente e sistemático, como fizeram Marx, Mill, Marshall, Walras. Essa falha talvez decorra da dificuldade em articular uma teoria geral do capitalismo com o historicismo. O enfrentamento desse problema pode envolver a superação de duas lacunas presentes no livro. A primeira é a ausência de aprofundamento acerca das contribuições do institucionalismo para o entendimento e a contenção das crises e dos ciclos. Mitchell, Clark e outros institucionalistas entendiam as crises como resultado das interações entre consumidores, firmas e bancos, mediadas pelas instituições e por expectativas e sujeitas a defasagens, rigidezes e ausência de informações. Esses institucionalistas foram pioneiros da macroeconomia, tendo contribuído com a teorização dos efeitos multiplicador e acelerador, a defesa de políticas anticíclicas e a construção da contabilidade social. A segunda lacuna é a falta de um

diálogo crítico com abordagens institucionalistas heterodoxas contemporâneas, como a escola neoschumpeteriana e, principalmente, a abordagem da regulação e a escola das estruturas sociais de acumulação<sup>1</sup>. A consolidação do institucionalismo como alternativa à ortodoxia passa tanto pela consideração dos fundamentos metodológicos da economia, questão negligenciada por essa ciência e aprofundada no livro, quanto pela reinserção do institucionalismo nos debates de temas acalorados, como a macroeconomia e a reforma social, assuntos ausentes no livro.

---

<sup>1</sup> As duas últimas escolas procuram periodizar o capitalismo e desenvolver uma macroeconomia histórica e institucional. Compreendem as formas institucionais como formas históricas nas quais se manifestam as relações sociais básicas do capitalismo, notadamente a relação capital-trabalho, o dinheiro e a concorrência.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS E RESENHAS

### CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista. Registra-se que é necessário preencher e anexar o [Termo de Originalidade](#) digitalmente no sistema no ato da submissão.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja as cegas (verificar item 8 das [Diretrizes para Autores](#)).
8. Informações sobre identificação de autores, como ORCID, e-mail, instituição/afiliação e biografia são obrigatórios no ato da submissão nas informações dos autores. Não serão publicados artigos sem estas informações.

## DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A [Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política \(RSEP\)](#) publica artigos inéditos e originais, em português, inglês ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)), que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver em [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram às normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplagio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, será enviado para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 8. Também é necessário transferir como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Os autores e coautores deverão obedecer ao **interstício** de 1 (um) ano para publicar artigos novamente na Revista.

6. Os autores deverão ter titulação mínima de mestrado para publicarem na revista como autores principais. Serão aceitos artigos de mestrandos e graduandos somente como co-autores.

7. Para as submissões é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu Autor, encontra-se o link “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho. Lembre-se de que, além de anexar os arquivos referentes ao texto do artigo, deve-se enviar o [Termo de Originalidade](#).

8. **Assegurando a avaliação pelos pares cega:** Para garantir a integridade da avaliação por pares cega para a submissão a esta Revista, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores seja conhecida um ao outro. Isto envolve os autores, editores e revisores ( que carregam documentos como parte de sua revisão ) verificando se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e as propriedades do arquivo :

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, com o literal “ Autor” e ano usada nas referências e notas de rodapé, em vez do nome dos autores, título do artigo, etc
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removidas das propriedades do arquivo (ver no menu Arquivo no Word), clicando sobre o seguinte, começando com Arquivo no menu principal do aplicativo da Microsoft: Arquivo > Salvar como > Ferramentas (ou Opções no Mac ) > Segurança > Remover informações pessoais das propriedades do arquivo ao salvar > Salvar.
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

9. Para submeter os manuscritos, é necessário a utilização da seguinte formatação:

- Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

- Fonte: times new roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para resenhas o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Incluir neste limite as notas (ao final da página), referências, gráficos e ilustrações.
- Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p. 297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, Veblen, entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal de Fluminense

Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225

[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)

[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar email para a equipe editorial pelo endereço [revista@sep.org.br](mailto:revista@sep.org.br).



# XXV Encontro Nacional de Economia Política

As contradições do capitalismo contemporâneo e a virada conservadora

Universidade Federal da Bahia, Evento Virtual, 10 a 13 de novembro de 2020



APOIO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA BAHIA

